

REORIENTE

**DOSSIÊ 50 ANOS
DE MODERNO
SISTEMA MUNDIAL
/30 ANOS DE LONGO
SÉCULO XX**

ENTREVISTA

**Nuestra América en tiempos de
crisis global** – *Francisco Lopez Segrera*

ARTIGOS

**Sistemas-Mundo aos 50:
um balanço provisório** – *Ravi Palat*

**Guerra permanente e crise no sistema
capitalista mundial: o fim da
natureza barata** – *Peter Antonacci*

**Sergio Bagú e as matrizes intelectuais
da análise de sistemas mundiais** –
Miguel Angel Ramos e Fabiola Flores Nava

**A Aliança China-Rússia: reconfiguração
do sistema-mundo** – *Wander Catarina
dos Santos e Rodrigo Cantu de Souza*

**O conflito entre EUA e China e as
contradições que aceleram o movimento
autodestrutivo do capital** –
Larissa Figueiredo Bulhões e Gabriel Zanoni

**América Latina e o Caribe na
encruzilhada: entre os Estados Unidos
e a China** – *Giuseppe Lo Brutto
e Eduardo Crivelli Minutti*

E MAIS

Mariangel Sanchez Alvarado,
Mariana Badilla Mata,
Ingrid Harvold Kvangraven...



EDITORIAL	4
ENTREVISTA	
Francisco López Segrera: Nuestra América en tiempos de crisis global, riesgos y oportunidades Carlos Eduardo Martins	8
DOSSIÊ 50 ANOS DE MODERNO SISTEMA MUNDIAL/30 ANOS DE LONGO SÉCULO XX	
Sistemas-mundo aos 50: um balanço provisório Ravi Palat	26
Guerra permanente no fim da natureza barata: crise no sistema capitalista mundial desde o início da modernidade até o presente Peter Antonacci	48
Sergio Bagú e as matrizes intelectuais da análise de sistemas mundiais Miguel Angel Solano Ramos e Fabiola Jesavel Flores Nava	73
A Aliança China- Rússia: reconfiguração do sistema-mundo Wander Catarina dos Santos e Rodrigo Cantu de Souza	98
O Conflito entre Estados Unidos e China: uma análise das contradições que aceleram o movimento autodestrutivo do capital Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões e Gabriel Palliari Zanoni	121
América Latina e o Caribe na encruzilhada: entre os Estados Unidos e a China Giuseppe Lo Brutto e Eduardo Crivelli Minutti	145
TEMAS LIVRES	
Estado y política social en América Latina: El capitalismo dependiente y los patrones de reproducción Mariangel Sanchez Alvarado e Mariana Badilla Mata	177
As origens coloniais das ciências econômicas Ingrid Harvold Kvangraven, Surbhi Kesar e Devika Dutt	195
RESENHAS	
Economia política dos sistemas-mundo: origem, fundamentos teóricos-metodológicos e aplicações Wagner Leal Arien	205
A teoria do poder global de José Luís Fiori Leonardo de Amorim Thury	210

Editores

Carlos Eduardo Martins (UFRJ), Joana das Flores Duarte (UNIFESP) e Roberto Goulart Menezes (UnB)

Comissão editorial

Alice Niffoi (PEPI/UFRJ), Fábio Maldonado (LEHC/UFRJ), Jales Dantas da Costa (UnB), Joana Coutinho (UFMA), Lourdes Flores Bordais (PEPI/ UFRJ), Marcos Pedlowski (UENF), Willyan Alvarez Viegas (PEPI/UFRJ) e Wilson Vieira (UFRJ)

Apoio técnico

Fernanda Rafaela Pinheiro Moraes (UNIFESP), Lenin Conrado (LEHC/UFRJ), Marina Gama Coutinho (LEHC/UFRJ), Pedro Bordinhão (LEHC/UFRJ), Pedro Martinez (LEHC/UFRJ), Raíssa Oliveira (diagramação), Raquel Coelho (tradução), Rodrigo Corrêa (projeto gráfico), Talissa Barcelos (revisora) e Thassiel Melo (capa)

Conselho Editorial

Adhemar Minero (REBRIP) • Adrian Sotelo Valencia (UNAM) • Alberto Rocha Valencia (Universidad de Guadalajara) • Alexis Saludjan (PEPI/UFRJ) • Alfredo Saad Filho (King's College) • Alícia Giron (UNAM) • Ana Garcia Saggioro (UFRRJ) • Andres Rivarolla Puntigliano (Stockholm University) • Antonio Brussi (UnB) • Armando Boito (Unicamp) • Atilio Alberto Boron (UBA) • Barry Gills (University of Helsinki) • Beverly Silver (Arrighi Center for Global Studies - Johns Hopkins University) • Camille Chalmers (Université d'Etat d'Haiti) • Carla Ferreira (UFRJ) • Carlos Serrano (LEHC-UFRJ) • Carolina Jimenez (Universidad de Bogotá) • Christopher Chase-Dunn (University of California) • Claudio Katz (UBA) • Daniel Barreiros (PEPI/UFRJ) • Denise Gentil (UFRJ) • Dídimo Castillo (Universidad Autónoma de Tlaxcala) • Elias Jabbour (UERJ) • Emilio Taddei (UBA) • Emir Sader (LPP-UERJ) • Enrique Leff (UNAM) • Fábio Luiz Barbosa dos Santos (PROLAM-USP) • Francisco López Segrera (ISRI – Cuba) • Gabriella Roffinelli (UBA) • Gabriel Merino (UNLP) • Gilberto Maringoni (UFABC) • Graça Druck (UFBA) • Graciela Gallarce (CLACSO) • Heitor Silva (LEHC-UFRJ) • Helton Ouriques (UFSC) • Isabela Nogueira (UFRJ) • Gustavo Menon (UCB) • Ivana Jinkings (Boitempo) • Jaime Preciado Coronado (Universidad de Guadalajara) • Javier Vadell (PUC-MG) • Joana Salem (UFABC) • Jones Manoel da Silva (Podcaster Revolushow) • Jose Felix Rivas (Universidad Central de Venezuela) • José Luís Fiori (UFRJ) • Julio Gambina (SEPLA) • Leandro Morgensfield (UBA) • Leonardo Ramos (PUC-Minas) • Leonardo Valente (UFRJ) • Lourdes Regueiro (CIPI – Cuba) • Lúcio Oliver (UNAM) • Luiz Cesar Ribeiro (UFRJ) • Luiz Felipe Osório (UFRRJ) • Luiz Filgueiras (UFBA) • Manoela Boatcă (University of Freiburg) • Marco Aurelio Santana (UFRJ) • Márgara Millán (UNAM) • Maria Caraméz Carlotto (UFABC) • Maria Francesca Staiano (UNLP) • Mathias Luce (UFRJ) • Mauricio Metri (UFRJ) • Orlando Caputo (CLACSO) • Pablo Vommaro (CLACSO) • Paris Yeros (UFABC) • Patrick Bond (University of the Western Cape School of Government) • Paulo Emilio Matos Martins (UFF) • Pedro Vieira (UFSC) • Ramos Torres Galarza (Ecuador) • Raphael Padula (UFRJ) • Raphael Lana Seabra (UnB) • Ravit Palat (Binghamton University) • Ricardo Antunes (UNICAMP) • Ricardo Dello Buono (Manhattan College, NY) • Roberta Traspadini (UNILA) • Roberto Leher (UFRJ) • Roberto Patricio Korzeniewicz (Maryland University, College Park) • Rogério Dutra (UFF) • Ronald Chilcote (Latin American Perspectives) • Saulo Pinto (UFMA) • Şahan Savaş Karataşlı (North Caroline University, Greensboro) • Sedi Hirano (USP) • Vivian Urquidí (USP) • Wagner Iglecias (USP)

Apoio



A nova edição de Reoriente apresenta o dossiê “50 anos de *The Modern World-System*/ 30 anos de *The Long Twentieth Century*”, organizado por Carlos Eduardo Martins, Francisco López Segrera e Sebastian Link Chaparro, que homenageia as obras clássicas e paradigmáticas de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

O número se inicia com uma entrevista de Francisco Lopez Segrera a Carlos Eduardo Martins, na qual o autor caribenho discorre sobre sua biografia política e acadêmica, sua relação com a Revolução Cubana, apresenta uma síntese dos principais resultados, legados e limites desse processo histórico, e indica os desafios e perspectivas do socialismo no século XXI. Ele aborda a sua inserção no pensamento crítico latino-americano e mundial, a sua aproximação das análises do sistema-mundo e da teoria marxista da dependência, os seus vínculos com os estudos prospectivos e a sua atuação na gestão de projetos para educação superior, em particular como diretor da UNESCO.

O destacado intelectual indiano Ravi Palat, um dos principais ex-alunos de Immanuel Wallerstein, professor aposentado da Universidade do Estado de Nova York, em Binghamton, faz um balanço dos cinquenta anos da perspectiva do sistema-mundo. Ele aponta as principais inovações trazidas por esse enfoque e as suas bases históricas. Segundo Palat, essa perspectiva reformula as origens temporais e espaciais da economia-mundo capitalista, do século XVIII e XIX para o século XVI e do noroeste da Europa para a construção do moderno sistema-mundo. Os séculos XVIII e XIX são vistos como os de afirmação da revolução liberal e de sua geocultura, que entra em declínio a partir da “revolução mundial” de 1968, impulsionada pelos movimentos estudantis, feministas, étnico-raciais, anti-imperialistas, de libertação nacional, socialistas e ecológicos, abrindo o espaço para as análises do sistema-mundo. O autor sustenta que esta perspectiva requer “conceitos relacionais em escala global, para analisar fenômenos empíricos”, “forjados no decorrer da pesquisa”, ao invés “de aplicar conceitos e metodologias já formados”. Ele destaca o papel central do Fernand Braudel Center, em particular de Immanuel Wallerstein e dos grupos de pesquisa colaborativa entre professores e alunos de pós-graduação de vários departamentos nesse centro de pesquisa nos anos 1970 e 80. Aponta as contribuições dos grupos sobre ciclos e tendências seculares na economia-mundo, Estados semiperiféricos ou trabalho mundial, e os dedicados a temas regionais, sobre o Império Otomano, o Mediterrâneo e o sul da Europa, o sul da África, e o sul da Ásia. Sublinha a contribuição do programa de pós-graduação em sociologia desse centro, a sua natureza internacional, vinculada a estudantes e professores adjuntos de diversas partes do mundo, e a

sua metodologia inovadora, onde teve papel fundamental Terence Hopkins, que dava a cada estudante a tarefa de criar um campo de pesquisa não existente.

Ele menciona a reestruturação e dispersão de esforços a partir dos anos 1990, a criação de novos grupos de pesquisa - sobre tendências estruturais na economia-mundo capitalista, categorias de conhecimento social, e ondas de movimentos antissistêmicos - e a reduzida colaboração fora dos seus espaços internos. Aponta os desafios da perspectiva do sistema-mundo em um contexto de ofensiva neoliberal e da extrema-direita que reduziu fundos, fechou o Fernand Braudel Center e continua a restringir liberdades acadêmicas. Sinaliza a necessidade de se superar a estrutura tri-modal e atualizar as análises do sistema-mundo em um cenário de emergência da China e grandes países populosos e de internalização dos custos de reprodução da força de trabalho e da natureza.

John Peter Antonacci aborda as conexões de longa duração entre capital, guerra e ecologia e situa sua especificidade no período contemporâneo. Ele aponta que lucro, poder e planeta são mutuamente constitutivos e a busca pela acumulação infinita conduz à necessidade de reorganizar a vida para estabelecer novos padrões de produção, reprodução, consumo e comércio e contrariar a tendência à queda da taxa de lucro. Antonacci retoma a distinção que Arrighi faz entre o territorialismo e a acumulação de capital como estratégias distintas e complementares de expansão e institucionalização do próprio sistema-mundo capitalista. O capital tende a sobreacumular-se e a sobreproduzir e, para manter a taxa de lucro, necessita do excedente ecológico barato formado por trabalho, alimentos, energia e matérias-primas que a guerra e o império podem proporcionar. A guerra joga um papel crucial para permitir a apropriação do excedente ecológico e solucionar as crises de superprodução e subprodução; entretanto, o fim da era da natureza barata coloca desafios crescentes à ordem capitalista e contribui para a abertura de um período de caos sistêmico que pode levar à recriação das formas de organização do sistema-mundo ou à sua destruição, ameaçando a humanidade e a vida no planeta.

Fabiola Jesavel Flores Nava e Miguel Ángel Solano Ramos destacam as conexões e relativa sincronicidade entre o pensamento de Sergio Bagu e a Escola dos Annales, bem como as contribuições do autor argentino, radicado no México, para formulação da teoria da dependência e das análises do sistema-mundo, em particular os insumos que fornecem às obras paradigmáticas de Ruy Mauro Marini, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Ressaltam especialmente os conceitos de história total e história comparada e o de capitalismo colonial, formulados por Bagu, que lhe permitiram superar o marxismo mecanista e evolucionista, ultrapassar as barreiras disciplinares e epistemológicas e apreender os processos históricos de forma dialética, integrando

em novas sínteses e dando novos significados a elementos históricos pretéritos que reaparecem, inscrevendo o capitalismo nos marcos da economia mundial, onde os Estados se vinculam por meio do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho. Os autores assinalam que as formulações de Bagu sobre uma economia colonial complementar à metropolitana, que lhe transfere valor, e o emprego do trabalho compulsório pelo capitalismo nas colônias são importantes antecedentes à formulação do conceito de Moderno Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein e de capitalismo sui generis e superexploração do trabalho de Ruy Mauro Marini. Apontam que Bagu refere-se à concentração de capital no século XVI em banqueiros italianos e alemães, um dos pontos de partida de Giovanni Arrighi para a formulação dos ciclos sistêmicos em *O longo século XX* (1994).

Larissa Bulhões e Gabriel Paliarini Zanoni analisam o conflito entre Estados Unidos e China, a partir das obras de Giovanni Arrighi, e apontam a polarização entre a financeirização dos processos de acumulação, impulsionada pela grande potência norte-americana, e a emergência da China assentada na coordenação das cadeias produtivas, na busca da liderança global em ciência e tecnologia, na cooperação Sul-Sul, na transição energética para proteção ambiental e no bem-estar e a qualificação dos trabalhadores. Abordam as especificidades do socialismo chinês, indicando as inflexões de sua trajetória histórica, apontando o socialismo de mercado como um modo de produção alternativo, ancorado no programa das quatro modernizações.

Giuseppe Brutto e Eduardo Crivelli apontam que estamos em um período de interregno do sistema-mundo contemporâneo onde se estabelece um tempo messiânico em que a história se suspende e pode ser reescrita. Trata-se de um tempo caótico onde se exploram alternativas para reconstrução do sistema de poder global. Os autores destacam as grandes alternativas formuladas por Giovanni Arrighi e Beverly Silver e apontam que América Latina e Caribe se encontram em uma encruzilhada histórica: ou reforçam os seus laços tradicionais com os Estados Unidos, ou aproveitam as oportunidades de desenvolver relações com a China e outras potências emergentes. A acirrada competição entre estes dois eixos torna extremamente difícil para a região coordenar a aproximação com ambos em forma de triângulo. Os autores destacam as estratégias e políticas implementadas pelos Estados Unidos para manter a América Latina e Caribe sob sua subordinação e controle, bem como a sua articulação com grupos internos. Assinalam ainda os avanços econômicos, políticos e diplomáticos na relação com a China, a participação na expansão do BRICS e as tensões e conflitos internos e internacionais a que dá lugar.

Wander Catarina Siqueira e Rodrigo Cantu de Souza analisam a reconfiguração da geopolítica e das relações de poder no sistema-mundo contemporâneo a partir da

aliança estratégica entre China e Rússia, que se acentuou com a guerra na Ucrânia. Os autores partem dos estudos de Giovanni Arrighi sobre o declínio hegemônico dos Estados Unidos e as bases da ascensão da China e das análises de Immanuel Wallerstein sobre a crise estrutural do capitalismo no moderno sistema-mundo para pensarem os desafios, riscos e possibilidades da transição contemporânea.

Na seção de artigos livres, Mariangel Sanchez Alvarado analisa as modificações do Estado e das políticas públicas em três padrões de reprodução do capitalismo dependente latino-americano: agroextrativista exportador, industrial e exportador de especialização produtiva. Ingrid Harvold Kvangraven, Surbhi Kesar e Devika Dutt abordam criticamente as bases teóricas e empíricas dos autores da “virada colonial” no pensamento institucionalista em economia - Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson -, e apontam que, inversamente ao que se propaga, este enfoque reforça o eurocentrismo e o colonialismo, sendo refém do nacionalismo metodológico, e propositos do liberalismo econômico e político como modelo.

Na seção de resenhas, Wagner Leal Arient faz a crítica do livro de Pedro Vieira, *Economia política dos sistemas-mundo: origem, fundamentos teóricos-metodológicos e aplicações*, e Leonardo de Amorim Thury, da obra de Jose Luís Fiori, *Uma teoria do poder global*.

Agradecemos a participação de Raíssa Oliveira, Raquel Coelho, Talissa Barcelos e Thassiel Melo na preparação deste número e o empenho de Francisco Lopez Segrera e Sebastian Link Chaparro na organização do dossiê 50 anos do Moderno Sistema Mundo/ 30 anos de Longo Século XX.

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Roberto Goulart
Editores

Nuestra América en tiempos de crisis global, riesgos y oportunidades

Francisco López Segrera*, renombrado intelectual cubano, concedió una entrevista a Carlos Eduardo Martins para Reoriente, en la que destacó los principales aspectos de su intensa vida intelectual, profesional y política, así como su interpretación de los grandes acontecimientos y temas de nuestro tiempo.

Señaló sus vínculos personales con la Revolución Cubana, las grandes influencias de este proceso histórico y sus principales resultados, límites y legado. El pensador caribeño, que actualmente reside en Barcelona, subrayó la importancia del internacionalismo y la solidaridad en el socialismo cubano, destacó el papel condicionante del bloqueo y embargo estadounidense para limitar el desarrollo y reproducir la escasez en la isla, pero mencionó la necesidad de un *socialismo de mercado* que impulse la participación política y ciudadana.

Distinguió los caminos del socialismo en la URSS y en China, y formuló hipótesis sobre las razones de la caída en Moscú y el éxito en Pekín. También analizó la crisis del orden mundial y el papel amenazador y disruptivo que juegan los Estados Unidos en el planeta. Segrera sostiene una tesis provocadora: la Tercera Guerra Mundial ya habría comenzado, aunque no necesariamente se desplegará como un conflicto nuclear.

El pensador destacó sus principales obras, contribuciones intelectuales y académicas, y su labor en la UNESCO para impulsar la educación superior en América Latina y el mundo. Abordó su tesis doctoral en la Sorbona, su línea de investigación en estudios prospectivos y el ambiente intelectual en el que se movió y actúa, enfatizando su acercamiento a la teoría marxista de la dependencia y a los análisis de los sistemas-mundo, en particular su vínculo con Theotonio Dos Santos, Immanuel Wallerstein, André Gunder Frank y Samir Amin.

* Profesor e investigador cubano. Doctor en Estudios Latinoamericanos (Sorbona). Vicerrector del Instituto Superior de Relaciones Internacionales (ISRI), Cuba (1974-1988). Ha sido Profesor invitado de las siguientes universidades, entre otras: Oxford, Sorbona, University of California, Los Angeles (UCLA), Berkeley, Stanford, Riverside, Binghamton University, Kunming University of Science and Technology, Salamanca, Politécnica de Cataluña, UNAM, Externado de Colombia.

Funcionario de UNESCO entre 1994 y 2002. Es autor de artículos y libros sobre Cuba, prospectiva y relaciones internacionales. Actualmente es Consultor de GUNI, ACUP, Barcelona y Profesor Titular Adjunto del ISRI, Cuba.

Reoriente: Cuéntenos un poco de su historia. Comencemos por la familia. ¿Cuáles son sus orígenes familiares? ¿Qué importancia tuvo ella en sus elecciones políticas y profesionales?

Vivimos tiempos interesantes signados por la incertidumbre y la complejidad. La aceleración de la vida cotidiana, la disrupción tecnológica, el cambio climático, la creciente desigualdad pese a una cierta disminución de la pobreza, el debate en torno a lo “woke”, el consumismo desenfrenado, el bioterrorismo, los ciberataques, la polarización entre países y partidos políticos, la guerra comercial, las guerras convencionales y la amenaza cada vez más posible y cercana de guerra nuclear, han generado como reacción frivolidad y desprecio de lo público, en especial en el “Occidente Colectivo”, aunque estos rasgos no dejan de afectar también, aunque en menor grado, al “Sur Global”.

Nací en Santiago de Cuba, en 1940, segunda ciudad de la Isla de Cuba en una familia de profesionales de clase media. Mi padre era médico, accionista y director de una Clínica privada y mi madre graduada como maestra. Mi padre había participado en la revolución de 1930 y sido dirigente del Directorio del 27. Era un nacionalista patriótico, pero no marxista ni comunista. La prédica de mis padres era crítica de los gobernantes de Cuba por la falta de honradez administrativa y ausencia de políticas sociales. Ambos viajaban mucho, hablaban varios idiomas y mi madre había hecho sus estudios secundarios en Estados Unidos. Mi padre tenía una gran biblioteca y fundó en Santiago de Cuba, con otros colegas, la SESO – Sociedad de Estudios Superiores de Oriente – que se nutrió con los exiliados republicanos españoles de la guerra civil, los cuáles ayudaron a fundar la Universidad de Oriente en Santiago de Cuba, segunda universidad pública de Cuba.

¿Cómo fue su encuentro y actuación en la Revolución Cubana? ¿Cómo marcó su vida?

El 26 de julio de 1953 Fidel Castro asaltó el Cuartel Moncada en Santiago de Cuba. El asalto fracasó y el ejército del dictador Batista masacró a muchos de los combatientes que habían quedado heridos. Fidel fue hecho prisionero y encarcelado. Fundó el M-26-7 (movimiento 26 de julio) y en su defensa en el juicio presentó su programa político: “La historia me absolverá”. En el año 1956 yo ingresé en el M-26.7 y realicé tareas clandestinas. La casa de mi padre fue refugio de dirigentes clandestinos, entonces estudiantes y alumnos de mi padre en el Instituto de Segunda Enseñanza muchos de ellos, algunos de los cuáles fueron luego altos oficiales de las Fuerzas Armadas Revolucionarias. Siempre mantuve con ellos una estrecha amistad.

Al triunfar la Revolución en enero de 1959, mis padres y hermanos nos

incorporamos a las tareas de la revolución y desde entonces hasta ahora he dedicado mi vida a la Revolución Cubana. Mi padre fundó en Santiago – juntamente con Alberto Granados el gran amigo del Ché y otros colegas- una Escuela de Medicina con el apoyo del Ché y de Fidel, pues sólo existía la de la Habana. Estados Unidos hicieran una política para llevarse todos los médicos. Los médicos de la clínica que dirigía mi padre, que era grande, emigraron en su totalidad, salvo mi padre que se incorporó a la revolución.

¿De qué manera la obra de José Martí impactó su formación? ¿Qué liderazgos de la Revolución Cubana lo influyeron más?

La obra de Martí la conocíamos y en casa de mi padre habíamos leído parte de sus obras completas y una biografía. También Fidel difundía su pensamiento en sus discursos. Fidel fue el dirigente que más me influyó con sus ideas y su acción, también el Ché y Raúl Roa García.

En su evaluación, ¿qué impacto tuvo la Revolución Haitiana sobre las luchas por la independencia en Cuba y el Caribe?

Siempre se estudió la Revolución Haitiana con admiración, pero más influyeron las luchas por la independencia de Cuba y contra gobiernos corruptos en la República, el pensamiento de Martí, la lucha contra Franco en la guerra de España, la Revolución Mexicana, las luchas en países de la región como en Guatemala y el pensamiento de Mariátegui. También influyó José Ingenieros – El Hombre Mediocre -, al que leíamos mucho; y la Revolución Rusa, en especial a partir del bloqueo de Estados Unidos (1961-62) en que nos apoyaron con su solidaridad.

En su opinión, ¿cuál es el gran legado de la Revolución Cubana para el pensamiento social en el siglo XXI? ¿Qué permanece vivo, qué ha envejecido? ¿Cuáles son sus principales victorias, dónde falló y necesita avanzar o renovarse?

Su gran legado fue devolver la dignidad al pueblo al erradicar la pobreza, el analfabetismo, y otros males del capitalismo. La Revolución Cubana dio oportunidades a todos. En cierto sentido, se creó una nueva meritocracia en que todos cabían, pero basada en el esfuerzo en el trabajo, en el estudio, en la milicia o en el ejército y en una austeridad y disciplina que reconocía el esfuerzo, pero que sólo premiaba los resultados. Además, se creó una seguridad social que incluía a todos los vulnerables y daba diversos tipos de apoyo a la mujer. Es decir, unos nuevos valores revolucionarios. Ya Fidel, en el texto que he mencionado, analizaba los principales problemas de la sociedad cubana. A fines de los 60s ya todos esos problemas de desigualdad social

estaban, en gran medida, resueltos. Es decir, se demostró que era posible vencer al ejército profesional del dictador Fulgencio Batista, que tenía asesores norteamericanos y que sobrepasaba con creces en número y equipos a los combatientes de la Sierra y del Llano. También se demostró que era posible redistribuir riqueza y alcanzar resultados rápidamente con un gobierno honesto y eficiente. Ciertamente que, la cada vez mayor ayuda de la URSS, en especial a partir de los 70s, fue clave para contrarrestar los efectos del bloqueo de Estados Unidos.

También luego se mostró la solidaridad de los médicos y profesionales cubanos – así como de obreros y soldados – con las poblaciones del tercer mundo. Incluso derrotamos al ejército sudafricano – uno de los mejores del mundo – en Angola, con la estrategia de Fidel, con la capacidad organizativa de Raúl Castro, ministro de las Fuerzas Armadas, que trasladó 100,000 soldados cubanos a esa enorme distancia en tiempo record, y con nuestros combatientes. El fin del apartheid y la emergencia de Namibia como estado independiente fueron posibles, en gran medida, por el heroísmo de los combatientes cubanos y angolanos que participaron en la contienda. Además, esa acción se llevó a cabo sin coordinarla con la URSS, pese a que después ellos, tras nuestra victoria inicial, dieron apoyo. De suma importancia para Cuba fue que la URSS nos regalara las armas, pasamos de los viejos y obsoletos Garand y Fal a los modernos AK y aviones y piezas de artillería ad hoc.

Las grandes victorias fueron en Girón contra un ejército armado y dirigido por Estados Unidos en 1961, la derrota de las bandas rurales armadas, en lo que se denominó la “lucha contra bandidos”, posterior a la victoria de Girón. También la victoria en Angola fue de gran importancia. La diplomacia cubana cosechó grandes éxitos mediante su trabajo, en el movimiento de países no alineados – y en la diplomacia bilateral y multilateral – y en especial por su ayuda solidaria a los países que hoy llamamos el “Sur Global”. Sin embargo, también hubo reveses, como fue la muerte del Che y la derrota de la lucha armada guerrillera en la región – salvo en el caso de los sandinistas que derrocaron a Somoza – y de la vía pacífica, electoral, de llegar al poder, como fue el caso de Allende en Chile.

Permanece viva una voluntad política de construir igualdad y bienestar. Pero eso no basta. La caída de la URSS fue terrible para Cuba. Es cierto que el proceso se ha mantenido vivo, pero el costo ha sido enorme y el legado peligra. Han reaparecido los barrios con pobreza, así como esta y la desigualdad, aunque se hace un esfuerzo por mantener los logros sociales y científicos. Cuba fue el único país de la región capaz de desarrollar una vacuna contra el Covid y eso evitó muchas muertes.

El bloqueo de Estados Unidos, recrudecido por Trump en su primer mandato poniendo a Cuba en la lista de países terroristas, y manteniéndola en esa lista ahora

en el segundo, con personajes como Marco Rubio y Claver Carone, hace mucho daño al pueblo. Pero también hay errores en la dirección del país, al no abordar en su totalidad la reforma económica y política y adoptar “reformas” como la “Tarea Ordenamiento” y la “Bancarización”, que han tenido un efecto contraproducente. Pienso que no se trata solo de “actualizar” el viejo modelo económico y político del país, sino que es imprescindible un nuevo modelo, que de un importante espacio a un socialismo de mercado y que perfeccione la participación política de la ciudadanía. Solo con esta transformación, se podrá lograr un socialismo próspero y sostenible. En el VII Congreso de CLACSO de 2015 en Medellín, me entrevistó el periodista argentino de Página 12 Martín Granovsky y en dicha entrevista afirmé, que en Cuba no bastaba con “actualizar el modelo de socialismo”, como afirmaba el gobierno cubano, sino que era necesario crear un nuevo modelo. En sendos artículos que publiqué en 2018 y 2023 hago, con humildad, un análisis más amplio de los logros y errores de la Revolución Cubana y también en varios libros, a la vez que hago recomendaciones de políticas alternativas.¹

Háblenos sobre su tesis que le valió el título de doctor en ciencias sociales en la Sorbona.

Mi tesis se llama “Cuba sin la URSS 1989-1995”. La defendí en la Sorbonne (Paris VIII) en diciembre de 1995. Utilicé la metodología prospectiva de variables, escenarios y alternativas desarrollada por Michel Godet pero adaptada por mí a este objeto de estudio. Traté de este modo de recomendar al gobierno cubano que escenarios debíamos construir para lograr las mejores alternativas. Recomendé con énfasis dar un espacio grande al mercado, a la iniciativa privada, en la economía socialista, pero apenas se hizo y sigue sin hacerse. En Brasil se publicó una versión abreviada en portugués con prólogo de Theotonio Dos Santos, donde decía “que era un análisis objetivo y desapasionado de las dificultades y posibilidades de la economía y de la sociedad cubana y de su régimen político en las difíciles condiciones actuales”. Cuba Cairá, Editorial Vozes, Petrópolis 1995. Se publicó en francés en Presses Universitaires, Septentrion, Lille, France, 1997.

En 1998 publiqué una nueva versión actualizada y muy resumida en la Colección “El Mundo Actual: Situación y Alternativas” que dirigía en la UNAM Pablo González

1 F. López Segrera: “La revolución cubana, raíces históricas, logros, contradicciones, y retos”. En La Revolución Cubana. Coordinador Luis Suárez Salazar. Editorial Ciencias Sociales, Habana, 2018. Vid. “Cuba en el siglo XXI (2000-2022)”, en A. García Linera, M. Pochmann, R. Ramírez y Emir Sader: Historia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Ediciones Akal México, 2023. <https://clacso.tv/capitulo/lopez-segrera-en-cuba-no-alcanza-con-actualizar-se-trata-ademas-de-recrear-un-nuevo-modelo/>.

Casanova. Invitaba a dar una conferencia y a entregar un trabajo para publicar. “Cuba después del colapso de la Unión Soviética”. UNAM, 1998.

Tanto Theotonio, primero, en 1975, como Wallerstein, después, en 1995, me señalaron que mi libro “Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo 1510-1959”, publicado en la colección Premio Casa de las Américas, Habana 1972, era un interesante estudio de caso que aplicaba a un país concreto los aportes teóricos de la teoría de la dependencia.

A lo largo de su obra, usted se ha dedicado, entre otros aspectos, al estudio de la formación histórica cubana; a la evaluación de las perspectivas y desafíos de la Revolución Cubana; al análisis prospectivo del sistema-mundo contemporáneo, destacando las contradicciones de sus estructuras de poder y la dialéctica de sus luchas sociales y políticas; y a la investigación sobre la organización de la ciencia y los sistemas de enseñanza superior en el mundo, con énfasis en América Latina. ¿Qué balance hace de sus principales contribuciones en estas materias?

Tuve la oportunidad, gracias a la revolución cubana (en la época de Fidel en especial) y a la UNESCO (en la época de Federico Mayor Zaragoza y posteriormente) - en la que trabajé 8 años (1994-2002) cómo consejero regional de ciencias sociales y director del IESALC; y luego 7 años más (2002-2009) cómo miembro del Foro UNESCO de educación superior -, de conocer figuras de primer nivel en los temas que me interesaba investigar. Por más de 40 años he llevado paralelamente mis estudios sobre: 1) cultura, sociedad, economía y política exterior de Cuba; 2) mi aplicación de la teoría prospectiva a países, universidades y al sistema-mundo, a megatendencias globales y a la geopolítica; 3) y mis estudios acerca de la educación superior. He publicado en estos 3 temas, 38 libros y decenas de artículos, en algunos casos traducidos a 7 idiomas. He contribuido a crear redes en las 3 áreas. La Red de Cátedras UNESCO, la Red GUNI en Barcelona de universidades de innovación en *educación superior*, juntamente con Federico Mayor Zaragoza y Joan Cortadellas; la Red Latinoamericana de Prospectiva con Francisco Mojica; y de apoyo desde UNESCO a redes claves de *ciencias sociales* de la región como CLACSO y FLACSO. Debo decir que tuve un enorme apoyo de rectores brasileños como Raymundo Martín Romeo y Flavio Fava de Moraes, entre otros, de la UNAM, como Pablo González Casanova, de la Universidad de Guadalajara, Tonatiuh Bravo Padilla, de la Universidad de la Habana, José R. Miyar, Juan Vela Valdés, de la Universidad de Oriente, José Antonio Portuondo, del ISRI (Cuba), Salvador Vilaseca, Isabel Allende, Rogelio Polanco, Rogelio Sierra y de otras muchas universidades públicas y privadas de la región. También tuve mucho apoyo del secretario ejecutivo de la FIUC, el obispo Guy Real Thivierge y de rectores

de universidades católicas y del secretario ejecutivo de las Universidades Jesuitas (AUSJAL) Xabier Gorostiaga. Fui orador principal (Key Note Speaker) en un gran número de Conferencias y Seminarios Internacionales tales como: 1) Congreso Mundial de Universidades Católicas convocado por la Federación Internacional de Universidades Católicas (FIUC) “Globalización y Educación Superior Católica”. Ciudad del Vaticano, 2-6 de diciembre de 2002. 2) Congreso Latinoamericano de Universidades Católicas convocado por la FIUC (2006). 3) “Educación Superior y Globalización en el contexto de la transformación social y humana”. 70 aniversario de la Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, Colombia, 8 de septiembre de 2006. El haber trabajado en colaboración con la Iglesia Católica en varios proyectos en UNESCO y el haber estudiado 14 años en Cuba en un colegio jesuita ayudó en este sentido, sin que fuera óbice mi militancia en la revolución cubana y mi visión de izquierda marxista. 4) Máster en Educación Internacional Comparada, Departamento de Educación de la Universidad de Oxford, 5 de marzo de 2009. 5) Clausura de la Cátedra Sesquicentenario de la Universidad Nacional de Colombia, 21 de noviembre de 2017.

Fue clave para mi trabajo la amistad que construí con los principales historiadores de Cuba como: Raúl Roa García, Moreno Fragnals, Juan Pérez de la Riva, Jorge Ibarra, Pedro Pablo Rodríguez, Eduardo Torres Cuevas, Oscar Zanetti, Joel James, Francisco Pérez Guzmán, José Cuza Téllez, René González Barrios; con muchos científicos sociales cubanos como Raúl Roa Kourí, Oscar Oramas, Juan Valdés Paz, Armando Entralgo, Silvio Baró, Gabriel Calaforra, Julio Carranza, Armando Fernández, Julio César Guanche, Aylin Torres, Germán Sánchez, Aurelio Alonso, Fernando Martínez, Carlos Alzugaray, Rafael Hernández, Roberto Regalado, José Cabañas, María Elena Álvarez, y Jesús Arboleya, entre otros; con científicos sociales de otros países como Immanuel Wallerstein, Ronald H. Chilcote, Paul Estrade y teóricos de la dependencia como Theotonio Dos Santos, Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini, Orlando Caputo, Ana Esther Ceceña, Raúl García Buchaca, e investigadores más jóvenes como Carlos Eduardo Martins y Secretarios Ejecutivos de CLACSO como Atilio Borón, Emir Sader y Pablo Gentili y directivos de CLACSO como Pablo Vommaro, Lucas Sablich y María Fernanda Pampín; con teóricos y metodólogos de la nueva ciencia social transdisciplinaria – Edgar Morin, Illya Prigogine, Premio Nobel de Química – y de la prospectiva como Federico Mayor Zaragoza, Hughes de Jouvenel y Francisco Mojica, y de gente más joven como Manuel Ramiro Muñoz, con el que fundamos una cátedra UNESCO primero y una universidad indígena después en Colombia; y también de la educación superior como Phillip Altbach, Carlos Tunnermann, Hebe Vessuri, Marcela Mollis. Me jubilé de UNESCO en septiembre de 2002, pero en diciembre de

ese año fui seleccionado, tras consultar a expertos y ministros de educación superior de nuestra región, para integrar el grupo latinoamericano de expertos de “El Foro UNESCO sobre Educación Superior, Investigación y Conocimiento” (2002-2009), junto a Carlos Tunnermann, José Dias Sobrinho, Hebe Vessuri, Marcela Mollis, Helgio Trindade y Domingo Rivarola. Se seleccionaron 7 expertos por continente. El Proyecto – financiado por la cooperación sueca- duró hasta 2009. Con algunos de los mencionados preparé libros y me prologaron ellos otros, como fue el caso de Federico Mayor, Theotonio Dos Santos, Immanuel Wallerstein, o bien participé con ellos en redes o libros colectivos como fue el caso con Edgar Morin e Illya Prigogine. Carlos Tunnerman fue asesor especial del director general de la UNESCO, Federico Mayor, y luego mi asesor principal cuando yo dirigía el IESALC de UNESCO. Hizo el prólogo a mi libro “Escenarios actuales de la educación superior” publicado por CLACSO en 2024.

También dirigí la Revista de UNESCO, Educación Superior y Sociedad (1998-2001) y fui invitado al Center of International Higher Education que dirige Phillip Altbach – considerado uno de los tanques pensantes de mayor calidad en educación superior a nivel mundial - a impartir un curso; también a dictar conferencias en Stanford, Berkeley y la UCLA; y luego a ofrecer en varias oportunidades entre 2007-2011 conferencias magistrales en el doctorado de educación superior que dirigía en Oxford Colin Brock, con el que publicamos un libro en co-autoría con el Director de la Revista Avaliação, José Dias Sobrinho. En educación superior mi colaboración también fue estrecha con Mario Neves de Azevedo, Vicerrector de la Universidad de Maringá. Fui profesor y asesor del rector de la Universidad de Salamanca Ignacio Berdugo y del de la Politécnica de Cataluña, Josep Ferrer Llop; también de varios rectores de universidades latinoamericanas. En colaboración con académicos de la Universidad de California Los Angeles, de la Universidad de Stanford, de la Universidad de Kunming, China y de la de San Petersburgo, Rusia, entre otras universidades, participé en el proyecto conjunto que tuvo como resultado el libro “As the world turns”, coordinado por el Profesor Walter Allen.²

Asesoré a varios ministros de educación superior de la región. En el caso de Venezuela, fui asesor del primer ministro de educación del Presidente Hugo Chávez y cuando se creó el ministerio de educación superior, de dos ministros de dicho Presidente y luego del Centro Internacional Miranda (CIM) que dirigía Luis Bonilla. Somos con él coautores de 2 libros.

Obtuve en 3 oportunidades el Premio Nacional de Ensayo de la Unión de Escritores y Artistas de Cuba (UNEAC) y la Colección Premio Casa de las Américas

² As the world turns. Emerald, 2012

1972 publicó mi libro Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo (1510-1959) que ya he mencionado y el cuál fue reeditado en Cuba y publicado con 16 ediciones en México por la editorial Diógenes a partir de 1973.

Siempre me fascinó el trabajo de profesor y mis alumnos fueron también mis maestros, pues me ayudaron con críticas y aportes a mejorar mi trabajo. En los últimos 30 años he llegado a tener hasta 500 alumnos anuales – de varios países – entre los cursos presenciales y en las actividades en plataformas como zoom u otras a partir de la pandemia.

Las formas de IA desarrolladas hasta ahora – Chatgpt, Deep Seek – nos sumen en la incertidumbre, pues implica un cambio radical de las aptitudes, competencias y habilidades que serán claves para los mercados de trabajo del futuro. Incluso preocupa que la IA llegue a independizarse de los programadores humanos. Hasta hace 5 años, cuando algunos padres me preguntaban alguna forma segura y rápida de encontrar un empleo bien remunerado, yo recomendaba estudiar programación. Pero en breve, con la IA, tal vez no serán necesarios los programadores humanos. Desde hace unos 10 o 15 años diversas instituciones, cómo el Instituto de Estudios del Futuro de la Universidad de Oxford, están analizando el impacto de la digitalización y de la IA en los empleos y su desaparición. En los Informes 8 y 9 de la “Global University Network for Innovation” he publicado artículos con mi visión y predicción acerca de estos temas en los “Higher Education Report” 7 (2019) y 8 (2022) (<https://www.gunetwork.org/about-guni/what-we-do/>).

En mi libro publicado por CLACSO en 2024 “Escenarios actuales de la educación superior”, me refiero a estos temas y también critico la visión anglosajona de la educación superior y los rankings, aunque no dejo de reconocer sus aspectos valiosos. Nuestras “universidades nacionales de investigación”, de índole pública, como la UNAM, por ejemplo, pueden ser más valiosas y útiles para la sociedad que las universidades privadas. Eso no quiere decir que no haya aspectos de la educación anglosajona que sean valiosos. En Cuba la revolución le dio gran atención a las universidades, las abrió al pueblo con becas y otros estímulos.

El IESALC de UNESCO y su director actual Francesco Pedró, están haciendo un importante trabajo al respecto asesorando a las universidades de la región, que avanzan hacia cambios en los planes de estudio y programas. Sin embargo, con la velocidad que avanza la ciencia, la tecnología y en especial la IA, la enseñanza debe ser cada vez más flexible. La universidad debe graduar alumnos capaces de aprender a trabajar y emprender en un entorno cada vez más complejo. De ahí la necesidad de vincularlos a sus posibles puestos de trabajo futuro desde los primeros años de las licenciaturas. Por eso la formación profesional, por ejemplo, tiene mayor demanda,

pues garantiza mejor que las licenciaturas clásicas, e incluso que las maestrías, una rápida incorporación en el mercado de trabajo. Las estadísticas de la OCDE nos dicen que un graduado de máster o de doctorado tiene mayores posibilidades de empleo, pero no es esto lo que observo en diversos países de la UE como España. Tendremos que ajustar los planes y programas de estudio, no cada 5 o 10 años, sino anualmente. Si no lo hacemos, estaremos enseñando conocimientos inútiles para los retos que plantean los nuevos mercados de trabajo. Tengo la impresión – y la información – de que en China se están haciendo estos cambios con mayor velocidad que en el “Occidente Colectivo”, y con otras prioridades, aunque en ambos casos se hacen esfuerzos relevantes para preparar a los estudiantes para los retos del futuro.

¿Cómo fue su acercamiento a la teoría de la dependencia y a sus principales autores? ¿De qué forma este enfoque orientó —y aún orienta— su interpretación de las estructuras de poder en América Latina?

Los golpes de Estado en Brasil y en otros países de la región, como el caso de Chile, desde 1964 hasta la caída de Pinochet, dio lugar a que gran parte de los investigadores sociales latinoamericanos se trasladaran a México, que les ofreció – al igual que antes a los republicanos españoles – excelentes condiciones de trabajo. A principios de los 70s conocí allí a Theotonio Dos Santos, a su esposa Vania y a Ruy Mauro Marini. Ya yo conocía la obra de estos autores y había aplicado sus modelos teóricos en mi libro “Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo” y en otros trabajos. Con Theotonio hice una gran amistad y trabajamos en proyectos diversos desde los 70s hasta que falleció en 2018. Con motivo de celebrar sus 60 años convoqué, desde mi cargo de consejero regional de ciencias sociales de UNESCO, a algunos de los principales pensadores sociales a nivel global – todos ellos conocían y admiraban la obra de Theotonio – y publicamos sus contribuciones en los dos tomos de “Los Retos de la Globalización” UNESCO-Caracas, 1998. La obra tiene un excelente artículo introductorio de Carlos Eduardo Martins sobre la obra de Theotonio y contribuciones de: Wallerstein, Samir Amin, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Vania Bambirra, Ana Isabel Prera Flores y otros autores de relevancia. También, - a partir de 2015, a petición del secretario ejecutivo de CLACSO, Pablo Gentili, – preparé, con la ayuda de Theotonio y de su esposa Mónica Bruckmann, la antología de Theotonio que fue publicada por CLACSO en dos tomos, *Construir soberanía. Una interpretación económica de y para América Latina*. Fue una tarea dura, pues ya Theotonio estaba enfermo, aunque siempre optimista y trabajando con gran ayuda de su esposa Mónica Bruckmann. Pudo revisar el texto introductorio que escribí para su antología antes de fallecer y dar su aprobación. Recomendando leer la

introducción que hice a dicha antología publicada en edición digital por CLACSO y la que hizo Mónica su esposa.

Bettina Levy preparó una antología de Atilio Borón con una excelente introducción de ella. Atilio me pidió que preparara una introducción adicional y lo hice. CLACSO la publicó.

¿Cómo se vinculó a los análisis del sistema-mundo? ¿Qué contribuciones destacaría de las obras de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Andre Gunder Frank, Samir Amin y Theotonio Dos Santos? ¿Cómo marcaron su propio pensamiento?

De estos autores tuve una amistad más estrecha con Theotonio y Wallerstein. Desde 1995, en que me invitó este último a su Seminario en la Mason de las Sciences del Homme en Paris, (había cinco investigadores, uno por continente) hasta su muerte en 2019, tuvimos una colaboración estrecha en varios espacios. Estuve de Profesor en el Instituto que dirigía en Binghamton impartiendo un curso (2001), colaboré mucho con él cuando era presidente de la Asociación Internacional de Sociología (1997-1998); con Gunder Frank que había estado en Cuba; y en especial con Theotonio Dos Santos con el que tuve una larga y sostenida colaboración, en particular en la Cátedra de Globalización y Desarrollo Sostenible que dirigía. También tuve amistad con Samir Amin y conocí a Arrighi, aunque los traté menos. Pero la obra de todos ellos influyó mucho en mi trabajo y en mis análisis sobre Cuba, América Latina y el Tercer Mundo.³

En 2003 y 2005, usted fue una de las figuras clave en la organización de los seminarios de la Cátedra sobre Globalización y Desarrollo Sostenible, dirigida por Theotonio Dos Santos, realizados en Río de Janeiro. Estos encuentros dieron origen a los cuatro libros de la colección Hegemonía y contrahegemonía (publicados en 2004 y 2005) y al libro Los países emergentes y los nuevos caminhos de la modernidad (2008). ¿Cuáles fueron las principales tesis lanzadas en esos seminarios? ¿Qué balance podemos hacer de esas formulaciones 20 años después?

No creo haber sido una figura clave. Creo que la figura clave fue Theotonio, que atraía a los mejores con su enorme prestigio desde su Cátedra UNESCO, que él supo convertir en Red. Y también Carlos Eduardo Martins, Fernando Sá y Mónica, esposa de Dos Santos, que llevaron todo el peso de la organización. Estos libros fueron clave, se publicaron 4 tomos, mi trabajo está en el primero – junto a los de Theotonio,

³ Ver en Rebelión la entrevista que me hizo Salvador López Arnal sobre I. Wallerstein el 19 de febrero de 2020.

Wallerstein, Gunder Frank, Arrighi, Samir Amin, Gilberto Dupas, Xie Shou-Guang e Gao Xian y Estrella Bohadana y René Dreifuss – y creo que soy el único que queda vivo de ese tomo. En el tomo 2 se publicaron trabajos de Alvater, Ana Esther Ceceña, Quijano, Ianni; en el 3 había trabajos de Davidov, Oswaldo Munteal; y en el 4 de Celso Furtado, Orlando Caputo, Carlos Eduardo Martins, Julio Gambina, Pierre Salama, Franklin Trein y Eduardo Portella, entre otros. Con muchos de ellos me unía una gran amistad y un intenso aprendizaje de su obra. Esos 4 tomos son una verdadera antología de mucho de lo mejor de las ciencias sociales a nivel latinoamericano y global en ese momento. Ahora, por iniciativa de Carlos Eduardo Martins, pensamos celebrar en según semestre de 2025 un seminario virtual, en el participaremos los que estamos vivos de estos 4 tomos.

Las formulaciones, análisis e hipótesis de muchos de esos textos – qué analizaban el desarrollo desigual, la dependencia y el impacto de la globalización – conservan toda su vigencia.

La corriente con la visión del sistema-mundo y la teoría de la dependencia, en forma independiente de las especificidades de cada autor, se caracterizó por hacer un análisis crítico del desarrollo mundial del capitalismo, de la explotación colonial y neocolonial del centro desarrollado a la periferia de países subdesarrollados. Una situación de dependencia en la que la economía de un grupo de países subdesarrollados está condicionada por el desarrollo y la expansión de una economía central, a la cual el propio “desarrollo” de estos países subdesarrollados está atado. Esta estructura histórica beneficia a determinados países en perjuicio de otros.

Recientemente, se publicó el libro ¿Hacia la Tercera Guerra Mundial?, coordinado por usted, Manolo Monereo y Carlos Eduardo Martins. ¿Qué lectura hace de las disputas geopolíticas y de las luchas de clases en el sistema-mundo contemporáneo? ¿Corremos el riesgo de una Tercera Guerra Mundial? ¿Ya está en curso? ¿Cuáles son las principales fuerzas que la impulsan? ¿Y qué fuerzas podrían impedirla y afirmar una transición predominantemente pacífica hacia un nuevo orden? ¿Cuáles son sus puntos fuertes y débiles? ¿Podemos tener esperanza?

En el verano de 2003 yo estaba muy disgustado al ver que acá en España y en Europa y EE.UU., es decir, en el “Occidente Colectivo”, la única versión de la guerra de Ucrania era la de EE.UU., de la OTAN, de la Unión Europea, que se había subordinado a Estados Unidos y a la OTAN y renunciado a la “autonomía estratégica”. En los noticieros de TV, en la radio, en las revistas, en los periódicos...solo había una versión, la de la OTAN. Por eso, al ver un excelente texto de Manolo Monereo – pienso que es la figura más brillante de la izquierda española - sobre la guerra de Ucrania, lo

llamé y le propuse coordinar un libro sobre el tema con él y Carlos Eduardo Martins. Titulamos el libro ¿Hacia la tercera guerra mundial? y lo publicó en enero de 2024 El Viejo Topo, editorial que dirige con sabiduría en Barcelona nuestro editor Miguel Riera, que me ha publicado 6 libros. El libro lo presentamos en la Habana en febrero de 2024 en la Feria del Libro, en el Instituto Superior de Relaciones Internacionales asociado con el Centro de Investigaciones de Política Internacional (CIPI), y en la Unión de Escritores de Cuba (UNEAC). El libro ha tenido buena acogida y se le han hecho buenas reseñas. Monereo en especial dio decenas de conferencias presenciales y virtuales al respecto y también Carlos Eduardo Martins. Pienso que los sucesos ocurridos tras febrero de 2024 en que se publicó el libro, han validado las hipótesis enunciadas en él por los autores de los diversos artículos.

El 17 de enero de 2025 publiqué un artículo en Rebelión titulado “El inicio de la tercera guerra mundial”, donde sostengo que la 3ra guerra mundial ya se ha iniciado, aunque aún no es nuclear. Sin embargo, espero que prime la cordura y no lleguemos a eso.⁴

En resumen: son Estados Unidos, una potencia imperial agresiva, quién nos pone en peligro de guerra nuclear; y son los países como China y los BRICS los que se esfuerzan en impedirla y en avanzar en el diálogo y la negociación mediante la diplomacia bilateral y multilateral; y sin utilizar el chantaje militar y los bloqueos para obtener sus objetivos como haces Estados Unidos. En 2018 Trump retiró a Estados Unidos del acuerdo firmado por Teherán con el grupo formado por Alemania, China, Estados Unidos, Francia, Reino Unido y Rusia, que establecía límites y controles al programa nuclear iraní, a cambio del levantamiento de sanciones internacionales. En este momento Washington negocia con Irán la posibilidad de restablecer el acuerdo.

No olvidemos que Estados Unidos han dado su autorización y apoyo a Netanyahu, para que siga practicando con impunidad el genocidio de Gaza.

En su opinión, ¿qué le faltó al socialismo del siglo XX? ¿A qué desafíos y necesidades debe responder un resurgimiento del proyecto socialista en el siglo XXI?

En 1959, a la vez que devoraba los clásicos del marxismo y los densos manuales soviéticos de marxismo-leninismo, también leí los libros de los principales renegados: Jan Valtin, Arthur Koestler entre otros y eso no debilitó mi confianza en la Revolución Cubana, aunque me impresionaron sus dramas personales y lo que describían. También, años después, leí a Milovan Djilas, “La Nueva Clase”, los disidentes checos y toda la literatura crítica de la URSS y el socialismo europeo. Siempre seguí leyendo vorazmente, toda mi vida, todos los textos de filosofía y sociología en forma ordenada.

⁴ <https://rebellion.org/autor/francisco-lopez-segrera/>

La obra de Trotsky me resultó fascinante y el estudio de la misma por Deutscher y por otros autores como Robert Service. Pienso que autores posteriores como Lukacs, el círculo de Frankfurt, los de Monthly Review, los de New Left Review, los publicados por CLACSO y editoriales latinoamericanas, con México siempre apoyando a las vanguardias revolucionarias y también Cuba, con una visión más radical, fue algo clave, que renovó el marxismo soviético.

Yo creía en la tesis de Deutscher en “La revolución inconclusa”, de que el proletariado soviético iría eliminando los errores de la burocracia, pero no pensé – pese a mi dedicación hacia la prospectiva – que el socialismo soviético se derrumbaría. Aunque también debo decir que veía con ojos muy críticos el socialismo soviético, en especial tras residir en la URSS seis meses, en 1979-1980, con el objetivo de dar algunas conferencias y defender mi primer doctorado, luego hice otro en la Sorbona. Tuve allí grandes amigos y me despertó una admiración aún más grande el pueblo soviético y también intelectuales como Viktor Volski – héroe de la URSS – que dirigía el Instituto de América Latina, donde hacía mi doctorado, de Sergio Mikoyán, que dirigía la Revista América Latina, Kiva Maidanik, que defendía como yo la tesis del capitalismo dependiente, muy criticada por la vieja guardia dogmática.

Sin embargo, pude observar una crítica muy dura hacia la dirigencia soviética en intelectuales y personas jóvenes. Era una sociedad que había alcanzado logros enormes, pero que se derrumbó sin resistencia. Hay quienes piensan que el desplome del socialismo en la URSS – y en Europa del Este – ocurrió por los errores de Gorbachov, pero yo creo que las poblaciones rechazaron la falta de participación democrática y transparencia, pese a una tardía “glasnost” y a la “perestroika”. El sistema se tornó impopular, e inviable.

La dirigencia de China tomó otro camino distinto tras la muerte de Mao (1976) y, después de un periodo de transición (1976-78), en 45 años está a la vanguardia del planeta. Han adaptado la meritocracia confuciana a los principios de la revolución y el marxismo y han tenido un éxito rotundo al igual que Vietnam e incluso Laos, dando un espacio, dentro de un régimen y economía socialista, a la iniciativa privada, a los inversores extranjeros, sin renunciar a los principios clave del socialismo. Es cierto que no han sufrido, como Cuba, un bloqueo genocida como el de Estados Unidos en esa dimensión. He visitado China y he colaborado y preparado con ellos libros y artículos y se respira un aire de confianza en la dirigencia y en las oportunidades que ofrece a todos la sociedad. Tienen empresas privadas y universidades privadas, pero que no son capitalistas, pues se rigen por las normas de un sistema socialista. No creo todo sea perfecto, pero es obvio que el cambio, del fallido modelo soviético, a este modelo de socialismo de mercado ha tenido un gran éxito.

En el caso de América Latina y el Caribe, en un momento en que la izquierda confronta serias dificultades, el socialismo latinoamericano tiene que dar prioridad a la participación democrática en las decisiones, aunque esto sea en medio de la hostilidad del imperio norteamericano. Pero no basta la hostilidad del imperialismo norteamericano para legitimar los gobiernos de izquierda de la región, es necesario que renueven su legitimidad construyendo espacios democráticos y no cerrándolos.

A mi juicio, es el gobierno de Estados Unidos él que pone en riesgo a la humanidad actual, con sus 8000 bases militares en 70 países y 275 bases en su territorio, amenaza todo el planeta y apoya el genocidio del gobierno de Israel en Gaza y sus intentos de atemorizar a Irán. Trump, asesorado por Elon Musk, Peter Thiel y acólitos de muy bajo nivel, piensa que un país es una start-up, una empresa privada a espaldas de lo público, y está creando una crisis global. El utilizar los aranceles como estrategia para que el dólar se deprecie con el fin de pagar a la baja la enorme deuda de estadounidense, es una estrategia errónea que golpeará a los más pobres y contribuirá a una grave crisis, al igual que su desmantelamiento de todo lo público y su deportación fascista masiva de inmigrantes. Sin duda, China se impondrá en esta guerra comercial declarada por Trump que afecta a las cadenas globales de suministro y a la economía mundial. Por otra parte, el proyecto de reindustrializar a Estados Unidos ya no es viable - el sector manufacturero está desmontado y es solo un 9% de la fuerza de trabajo -; y en caso de que se intentara, llevaría no menos de 5 años mostrar algún resultado.

En 2000, junto a Daniel Filmus, usted coordinó el libro América Latina 2000: Escenarios, alternativas y estrategias. ¿Qué balance podemos hacer de estos 25 años del siglo XXI en América Latina, desde el punto de vista de sus estructuras de poder, sus fuerzas políticas y sociales, su inserción en las relaciones internacionales y su actuación geopolítica? ¿Cómo hemos enfrentado —o cómo deberíamos enfrentar— los temas de la desigualdad, la democracia, la soberanía productiva y la decolonialidad del poder? ¿Y están nuestros sistemas de educación superior a la altura de estos desafíos?

Cómo he mencionado, cuando llegué al cargo de Consejero Regional de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe (marzo 1996) nos planteamos 3 tareas principales: 1) continuar con el desarrollo de las Cátedras UNESCO en la región – programa del que fui fundador en la sede de UNESCO, en París; 2) fortalecer redes de ciencias sociales que ya existían en la región como FLACSO y CLACSO en especial; 3) y crear, conjuntamente con Francisco Mojica, la Red Latinoamericana de Estudios Prospectivos que presidí durante varios años (1996-2004). Lo primero que hicimos fue realizar un inventario de los estudios prospectivos en la región y fundar la

mencionada red. La ayuda del director de FLACSO-Argentina, Daniel Filmus – que luego fue ministro de educación y senador - fue clave al respecto. Pedimos a un grupo de estudiosos de la prospectiva en varias áreas – método prospectivo, educación, cultura y ciencias sociales – que prepararan ponencias para los Encuentros I (Bogotá 1997), II UNAM (1998), y III, Río de Janeiro (1999), de la Red. Con las mejores ponencias de dichos Encuentros se preparó el libro “América Latina 2020: escenarios, alternativas y estrategias”, que se publicó en co-edición en el año 2000 de: FLACSO, UNESCO y Temas Grupo Editorial, Buenos Aires 2000. Se dio una visión del método prospectivo – Xabier Gorostiaga, Sergio Buarque, Francisco Mojica – de la educación – Tunnermann, Didriksson, Filmus, Fava de Moraes, Raymundo Martins Romeu – de la cultura – Celso Furtado, Julio Carranza, Estrella Bohadana – y de las ciencias sociales – Theotonio Dos Santos, Aldo Ferrer, Atilio Borón, Francisco López Segrera, Emir Sader, José Antonio Ocampo.

En el 2004 publicamos el libro “América Latina y el Caribe en el siglo XXI” con prólogo de Federico Mayor Zaragoza, Prefacio de Celso Furtado e Introducción de Immanuel Wallerstein y coordinado por el que suscribe con Francisco Mojica, Axel Didriksson, Manuel Ramiro Muñoz y J. L. Grosso. Este libro publicó algunos de los trabajos ya publicados en América Latina 2020 y las mejores ponencias de los Encuentros IV y V de la mencionada Red, de autores como: Francisco Mojica, López Segrera, Ana Isabel Prera Flores, Celso Furtado, Daniel Filmus, Julio Carranza, Ana Luisa Machado, Calos Tunnermann, Xabier Gorostiaga, Axel Didriksson, Atilio Borón, Emir Sader, Theotono Dos Santos, Pierre Salama, Carlos Eduardo Martins, Rene Dreifuss, Carlos Mallman, Fabio Grobart, Enrique Leff y Fidel Castro Díaz Balart, entre otros.

Ambos libros fueron intentos de mostrar la relevancia de la metodología prospectiva y de formular escenarios, alternativas y estrategias ante los problemas de la región.

La región ha tenido avances en su desarrollo y en el proceso de descolonización, e incluso en su posicionamiento geopolítico, acercándose a posibilidades comerciales y de desarrollo que ofrece la Unión Europea y en especial China. Pero aún falta mucho para la plena independencia, que solo será posible de alcanzar con una integración económica y política profunda, independiente del dominio neocolonial de Estados Unidos. También falta mucho en lo que respecta a reducción y eliminación de la pobreza y de la enorme desigualdad.

Siempre estuvimos estudiando el imperialismo, el colonialismo, el eurocentrismo y abogando por desarrollar una ciencia social latinoamericana, con una visión poscolonial y no eurocéntrica. Invitamos a Edgardo Lander a coordinar un libro sobre “La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales”, que publicó

textos de este autor, de Enrique Dussel, Arturo Escobar, Anibal Quijano, López Segrera y otros autores.⁵

En 2016, en nuestro libro “América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha” nos planteamos⁶: ¿Cómo es posible, qué tras las políticas sociales y de empoderamiento popular llevadas a cabo por las fuerzas progresistas de izquierda mediante gobiernos posneoliberales, se produzca el retorno de la nueva derecha? ¿A qué se debe esto?

Entre 1998, con la victoria de Hugo Chávez en Venezuela, y 2014, se produce el ascenso y consolidación de proyectos progresistas posneoliberales en Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguay, Bolivia, Ecuador, Nicaragua, El Salvador, Paraguay, y Honduras. En estos dos últimos países, la derecha desalojó del poder a los presidentes elegidos democráticamente mediante golpes de estado blandos, y en los demás países se produjeron o bien intentonas de golpe de estado fallidas – e incluso exitosas – o intentos de desestabilización de diversa índole. Esto muestra que la derecha se había replegado, pero que esperaba su oportunidad para restablecer los poderes oligárquicos, como hizo mediante elecciones presidenciales, golpes de estado parlamentarios con fórmulas de “lawfare”, y golpes de estado clásicos.

Para Atilio Borón y Paula Klachko – “Segundo Turno. El resurgimiento del ciclo progresista en América Latina y el Caribe (2023)” – se está produciendo “un relanzamiento del ciclo progresista en esta tercera década del siglo XXI”. Esta afirmación parece en exceso optimista, pese a que Cuba, Venezuela y Nicaragua resisten; y a las victorias recientes de Lula, Petro, Claudia Sheinbaum y Yamandú Orsi y de la existencia de gobiernos progresistas en Honduras, Guatemala, Bolivia, y Chile.

Sin embargo, *la unidad y convergencia que se dio entre 1998 y 2015 entre la izquierda socialdemócrata y una izquierda más radical*, entre los partidarios de la reforma y los partidarios de la revolución, a partir del Foro de Sao Paulo, en que ambas izquierdas hicieron causa común, creando en 2008 la Unión de Naciones del Sur (UNASUR) y en 2010 la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), parece estar en crisis ahora. Esto se hizo evidente, a partir de las diferencias surgidas a raíz de las elecciones presidenciales de 2024 en Venezuela. En un excelente artículo de Roberto Regalado – en el libro en vías de publicación “El ciclo progresista en América Latina: emergencia, desarrollo, crisis y posible resurgimiento (1999-2025)”, coordinado por el que suscribe, Carlos Eduardo Martins y Jhon Mario Muñoz – se sostiene que la falta de unidad entre estas dos izquierdas, lleva a “derrotas catastróficas” como la ocurrida en Argentina con Milei.

⁵ UNESCO-CRESALC, Caracas, 2000.

⁶ Coedición CLACSO-CICCUS, Buenos Aires, 2016.

Usted también se ha destacado por organizar antologías de los clásicos del pensamiento latinoamericano. ¿Cuáles considera que son las contribuciones más destacadas de este pensamiento a las luchas emancipatorias del siglo XXI?

He contribuido a la preparación de antologías en temas de educación superior y también de ciencias sociales, como la ya mencionada dedicada a la obra de Theotonio Dos Santos – Los retos de la globalización – o las realizadas sobre temas de ciencias sociales y prospectiva ya mencionadas.

Un esfuerzo clave al respecto fue el desarrollado por Ruy Mauro Marini y Theotonio Dos Santos en la obra en dos tomos “El pensamiento social latinoamericano en el siglo XX”, que publicamos nosotros como editores en UNESCO-Caracas en 1999. Ocurrió, que la obra de ambos académicos había despertado un enorme interés en México, en América Latina y a nivel mundial. Pero al llegar al Brasil post-dictadura, se encontraron con que su obra era poco conocida ahí, dado el clima académico de derecha que prevaleció durante la dictadura. Entonces le pedí a Ruy Mauro que hiciera esta antología, a partir de un trabajo al respecto que había desarrollado en México. Luego se sumó Theotonio a este esfuerzo. Cuarenta y cinco autores latinoamericanos figuran en esa antología, que no deja hoy de tener actualidad. Pienso que los teóricos de la CEPAL (Prebisch, Furtado), de la teoría del sistema-miundo (Wallerstein, Amin, Quijano) y de la escuela de la dependencia (Dos Santos, Marini) enriquecieron mucho las ciencias sociales de la región, junto a visiones como las de Bolívar, Martí, Mariátegui, Fidel Castro, Che Guevara y otros dirigentes políticos como Salvador Allende y Hugo Chávez.

50 anos dos Sistemas-Mundo: um balanço provisório*

Ravi Arvind Palat**

Resumo: Análise da trajetória de 50 anos da perspectiva do sistemas-mundo apontando o contexto social que a impulsionou, as formas de organização que adotou e os principais resultados que alcançou. O artigo aponta a resistências e forças que buscaram desestruturá-la bem como os desafios colocados para sua renovação de seus conceitos estruturais com o avanço do século XXI e as transformações no sistema-mundo em curso.

Palavras-chave: Perspectiva do sistema-mundo. Immanuel Wallerstein. Fernand Braudel Center. Século XXI

Abstract: Analysis of the 50-year trajectory of the world-systems perspective pointing to the social context that propelled it, the forms of organization that it adopted, and the main results that it achieved. The article points to the resistances and forces that sought to disstructure it as well as the challenges placed for its renewal of its structural concepts with the advance of the 21st century and the ongoing transformations in the world-system.

Keywords: World-systems perspective. Immanuel Wallerstein. Fernand Braudel Center. 21st Century.

Resumen: Análisis de la trayectoria de 50 años de la perspectiva del sistema-mundo apuntando el contexto social que la impulsó, las formas de organización que adoptó y los principales resultados que alcanzó. El artículo apunta las resistencias y fuerzas que buscaron desestructurarla, así como los desafíos colocados para su renovación de sus conceptos estructurales con el avance del siglo XXI y las transformaciones en el sistema-mundo en curso.

Palabras-clave: Perspectiva del sistema-mundo. Immanuel Wallerstein. Fernand Braudel Center. Siglo XXI.

* Trabalho preparado para o Immanuel Wallerstein Memorial Speaker Series, organizado pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, em 27 de abril de 2023. Agradecimentos não discriminatórios a Reşat Kasaba e William G. Martin.

A versão em inglês desse texto foi publicada no *Journal of World-System Research* Vol. 30 Issue 1.

A tradução para o português desta edição foi feita por Raquel Coelho.

** Professor aposentado da Universidade Estadual de Nova York, em Binghamton. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Nova York em Binghamton.

Cinquenta anos após ter sido formulada pela primeira vez, como podemos avaliar as maneiras pelas quais a perspectiva dos sistemas-mundo moldou nossa visão de mundo, e quais são seus limites e desafios, uma vez que nos encontramos no meio de uma reestruturação neoliberal das universidades e da ascensão de um populismo étnico reacionário em todo o mundo? O que veremos a seguir é o que C. Wright Mills chamou de imaginação sociológica: parte história intelectual e institucional, parte economia política e, inevitavelmente, parte autobiografia. Sendo este o Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, indicarei telegraficamente aspectos de uma perspectiva dos sistemas-mundo em vez de desenvolvê-la em detalhes (PALAT, 2014).

Primeiro, traçarei as origens intelectuais e geopolíticas da perspectiva dos sistemas-mundo e, em seguida, analisarei sua trajetória institucional e intelectual em Binghamton. De certa forma, o declínio da importância da perspectiva dos sistemas-mundo se deve à necessária obsolescência de seu sucesso: quem mais, na década de 1970, falava sobre a economia-mundo? Hoje em dia, falar sobre a economia-mundo é tão comum que não há nada de extraordinário. Dado que os desafios intelectuais às perspectivas existentes surgem de movimentos sociais mais amplos, a diminuição da relevância das abordagens radicais na academia também deve ser atribuída à ascensão da universidade neoliberal, bem como à guinada à direita de muitos movimentos de libertação nacional. Justamente porque uma análise dos sistemas-mundo requer que conceitos relacionais em escala global, para analisar fenômenos empíricos, sejam continuamente forjados no decorrer da pesquisa, em vez de simplesmente aplicar conceitos e metodologias já formados (MARTIN, 1994; WALLERSTEIN, 2005), talvez seja ela a única abordagem capaz de analisar a emergência de importantes centros de acumulação fora do eixo Europa-América do Norte pela primeira vez na história do capitalismo. De fato, há hoje uma retomada de interesse nas obras de Joseph Schumpeter, Karl Polanyi e Antônio Gramsci – todos os quais forneceram inspiração intelectual para uma análise dos sistemas-mundo. Como poderia isso expandir, modificar e/ou alterar as estruturas teóricas dominantes para a compreensão do mundo contemporâneo? Ademais, devemos também examinar as limitações de uma análise dos sistemas-mundo: por que, por exemplo, os movimentos de libertação nacional não cumpriram sua promessa emancipatória? Ou por que a ascensão das forças de direita, do Hindutva na Índia ao Brexit e Donald Trump, Jair Bolsonaro, Viktor Orbán e Rodrigo Duterte, não foi prevista? Como devemos entender os novos regimes trabalhistas na China?

Os movimentos sociais radicais da década de 1960 – Black Power, movimentos de libertação nacional e socialistas, protestos contra a Guerra do Vietnã, maoísmo, movimentos feministas e protestos estudantis – romperam fundamentalmente as narrativas dominantes da modernidade capitalista e mudaram a maneira como vemos o mundo hoje. Mas as localizações geopolíticas determinaram como esses questionamentos sobre a modernidade capitalista foram diferentemente realçados. A Nova Esquerda europeia revisitou, na década de 1970, o debate pós-guerra entre Maurice Dobb e Paul Sweezy sobre as origens do capitalismo, o qual ficou conhecido como o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo (DOBB, 1946; HILTON, 1978), seguido por outro sobre as lutas de classes agrárias e o surgimento do capitalismo (ASTON; PHIPLIN 1985). Essas disputas intraeuropeias (ainda que Kohachiro Takahashi tenha sido incluído) permaneceram confinadas aos limites dos Estados-nação, com pouca referência ao mundo extraeuropeu. Mesmo no relato magistral de E. P. Thompson (1966) sobre a formação do primeiro proletariado industrial inglês, não há nenhuma referência à devastação da indústria têxtil na Índia, sobre a qual foi fundado. Aliás, o debate sobre o modo de produção na Índia, que ocorreu no final da década de 1960 até a década de 1980, discutindo se as relações de produção na agricultura eram “semifeudais”, capitalistas ou “coloniais” (ALAVI, 1975; NADKARNI, 1991; PATNAIK, 1990), “absurdamente” considerou a experiência inglesa de formação da classe trabalhadora como o caso ideal-típico e “[...] procurou seus análogos no próprio lugar em cuja ruína dependia sua formação” (SATIA, 2020, P. 265).

De modo mais geral, a ancoragem da mudança histórica dentro de estruturas nacionais dominou os estudos sobre a Ásia e talvez tenha decorrido de uma atenção orientalista às civilizações – hinduísta bramânico, chinesa, islâmica, budista. As magnitudes escalares muito maiores das populações no continente em comparação a outros lugares significavam que, mesmo quando universidades no estilo europeu foram estabelecidas, havia muito pouca circulação de acadêmicos entre as colônias, mesmo dentro do mesmo império colonial. A educação em idiomas europeus permaneceu restrita a uma pequena elite colonizada e, em grande parte, separada das populações nativas. A maioria desses acadêmicos, embora se sentisse à vontade em um idioma europeu, raramente conhecia outro idioma asiático e, na ausência de uma rede complexa de intercâmbios acadêmicos – traduções, comentários, conferências, pesquisas colaborativas – voltavam-se para os debates europeus sobre mudanças sociais em larga escala, em vez de traçar padrões de evolução histórica no seu próprio continen-

te (PALAT, 1996)¹. De fato, o debate intraeuropeu sobre a transição do feudalismo até estimulou um debate estéril sobre se houve mesmo feudalismo na Índia (BYRES; MUKHIA, 1985), já que qualquer concepção não linear da história permanecia praticamente impensável.

Além disso, como a presença europeia em suas colônias asiáticas era uma camada fina sobreposta a um estrato espesso de elites e colaboradores locais. O encontro civilizacional com a Europa nunca teve a mesma primazia que teve no Caribe ou nas colônias de povoamento das Américas. Os romances urdus dos últimos 200 anos, escreveu Aijaz Ahmad, eram críticas multifacetadas das “[...] nossas estruturas de classe, nossas ideologias familiares, nossa gestão de corpos e sexualidades, nossos idealismos, nossos silêncios” e, embora as interações com os europeus estivessem presentes neles, nunca tiveram a mesma importância que tiveram em romances ingleses como *Uma passagem para a Índia*, de E. M. Forster. Com exceção de alguns contos, os romances em urdu tratavam principalmente da “[...] barbárie dos proprietários de terras feudais, de estupros e assassinatos nas casas de ‘místicos’ religiosos, do domínio dos agiotas sobre a vida dos camponeses e da pequena burguesia, das frustrações sociais e sexuais das jovens estudantes” (AHMAD, 1992, P. 118).

Assim, embora Dadabhai Naoroji (1825-1917), fundador e várias vezes presidente do Congresso Nacional Indiano, tenha sido talvez o primeiro não europeu a escrever sobre a “drenagem de riqueza” colonial e o aprofundamento da pobreza na Índia (PATNAIK, 2017), foram Raúl Prebisch e seus colegas da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina que, pela primeira vez, conceptualizaram centro e periferia em uma crítica à vantagem comparativa de David Ricardo. Prebisch e Hans Singer, um economista alemão, argumentaram que os termos de troca se movem constantemente contra os Estados periféricos, os quais se especializam cada vez mais na produção de produtos primários em seu comércio com os Estados centrais, produtores de bens industriais.

Os estudiosos da América Latina e da África conseguiram ir além dos limites dos Estados-nação e buscaram recuperar a percepção de Karl Marx de que o capitalismo nasceu em um cenário global – que “[...] o mercado mundial e o comércio mundial datam do século XVI e, a partir de então, a história moderna do capital começa a se

1 Curiosamente, depois que Ngũgĩ wa Thiong’o decidiu parar de escrever em inglês em favor de seu idioma nativo, o Kikuyu, um novo coletivo de autores panafricanos, Jalada Africa, começou a publicar traduções de trabalhos literários nos idiomas africanos, incluindo a fábula de Ngũgĩ *Ituika Rĩa Mũrũngariũ: Kana Kĩria Gitũmaga Andũ Mathĩ Marũngĩĩ* (A revolução vertical: Ou por que os humanos andam em pé), traduzida para mais de 28 línguas africanas. E, nas palavras de Ngũgĩ, tais traduções “[...] empoderaram a África, fazendo com que os africanos se apropriem de seus recursos linguísticos – construindo sonhos com nossos idiomas – e outros recursos naturais – criando coisas com eles, consumindo alguns, trocando outros” (citado em FLOOD, 2016).

desdobrar” (MARX, 1977, P. 247). Isso foi devido ao contato mais próximo entre as colônias e ao uso de idiomas comuns na academia, facilitando as comparações transnacionais. Ao invés de estabelecer universidades provinciais como na Índia – Bombaim, Calcutá, Madras – os britânicos criaram universidades panregionais na África como faculdades constituintes de universidades inglesas, atraindo estudantes da região e professores de todo o mundo: Makerere, por exemplo, foi estabelecida não como uma universidade para Uganda, mas como o campus principal para a África Oriental Britânica (MAMDANI, 2005). A contratação de professores em Makerere e em Dar es Salam, na década de 1960, foi realizada por meio do Ministério Britânico de Desenvolvimento Ultramarino, que recrutou diversos acadêmicos, incluindo, em vários momentos, David Apter, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Walter Rodney, Sol Picciotto, John Saul, Jim Mello, Catherine Hoskins, Luisa Passerini, entre outros. André Gunder Frank e Samir Amin frequentemente ministravam palestras nessas instituições (ARRIGHI, 2009; HILL, 1990)². Os dois primeiros livros de Wallerstein foram sobre a África, e ele afirmou que seu encontro com o continente foi “[...] responsável por desfazer as partes mais estagnantes de minha formação educacional” (citado em TSIKA, 2019)³. A formação acadêmica nas universidades coloniais e a circulação transnacional de intelectuais criaram uma consciência em todo o continente do impacto do domínio colonial, especialmente porque as principais línguas de estudo eram amplamente compartilhadas em todo o continente – como na África anglófona, francófona e lusófona. Da mesma forma, na América Latina, o espanhol e o português proporcionaram um idioma comum para as comunicações acadêmicas. Na América Latina e no Caribe, em particular, não havia uma camada mediadora de elites nativas entre os colonizadores e os camponeses e descendentes de escravos e, portanto, a relação colonial assumiu uma postura feroz que foi atenuada na Ásia.

A partir dessas interações, surgiu toda uma série de livros desafiando as narrativas dominantes da modernidade capitalista: *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina: Estudos históricos do Chile e do Brasil* (1967), de Andre Gunder Frank; *Como a Europa subdesenvolveu a África* (1972), de Walter Rodney; *Accumulation on a world scale: A critique of the Theory of Underdevelopment* (1974), de Samir Amin; e *O Moderno sistema mundial: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, de Immanuel Wallerstein (também em 1974). Diferentemente do debate na Europa sobre a transição do feudalismo para o

2 A contratação de acadêmicos estrangeiros se deu, em parte, pela oferta de melhores salários do que na Europa ou no Reino Unido (ARRIGHI, 2009).

3 É interessante notar que Wallerstein foi presidente da Associação de Estudos Africanos (1972-73) e da Associação Sociológica Internacional (1994-98), mas não da Associação Sociológica Americana.

capitalismo, esses trabalhos situaram o surgimento do capitalismo em um cenário global. Se uma analogia puder ser feita com as controvérsias contemporâneas, seria semelhante a questionar se a história dos Estados Unidos começa em 1619 ou em 1776 (HANNAH-JONES, 2019)⁴.

Os *dependentistas*, no entanto, não conseguiram recuperar plenamente a visão de Marx, pois consideravam as sociedades “centrais” e “periféricas” como entidades separadas ligadas pelo mercado mundial. Para eles, seguia-se, como a noite segue o dia, que se os vínculos com o mercado mundial fossem rompidos – “desvinculados”, como era chamado – os Estados periféricos poderiam alcançar um desenvolvimento autônomo. A ruptura radical com essa formulação foi trazida pela perspectiva dos sistemas-mundo com a noção de que o centro e a periferia eram construções relacionais: não há centros sem periferias e *vice-versa* (MARTIN, 1994).

Embora as primeiras formulações de uma abordagem de sistemas-mundo estivessem ancoradas em conceitos de trocas desiguais e distintos modos de controle do trabalho, logo se tornou evidente que esses conceitos eram inadequados para traçar redes de abrangência mundial. Consequentemente, o conceito de cadeias mercantis – os insumos, incluindo os bens-salários para trabalhadores, que entram na produção de mercadorias – foi concebido para traçar os contornos emergentes e mutáveis da economia-mundo, uma vez que os lucros se acumulam nas zonas centrais, levando a uma maior periferação das zonas de onde o excedente é extraído (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986). Essa mudança conceitual pressupunha que as origens do capitalismo não podiam mais ser atribuídas ao noroeste da Europa, como havia sido feito em praticamente todos os estudos históricos, incluindo o volume I do *Moderno sistema mundial* de Wallerstein, mas à interação entre *conquistadores* europeus, indígenas americanos e africanos escravizados nas Américas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Essa reformulação das origens da economia-mundo capitalista, do noroeste da Europa para o cenário mundial e sua subsequente expansão, é um divisor de águas fundamental na análise social. O capitalismo não é mais visto como tendo se originado especificamente na Europa. Tampouco houve “transições para o capitalismo” em países individuais. Ao traçar as origens do capitalismo ao “longo século XVI” (1450-1640), a Revolução Industrial inglesa é vista como apenas um dos vários processos nos quais houve um aumento marcante na mecanização da produção. Da mesma forma, se o capitalismo já existia há vários séculos antes da Revolução Francesa, então as revoltas na França não poderiam ser consideradas como uma “revolução burguesa”, mas como uma última tentativa de disputar hegemonia com a Inglaterra e como uma

⁴ Devo essa analogia a Reşat Kasaba.

revolução anticapitalista (“antissistêmica”) fracassada. Os séculos XVIII e XIX são vistos, portanto, não como o início do capitalismo ou da modernidade, mas como a disseminação de certos valores meta-estratégicos por todo o sistema: sua “geocultura”. Isso implicou a criação de “Estados liberais” no centro, a transformação da cidadania de uma categoria inclusiva em uma exclusiva – excluindo as mulheres, a classe trabalhadora, os pobres e as minorias étnicas/raciais – e o “[...] surgimento das ciências sociais históricas como reflexos da ideologia liberal e como modos de permitir que os grupos dominantes controlem os estratos dominados” (WALLERSTEIN, 2011, P. 277). Finalmente, afirma-se que contestações a essa ideologia liberal centralista surgiram na “revolução mundial de 1968”, quando os estratos excluídos questionaram fundamentalmente a ideologia liberal dominante (ARRIGHI; HOPKINS; WALLERSTEIN, 1989) e prepararam o terreno para uma perspectiva de sistemas-mundo.

Concebida como um projeto acadêmico transdisciplinar, embora houvesse uma seção da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM) dentro da Associação Americana de Sociologia e promovesse sessões durante seus encontros anuais, a seção da EPSM também organizava encontros anuais na primavera em diferentes campi para atrair acadêmicos de outras disciplinas além da sociologia. Ex-alunos do programa de Sociologia da Universidade de Binghamton organizavam e sediavam muitos desses encontros anuais⁵. O Institute for Research on the World-Systems foi criado na Universidade da Califórnia na década de 1990 por Christopher Chase-Dunn e, desde 1995, Wally Goldfrank e ele criaram o *Journal of World-Systems Research* on-line. Fora dos Estados Unidos, vários colóquios internacionais sobre a economia-mundo também foram organizados⁶ e, desde 2007, o grupo brasileiro de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM) organiza um colóquio anual.

5 William G. Martin na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (1989); Reşat Kasaba na Universidade de Washington, Seattle (1990); Ravi Palat na Universidade do Hawai'i em Manoa (1991); Philip McMichael na Universidade Cornell (1993); Roberto Korzeniewicz na Universidade de Miami (1995) e na Universidade de Maryland, College Park (1999); Georgi Derlugian na Universidade Northwestern (1998); Ramon Grosfoguel no Boston College (2000) e na Universidade da Califórnia em Berkeley (2004); Faruk Tabak em Georgetown (2003); Agustín Lao-Montes na Universidade de Massachusetts em Amherst (2005); Khaldoun Samman no Macalester College (2006); Eric Mielants na Universidade de Fairfield (2008 e 2018) e Thomas Reifer na Universidade de San Diego (2009).

6 Esses eventos foram patrocinados em conjunto com a Maison des Sciences de l'homme, o Instituto Max Planck e um patrocinador local e foram realizados em Starnberg (Alemanha) em 1978, 1980 e 1991; Cetraro (Itália) em 1979; Nova Délhi em 1982; Caracas em 1983; Paris em 1984; Dakar em 1985; Modena em 1986; Cairo em 1988; Brasília em 1989; Tóquio e Nagoya em 1993; e Viena em 1995.

Cinco anos depois que Binghamton se tornou um campus do sistema SUNY (Universidade do Estado de Nova York), em 1965, a decisão de torná-la a principal referência das artes liberais dentro do sistema levou à contratação dos professores Terence K. Hopkins, James Geschwender, Philip Kraft e Bob Rhodes para iniciar um programa de doutorado em sociologia. O momento foi fortuito, pois coincidiu com a autodestruição do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da New School for Social Research, em Nova York. Vários alunos de pós-graduação politicamente engajados daquela instituição migraram para Binghamton e ajudaram a estabelecer o ambiente. Alguns anos depois, enquanto o então vice-presidente de assuntos acadêmicos, Norman Cantor, assistia ao Monday Night Football com Hopkins, ele perguntou o que seria necessário para convencer Wallerstein, que acabara de publicar o volume I do *Moderno sistema mundial*, a ir para Binghamton, e listou alguns dos termos que ele deveria exigir. Hopkins, então, entrou em contato com Wallerstein, que aceitou os termos, mas também queria uma posição como professor emérito por seu prestígio político dentro do sistema universitário. Ele chegou a Binghamton em 1975, juntamente com dois professores assistentes, Cedric Robinson e Dale Tomich, e criou o Centro Fernand Braudel para o Estudo de Economias, Sistemas Históricos e Civilizacionais.

Os grupos de trabalho de pesquisa colaborativa (RWG em inglês) entre professores e alunos de pós-graduação, não apenas do Departamento de Sociologia, mas também de outros departamentos, no Centro Fernand Braudel, foram cruciais para a criação de novas ferramentas analíticas necessárias para o estudo de redes de alcance global⁷. A chave para isso foi a recuperação do enfoque de Marx na produção e não nas relações de troca. Nesse ponto, entretanto, havia uma contradição no trabalho de Marx que ele nunca resolveu: de um lado, a crescente pauperização dos trabalhadores como resultado do enfraquecimento de seu poder de barganha no mercado de trabalho e, de outro, o seu crescente fortalecimento no ambiente de trabalho. Em vez de resolver essa contradição, Marx se voltou para a própria economia política de Adam

7 Entre os RWGs mais proeminentes estavam os Ritmos Cíclicos e Tendências Seculares da Economia-Mundo Capitalista (de 1977 a 1988), que depois mudou para Cadeias Mercantis, 1590-1790 (1988-91); Domicílios, Formação da Força de Trabalho e a Economia-Mundo (1978-1988), depois mudou para Gênero, Raça, e Etnicidade na Economia-Mundo Capitalista (1989-91); Trabalho Mundial (1978-91); Estados Semiperiféricos na Economia-Mundo (1982-88); África Austral e a Economia-Mundo (1982-91); Império Otomano e a Economia-Mundo (1983-89). Em 1989, com uma bolsa da Fundação MacArthur, um projeto intitulado Hegemonia e Rivalidade no Sistema-Mundo: Tendências e Consequências Prospectivas de Reajustes Geopolíticos, 1500-2025 foi lançado e dividido em dois RWGs: Hegemonias Comparativas e Trajetória do Sistema-Mundo (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1996; ARRIGHI; SILVER, 1999).

Smith que ele havia criticado, revivendo ao invés de analisar criticamente a economia política clássica. Assim, não apenas as antinomias geracionais e de gênero foram subsumidas pela determinação dos salários feita por Marx através de “elementos históricos e morais”, mas sua alegação de que o proletariado primeiro deveria acertar as contas com sua burguesia nacional levou a um retrocesso à economia política smithiana do Estado-nação, em vez de considerar o mundo como unidade de análise. Esse retrocesso não apenas postulou uma falsa dicotomia entre trabalho produtivo e “improdutivo”, mas também ignorou em grande medida o trabalho doméstico e o chamado setor “informal”, o qual, aliás, representava uma parcela desproporcionalmente grande da força de trabalho nas economias de baixa renda.

Por outro lado, a insistência da perspectiva dos sistemas-mundo em utilizar o mundo como unidade de análise e seu enfoque nos fluxos de mercadorias para determinar as fronteiras em evolução do mundo colocaram as redes de acumulação de capital no centro da pesquisa, mesmo em lugares sem trabalho assalariado. Aqui, os domicílios (*households*) como unidades de agregação de renda, combinando antinomias geracionais e de gênero, surgiram como uma construção teórica fundamental. Deixando de lado um reduto de subsistência com pouco contato com o mercado, os analistas dos sistemas-mundo identificam dois tipos de estruturas familiares que variam no tempo e no espaço. A maioria é composta por trabalhadores em tempo parcial ao longo da vida, trabalhadores que dependem de fontes não mercantis como parte de sua subsistência, em vez de dependerem exclusivamente de salários. Como seus salários são complementados por fontes não mercantis durante parte de suas vidas, e talvez em alguma medida durante toda a vida, eles reduzem consideravelmente a despesa salarial dos capitalistas e compõem a grande maioria dos trabalhadores em todos os momentos. Os trabalhadores de tempo completo ao longo da vida, que dependem quase que exclusivamente dos salários e do mercado, são proporcionalmente mais caros e são mais propensos a situarem-se nas zonas centrais, embora também existam enclaves nas zonas periféricas e semiperiféricas. Em todos os locais, à medida que as economias se expandem, mais pessoas se tornam trabalhadores de tempo completo ao longo da vida, e, em épocas de recessão econômica, as fileiras de trabalhadores em tempo parcial ao longo da vida aumentam substancialmente (SMITH; WALLERSTEIN, 1992). Essa formulação permite que os analistas englobem as desigualdades de gênero e geracional, bem como o trabalho doméstico e o setor “informal” dentro das redes mundiais de produção e circulação.

Um dos primeiros projetos de pesquisa colaborativa foi sobre ciclos e tendências na economia-mundo (Research Working Group on Cyclical Rhythms and Secular Trends, 1979). Devo confessar, entretanto, que os Ciclos de Kondratieff e as Tendên-

cias Seculares na análise da evolução da economia-mundo nunca me convenceram. Muito mais persuasiva foi a formulação elaborada por Arrighi, utilizando-se das obras de Antonio Gramsci, Joseph Schumpeter e Fernand Braudel. Braudel (1984) argumentou que uma crise de acumulação ocorre periodicamente porque as pressões competitivas levam à acumulação de mais capital do que poderia ser investido na produção e venda de mercadorias sem reduzir drasticamente as taxas de lucro. Assim, um período de expansão material da economia era seguido por uma fase de expansão financeira que poderia ser vista como um “sinal de outono” de um sistema de acumulação. Tomando como referência essa observação, Arrighi (1994) argumentou que a tendência recorrente de o capital se retirar da produção e do comércio para a especulação financeira tem sido um meio tanto para redistribuir renda e riqueza de trabalhadores, camponeses e outras camadas para as agências que controlam o capital móvel – exacerbando assim o processo de expansão financeira – quanto para transferir capital excedente dos centros de acumulação de capital em declínio para os centros em ascensão. Dessa forma, com o declínio do poder holandês, o capital fluiu de Amsterdã para Londres e, com o declínio do poder britânico, Nova York foi a beneficiária dos fluxos de capital vindos de Londres.

Na base dessas mudanças estruturais na acumulação mundial estavam as múltiplas inovações organizacionais, tecnológicas, financeiras e políticas necessárias para um aumento progressivo na escala de produção. Como as matérias-primas não estão distribuídas uniformemente pelo mundo, os produtores geralmente utilizam primeiro fontes que estão convenientemente localizadas. À medida que as potências emergentes precisam acessar matérias-primas provenientes de lugares mais distantes, a dimensão das tecnologias de transporte evolui, exigindo infraestruturas mais vastas, o aproveitamento de mais energia e a utilização de mais mão-de-obra. Embora isso eventualmente tenha aumentado as economias de escala e reduzido os custos unitários para expandir mercados e tornar projetos cada vez maiores lucrativos, historicamente, isso exigiu novas combinações de parcerias entre o Estado e as empresas. Os distritos industriais marshallianos que transformaram a Inglaterra na “oficina do mundo” não eram páreo para as empresas de grande escala, com várias unidades e verticalmente integradas dos Estados Unidos. Assim, os centros em ascensão se tornaram ímãs para o capital móvel à medida que os centros de produção mais antigos se tornavam menos competitivos (BUNKER; CICCANTELL, 2005).

Uma das principais características da perspectiva dos sistemas-mundo – e que também a diferenciava da teoria da dependência – era a concepção de uma zona semiperiférica. Conceitualmente definida como uma camada que isolava o centro das pressões provenientes da periferia, sua determinação permaneceu amorfa, com uma listagem

inicial que incluía bem mais de 70% da população global (Wallerstein, 1979). O Grupo de Trabalho de Pesquisa sobre Estados Semiperiféricos (Semiperipheral States Research Working Group), dirigido por Arrighi, usou o PNB (produto nacional bruto per capita) per capita de cada jurisdição territorial como uma percentagem do PNB per capita do “núcleo orgânico” para mostrar que, entre 1938 e 1988, houve de fato uma distribuição trimodal (ARRIGHI; DRANGEL, 1986; ARRIGHI, 1990).

O trabalho foi outro foco inicial de pesquisa do Centro Fernand Braudel. O Grupo de Trabalho de Pesquisa sobre Trabalho Mundial (Research Working Group on World Labor) procurou mapear os movimentos trabalhistas desde a década de 1870 até a década de 1980. Dado que não havia uma maneira padronizada de medir os movimentos trabalhistas em todo o mundo nesse período e, em muitos casos, os governos preferiam não registrar tais movimentos, o grupo elaborou procedimentos sofisticados de criação de dados a partir dos índices do *Times* (Londres) e do *New York Times*, os quais foram complementados por estudos de caso de vários Estados importantes (WORLD LABOR GROUP, 1995). O Grupo de Trabalho de Pesquisa sobre Trabalho Mundial também participou da Comissão Binacional (EUA e URSS) sobre Humanidades e Ciências Sociais, organizou uma reunião em Binghamton e participou de reuniões na URSS.

Havia também grupos de trabalho de pesquisa com enfoques regionais no Centro Fernand Braudel: sobre o Império Otomano, sobre o Mediterrâneo e o sul da Europa; sobre o sul da África e sobre o sul da Ásia⁸. O grupo do sul da África mapeou como as regiões – os processos de produção interligados geograficamente além das fronteiras estatais – emergem na economia-mundo (MARTIN, 1986). O grupo otomano realizou uma série de oito conferências bienais e trabalhou também em um projeto sobre cidades portuárias no leste do Mediterrâneo⁹. Meu próprio trabalho se desenvolveu dentro desse contexto. Em uma de minhas primeiras reuniões com Terence Hopkins

8 Talvez seja significativo que muitos dos estudantes que trabalharam no Centro Fernand Braudel tenham conseguido seus primeiros empregos acadêmicos em centros de estudos de áreas específicas: Bill Martin em Sociologia e Estudos Africanos na Universidade de Illinois Urbana-Champaign; Reşat Kasaba em Estudos do Oriente Médio na Jackson School of International Studies da Universidade de Washington, Seattle; Roberto Korzeniewicz em Estudos Latino-Americanos na Universidade de Maryland, College Park; e eu em Estudos Asiáticos na Universidade do Havaí em Manoa.

9 Esses cursos foram copatrocinados com o programa SWANA (Southwest Asian and North Africa) em Binghamton e, muitas vezes, com o Instituto de Estudos Turcos: “Ottoman Empire and World Capitalism” (1984); “Large-Scale Commercial Agriculture in the Ottoman Empire” (1986); “Impact of 1838: Anatolia and Egypt Compared” (1988); “Manufacturing in the Ottoman Empire and Turkey, 1500-1980” (1990); “Population and Nationalism during the Dissolution of an Empire: The Formation of Nation-States on the Ottoman Fringes” (1992); “Histographies of the Ottoman Empire, 1500-1923” (1994); “Consumption in the Ottoman Empire, 1500-1923” (1996); e “Law and Legitimation in the Ottoman Empire” (1998).

como estudante de pós-graduação, ele me perguntou algo semelhante a: todo mundo diz que muito ouro e prata das Américas no início do período moderno foi para a Ásia, mas para onde foi exatamente? Na tentativa de responder a essa pergunta, fui incumbido de construir a dinâmica de uma economia-mundo baseada nas peculiaridades da agricultura de arroz irrigado por inundação no Oceano Índico. Isso refutou várias proposições que haviam sido apresentadas por Wallerstein: para ele, um sistema interestatal era uma característica peculiar da economia-mundo capitalista, mas eu consegui encontrar evidências da operação de um sistema interestatal no Oceano Índico. Wallerstein (1974, p. 41) argumentou que os metais preciosos das Américas eram usados “[...] para decorar os templos, palácios e roupas das classes aristocráticas asiáticas”. No entanto, consegui demonstrar que, em um continente carente de metais preciosos, o ouro e a prata das Américas foram vitais para a expansão das redes comerciais intra-asiáticas, e as riquezas botânicas das Américas foram vitais para triplicar a população da China entre 1600 e 1800 (PALAT, 2015; SUGIHARA, 2003; MADDISON, 1998). Isso desafiou a afirmação de Wallerstein de que as relações entre os sistemas-mundo são meramente uma troca de preciosidades irrelevante para a reprodução das dependências relacionais dentro de cada sistema-mundo. Isso também abre a questão do impacto diferencial da conquista europeia das Américas no início da modernidade asiática – uma questão que ainda precisa ser pesquisada.

O trabalho do Centro Fernand Braudel foi sustentado e apoiado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e sua natureza internacional. A premissa fundamental de Hopkins era que estudantes dedicados sabem quais cursos são apropriados para eles, e era seu trabalho como diretor de Estudos de Pós-Graduação descobrir o que era adequado para cada aluno, dada a singularidade de cada um. Por isso, ele passava muito tempo conversando com cada aluno durante sua carreira de pós-graduação. Não havia cursos obrigatórios em si, embora alguns fossem fortemente sugeridos. A principal inovação foi a “demonstração de competência” em duas áreas, sendo que apenas uma delas poderia ser específica em termos temporais ou geográficos. A tarefa do aluno era inventar um campo de estudo que não existisse, independentemente da pesquisa. Isso foi inovador porque se baseou na ideia de que estudantes de pós-graduação que inventaram um campo de estudos tinham algo a ensinar ao corpo docente: que o aprendizado era um processo colaborativo e que todos nós tínhamos algo a aprender (WALLERSTEIN, 1998). Estudantes vinham de todo o mundo, e outra característica fundamental do programa eram os professores adjuntos internacionais, acadêmicos de outras partes do mundo que traziam perspectivas frequentemente desconhecidas da academia nos EUA: acadêmicos como Georges Haupt e Catherine Coquery-Vidrovitch da França; Bernard Magubane da África do Sul e

Rodney da Guiana; Anna Davin e Perry Anderson do Reino Unido; Muto Ichiyo do Japão e Anibal Quijano do Peru, entre outros. De fato, Arrighi e Çağlar Keyder vieram inicialmente como professores adjuntos internacionais antes de integrarem o corpo docente regular.

Mortes, renúncias e aposentadorias de professores, assim como a tendência de pequenos grupos radicais a se fragmentarem por meio de cismas, eventualmente levaram a uma diminuição do trabalho colaborativo no departamento e até mesmo a uma divisão substantiva do departamento na década de noventa. Depois que esse cisma começou a ser superado com as aposentadorias de professores das seções americana e comparada, houve uma tentativa de retomar o Centro com a contratação de novos professores com foco em sistemas-mundo e o lançamento de três grupos de trabalho de pesquisa inter-relacionados sobre Tendências Estruturais na Economia-Mundo Capitalista, Categorias de Conhecimento Social, e Ondas de Movimentos Antissistêmicos (Martin, 2008)¹⁰. Diferentemente dos grupos de trabalho de pesquisa da década de 1980, quando Arrighi, Hopkins e Wallerstein trabalhavam em estreita colaboração, os coordenadores dos novos grupos de trabalho – Wallerstein, Richard Lee e William Martin – não colaboravam fora desses grupos, nem seus alunos.

Em suas novas instituições, os antigos alunos do departamento não conseguiram criar os ambientes de pesquisa colaborativa das décadas de 1970 e 1980 no Centro Fernand Braudel. Todos nós fomos como professores assistentes para universidades em todo o país e no exterior, sem muito acesso a fundos ou recursos para pesquisa. Como professores assistentes não titulares, estávamos muito abaixo na ordem hierárquica. Arrighi e Beverly Silver na John Hopkins podem ter sido uma exceção, mas Arrighi foi para lá como professor titular. O restante de nós podia, na melhor das hipóteses, organizar uma das conferências do PEWS, mas, de outra forma, atuávamos em relativo isolamento.

De modo geral, a administração da universidade apoiou o departamento até o final do mandato do presidente Lois de Fleur. Em 2001, por exemplo, quando anunciamos uma vaga de professor titular com foco na Ásia, nos permitiram fazer ofertas a todos os três candidatos que vieram para entrevistas no campus, e nos permitiram contratar pelo menos mais dois professores titulares sem o processo normal de nomeações. No entanto, tudo isso terminou com a atual administração da universidade, que eventualmente fechou o Centro Fernand Braudel quando seu último diretor se aposentou, em vez de permitir que outros membros do corpo docente o retomassem.

¹⁰ <https://conifer.rhizome.org/binglibraries/fernand-braudel-center-for-the-study-of-economies-historical-systems-and-civilizations-2/list/fbc/b1/20200514022418/https://www.binghamton.edu/fbc/index.html>.

<https://www.binghamton.edu/centers/fernand-braudel>.

Quando as energias radicais dos movimentos sociais da década de 1960 estavam sendo institucionalizadas em novos programas nas universidades – estudos sobre mulheres e gênero, estudos raciais e étnicos, teoria da dependência e sistemas mundiais – a crise econômica provocada pelo colapso do sistema de Bretton Woods e pela escalada do preço do petróleo começou a prejudicar o financiamento das universidades. Para compensar a perda de subsídios governamentais, as universidades recorreram às corporações para obter financiamento, num período em que a indústria estava reduzindo suas próprias pesquisas básicas. Se os críticos viam a parceria com o setor como uma distorção das agendas de pesquisa, seus defensores argumentavam que as universidades poderiam ter um impacto no mundo real e deveriam recompensar os cientistas que tornassem isso possível. A aliança entre as universidades e as empresas foi facilitada por várias mudanças regulatórias, especialmente a Lei Bayh-Dole de 1980, que permitiu que as universidades patenteassem invenções financiadas pelo governo, a decisão da Suprema Corte no caso *Diamond v. Chakrabarty* no mesmo ano, que permitiu que microrganismos fossem patenteados, e a criação de um tribunal de patentes especializado que fortaleceu os direitos de propriedade intelectual (BERMAN, 2012). Como Benjamin Johnson, Patrick Kavanagh e Kevin Mattson (2003, p. 13) bem colocaram: “O que há de novo na universidade de hoje não é o fato de ela servir à corporação – pois sempre fez isso – mas o fato de imitá-la”.

Temendo contínuas derrotas eleitorais, o Partido Trabalhista no Reino Unido e os Democratas nos EUA adotaram uma postura firmemente voltada para a direita: no final da década de 1980 e início da década de 1990, o Conselho de Liderança Democrática nos Estados Unidos adotou a “Terceira Via”, argumentando que o partido não pode ser visto como cativo de “interesses especiais”, especialmente do trabalho organizado. Assim, abandonou sua adesão à ação afirmativa e assistência social e promoveu o encarceramento em massa, argumentando que o crime deve ser punido e soluções não devem ser buscadas nas “condições materiais”. Tony Blair venceu sua primeira eleição em 1997 para o “Novo Trabalhismo”, alegando que a distinção entre gestão e trabalhadores não se aplicava mais e que seu governo seria o mais “restritivo” em relação aos sindicatos no mundo ocidental (ATKINS, 2016; GEISMER, 2022; PALAT, 2019). No âmbito da educação, isso significava tratar a educação como geradora de capital humano ao invés de formadora de cidadãos treinados para entender as questões mais amplas de poder e responsabilidade social que sustentavam o currículo de artes liberais na academia. A extensão da educação em artes liberais após a Segunda Guerra Mundial foi “[...] nada menos que um evento democrático

radical, no qual todos se tornaram potencialmente elegíveis para a vida de liberdade há muito reservada para poucos” (BROWN, 2015, p. 185). Foi exatamente isso que ficou comprometido pela virada neoliberal.

Essa reformulação da universidade foi possível, David Graeber (2007, p. 38) argumentou, porque as restrições econômicas ocorreram justamente quando os excluídos – as mulheres, as minorias étnicas – começaram a se estabelecer:

Essas eram as identidades celebradas na “política de identidade” do campus nos anos 80 e 90 – uma inclusividade que, notavelmente, não se estendia, por exemplo, a batistas ou “caipiras”. Não surpreende que muitos direcionassem sua raiva não para o governo ou para as administrações universitárias, mas sim para minorias, pessoas queer, e feministas.

A educação liberal está sendo atacada por todos os lados:

Os valores culturais a desprezam, o capital não se interessa por ela, as famílias endividadas e ansiosas pelo futuro não a exigem, a racionalidade neoliberal não a incorpora e, é claro, os Estados já não investem nela. De acordo com a sabedoria popular, as artes liberais estão fora de moda, a torre de marfim protegida é uma relíquia cara e obsoleta e, quanto mais a universidade se remodelar por meio do mercado e para ele, melhor será para todos - exceto para os professores titulares, que são muito bem pagos e trabalham pouco. As habilidades para os empregos do século XXI, fornecidas por uma equipe de ensino organizada por métricas de mercado devem substituir os conceitos e os adereços patentemente anacrônicos da vida universitária e do seu conteúdo. (BROWN, 2015, P. 180-181).

Além disso, a reestruturação econômica e a extraordinária ampliação das desigualdades de renda levaram a uma forte depreciação do “prêmio salarial universitário” e desvalorizaram a educação em artes liberais aos olhos de um grande público, especialmente quando os fundadores famosos da Microsoft, Apple e Facebook abandonaram a faculdade (BROWN, 2015).

As universidades particulares de elite – e algumas chamadas “public ivies” – destacam-se devido ao prestígio acumulado por suas credenciais e às redes sociais às quais proporcionam acesso, resultando em grandes recompensas socioeconômicas. Seu corpo docente também possui carga de ensino mais leve e mais recursos para oferecer uma educação de qualidade, e essas são as instituições seletas que podem preservar as tradições das artes liberais. Ironicamente, os radicais do campus que foram reabsorvidos pela academia estão agora destinados a ensinar os filhos da elite (GRAEBER, 2007), mas “[...] o que os alunos aprendem nessas instituições é em grande parte irrelevante para o futuro deles no mundo dos negócios, das finanças

e da tecnologia, que é para onde a maioria deles está se encaminhando” (BROWN, 2015, p. 193). Em outras instituições, o recurso a trabalhadores acadêmicos contingentes, altamente sobrecarregados e mal remunerados, leva a um maior uso de perguntas de múltipla escolha rotineiramente fornecidas em bancos de perguntas por editores de livros didáticos padrão, muitas vezes instituindo avaliações entre os próprios alunos, o que só é possível quando as perguntas e respostas são diretas. O ensino em tais condições raramente está vinculado à pesquisa (DONAGHUE, 2018), e talvez por essa razão, no Reino Unido e em outros lugares, as politécnicas tenham recebido o status de universidade. Em suma, a educação pós-secundária mais uma vez se assemelha à situação prevalente antes da expansão das universidades após a Segunda Guerra Mundial: algumas poucas instituições selecionadas treinando a elite e muitas transmitindo habilidades básicas necessárias para acompanhar as necessidades tecnológicas em constante mudança.

Agravando a situação, ataques não apenas contra as ciências sociais radicais, mas também contra acadêmicos liberais e seculares em muitos locais internacionais, de onde os estudantes costumavam vir para os Estados Unidos – os ataques de Narendra Modi às universidades na Índia e a tentativa de seu governo de reestruturar fundamentalmente a educação no país; ações paralelas contra acadêmicos seculares e de esquerda na Turquia (HANSEN, 2019); a expulsão da Universidade da Europa Central de Budapeste por Viktor Orban (NEWTON, 2018); a perseguição a acadêmicos e ativistas nas Filipinas – também não prenunciam algo positivo. Os Programas de Ajuste Estrutural instituídos pelo Banco Mundial devastaram as universidades na África e no Caribe, e os baixos salários muitas vezes obrigavam os acadêmicos – especialmente na África, como argumenta Mamdani (2005) – a trabalhar como pesquisadores contratados por acadêmicos do Norte Global que definiam as agendas de pesquisa. Dentro mesmo dos Estados Unidos, as tentativas da extrema direita de excluir aspectos “inglórios” da história nacional dos currículos escolares, bem como seus ataques à “teoria crítica da raça” e à orientação sexual e identidade de gênero, ocorrendo em meio a um declínio no número de cargos efetivos, causaram um temor entre os docentes de muitas universidades.

IV

Dadas as enormes mudanças estruturais e geográficas na evolução do capitalismo como um sistema-mundo, torna-se imediatamente evidente que os conceitos e ferramentas necessários para investigar a divisão axial do trabalho (relações centro-periferia) ou as estruturas estatais do século XVI seriam inadequados para estudar re-

lações e estruturas semelhantes no século XXI. O surgimento de grandes centros de acumulação fora da América do Norte e da Europa torna as categorias analíticas de diversas disciplinas cada vez mais anacrônicas, já que incorporam as encapsulações teóricas da narrativa euro-norte-americana do desenvolvimento capitalista, da formação do Estado e da mudança social. Para analisar melhor essas mudanças, talvez seja necessário transcender a fragmentação do conhecimento do século XIX em cadeiras disciplinares específicas e reconceituar a organização do conhecimento e das categorias analíticas em termos mundiais.

E com a ascensão da China e o surgimento de uma nova ordem mundial, a perspectiva dos sistemas mundiais tem muito a oferecer: estudos sobre hegemonia claramente se relacionam com a rivalidade entre os Estados Unidos e a China. De fato, a ascensão de um Estado que não foi herdeiro da “geocultura” do Ocidente levanta questões fundamentais sobre organização social e política. Na verdade, a proposição de uma geocultura liberal do sistema-mundo, baseada primordialmente na experiência da Grã-Bretanha e da França no final do século XIX, vai no sentido oposto da construção do Estado em grande parte do resto do mundo. À medida que as estruturas coloniais europeias eram desmanteladas em grande parte da Ásia e da África, a formação do Estado ocorria em condições fundamentalmente diferentes: os sistemas coloniais de governança haviam remodelado radicalmente etnias e conferido novas implicações às noções de identidades preexistentes. A integridade territorial, que levou muitas décadas para ser estabelecida na Europa, teve que ser muitas vezes afirmada sem o consentimento da população, uma vez que as fronteiras administrativas violavam práticas cotidianas; a formação do Estado foi dificultada pela interferência das superpotências e pelo impacto da política da Guerra Fria; a democracia eleitoral em condições de relativa pobreza e altos índices de analfabetismo foi uma novidade histórica e não facilitou a disseminação da “geocultura” liberal do século XIX *à maneira da* Inglaterra e França (KAVIRAJ, 1994; MARTIN; BEITTEL 1998). Pressões dos estados centrais no sistema interestatal forçaram os movimentos de libertação nacional a fazer concessões substanciais se quisessem manter o poder (WALLERSTEIN 1996), embora isso não explique totalmente mudanças posteriores, como a ascensão do Hindutva na Índia, ou a virada de Xi Jinping para a autocracia e perseguição dos Uigurs.

Os ataques às liberdades acadêmicas em países em ascensão – China, Índia, Turquia – também suscitam questões difíceis sobre os legados do Iluminismo europeu, e precisamos contestar a falsa identidade entre o eurocentrismo e o Iluminismo (DIRLIK, 2012, 2016). Como argumentou o filósofo pós-colonial nigeriano Emmanuel Eze:

Em contraste com as teorias tradicionais do colonialismo, a teoria crítica na era pós-colonial, em suas muitas facetas, leva adiante a promessa de emancipação incorporada em aspectos do Iluminismo e dos discursos modernistas. Mas também procura responsabilizar os processos da modernidade e o Iluminismo de inspiração europeia pelas falsas estruturas conceituais que produziram, como por exemplo, a ideia de história como algo em nome da qual os povos fora das esferas estreitas da Europa pareciam, a muitos Estados europeus, objetos legítimos da escravidão capitalista, da conquista política e da depredação econômica. É nessas intenções duplas que o elemento *crítico* da teoria pós-colonial deve ser compreendido. (citado em DIRLIK, 2016, p. 81).

As autocracias em todo lugar se opõem aos valores do Iluminismo não apenas porque o Iluminismo é meramente uma encapsulação do eurocentrismo, mas porque foi um movimento emancipatório inicialmente contra a Igreja, mas potencialmente contra todas as formas de despotismo. Seus princípios fundamentais são, como Jonathan Israel (2010, p. vii-viii) coloca:

[...] democracia; igualdade racial e sexual; liberdade individual de estilo de vida; liberdade total de pensamento, expressão e imprensa; erradicação da autoridade religiosa do processo legislativo e da educação; e separação total entre igreja e estado...Seu universalismo está na afirmação de que todos os homens [sic] têm o direito de buscar a felicidade à sua própria maneira, de pensar e dizer o que bem entenderem, e ninguém, inclusive aqueles que convencem os outros de que são divinamente escolhidos para serem seus mestres, governantes ou guias espirituais, tem justificativa para negar ou impedir que outros desfrutem dos direitos que pertencem a todos os homens e mulheres igualmente.

Essas ideias adotadas por intelectuais no mundo não-ocidental para contestar o poder arbitrário e as tradições opressivas são refutadas por elites e até mesmo, em alguns casos, pela população em geral, por serem consideradas ideias “estrangeiras”, uma vez que subvertem os valores e as estruturas de poder existentes.

A ascensão da China como a “oficina do mundo” também põe em questionamento conceitos como o fordismo – a possibilidade de vender produtos em um mercado mundial mais amplo significava pagar salários mais altos aos trabalhadores para transformá-los em consumidores das mercadorias por eles produzidas – que foi substituído por formas chamadas de “regime de trabalho dormitório” (NGAI; CHAN, 2013). Pode isso ser visto como uma extensão da internalização dos custos: da internalização dos custos de proteção sob a hegemonia holandesa; dos custos de produção sob a hegemonia britânica; dos custos de transação sob a hegemonia americana (ARRIGHI, 1994)? E agora dos custos de reprodução? E como isso determinaria novas ondas de movimentos trabalhistas?

A ascensão de grandes países populosos como China, Índia, Indonésia e Brasil, especialmente após a crise financeira de 2007-08, significou que o crescimento foi bom para os pobres e para a classe média global, mas ruim para as classes médias dos países de alta renda da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Por certo, foi a primeira vez, desde a incorporação da China e da Índia na economia-mundo capitalista, que as classes trabalhadoras da América do Norte e da Europa experimentaram um declínio relativo em suas rendas (MILANOVIC, 2020). Embora as desigualdades de renda e riqueza tenham aumentado drasticamente em todos os Estados, o crescimento econômico desses países populosos diminuiu a desigualdade global pela primeira vez desde meados do século XIX! Como isso se relaciona com o crescimento de movimentos populistas como o Movimento Tea Party nos Estados Unidos, o Brexit no Reino Unido, os movimentos Occupy, a Alternative for Deutschland na Alemanha, o Rassemblement National na França (GERSTLE, 2022)? De fato, como esse crescimento de países grandes e populosos afeta a distribuição trimodal de renda? Foi essa uma característica transitória do sistema-mundo? Se os Estados semiperiféricos foram um elemento estabilizador fundamental do sistema (Martin, 1990), a diminuição de sua relevância implicaria em uma ordenação muito caótica e distinta da economia-mundo? De qualquer forma, uma exploração da ascensão da China a partir da perspectiva dos sistemas-mundo será muito mais intelectualmente proveitosa do que a “Armadilha de Tucídides” de Graham Allison (2017), que enxerga a rivalidade entre grandes potências meramente como um jogo trans-histórico de cadeiras musicais!

Referências

- AHMAD, Aijaz. *In theory: Classes, nations, literatures*. Londres: Verso, 1992.
- ALAVI, Hamza. India and the colonial mode of production. In: MILIBAND, Ralph; SAVILLE, John (Orgs.). *Socialist register, 1975: A study of movements and ideas*. Londres: Merlin Press, 1975. p. 160-197.
- ALLISON, Graham. *Destined for war: Can America and China escape Thucydides's trap* Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- ARRIGHI, Giovanni. The winding paths of capital. *New Left Review*, n. 56, p. 61-94, 2009.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. Londres: Verso, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. The developmentalist illusion: A reconceptualization of the semiperiphery. In: MARTIN, William G. (Ed.). *Semiperipheral States in the world-economy*. Westport, CT: Greenwood Press, 1990. p. 11-42.
- ARRIGHI, Giovanni; DRANGEL, Jessica. The stratification of the world-economy: An exploration of the semiperipheral zone. *Review X*, n. 1, p. 9-74, 1986.
- ARRIGHI, Giovanni; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. *Antisystemic movements*. Londres: Verso, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. (Eds.). *Chaos and governance in the modern world-system*. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1999.

ASTON, Trevor S.; PHIPLIN, C. H. E (Eds.). *The Brenner Debate: Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1985.

ATKINS, Curtis. The Third Way International. *Jacobin*, 11 fev. 2016. Disponível em: <https://jacobin.com/2016/02/atkins-dlc-third-way-clinton-blair-schroeder-social-democracy/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

BERMAN, Elizabeth Popp. *Creating the Market University: How academic science became an economic engine*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012.

BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism, 15th to 18th century: The perspective of the world*. 1984. Vol. III.

BROWN, Wendy. *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Nova York: Zed Books, 2015.

BUNKER, Stephen G.; CICCATELL, Paul S. *Globalization and the race for resources*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 2005.

BYRES, Terence J.; MUKHIA, Harbans (Eds.). *Feudalism and non-European societies*. Londres: Frank Cass, 1985.

DIRLIK, Arif. The cultural and political predicament of global modernity. *Círculo de Humanidades*, v. 4, n. 1, p. 55-92, 2016.

DIRLIK, Arif. Transnationalization and the university: The perspective of global modernity. *Boundary 2*, v. 39, n. 3, p. 47-73, 2012.

DOBB, Maurice. *Studies in the development of capitalism*. Londres: Routledge, 1946.

DONAGHUE, Frank. *The last professors: The Corporate University and the fate of the humanities*. Nova York: Fordham Univ. Press, 2018.

FLOOD, Alison. Short story by Ngũgĩ wa Thiong'o translated into over 30 languages in one publication. *The Guardian*, 29 mar. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/mar/29/jalada-africa-short-story-ngugi-wa-thiongo-translated-over-30-languages-publication>. Acesso em: 04 jun. 2025.

GEISMER, Lily. How the third way made neoliberal politics seem inevitable. *The Nation*, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/politics/third-way-dlc-bill-clinton-tony-blair-1990s-politics/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, CT: Praeger, 1994.

GERSTLE, Gary. *The rise and fall of the neoliberal order: America and the world in the Free Market Era*. Nova York: Oxford Univ. Press, 2022.

GRAEBER, David. Army of altruists. *Harper's Magazine*, p. 31-38, jan. 2007. Disponível em: <https://harpers.org/archive/2007/01/army-of-altruists/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

HANNAH-JONES, Nikole. The 1619 Project. *The New York Times*, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/1619-america-slavery.html>. Acesso em: 04 jun. 2025.

HANSEN, Suzy. The era of people like you is over: How Turkey purged its intellectuals. *The New York Times*, 24 jul. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/24/magazine/the-era-of-people-like-you-is-over-how-turkey-purged-its-intellectuals.html>. Acesso em: 04 jun. 2025.

HILL, Robert (Ed.). *Walter Rodney speaks: The making of an African intellectual*. Trenton, NJ: Africa World Press, 1990.

HILTON, Rodney (Ed.). *The transition from feudalism to capitalism*. Londres: Verso, 1978.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel (Eds.). *The Age of Transition: Trajectory of the world-system, 1945-2025*. Londres: Zed Books, 1996.

HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241052>. Acesso em: 04 jun. 2025.

ISRAEL, Jonathan. *A revolution of the mind: Radical Enlightenment and the intellectual origins of modern democracy*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press, 2010.

JOHNSON, Benjamin; KAVANAGH, Patrick; MATTSON, Kevin. *Steal this university: The rise of the*

corporate university and the academic labor movement. Nova York: Routledge, 2003.

KAVIRAJ, Sudipta. Crisis of the Nation-State in India. *Political Studies*, v. 42, n. esp., p. 115-129, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1994.tb00008.x>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MADDISON, Angus. Chinese economic performance in the long run. Paris: OECD, 1998.

MAMDANI, Mahmud. *Scholars in the marketplace: Dilemmas of neo-liberal reform in Makerere University, 1989-2005*. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2005.

MARTIN, William G (Ed.). *Making waves: Worldwide social movements, 1750-2005*. Nova York: Paradigm, 2008.

MARTIN, William G. The world-system perspective in perspective: Assessing the attempt to move beyond nineteenth-century Eurocentric conceptions. *Review*, v. 17, n. 2, p. 145-185, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241287>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MARTIN, William G (Ed.). *Semiperipheral States in the world-economy*. Westport, CT: Greenwood Press, 1990.

MARTIN, William G. Southern Africa and the world-economy: Cyclical and structural constraints on transformation. *Review*, v. 10, n. 1, p. 99-119, 1986.

MARTIN, William G.; BEITTEL, Mark. Toward a global sociology: Evaluating current conceptions, methods, and practices. *Sociological Quarterly*, v. 39, n. 1, p. 139-161, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1998.tb02353.x>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MARX, Karl. *Capital: A critique of political economy*. Traduzido por B. Fowkes. Nova York: Vintage, 1977.

MILANOVIC, Branko. Elephant who lost its trunk: Continued growth in Asia, but the slowdown in the top 1% growth after the financial crisis. *CEPR*, 06 out. 2020. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/elephant-who-lost-its-trunk-continued-growth-asia-slowdown-top-1-growth-after>. Acesso em: 04 jun. 2025.

NADKARNI, M. V. The mode of production debate: A review article. *Indian Economic Review*, v. 26, n. 1, p. 99-104, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29793540>. Acesso em: 04 jun. 2025.

NEWTON, Creede. George Soros-funded CEU ‘forced out’ of Budapest. *Al-Jazeera*, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/12/3/george-soros-funded-ceu-forced-out-of-budapest>. Acesso em: 04 jun. 2025.

NGAI, Pun; CHAN, Jenny. The spatial politics of labor in China: Life, labor, and a new generation of migrant workers. *South Atlantic Quarterly*, v. 112, n. 1, p. 179-190, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00382876-1891332>. Acesso em: 04 jun. 2025.

PALAT, Ravi Arvind. Neo-liberalism, migration, and the Rise of populism in the contemporary world. *Refugee Watch*, n. 54, p. 60-80, 2019.

PALAT, Ravi Arvind. *The making of an Indian Ocean world-economy, 1250-1650: Princes, paddy fields, and bazaars*. Basingstoke: Palgrave, 2015.

PALAT, Ravi Arvind. Dependency Theory and world-systems analysis. In: DUARA, Prasenjit; MURTHY, Viren; SARTORI, Andrew (Eds.). *A companion to global historical thought*. Nova York: John Wiley & Sons, 2014. p. 369-383.

PALAT, Ravi Arvind. Fragmented visions: Excavating the future of area studies in a post-American world. *Review*, 19, n. 3, p. 269-315, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40241366>. Acesso em: 04 jun. 2025.

PATNAIK, Utsa. Revisiting the ‘drain,’ or transfers from India to Britain in context of global diffusion of capitalism. In: Chakrabarty, Shubhra; Patnaik, Utsa. (Eds.). *Agrarian and other histories: Essays for Binoy Bhushan Chaudhuri*. Nova Délhi: Tulika, 2017. p. 277-317.

PATNAIK, Utsa (Ed.). *Agrarian relations and accumulation: The mode of production debate in India*. Bombaim: Oxford Univ. Press, 1990.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, n. 134, p. 549-557, 1992. Disponível em: <https://europhilomem.hypotheses.org/files/2018/07/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2025.

RESEARCH WORKING GROUP ON CYCLICAL RHYTHMS AND SECULAR TRENDS. Cyclical rhythms and secular trends of the capitalist world-economy: Some premises, hypotheses, and questions. *Review*, v. 2, n. 4, p. 483-500, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40240814>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SATIA, Priya. *O monstro do tempo: How history makes history*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press, 2020.

SMITH, Joan; WALLERSTEIN, Immanuel (Eds.). *Creating and transforming households: The constraints of the world-economy*. Nova York: Cambridge Univ. Press, 1992.

SUGIHARA, Kaoru. The East Asian path of economic development: A long-term perspective. In: ARRIGHI, Giovanni; HAMASHITA, Takeshi; SELDEN, Mark (Eds.). *The resurgence of East Asia: 500, 150, and 50 year perspectives*. Londres: Routledge, 2003. p. 79-123.

THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the English working class*. Nova York: Vintage, 1966.

TSIKA, Noah. *How Africa shaped Immanuel Wallerstein*. 2019. Disponível em: <https://africasacountry.com/2019/09/immanuel-wallerstein-and-african-studies/>. Acesso em: 04 jun. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system: Centrist liberalism triumphant, 1789-1914*. Berkeley, CA: Univ. of California Press, 2011. Vol. IV.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The uncertainties of knowledge*. Philadelphia: Temple Univ. Press, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. Pedagogy and scholarship. In: WALLERSTEIN, Immanuel (Ed.). *Mentoring, methods, and movements*. Binghamton, NY: Fernand Braudel Center, 1998. p. 47-52.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy: Essays*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Nova York: Academic Publishers, 1974. Vol. I.

WORLD LABOR GROUP. Labor unrest in the world-economy, 1870-1990. *Review*, v. 18, n. 1, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i40009246>. Acesso em: 04 jun. 2025.

Guerra permanente no fim da natureza barata: crise no sistema capitalista mundial desde o início da modernidade até o presente*

John Peter Antonacci **

Resumo: Na conjuntura contemporânea, três crises interligadas ameaçam o sistema mundial capitalista: crises econômicas, guerra e alterações ambientais globais. Analisando as abordagens dos sistemas mundiais ao estudo da guerra, este artigo defende que, uma vez que o início da modernidade também foi um período caracterizado por estas crises, é útil explorar as tendências de crise do início da modernidade. Ele reflete sobre o fim da natureza barata e argumenta que, no momento atual, a ameaça das crises de subprodução e superprodução converge para o capital. Assim, questiona a capacidade contínua do capital de mobilizar a guerra para transformar ambientes em direção ao fim da acumulação infinita.

Palavras-chave: Análise de Sistemas Mundiais. Ecologia Mundial. Crises de Produção. Guerra. Mudança Ambiental Global.

Abstract: At the contemporary conjuncture, three interlinked crises threaten the capitalist world system: economic crises, war, and global environmental change. Reviewing world-systems approaches to the study of war, this article argues that, since the early modern period was also a period characterized by these crises, it is useful to explore early-modernity's crisis tendencies. It reflects on the end of cheap nature, and argues that, in the present moment, the threat of both crises of underproduction and of overproduction converge for capital. It thus calls into question capital's continued ability to mobilize war to transform environments towards the end of endless accumulation.

Keywords: World-Systems Analysis. World-Ecology. Crises of Production. War. Global Environmental Change.

Resumen: En la coyuntura contemporánea, tres crisis interrelacionadas amenazan el sistema mundial capitalista: las crisis económicas, la guerra y el cambio ambiental global. Revisando los enfoques de los sistemas-mundo para el estudio de la guerra, este artículo sostiene que, dado que la época moderna temprana también estuvo marcada por estas crisis, resulta útil explorar las tendencias críticas de la modernidad temprana. Reflexiona sobre el fin de la naturaleza barata y argumenta que, en el momento actual, convergen para el capital tanto las amenazas de crisis de subproducción como de sobreproducción. De este modo, pone en duda la capacidad continuada del capital.

Palabras-llave: Palabras-llave: Análisis de Sistemas-Mundo. Ecología-Mundo. Crisis de Producción. Guerra. Cambio Ambiental Global.

* Traduzido por Carlos Eduardo Martins

** John Peter Antonacci é doutor pelo Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Nova York em Binghamton (SUNY Binghamton), onde estuda e leciona ecologia-mundo, sociologia militar e história ambiental.

E-mail: Jantona2@binghamton.edu

Introdução

Três características marcantes do século XXI chamam a nossa atenção. Em primeiro lugar, nos vemos a contemplar as formas e até que ponto o capitalismo, como modo de produção, pode continuar a reproduzir-se (SILVER; PAYNE, 2020). Em segundo lugar, as alterações ambientais globais ameaçam remodelar radicalmente a vida na Terra, pelo que debatemos as origens, as causas e o desenvolvimento dessas alterações (LEWIS; MASLIN, 2015). Em terceiro lugar, as guerras que estão a ser travadas atualmente (Ucrânia, Israel/Palestina) e que se avizinham no horizonte (no Sahel, no Mar da China Meridional) lançam sombras negras, obscurecendo as ilusões que alimentávamos de um futuro pacífico (FUKUYAMA, 1992).

O alcance, a velocidade e a intensidade destes desenvolvimentos exigem análise. Dois aspectos interligados desta problemática lembram-nos que há muito trabalho a ser feito, mas, ao mesmo tempo, há esperança.

Em primeiro lugar, os estudos académicos têm prosseguido normalmente face à crise da conjuntura contemporânea. Os economistas políticos estudam o capitalismo, os historiadores ambientais estudam o clima e os estudiosos de estudos militares estudam a guerra. As disciplinas académicas trabalham para disciplinar os académicos e o conhecimento que produzem, impedindo o diálogo entre o que C.P. Snow (1998 [1959]) chamou de «Duas Culturas».¹ Considere esta formulação — em *The Shock of the Anthropocene*, Bonneuil e Fressoz (2016) apresentam uma série de conceitos que, segundo eles, podem ser usados para pensar sobre as mudanças ambientais contemporâneas. Ao escrever sobre a guerra, eles afirmam que “os últimos três séculos foram caracterizados por uma acumulação extraordinária de capital: apesar das guerras destrutivas, este cresceu 134 vezes entre 1700 e 2008” (BONNEIUL; FRESSOZ, 2016, p. 222). Não seria mais plausível o inverso, que a acumulação de capital tenha começado de forma tão espetacular *por causa da* guerra? Alguns estudiosos trabalham contra essa tendência predominante, gerando insights convincentes sempre que o capitalismo, o ambiente ou a guerra são conceitualmente ligados. Mas, até agora, nenhum estudo tentou elaborar uma narrativa que ligasse esses três momentos de forma dialética e os colocasse em discussão sobre a crise do sistema mundial na conjuntura contemporânea.

À luz destes desenvolvimentos contemporâneos, e tendo em mente os seus antecedentes, é realmente pertinente regressar e refletir sobre as ideias essenciais apresentadas no Volume I de *The Modern World System*, de Immanuel Wallerstein,

¹ Ver também, sobre as duas culturas, Lee e Wallerstein (2004).

que celebra agora o seu 50.º aniversário de publicação. O eixo central da sua obra centrou-se na mobilização e análise da vasta historiografia do mundo moderno, aplicando-a a uma questão simples: *qui bono?* Em *Capitalist Civilization*, ao refletir sobre os benefícios e males relativos conferidos pelo capital, ele escreve: “É claro que o tamanho da camada privilegiada como porcentagem do todo cresceu significativamente sob o capitalismo histórico. E para essas pessoas, o mundo que conhecem é, em geral, melhor do que qualquer um de seus antecessores conheceu” (WALLERSTEIN, 2011a [1983], p. 136). Mas, por outro lado, “para o outro extremo do espectro, os 50 a 80 por cento da população mundial que não são beneficiários de privilégios, o mundo que conhecem é quase certamente pior do que qualquer um dos seus antecessores conheceu” (WALLERSTEIN, 2011a [1983], p. 136). Dada a polarização do capitalismo histórico em torno da desigualdade, ele pergunta, como faz em toda a sua obra: “Como então ele sobreviveu por tanto tempo? [...] Se acredita, como eu, que todos os sistemas históricos, sem exceção, têm vidas limitadas e devem eventualmente dar lugar a outros sistemas sucessores, deve assumir que o nosso sistema mundial não pode ser estável para sempre» (WALLERSTEIN, 2011a [1983], p. 137). Como, então, prosseguir, para descobrir os mecanismos através dos quais podemos apreciar as condições em que o capitalismo histórico pode deixar de sobreviver? Voltando à historiografia, «para nos permitir ver melhor o que aconteceu e o que está a acontecer. Para isso, precisamos de óculos com os quais discernir as dimensões da diferença, precisamos de modelos com os quais ponderar o significado, precisamos de conceitos resumidos com os quais criar o conhecimento que depois procuramos comunicar uns aos outros» (WALLERSTEIN, 2000 [1974], p. 102).

Como tal, a perspectiva da ecologia mundial emerge e permite sínteses que consideram o poder, o lucro e o planeta como mutuamente constitutivos. Argumenta que o capitalismo é uma forma de organizar a natureza, que reúne poder, lucro e vida ao serviço da acumulação infinita (MOORE, 2015). O trabalho a ser feito centra-se no desenvolvimento de um aparato conceitual capaz de localizar a militarização como uma relação-chave de poder interna à ecologia mundial capitalista e narrar a história como tal.

Em segundo lugar, por mais nova que possa parecer, a convergência das forças do capital, do ambiente e da guerra não é inédita na história mundial. Longe disso. O mundo moderno foi forjado precisamente num período assim, o início da era moderna (1491-1815), um período marcado por crises.² Em movimento desde o longo

2 A utilidade do termo «início da era moderna» é por vezes alvo de críticas. Mas utilizo-o por várias razões, bem resumidas por Sangha e Willis (2016). Para os pesquisadores que defendem a existência desse período, «estamos a falar de alguns séculos em que aconteceram muitas coisas, e precisamos de lhes dar um nome [...] o período moderno inicial representa um período em que muitas certezas medievais ruí-

século XVI (1492-1648), o capitalismo começou a desenvolver-se como modo de produção e, posteriormente, expandiu-se no espaço ao longo do tempo até cobrir o globo (WALLERSTEIN, 2011b [1983]). A busca incessante pelo lucro daria início a novos padrões de produção, reprodução, consumo e comércio, reorganizando a vida onde quer que fosse, a fim de contrariar a tendência de queda da taxa de lucro (SHAIKH, 1992). Ao mesmo tempo, os ambientes globais estavam a mudar. A pequena idade do gelo (1350-1850) foi sentida em todo o mundo, causando ora secas, ora inundações, ora fomes (FAGAN, 2000). Ao longo do início do período moderno, os Estados, as sociedades e as pessoas modificaram os seus modos de vida face às mudanças ambientais e, ao fazê-lo, modificaram simultaneamente os seus ambientes. Finalmente, o início do período moderno testemunhou uma «Revolução Militar» (1550-1650), em que mudanças qualitativas e quantitativas nas práticas europeias de guerra globalizaram os conflitos, tornando a guerra mais mortal, mais onipresente e mais cara (PARKER, 1976).³

E.H. Carr (1961) insistiu que os historiadores devem sempre abordar o passado a partir do ponto de vista da sua conjuntura contemporânea. «Novas visões, novos ângulos de visão», lembra-nos ele, «aparecem constantemente à medida que o cortejo — e o historiador com ele — avança. O historiador faz parte da história. O ponto do cortejo em que ele se encontra determina o seu ângulo de visão sobre o passado (CARR, 1961, p. 43).» Este artigo pretende mobilizar essa percepção, falando sobre os desenvolvimentos atuais, mas a partir de um ângulo de visão que depende da interpretação do passado. Uma tradição amplamente concebida de análise dos sistemas mundiais — com os seus antecedentes conceituais e herdeiros — mobiliza conceitos-chave que tornam possível esta interpretação da crise contemporânea.

O artigo começa por afirmar o papel fundamental que a guerra desempenhou na construção do mundo moderno em geral e da ecologia mundial capitalista em particular. Aqui, ao contrário das abordagens que enquadram a guerra como uma tendência patológica, a guerra é vista como parte constituinte da produção e reprodução da vida quotidiana sob o capitalismo histórico. O artigo passa então a explorar as conexões entre as mudanças ambientais e a guerra, na medida em que se relacionam com as tendências de crise do capital. O capital depende da mobilização do poder político para mobilizar o excedente ecológico e contrariar a tendência de queda da taxa

ram, novas descobertas foram feitas e estruturas e sistemas se desenvolveram em áreas como a política, a religião, a ciência e a guerra, que depois dominaram durante um período significativo — na verdade, alguns deles persistem até hoje» (SANGHA; WILLIS, 2016, p. 6).

3 Isto representa a periodização de Geoffrey Parker (1976) da chamada Revolução Militar, afastando-se da periodização anterior de Michael Roberts (1995) da Revolução Militar, 1550-1650, e contrastando com a periodização posterior de Jeremy Black (1991) (pós-1648).

de lucro. Seguindo Wallerstein, em *Historical Capitalism* (2011b [1983]), o poder do Estado para fazer a guerra é aqui conceituado como um mecanismo fundamental pelo qual o excedente ecológico é apropriado pelo capital a baixo custo.

Metodológica e organizacionalmente, o artigo visa abordar criticamente e sintetizar fontes secundárias desenvolvidas através da análise dos sistemas mundiais e de críticas anti-imperialistas amplamente concebidas da economia política, a fim de destacar conceitos relevantes para o estudo das relações entre guerra, crise e capitalismo no período (inicial) moderno e, ao mesmo tempo, apontar os limites relativos da sua utilidade individual em relação à reflexão sobre a crise contemporânea. As perspectivas sobre a relação entre guerra, crise e capital são onnipresentes na literatura secundária, e é em parte o objetivo deste artigo torná-las explícitas e colocá-las em diálogo.

Por fim, o artigo reflete sobre o uso da guerra pelo capital para garantir o excedente ecológico na conjuntura contemporânea. Argumenta que o fim da natureza barata — o esgotamento da tendência de longo prazo para a queda do excedente ecológico — prenuncia um novo período de crise para o capitalismo histórico, no qual as crises de subprodução e de superprodução convergem. A capacidade do poder do Estado capitalista de travar guerras para se apropriar de novas reservas de excedente ecológico é questionada, levantando questões sobre o desenvolvimento de uma crise histórica, ou terminal, para o capital.

O fato de podermos aprender com a experiência do início da era moderna sobre a conjuntura contemporânea deve dar-nos esperança. Localizar as origens do mundo moderno através destes três conjuntos interligados de desenvolvimentos — a tendência para a acumulação infinita, a aceleração das alterações ambientais globais e a revolução da guerra — conta uma história em que estas dinâmicas representam conjuntos fundamentais de mecanismos através dos quais o capital se reproduz continuamente no espaço e no tempo. O início da era moderna tem muito a ensinar-nos sobre estas dinâmicas — por que estão ligadas? como se transformam? e quais são os limites da sua reprodução histórica?

A guerra e a construção da vida quotidiana no capitalismo histórico

A história do capitalismo é a história da guerra permanente (ALLIEZ; LAZZARATO, 2016). É também uma história de mudanças ambientais globais (Moore, 2003). O capital depende da guerra para acumular-se infinitamente e, ao mesmo tempo, depende sucessivamente da produção e reprodução de ambientes a serviço dessa acumulação infinita. Compreender esta dupla dependência e do capital — evoluir para

sobreviver através da guerra e da implementação de mudanças ambientais — é tornar visíveis os limites das estratégias (re)produtivas do capital.

A guerra é frequentemente negligenciada pelos cientistas sociais, tratada como uma patologia, uma aberração de um estado “normal” das coisas. Mas, vista de uma perspectiva histórica, a guerra parece ser uma parte constitutiva da “vida cotidiana” da grande maioria das pessoas que vivem no espaço moderno e ao longo do tempo moderno. Ao mesmo tempo, as mudanças ambientais moldaram e remodelaram profundamente os processos de criação da vida, nos quais, como destaca Marx, a relação dos seres humanos que modificam e são modificados pelos seus ambientes é constitutiva da base da história (MARX; ENGELS, 1998 [1932], p. 37). O fato de a história ambiental moderna continuar a desenvolver-se como um campo de estudo demonstra um reconhecimento crescente dessa importância. Se localizarmos as origens do capitalismo no início da era moderna, se reconhecermos a intensificação da violência que o caracteriza e localizarmos uma profunda revolução na criação do ambiente que ocorre no e através do desenvolvimento destas dinâmicas interligadas, chegamos a uma síntese que fala diretamente dos problemas enfrentados periodicamente ao longo da história da modernidade e que, de fato, enfrentamos agora. A acumulação militarizada, um conceito em desenvolvimento através da perspectiva da ecologia mundial, visa destacar o papel central que o uso da violência desempenhou na história do capitalismo como uma ecologia mundial de poder, lucro e vida (ver ANTONACCI, 2021; MOORE, 2023, 2022). A concretização da empiria de como a acumulação militarizada moldou o sistema capitalista mundial aprofunda a insistência da ecologia mundial de que o poder político — especialmente o poder do Estado — desempenha um papel fundamental na formação de ambientes propícios à acumulação infinita. Em outras palavras, as revoluções militares são aqui conceituadas como revoluções na formação do ambiente, elas próprias momentos-chave na produção e reprodução do capital. A forma como entendemos os movimentos interligados, ao mesmo tempo, do capital, da guerra e do ambiente pode informar a nossa compreensão das dinâmicas da flexibilidade contínua do capital face à crise e fala à nossa compreensão dos limites dessa flexibilidade.

A necessidade de tal síntese é reconhecida há muito tempo. Andre Gunder Frank (1998), ao refletir sobre o seu próprio trabalho como crítica à tese da «globalização» em voga na década de 1990, perguntou: «Então, como considerar este todo global de forma holística, seja antes ou depois de 1500?» (FRANK, 1998, p. 340).⁴ A sua

4 A tese da globalização em voga na década de 1990, seguindo Wallerstein, propunha ver a “globalização” como uma de uma série de “presumíveis grandes transformações do sistema capitalista a partir de um ponto recente no tempo, em que todo o tempo anterior servia como um contraponto mitigado contra o qual se tratava a realidade empírica do presente” (WALLERSTEIN, 2011b [1983], p. 7).

resposta, que podemos ler como uma afirmação destinada a catalogar as relações que ele considera centrais para o desenvolvimento histórico mundial após 1500, é reveladora. «Sugeri a analogia de um banco de três pernas. Ele repousa igualmente sobre as pernas ecológica/económica/tecnológica, política/militar e social/cultural/ideológica. A mais negligenciada delas, também no meu próprio trabalho, tem sido a componente ecológica» (FRANK, 1998, p. 340).

Jason W. Moore produziu uma obra extensa para preencher essa lacuna: a negligência da ecologia. A sua crítica ao que denomina «dualismo cartesiano» — segundo o qual a natureza e a sociedade são dois objetos distintos que interagem entre si — argumenta contra a visão da ecologia como uma mera «variável» a ser «adicionada» às nossas análises do capitalismo, uma abordagem que ele chama de «aritmética verde» (MOORE, 2015, p. 78-82). Em vez disso, o seu quadro, a ecologia mundial, reconhece que «o capitalismo não *tem* um regime ecológico, é um regime ecológico» (MOORE, 2015, 158). Deste ponto de vista, a totalidade de Moore reconhece que a história do capitalismo é, em si mesma, uma história ambiental — o capital é uma relação que estrutura e reestrutura os ambientes globais com vista ao fim da acumulação infinita. A «ecologia» não aparece, portanto, como um mero pé da cadeira de Frank — se a cadeira é o sistema mundial capitalista, então a cadeira é também, ao mesmo tempo, a ecologia que o capital produz e reproduz continuamente ao longo da sua história.

Mas as lacunas não terminam com a ecologia. Pois também poderíamos argumentar que o poder militar também foi negligenciado — não no sentido de que nunca foi estudado, mas sim pela *forma como* foi estudado. A sociologia como disciplina tem uma tendência para tratar a guerra como «patológica», uma perturbação do chamado status quo (MANN, 1988). A nossa conceção do papel que a guerra quase interminável desempenha na formação da modernidade depende do nosso objeto de análise — o nacionalismo metodológico obriga-nos a ver a história da guerra como a história das lutas *entre* Estados, em vez de uma característica da economia mundial capitalista e do sistema mundial. As guerras, segundo uma conceção informada pela análise dos sistemas mundiais, transformam o *sistema como um todo*.

Uma exceção à patologização da guerra pela sociologia — e uma contribuição inestimável para as abordagens sistémicas da guerra — surge na forma do tratamento dado por Arrighi à guerra e à sua relação com o capitalismo. Arrighi apresenta duas formulações ideais-típicas da «lógica do poder» moderna. Uma, a lógica territorialista do poder, toma «o controle sobre o território e a população [como] o objetivo, e o controle sobre o capital móvel como o meio, da criação do Estado e da guerra». A outra, a lógica capitalista do poder, inverte a relação meio-fim do modo territorialista, em que «o controle sobre o capital móvel é o objetivo e o controle sobre a população

e o território é o meio». Como tal, o territorialismo segue a fórmula TMT', enquanto o capitalismo segue a fórmula MTM' (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 34-35). «Historicamente», continua ele, «as lógicas capitalista e territorialista do poder não operaram isoladamente uma da outra, mas em relação uma com a outra dentro de um determinado contexto espaço-temporal» (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 34-35). O capitalismo, como sistema social histórico, emprega a lógica territorialista e/ou a lógica capitalista do poder, dependendo do momento e das necessidades do capital dentro de um ciclo sistêmico de acumulação. Nesta perspectiva, o que há de novo nas relações de guerra sob o capitalismo reside na transformação do seu papel como *meio* de garantir os *fins* do controle sobre o território e/ou a população ou do controle sobre o capital móvel. Sob o capitalismo, tem havido uma tendência para que a guerra seja relativamente mais «orientada para a acumulação de capital do que para a incorporação de território e população» (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 35). É claro que, seguindo a fórmula do MTM, a garantia do território durante a guerra é de importância central, *como meio* para uma acumulação cada vez maior (TM'). E, naturalmente, os belicistas precisam de capital (geralmente na forma de impostos, apropriações ou desenvolvimento da dívida pública) para financiar a mobilização dos meios de guerra (MT). A transformação da guerra de um meio principalmente para controlar território e população para um meio de acumulação moldou como e por que as guerras são travadas sob o capitalismo, como veremos.

É importante reconhecer, como veremos, que a relação com a guerra vai além do combate propriamente dito — as economias e as sociedades (e os ambientes) sentiram continuamente os seus impactos, muito antes e depois de a poeira da batalha ter assentado. Dada a frequência das guerras no mundo moderno, Priya Satia (2018) deixa isso claro: “Na verdade, houve tantas transições entre a paz e a guerra que é difícil estabelecer quais eram as condições económicas ‘normais’. [...] Dada a dificuldade de separar o impacto da guerra do impacto de eventos contemporâneos, podemos aceitar a guerra como uma continuidade — em vez de uma ‘perturbação estocástica’ — de outras transformações” (SATIA, 2018, p. 13-19).

A partir dessa perspectiva, de que a guerra estrutura as relações para além do campo de batalha — sendo ela própria a condição «normal» da modernidade —, somos compelidos, tal como Moore com a «ecologia», a reconhecer que a história do capitalismo é, ela própria, uma história de guerra. Esta revelação deve encorajar-nos a considerar o impacto que a militarização teve nas origens, no desenvolvimento e na trajetória futura do capitalismo como um sistema histórico mundial: ao abster-nos de tratar a guerra como uma «perturbação» de um estado «normal», a guerra passa a ser vista como uma relação central na construção do mundo moderno.

Guerra, crise e estratégias reprodutivas do capital

O comunismo de salvamento, uma perspectiva que aponta para a necessidade de politizar as relações de produção face à crise climática, é, na sua essência, uma política de (re)produção. Rejeita a premissa de que, para sobreviver ao capitalismo, temos de nos acomodar e adaptar aos seus ritmos de vida e de obtenção de lucros. Devemos, antes, aprender a fazer, pensar, comer, mover-nos e, fundamentalmente, *viver* de forma diferente para transcender a pulsão de morte inerente à civilização capitalista (SALVAGE COLLECTIVE, 2021, p. 2-3). O próprio capital *vive* da pulsão de morte, como um vampiro, reproduzindo-se através da subordinação dos processos vitais à lei do valor. Compreender como o capital transforma a vida em morte e vice-versa é crucial para compreender os limites dessa subordinação.

Se, como Marx descreve, o imperialismo torna possível a acumulação original de riqueza a partir da qual a história do capitalismo se desenvolveu, ele também tem sido o modo preferido de (re)produção do capital (MARX, 1990 [1867], p. 915). A reconstrução de Moore da lei do valor sob o capitalismo histórico deixa isso claro. O capital quer manter os custos baixos e os lucros altos — daí a centralidade do trabalho não remunerado na prática mundial do capitalismo. O capital só existe em relação à teia da vida. Com o tempo, o capital 1.) sobrecapitaliza e sobreproduz capital e 2.) esgota as próprias bases de sua reprodução material, um processo que Moore chama de “declínio do excedente ecológico”, que leva a uma taxa de lucro decrescente e, portanto, a uma crise. Isso pode assumir muitas formas, como o declínio da fertilidade do solo, levando ao aumento dos custos dos alimentos e, conseqüentemente, ao aumento dos custos de reprodução da força de trabalho. Seguindo a noção de Arrighi (2010 [1994]) de que a crise leva à expansão geográfica, Moore continua: “o esgotamento de uma natureza histórica rapidamente leva à ‘descoberta’ de novas naturezas que proporcionam fontes qualitativamente novas e quantitativamente maiores de trabalho não remunerado” (MOORE, 2015, p. 62). O resultado é que o capital deve:

[...] produzir naturezas baratas. Ampliar a zona de apropriação. Em suma, fornecer trabalho, alimentos, energia e matérias-primas — os quatro baratos — mais rapidamente do que a massa acumulada de capital excedente derivada da exploração da força de trabalho. Por quê? Porque a taxa de exploração da força de trabalho (dentro do sistema mercantil) tende a esgotar as capacidades de criação de vida que entram na produção imediata de valor. (MOORE, 2015, p. 67).

O exercício do poder do capital torna a apropriação possível — as naturezas baratas devem «ser asseguradas através de procedimentos e processos extraeconômicos»

(MOORE, 2015, p. 67). Dois procedimentos e processos extraeconômicos de vital importância e intimamente ligados — o império e a guerra.

O capital depende do exercício do seu poder para manter a acumulação infinita e tornar essa subordinação possível. A guerra representa uma arma fundamental através da qual esse projeto de classe — a guerra de classes — tem sido travado. Moore insiste em ver o capitalismo como uma forma de organizar a natureza, de produzir «naturezas baratas», baratas tanto simbolicamente quanto materialmente, para serem apropriadas a um custo baixo ou nulo para o capital (MOORE, 2015, p. 73). A exploração no ponto de produção depende, portanto, de ondas de apropriação além do ponto de produção. As contribuições de ganhos inesperados sucessivos — a apropriação dos «quatro baratos» — alimentos, trabalho, energia e matérias-primas — garantem a maximização do lucro do capital. A garantia do excedente ecológico — onde o capital põe em movimento uma quantidade relativamente pequena de capital para se apropriar de uma quantidade relativamente grande de trabalho/energia — mantém a taxa de lucro diante da crise (MOORE, 2015, p. 95). Se a «flexibilidade inovadora» do capital se baseou na sua capacidade de garantir capital circulante barato, então a sobrevivência do capital dependeu da sua capacidade de garantir fronteiras de mercadorias, zonas geográficas de fontes relativamente não capitalizadas (leia-se: baratas) de excedentes ecológicos ainda não mercantilizados, mas dentro da zona de poder do capital. O capital precisa de se expandir geograficamente para continuar a funcionar (MOORE, 2000). Historicamente, a guerra tem sido um mecanismo central pelo qual o capital conquistou o mundo na sua busca pela apropriação de naturezas baratas. A guerra permite ao capital *evitar* crises — a produção da morte permitiu ao capital continuar a produzir-se a si próprio.

Mas o capital produz limites, limites criados por ele próprio. «O capitalismo», escreve o *Salvage Collective*, «tem os seus limites e as suas crises, mas, perversamente, parece *prosperar* com eles. Ao contrário dos sistemas de vida multiespécies que o alimentam, o único limite *terminal* ao aumento perpétuo do capital é, se impulsionado a partir de dentro, externo: ou a revolução ou a extinção; o comunismo ou a ruína comum das classes em conflito» (SALVAGE COLLECTIVE, 2021, p. 8.). Se a guerra tem sido um mecanismo através do qual o capital transcendeu crises — e, de facto, prosperou (!) — e se a guerra — especialmente na era nuclear — representa um mecanismo através do qual a ruína comum das classes em conflito pode ser realizada, então parece valer a pena perguntar se existe um limite para a capacidade da guerra de reorganizar as redes de vida em direção à acumulação infinita. Se o capital sobreviveu à guerra permanente, será que morrerá por ela?

O capitalismo, como forma de organizar a natureza, tem as suas origens no longo século XVI (1492-1648) (WALLERSTEIN, 2011c [1974]). Este foi um momento de profundas mudanças globais. Desde o seu início, o capital mobilizou a capacidade bélica dos Estados para reorganizar as redes de vida ao serviço da acumulação infinita. Três momentos interligados desta «riqueza total de muitas determinações» são de interesse para nós aqui (MARX, 1993 [1939], p. 101). Estes momentos marcam o início dos processos que caracterizam os problemas da civilização capitalista e as estratégias do capital para transcender esses problemas.

Primeiro, os capitalistas europeus garantem os seus primeiros grandes ganhos inesperados através de uma onda de invasões globais do mundo extraeuropeu, particularmente através das invasões colombianas, ao longo do longo século XVI. Marx, escrevendo sobre a relação entre as primeiras grandes ondas de acumulação primitiva/formação de classes e a génese do capitalismo industrial, escreve que «A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento em minas da população indígena daquele continente, o início da conquista e pilhagem da Índia e a conversão da África em uma reserva para a caça comercial de peles negras são coisas que caracterizam o início da era da produção capitalista (MARX, 1990 [1867], p. 915)”. A implantação pelos imperialistas espanhóis de processos interligados de pilhagem e produtividade, com o objetivo de roubar as riquezas em metais preciosos das Américas, estabeleceu um padrão pelo qual o capital poderia acumular-se através da apropriação. Não devemos esquecer que este foi um momento em que ocorreu uma «grande mortandade» no início da era moderna, em que cerca de 55 milhões dos cerca de 60 milhões de indígenas americanos foram sacrificados no altar da acumulação, através de uma combinação de doenças, guerras e exploração (KOCH *et al.*, 2019; JONES, 2016).

Ao mesmo tempo, um padrão de arrefecimento global que viria a ser conceituado como a *pequena idade do gelo* estava a cristalizar-se (GROVE, 1988; FAGAN, 2000). Em movimento desde o século XIV, o arrefecimento global intensificou-se na sequência do colapso demográfico que se seguiu às invasões colombianas, através do sequestro de carbono resultante da cessação maciça da agricultura, da redução do uso do fogo e do renascimento das florestas do novo mundo. Esta mudança deixaria um registro nos sedimentos da Terra — o Pico Orbis —, com o arrefecimento a durar até meados do século XIX (LEWIS; MASLIN, 2015). Este arrefecimento teria um impacto repetido nas colheitas a nível global, causando fome, colapso do Estado e agitação social, aumentando o preço dos alimentos e, consequentemente, da mão de obra (PARKER, 2013; LE ROY LADURIE; DEUX, 2008; TILLY, 1975; PATEL; MOORE, 2017). A sobrevivência do capital durante o início do período moderno dependia

da sua capacidade de reduzir continuamente este custo crucial face às alterações climáticas — a necessidade de manter os custos baixos em todo o sistema impulsionou o capital a procurar novas fontes de calorías — e exportou esta produção para locais como o Oeste americano, as Caraíbas e a Índia. Não é por acaso que estes locais representam geografias fundamentais dos impérios europeus.

Finalmente, o século XVI assistiu a uma transformação nas práticas bélicas dos Estados europeus, a chamada «revolução militar» (PARKER, 1996 [1988]). O aumento da eficácia da infantaria — possibilitado pela proliferação das armas de pólvora — tornaria as guerras maiores, mais mortíferas e mais caras. Os europeus, quando lutavam para expandir os seus impérios, passariam a lutar para conquistar e matar. Passariam a depender da riqueza dos primeiros capitalistas — assegurada através das invasões colombianas — para financiar a sua belicosidade e, assim, a dívida nacional, a transformação da riqueza pública em capital privado, constituiu-se numa alavanca primária da acumulação primitiva (TILLY, 1992 [1990]; MARX, 1990 [1867], p. 919). Aonde quer que fossem, os capitalistas dependiam da força dos seus Estados e exércitos para produzir e garantir as condições de acumulação (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Mas a dependência do capital da guerra permanente para tornar a acumulação continuamente possível não se limitou ao início da era moderna. Ao longo de sua história, a guerra ajudou o capital a transcender crises. Estas crises do capitalismo tenderam para duas formas ao longo da sua história: o capital enfrentou crises de subprodução e de superprodução. Existe sempre o perigo, para o capital, de ambos os tipos de crises se desenvolverem, mas elas *tendem* a materializar-se de uma forma ou de outra ao longo do tempo histórico.

No início da era moderna, as crises *tendiam* a assumir a forma de crises de subprodução. Moore escreve que “a tendência dominante do capitalismo inicial não era a superprodução, mas a subprodução: o fluxo insuficiente de mão de obra, alimentos, energia e matérias-primas. O maior problema do capitalismo inicial centrava-se no fornecimento de insumos baratos às fábricas, e não na venda dos produtos fabricados nos centros industriais” (MOORE, 2015, p. 92). Historicamente, a instituição que tornou possível o fornecimento cada vez maior desses recursos baratos às fábricas foram os Estados. Parenti (2016, p. 167) escreve, sobre o Estado criador do ambiente, que:

O Estado moderno é fundamentalmente geográfico; é território [...] os valores de uso pré-existentes da natureza não humana são essenciais para a acumulação capitalista; e estes encontram-se na superfície da Terra. Quais são as instituições que, em última instância, controlam a superfície da Terra? Os Estados. É o Estado que fornece os valores de uso da natureza não humana ao capital. Mais especificamente, a territorialidade do Estado moderno entrega a

natureza não humana ao capital para acumulação, por meio de seus regimes de propriedade baseados no lugar, sua produção de infraestrutura e suas práticas científicas e intelectuais que tornam a natureza não humana legível e, portanto, acessível.

A esta lista de mecanismos pelos quais o Estado entrega naturezas baratas ao capital, devemos acrescentar que *os Estados fazem guerras*. Tente imaginar, por um momento, como os europeus poderiam ter financiado a Guerra dos Trinta Anos sem a riqueza em ouro das Américas, como a crise da década de 1740 ou a crise geral de 1873 teriam se desenrolado na Inglaterra se o Estado capitalista dos EUA não tivesse travado uma guerra com os indígenas americanos durante séculos pela conquista do Oeste americano. Os lucros agrícolas inesperados resultantes da conversão das pradarias em campos de monocultura — eles próprios apropriações do trabalho de construção do solo ao longo de milénios — teriam sido acessíveis ao capital sem a vitória dos imperialistas norte-americanos nas Guerras das Planícies, cristalizada através do projeto do Destino Manifesto e do genocídio da população indígena da América do Norte? Para sublinhar o ponto de que as crises de subprodução não se limitam ao início da era moderna, imagine se os nazis tivessem conseguido conquistar os campos petrolíferos do Cáucaso em 1940/1941 (TOOZE, 2006; TOPRANI, 2014, 2016).

A ideia de uma economia de guerra permanente foi articulada pela primeira vez pelos marxistas do século XX em relação ao problema das crises de superprodução. Aqui, a guerra e os gastos para se preparar para a guerra permitiram que o capital se valorizasse continuamente. Para Luxemburgo (2003 [1913]), a guerra funciona como um mecanismo através do qual os mercados para commodities produzidas industrialmente podem ser assegurados. Se as mercadorias não são vendidas, o capital não pode ser valorizado e a taxa de lucro cai. Ela destaca o problema: “Pois o capital pode, de fato, privar associações sociais alheias de seus meios de produção pela força, pode obrigar os trabalhadores a se submeterem à exploração capitalista, mas não pode forçá-los a comprar suas mercadorias ou a realizar sua mais-valia” (LUXEMBURG, 2003 [1913], P. 366). A sua abordagem da penetração do capital europeu na China no século XIX através das Guerras do Ópio mostra o contrário, que «a civilização europeia, ou seja, a troca de mercadorias com o capital europeu, teve o seu primeiro impacto na China com as Guerras do Ópio, quando esta foi obrigada a comprar a droga das plantações indianas para ganhar dinheiro para os capitalistas britânicos» (LUXEMBURG, 2003 [1913], P. 367).

Os capitalistas europeus podem não ter, no século XVI, inicialmente se proposto a conquistar o mundo, mas no século XIX, eles estavam muito perto de conseguir (PARKER, 1991). Escrevendo sobre o capitalismo monopolista e a quase conclusão

da conquista mundial pelo capital europeu, Lenin (1916) vê as guerras interimperialistas de divisão territorial no período de quase conquista do mundo inteiro como o único mecanismo disponível para que a (re)distribuição da riqueza e das colónias entre os impérios europeus possa ocorrer. Ele pergunta retoricamente: “que outro meio poderia haver, *sob o capitalismo*, para superar a disparidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, de um lado, e a divisão das colónias e esferas de influência do capital financeiro, de outro?” (LENIN, 1916, CAP. 7).

Para Baran e Sweezy (1966, p. 179-180), a guerra tem servido para definir o lugar das nações na «hierarquia das nações» sob o capitalismo desde o século XVII. Mas, para o capitalismo americano, especificamente, os gastos com a guerra, sob o pretexto ideológico da contenção do comunismo, criaram uma demanda por commodities militarizadas, mantendo lucrativo o capital monopolista. Em que, perguntam eles, «o governo poderia gastar o suficiente para impedir que o sistema afundasse no pântano da estagnação? Em armas, mais armas e ainda mais armas» (BARAN; SWEEZY, 1966, P. 213). O’CONNOR (1973) argumenta da mesma forma que os gastos com a guerra, juntamente com os gastos com o bem-estar social, tornam possível evitar os dois lados do problema da valorização: os gastos com a guerra resolvem o problema da superprodução e os gastos com o bem-estar social resolvem o problema do subconsumo.

O trabalho de Chase-Dunn (1988) sobre a relação entre a competição político-militar dentro do sistema interestatal e a apropriação da mais-valia é inestimável. Para Chase Dunn, argumentando contra abordagens que fazem uma distinção rígida entre o político e o económico e contra concepções do capitalismo como um modo de produção «pacífico», ⁵, o modo de produção capitalista exibe uma lógica única na qual tanto o poder político-militar quanto a apropriação da mais-valia através da produção de mercadorias para venda no mercado mundial desempenham um papel integrado» (CHASE-DUNN, 1988, P. 131).

Aqui, a *distinção* entre poder político-militar e apropriação da mais-valia como *dois elementos* da sua lógica integrada é importante. A sensação que tenho aqui é que a lógica integrada não é tão integrada como se afirma.

Em *Global Formation Structures of the world-economy*, o argumento que postula uma conexão entre o exercício do poder político-militar e a acumulação gira em torno de uma discussão sobre a relação entre o sistema interestatal e o sistema capitalista mundial. Para Chase-Dunn, o sistema interestatal é uma expressão da força/fraqueza relativa dentro da divisão internacional do trabalho à la Wallerstein. Os

5 Sobre conceituações do capitalismo como pacifista, ver Zolberg (1981), Skocpol (1977) e Schumpeter (1955[1919]).

Estados fortes dentro da divisão internacional do trabalho são capazes de usar o poder para explorar os Estados mais fracos (CHASE-DUNN, 1988, p. 111). O sistema interestatal aqui é histórico, na medida em que deve ser continuamente reproduzido ou transformado.

A conversão de um sistema capitalista mundial fraco num império mundial constituiria, para Chase-Dunn, a desintegração do sistema interestadual (CHASE-DUNN, 1988, p. 146). A guerra funciona para Chase-Dunn na medida em que reproduz o sistema interestadual, impedindo a formação de um império mundial e, assim, o fim de um sistema em que os Estados fortes poderiam explorar os mais fracos.

Se a ligação entre a guerra e a reprodução do sistema interestatal (como uma característica do sistema mundial capitalista) é clara, a relação entre a guerra e a reprodução direta do capital é menos desenvolvida. Ao contrastar o sistema mundial moderno com civilizações anteriores, ele escreve que “no sistema mundial moderno, a guerra é em grande parte um complemento das estratégias de comércio e investimento” (CHASE-DUNN, 1988, p. 108). Ele afirma que «hoje, a guerra é menos central (embora ainda importante) para o funcionamento do sistema mundial moderno», mas depois continua: «As guerras mundiais representam um retorno à competição militar e uma reestruturação da ordem política mundial que, até agora, permitiu a expansão da produção capitalista» (ambas as citações são de CHASE-DUNN, 1988, p. 156).

A minha opinião é que a guerra é bastante importante para o funcionamento do sistema mundial moderno. As guerras (mundiais) aqui não servem apenas para reestruturar a ordem *política* mundial, mas também para reestruturar a ecologia capitalista mundial como um todo. Chase-Dunn, com base no trabalho de Goldstein, argumenta que as guerras atingem o seu pico no início da recessão da produção numa onda K e que «o aumento da concorrência pelos mercados e pelas oportunidades de investimento deve-se à sobreprodução [...] e este tipo de concorrência leva à pressão para o uso do poder extraeconómico, ou seja, o poder do Estado, para proteger e/ou expandir as quotas de mercado e as oportunidades de investimento» (CHASE-DUNN, 1988, P. 164. Ver também GOLDSTEIN, 1988). Aqui, a perspectiva do início da era moderna ajuda-nos a compreender a centralidade do papel da guerra na reprodução do capital. A transformação do sistema mundial capitalista num império mundial não foi o único tipo de crise com que o capitalismo do início da era moderna teve de lidar. As crises de subprodução (um fluxo insuficiente de alimentos, mão de obra, energia e/ou matérias-primas para a produção) ameaçaram os processos de produção capitalista ao longo do período moderno inicial (MOORE, 2003). As guerras de conquista territorial contribuíram para levar essas crises às portas das fábricas,

precipitando uma reorganização das relações de apropriação do excedente e da ordem política para o efeito. O capital precisa de garantir mercados para se valorizar, mas também precisa de manter o processo de produção. Historicamente, a guerra tornou ambas as coisas possíveis.

Assim, a minha tese *em relação* a Chase-Dunn é que a guerra não é *menos* importante no funcionamento do capitalismo como modo de produção do que em formações anteriores, mas sim que o capitalismo emprega a guerra para se reproduzir de maneiras qualitativamente distintas.

Há muito que se reconhece uma ligação presumível entre as ondas de Kondratieff (ondas K) e as guerras. O próprio Kondratieff observou essa ligação, escrevendo: «As guerras [...] estão incluídas nos processos rítmicos dos grandes ciclos e parecem não ser forças iniciais deste desenvolvimento, mas sim a forma da sua manifestação. Mas, uma vez surgidas, elas certamente exercem, por sua vez, uma influência poderosa, às vezes perturbadora, sobre o ritmo e a direção da dinâmica económica» (KONDRA-TIEFF, 2002, p. 383). A ligação é levada a sério pelas potências mundiais, a ponto de, em 2005, o Workshop de Investigação Avançada da OTAN ter convocado uma conferência intitulada «Sobre a influência de eventos fortuitos e ondas socioeconómicas longas na nova arena da guerra assimétrica» e publicado um livro sobre os seus trabalhos intitulado *Kondratieff Waves, Warfare, and World Security* (DEVEZAS, 2006).

Modelski e Thompson (1996) argumentam que as estruturas e os processos económicos e políticos globais estão relacionados. Eles escrevem: “argumentamos que a ascensão e o declínio dos setores líderes na economia global (o processo de Kondratieff ou onda K) estão coordenados com a ascensão e o declínio das potências mundiais (o longo ciclo da política global) de tal forma que um ciclo longo (um período de ascensão) está associado a duas ondas K organizadas em torno de setores inovadores no comércio e na indústria mundiais” (MODELSKI; THOMPSON, 1996, p. 3).

A(s) relação(ões) exata(s) entre a guerra e as ondas K/ciclos longos continua(m) a ser um tema de debate. Modelski e Thompson delineiam um esquema de 14 abordagens diferentes para a relação entre a guerra e o crescimento económico (MODELSKI; THOMPSON, 1996, p. 16). As diferenças entre as abordagens, conforme descritas, prendem-se com a sequência cronológica das fases ascendentes (U), descendentes (D) e das guerras (W) na história económica.

Em geral, considero convincente o esquema de Modelski e Thompson descrito acima, no qual $U \rightarrow W/D \rightarrow W$, com uma ressalva. Penso que parte do problema centrado no estabelecimento de uma cronologia da relação entre altas, baixas e guerras é que elas são reducionistas do ponto de vista historiográfico. O que quero dizer com isto é que cada uma das 14 abordagens apresentadas por Modelski e Thompson

pressupõe que a cronologia das altas, baixas e guerras permanece constante ao longo do tempo, procurando um padrão generalizado que se encaixe em toda a história do capitalismo. Este ângulo de visão, argumento eu, demonstra uma apreciação limitada das mudanças globais e estruturais pelas quais o capitalismo passou ao longo do tempo. Será que a cronologia pode mudar à medida que o capitalismo muda ao longo do tempo? Na minha opinião, o lugar que as guerras ocupam historicamente nos ciclos longos parece depender dos tipos de crises que o capitalismo enfrenta em momentos historicamente específicos da sua trajetória de desenvolvimento. Em suma, como argumentarei, o ponto de viragem é a transição do capitalismo moderno inicial para o capitalismo moderno.

Em primeiro lugar, seguindo Modelski e Thompson (1996), Cox (1987), Arrighi (2010 [1994]) e Chase-Dunn (1988), defendo que a guerra é um mecanismo crucial através do qual o capitalismo transcende as crises de desenvolvimento. Essa tradição intervém contra o «pacifismo» da economia neoclássica, que vê as guerras como acidentais e/ou patológicas, e cuja posição é resumida de forma muito adequada por um economista liberal canônico, Norman Angell (1910), que argumentou quixotesicamente que a «Grande Ilusão» da modernidade é que a guerra é lucrativa.⁶

Em segundo lugar, Modelski e Thompson observam que a maior parte da literatura sobre guerra e ondas K tende a ser «geralmente restrita ao período desde a revolução industrial (MODELSKI; THOMPSON, 1996, p. 6)». Eles observam que «embora [...] alguns estudiosos, como Fernand Braudel, tenham defendido a aplicabilidade dessa concepção (sobre a relação *entre guerras e ondas K*) desde o século XVI, esses estudiosos não aprofundaram muito essa questão» (MODELSKI; THOMPSON, 1996, p. 6). Se a Segunda Revolução Industrial (~1830) deve ser considerada um ponto de viragem na relação entre guerras e ondas K, deve sê-lo na medida em que representa uma transição do capitalismo moderno inicial para o capitalismo moderno. Com essa transição, assistimos a uma mudança nas tendências de crise do desenvolvimento capitalista, passando de crises que tendem a assumir a forma de crises de subprodução para crises de sobreprodução.

Isto é importante por várias razões.

Em primeiro lugar, tanto no período moderno inicial como no moderno, a inova-

6 Considerado um texto fundamental para o movimento pacifista, Angell (1910, p. 18) escreve “Bem, o objetivo destas páginas é mostrar que essa ideia quase universal [de que a guerra é lucrativa para as nações] é um equívoco grosseiro e desesperadamente perigoso, que às vezes tem a natureza de uma ilusão de ótica [...] tão profundamente maliciosa que desvia uma parte imensa das energias da humanidade e as direciona de tal forma que, a menos que nos libertemos dessa superstição, a própria civilização estará ameaçada.” A questão aqui é que, obviamente, Angell não faz uma análise de classes, por isso não consegue ver que a guerra é realmente lucrativa, para a classe dominante.

ção tecnológica é considerada um mecanismo central através do qual as ondas K se desenvolvem. Modelski e Thompson escrevem: «As ondas K surgem do agrupamento de inovações básicas que desencadeiam revoluções tecnológicas que criam setores industriais líderes; as inovações básicas respondem a necessidades não satisfeitas e à procura do mercado e devem, portanto, ser consideradas como processos ativadores do crescimento que são, em parte, endógenos» (MODELSKI; THOMPSON, 1996, p. 5). No período moderno, a inovação tecnológica funciona da maneira descrita por Modelski e Thompson. A inovação tecnológica é revolucionária na medida em que amplia o acesso a mercados e oferece novas oportunidades de investimento para o capital — em suma, responde e ajuda a resolver crises de acumulação excessiva. Podemos pensar no desenvolvimento das ferrovias nos Estados Unidos ao longo da segunda metade do século XIX como um exemplo desse setor líder. No início, as redes ferroviárias foram desenvolvidas e subsidiadas pelo governo dos EUA em conjunto com empresas privadas para transportar tropas e suprimentos da União durante a Guerra Civil Americana (1861-1865) e, posteriormente, expandidas por um influxo de capital britânico durante a crise de 1873-1879. Os alimentos baratos, agora transportados para a costa leste a custos mais baixos, passaram a estar disponíveis para o mercado mundial, reduzindo os custos de produção no Reino Unido e ajudando a resolver a crise. Mas, no início da era moderna, as crises tendiam a assumir a forma de crises de subprodução. Também aqui as inovações na tecnologia militar ajudaram a moldar o crescimento, mas os tipos de tecnologias eram diferentes. Os mosquetes produzidos em massa e o desenvolvimento do manual de instruções militares contribuíram para o desenvolvimento de formas mais holísticas de controle do trabalho (Way, 2003), o desenvolvimento de mapas estratégicos (MUKERJI, 1984) e os navios de guerra, escravos e comércio (REDIKER, 2007) ajudaram a identificar e transportar mão de obra e matérias-primas. Essas tecnologias, ao garantir mão de obra e matérias-primas, funcionaram para contrariar as tendências de crises de subprodução. Tudo isto para dizer que diferentes tipos de tecnologias, desenvolvidas em diferentes momentos da história do capitalismo, funcionaram para resolver diferentes tipos de tendências de crise. É claro que se trata *de* generalizações, mas elas têm como objetivo capturar e descrever as tendências predominantes.

Em segundo lugar, a maior parte da literatura sobre as ondas K e os ciclos longos tende a ignorar os processos de formação do ambiente e da classe.⁷ Isso provavelmente se deve ao fato de que tanto a literatura sobre as ondas K quanto sobre os ciclos longos se desenvolveram ao longo do século XX, quando a dinâmica da transição do

7 Sobre a ligação entre os ciclos sistêmicos de acumulação e a guerra a partir de uma abordagem de sistemas mundiais, que abstrai a formação de classes e a criação do ambiente, ver Schaffer (1989).

capital imperial e monopolista para um novo período de financeirização capturou a atenção dos economistas políticos. Mas o espectro da subprodução permanece para o capital.⁸ Se as crises de subprodução exigem, por parte do capital, a mobilização de novas reservas de força de trabalho e matérias-primas, então a formação de classes e a criação de ambientes, como processos que produzem novos trabalhadores e novas ecologias a serem introduzidos nos processos de produção, continuam a ser relevantes após 1830. A guerra faz ambas as coisas. Ao pensar sobre o futuro do capitalismo em condições de uma renovada ameaça de subprodução, um conjunto crucial de questões a serem feitas envolve perguntar 1.) o capital será capaz de mobilizar forças de formação de classes e de criação de ambientes suficientes para restaurar a taxa de lucro? e 2.) que papel as guerras desempenharão no arranque desses processos?

Portanto, em relação à tipologia de abordagens da relação entre guerra e crescimento económico oferecida por Modelski e Thompson, sugiro um modelo no qual:

No início do período moderno, em resposta à subprodução, observamos $U \rightarrow D \rightarrow W$

No período moderno, em resposta à superprodução, observamos $U \rightarrow W / D \rightarrow W^9$

Neste esquema, no início do período moderno, o crescimento é seguido por um período de recessão, que as guerras ajudam a resolver, e o ciclo se repete. Por exemplo, as invasões colombianas (W) dão início a um período de crescimento (U) devido a um ganho inesperado.¹⁰ Mas o influxo de metais preciosos após as conquistas levou a uma inflação rápida e intensa associada à revolução dos preços, que, combinada com uma relativa falta de acesso a matérias-primas e mão de obra proletária, significou que os custos de produção aumentaram, levando a uma recessão (D).¹¹ Novas guerras de conquista (W) trabalharam para mover as fronteiras das mercadorias, dando ao capital europeu novo acesso a reservas de mão de obra e matérias-primas, trabalhando para restaurar a taxa de lucro.

No período moderno, o crescimento económico (U) precipitou a necessidade de expandir os mercados, uma vez que a ameaça de uma crise de sobreprodução

8 Pense, por exemplo, no «pico do petróleo» ou na ideia de que o mundo pode estar a ficar sem petróleo barato. Este é um exemplo de como as alterações ambientais globais no século XXI reanimam a ameaça da subprodução. Ver Lawrence (2011). Esta tendência, que se expressa em todos os principais setores (alimentação, trabalho, energia, matérias-primas), é o que Moore (2015) chama de «tendência de queda do excedente ecológico».

9 Este é o modelo de Modelski e Thompson (1996), que argumenta que cada grande potência do ciclo longo apresenta duas ondas K.

10 A pirataria no Atlântico, em que marinheiros franceses, britânicos e holandeses atacavam navios de tesouro espanhóis e portugueses, ajudou a distribuir os lucros inesperados das invasões colombianas pela Europa Ocidental. Ver Lane (1998) e Thomson (1994).

11 Veja, sobre a ligação entre o influxo de metais preciosos do novo mundo, a inflação e a revolução dos preços no início da era moderna, Hamilton (1934).

significava que as mercadorias precisavam de ser vendidas em quantidades cada vez maiores para que o capital se valorizasse. No final do século XIX, praticamente todo o mundo tinha sido conquistado pelo capital europeu, pelo que a concorrência pelos mercados assumiu a forma de guerras interimperialistas de (re)divisão dos impérios (W).¹² Essas guerras de (re)divisão funcionariam apenas como soluções temporárias, e a recessão (D) se seguiria. Novas guerras (W) resolveriam temporariamente as crises, resultando no surgimento de um novo grande poder político e económico (U). A história da transição da hegemonia do Reino Unido para os Estados Unidos entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial funciona como um bom exemplo desse mecanismo.¹³

A síntese acima baseia-se em abordagens do sistema mundial para o estudo da relação entre guerra, crise e a história do capitalismo. A síntese aponta para a necessidade de estudos que abordem questões de interpretação da crise da conjuntura contemporânea para apreciar, ao mesmo tempo, a dinâmica das crises de subprodução e das crises de superprodução.

Guerra, acumulação e o fim da natureza barata

Na conjuntura contemporânea, estamos a assistir, em tempo real, ao regresso das guerras interimperialistas de redivisão de Lenin. O regresso é mais claramente expresso através da Guerra na Ucrânia, uma guerra por procuração travada entre a Rússia e a OTAN pelo gás, os cereais e a geometria do império. Encontra expressões complementares na recente postura militarizada dos EUA e da China sobre o controle do Mar da China Meridional. As grandes potências parecem estar a apostar na capacidade da guerra para reiniciar um ciclo de acumulação em todo o sistema, para transcender novamente a crise e manter o capital vivo. O que há de diferente na conjuntura contemporânea?

A diferença reside, numa palavra, no fim da natureza barata.

Moore diagnostica os problemas interligados da aceleração das crises do capitalismo contemporâneo *como* a crise da vida planetária através do fim da natureza barata e, consequentemente, o fim da capacidade do capital de mobilizar uma estratégia de apropriação do excedente ecológico para se reproduzir continuamente. Ele escreve: «Com as fronteiras a fechar-se rapidamente, essa estratégia está a falhar num duplo sentido. Por um lado, novos fluxos de trabalho não remunerado estão a materializar-se lentamente, se é que estão. Por outro lado, a acumulação de resíduos e a toxifica-

12 Esta é a história clássica de Lenin (1916) e Luxemburg (2003 [1913]) sobre o imperialismo moderno.

13 Veja, sobre a transição, Arrighi (2010 [1994]) e Chase-Dunn *et al.* (2002).

ção ameaçam agora o trabalho não remunerado que *está* a ser feito: esta é a transição da mais-valia para o valor negativo» (MOORE, 2015, p. 305). Chegámos ao fim de uma tendência de longo prazo de queda do excedente ecológico e encontramos o capital numa situação de impasse. Por um lado, o capitalismo passou a cobrir toda a superfície do mundo e continua a fazê-lo: daí que o problema de garantir mercados para vender mercadorias e valorizar o capital — o problema da superprodução — não tenha desaparecido. Mas, por outro lado, o fim da natureza barata — sobre-determinado pelo enfraquecimento, por parte do capital, da capacidade das naturezas humana e extra-humana de se reproduzir num nível necessário para manter ondas de apropriação (O'CONNOR, 1998) — reanima, ao mesmo tempo, o espectro das crises de subprodução.

No início do período moderno, o capital *sempre* preferiu recorrer ao império, para empregar a capacidade bélica dos Estados para garantir e entregar naturezas baratas ao ponto de produção a um custo baixo ou nulo para o capital, resolvendo crises de subprodução. Estas eram crises de desenvolvimento. Este « o » só funcionava graças à existência de vastas reservas de naturezas que podiam ser barateadas. A guerra funcionou para «resolver — mas não abolir — o problema da subprodução» (MOORE, 2015, p. 92).

O fim da natureza barata pode muito bem marcar o fim da utilidade da guerra na resolução de crises de subprodução. Uma análise dos preços das commodities agrícolas após o início da guerra na Ucrânia (ela própria um celeiro histórico mundial) dá uma indicação precoce dos efeitos que a guerra terá no abastecimento de alimentos baratos na era do fim da natureza barata: o trigo, por exemplo, estava cotado no final de outubro de 2022 a US\$ 842 o bushel (BLOOMBERG, 2022). Lá se vai a comida barata! E as colheitas de 2021 e 2022 foram abundantes (GOOD, 2022). Imagine os impactos que as alterações climáticas terão na produção global de trigo no futuro. Coloque isso no contexto das guerras imperialistas de redivisão e o quadro é sombrio.

Assim, podemos esperar retornos cada vez menores do capital que se movimenta por meio de gastos com guerras para garantir reservas cada vez menores dos quatro baratos. Se o capital não puder mais fornecer alimentos baratos — um mediador crucial do preço da força de trabalho —, então o perigo de uma *crise histórica* se aproxima.

A guerra permanente tem sido, historicamente, um dos modos preferidos do capitalismo para se (re)produzir. No início da era moderna, o capital evitou crises de subprodução travando guerras para garantir novas reservas de natureza barata, o que só foi possível porque grande parte do mundo ainda não havia sido incorporada ao sistema capitalista mundial. Na era moderna, a guerra serviu para evitar crises de su-

perprodução, fornecendo novos mercados para as mercadorias e ajudando a valorizar o capital. Diagnosticar a crise da conjuntura contemporânea — o fim da natureza barata — exige que apreciemos ambas as dinâmicas de crise ao mesmo tempo.

A ameaça de uma guerra capitalogênica que termine na “ruína comum das classes em conflito” é real. A menos que ocorra um Armagedom, podemos paradoxalmente encontrar esperança ao apreciar o papel que a guerra desempenhou ao longo da história do capitalismo — que o capitalismo pode realmente cavar a sua própria cova com as mesmas ferramentas do seu sucesso. A guerra pode muito bem ser a ruína do capital, e o caos sistêmico (ARRIGHI; SILVER, 1999) desencadeado pelas guerras do declínio do capitalismo pode proporcionar uma abertura para articular novos padrões e práticas de criação de vida — que transcendam a pulsão de morte que caracteriza a história do capital como uma história de guerra permanente.

Referências

- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. *Wars & Capital*. South Pasadena, CA: Semiotext(e), 2016.
- ANGELL, Norman. *The great illusion: A Study of the relation of military power to national advantage*. London, UK: G.P. Putnam's Sons, 1910.
- ANTONACCI, John Peter. Periodizing the capitalocene as polemocene: Militarized ecologies of accumulation in the long sixteenth century. *Journal of World-Systems Research*, v. 27, n. 2, p. 439-467, 2021. Available at: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2021.1045>. Accessed: July 26, 2025.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. London, UK: Verso, 2010 [1994].
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. *Chaos and governance in the modern world-system*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1999.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul. *Monopoly capitalism: An essay on the American economic and social order*. New York, NY: Monthly Review Press, 1966.
- BLACK, Jeremy. *A Military revolution? Military change and European society, 1550-1800*. London, UK: MacMillan Press, 1991.
- BLOOMBERG. *Wheat Quote*. 2022. Available at: <https://www.bloomberg.com/quote/W%201:COM?leadSource=uverify%20wall>. Accessed: July 26, 2025.
- BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *The shock of the anthropocene*. London, UK: Verso, 2016.
- CARR, Edward H. Society and the Individual. In: CARR, Edward H. *What is History?* Cambridge, UK: University of Cambridge Press, 1961. p. 36-69.
- CHASE-DUNN, Christopher. *Global formation: Structures of the world-economy*. Oxford, UK: Roman & Littlefield, 1988.
- CHASE-DUNN, Christopher et al. *The trajectory of the United States in the World-System: A quantitative reflection*. UC Riverside: The Institute for Research on World-Systems, 2002. Available at: <https://escholarship.org/uc/item/77b447bx>. Accessed: July 26, 2025.
- COX, Robert W. *Production, power, and world order: Social forces in the making of history*. New York, NY: Columbia University Press, 1987.
- DEVEZAS, Tessaleno C. (Ed.). *Kondratieff waves, warfare, and world security*. Amsterdam, NL: IOS Press in Cooperation with NATO Public Diplomacy Division, 2006.
- FAGAN, Brian. *The little Ice Age: How climate made history, 1300-1850*. New York, NY: Basic Books, 2000.

FRANK, Andre Gunder. *ReORIENT: Global economy in the Asian Age*. Berkeley, CA: University of California Press, 1998.

FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. New York, NY: Free Press, 1992.

GOLDSTEIN, Joshua S. *Long cycles: Prosperity and war in the Modern Age*. New Haven, CT: Yale University Press, 1988.

GOOD, Keith. Russia wheat harvest could reach record, but exports stymied- as Ukraine begins corn harvest. *Farm Policy News*, 2022. Available at: <https://farmpolicynews.illinois.edu/2022/09/russia-wheat-harvest-could-reach-record-but-exports-stymied-as-ukraine-begins-corn-harvest/>. Accessed: June 23, 2023.

GROVE, Jean M. *The little Ice Age*. New York, NY: Routledge, 1988.

HAMILTON, Earl J. *American treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1660*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

JONES, David S. Death, Uncertainty, and Rhetoric. In: CAMERON, Catherine M.; KELTON, Paul; SWEDLUND, Alan C. (Eds.). *Beyond germs: Native depopulation in North America*. Tuscon, AZ: University of Arizona Press, 2016. p. 16-49.

KOCH, Alexander *et al.* Earth-systems impacts of the European arrival and the Great Dying in the Americas after 1492. *Quaternary Science Reviews*, v. 207, p. 13-36, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2018.12.004>. Accessed: June 23, 2023.

KONDRATIEFF, Nicolay D. *Big cycles of conjuncture and the Theory of Prediction*. Moscow, RU: Economica, 2002.

LANE, Kris. *Pillaging the Empire: Piracy in the Americas, 1500-1750*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

LAWRENCE, Kirk S. *Energy and the evolution of World-Systems: Fueling power and Environmental Degradation, 1800-2008*. 2011. Thesis (PhD in Sociology) – University of California, Riverside, 2011.

LE ROY LADURIE, Emmanuel; DEUX, Valerie. The climate in Burgundy and Elsewhere, from the Fourteenth to the Twentieth Century. *Interdisciplinary Science Reviews*. v. 33, n. 1, p. 10-24, 2008. Available at: <https://doi.org/10.1179/030801808X260>. Accessed: June 23, 2023.

LEE, Richard E.; WALLERSTEIN, Immanuel. *Overcoming the two cultures: Science versus the humanities in the modern world-system*. New York, NY: Routledge, 2004.

LENIN, Vladimir Ilyich. Imperialism as a special stage of capitalism. In: LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialism, the highest stage of capitalism*. Marxist Internet Archive, 1916. Available at: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/>. Accessed: July 26, 2025.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. *Nature*, v. 519, p. 171-180, 2015. Available at: <https://doi.org/10.1038/nature14258>. Accessed: June 23, 2023.

LUXEMBURG, Rosa. *The accumulation of capital*. London, UK: Routledge, 2003 [1913].

MANN, Michael. *States, war, and capitalism*. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1988.

MARX, Karl. *The Grundrisse*. New York, NY: Penguin, 1993 [1939].

MARX, Karl. *Capital*. New York, NY: Penguin, 1990 [1867]. Vol. I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The German ideology*. Amherst, NY: Prometheus Books, 1998 [1932].

MODELSKI, George; THOMPSON, William R. *Leading sectors and world powers: The coevolution of global politics and economics*. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 1996.

MOORE, Jason W. Imperialism, with and without cheap natures: Climate crises and the demise of Westphalia. *Das Argument*, v. 340, p. 39-61, 2023. Available at: <https://jasonwmoore.com/wp-content/uploads/2023/04/Moore-Imperialism-With-and-Without-Cheap-Nature-Circulating-March-2023.pdf>. Accessed: July 27, 2025.

MOORE, Jason W. Power, profit, and Prometheanism, Part I: Method, ideology, and the violence of the civilizing project. *Journal of World-Systems Research*, v. 28, n. 2, p. 415-426, 2022. Available at: <https://doi.org/10.5195/jwsr.2022.1140>. Accessed: July 27, 2025.

MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the accumulation of capital*. London, UK: Verso, 2015.

Moore, 2011

MOORE, Jason W. The modern world-system as environmental history: Ecology and the rise of capitalism. *Theory & Society*, v. 32, p. 307-377, 2003. Available at: <https://www.jstor.org/stable/3108538>. Accessed: July 27, 2025.

MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 23, n. 3, 409-433, 2000. Available at: <https://www.jstor.org/stable/40241510>. Accessed: July 27, 2025.

MUKERJI, Chandra. Visual language in science and the exercise of power: The case of cartography in early modern Europe. *Studies in Visual Communication*, v. 10, n. 3, p. 30-45, 1984. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.2326-8492.1984.tb00107.x>. Accessed: May 17, 2020.

O'CONNOR, James. The second contradiction of capitalism, with an addendum on the two contradictions of capitalism. In: O'CONNOR, James. *Natural Causes: Essays on Ecological Marxism*. New York, NY: Guilford Press, 1998. p. 158-177.

O'CONNOR, James. *The fiscal crisis of the State*. New York, NY: Routledge, 1973.

PARENTI, Christian. Environment-making in the Capitalocene: Political ecology of the State. In: MOORE, Jason W. (Ed.) *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism*. Oakland, CA: PM Press, 2016. p. 166-184.

PARKER, Geoffrey. *Global crisis: War, climate change, and catastrophe in the seventeenth century*. New Haven, CT: Yale University Press, 2017.

PARKER, Geoffrey. *Global crisis: War, climate change, and catastrophe in the seventeenth century*. New Haven, CT: Yale University Press, 2013.

PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the west, 1500-1800*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996 [1988].

PARKER, Geoffrey. Europe and the wider world, 1500-1700: The military balance. In: TRACY, James D (Ed.). *The political economy of merchant empires: State power & world trade, 1350-1750*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991. p. 161-195.

PARKER, Geoffrey. The 'Military Revolution' 1560-1660 – A myth? *The Journal of Modern History*, v. 48, n. 2, p. 196-214, 1976. Available at: <https://doi.org/10.1086/241429>. Accessed: May 17, 2020.

PATEL, Raj; MOORE, Jason W. *A history of the world in seven cheap things: A guide to capitalism, nature, and the future of the planet*. Berkeley, CA: University of California Press, 2017.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanness as a concept, or the Americas in the Modern World-System. *International Journal of Social Sciences*, v. 143, p. 549-557, 1992. Available at: <https://euromem.hypotheses.org/files/2018/07/Quijano-and-Wallerstein-Americanness-as-a-Concept.pdf>. Accessed: July 27, 2025.

REDIKER, Marcus. *The slave ship: A human history*. New York, NY: Viking, 2007.

ROBERTS, Michael. The Military Revolution, 1560-1660. In: ROGERS, Clifford (Ed.). *The Military Revolution debate: Readings on the transformation of early modern Europe*. Boulder, CO: Westview Press, 1995 [1956]. p. 13-36

SALVAGE COLLECTIVE. *The tragedy of the worker: Towards the Proletarocene*. London, UK: Verso, 2021.

SANGHA, Laura; WILLIS, Jonathan. *Understanding early-modern primary sources: Routledge guides to using historical sources*. New York, NY: Routledge, 2016.

SATIA, Priya. *Empire of guns: The violent making of the Industrial Revolution*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2018.

SCHAFFER, Robert K. (Ed.). *War in the World-System*. Westport, CT: Greenwood Press, 1989.

SCHUMPETER, Joseph. The sociology of imperialism. In: SCHUMPETER, Joseph. *Imperialism and social classes*. New York, NY: Meridian Books, 1955 [1919]. p. 3-100.

SHAIKH, Anwar. The falling rate of profit as the cause of long waves: Theory and empirical evidence. In: KLEINKNECHT, Alfred; MANDEL, Ernst; WALLERSTEIN, Immanuel (Eds.). *New findings in long wave research*. London, UK: MacMillan Press, 1992. p. 174-202.

SILVER, Beverly J.; PAYNE, Corey R. Crises of world hegemony and the speeding up of social history.

In: DUTKIEWICZ, Piotr, CASIER, Tom, & SCHOLTE, Jan Art (Eds.). *Hegemony and world order: Reimagining power in global politics*. New York, NY: Routledge, 2020. p. 17-31.

SKOCPOL, Theda. Wallerstein's world capitalist system: A theoretical and historical critique. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 5, p. 1075-1090, 1977. Available at: <https://doi.org/10.1086/226431>. Accessed: July 27, 2025.

SNOW, Charles P. *The two cultures*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998 [1959].

THOMSON, Janice E. *Mercenaries, pirates, and sovereigns: State-building and extraterritorial violence in early modern Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

TILLY, Charles. *Coercion, capital, and European States, AD 990- 1992*. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1992 [1990].

TILLY, Charles. Food supply & public order in modern Europe. In: TILLY, Charles (Ed.). *The building of States in Western Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975. p. 380-455.

TOOZE, Adam. *The wages of destruction: The making and breaking of the Nazi economy*. New York, NY: Penguin, 2006.

TOPRANI, Anand. The first war for oil: The Caucasus, German strategy, and the turning point of the war on the Eastern Front, 1942. *Journal of Military History*, v. 80, n. 3, p. 815-854, 2016.

TOPRANI, Anand. Germany's answer to standard oil: The continental oil company and Nazi Grand Strategy, 1940-1942. *Journal of Strategic Studies*, v. 37, n. 6-7, p. 949-973, 2014. Available at: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390.2014.933317>. Accessed: July 27, 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalist civilization. In: WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism*. London, UK: Verso, 2011a [1983]. p. 113-163.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism*. London, UK: Verso, 2011b [1983].

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. Berkeley, CA: University of California Press, 2011c [1974]. Volume I: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: Concepts for comparative analysis. In: WALLERSTEIN, Immanuel (Ed.). *The essential Wallerstein*. New York, NY: The New Press, 2000 [1974]. p. 71-105.

WAY, Peter. Class & the common soldier in the Seven Years' War. *Labor History*, v. 44, n. 4, p. 455-481, 2003. <https://doi-org./10.1080/0023656032000170078>.

ZOLBERG, Aristide R. Origins of the modern world-system: A missing link. *World Politics*, v. 33, n. 2, p. 253-281, 1981. Available at: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/origins-of-the-modern-world-system-a-missing-link/29E84E104C57757C047EC04CC58B9A70>. Accessed: July 26, 2025.

Sergio Bagú y las matrices intelectuales del análisis de sistemas-mundo

Fabiola Jesavel Flores Nava* y Miguel Ángel Solano Ramos**

Resumen: El presente artículo analiza las aportaciones de Sergio Bagú a la historiografía latinoamericana. Destacamos su concepción total de la historia, la centralidad de los hechos económicos y sociales, problemas teóricos y metodológicos en el estudio de estas sociedades, como su génesis estructural, su función en la expansión y consolidación mundial del capitalismo en el siglo XVI y, por último, su uso del método comparativo. A partir de estos elementos, establecemos algunas claves de acceso y confluencia entre la escuela de los *Annales*, el marxismo y la teoría de la dependencia, matrices intelectuales del análisis de sistemas-mundo. Con lo cual, conmemoramos además medio siglo de vida de la publicación *The modern world-system* de Immanuel Wallerstein.

Palabras clave: Bagú. Wallerstein. Latinoamérica. Sistemas-mundo.

Abstract: This article analyzes Sergio Bagú's contributions to Latin American historiography. We highlight his total conception of history, the centrality of economic and social facts, theoretical and methodological problems in the study of these societies, such as their structural genesis and their role in the expansion and global consolidation of capitalism in the 16th century, and, finally, his use of the comparative method. From these elements we establish some keys of access and confluence between the *Annales* school, Marxism and dependency theory, intellectual matrices of world-systems analysis. In doing so, we also commemorate half a century of the life of Immanuel Wallerstein's *The modern world-system*.

Keywords: Bagú. Wallerstein. Latin America. World-Systems.

Resumo: Este artigo analisa as contribuições de Sergio Bagú para a historiografia latino-americana, destacando sua concepção total da história, a centralidade dos fatos econômicos e sociais, os problemas teóricos e metodológicos no estudo dessas sociedades, como sua gênese estrutural e seu papel na expansão e consolidação global do capitalismo no século XVI, e, finalmente, o uso do método comparativo. A partir desses elementos, estabelecemos algumas chaves de acesso e confluência entre a escola dos *Annales*, o marxismo e a teoria da dependência, matrizes intelectuais da análise dos sistemas mundiais. Ao fazer isso, também comemoramos meio século do *The modern world system* de Immanuel Wallerstein.

Palavras chave: Bagú. Wallerstein. América Latina. Sistemas-Mundiais.

* Profesora de tiempo completo en la Facultad de Economía y Coordinadora del área de conocimiento en Economía Internacional del Posgrado en Economía-UNAM.

** Profesor adjunto en la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México

Introducción

A finales del siglo pasado se comenzaron a evaluar los aportes de Sergio Bagú a la historiografía latinoamericana. El trabajo colectivo coordinado por Ruy Mauro Marini y Márgara Millán le asignó un lugar entre los fundadores de la teoría social latinoamericana. Fue particularmente Millán quien destacó las contribuciones de Sergio Bagú a la historiografía comparada de América Latina (MARINI; MILLÁN, 2001). Una década más tarde, otro trabajo colectivo coordinado por Jorge Turner y Guadalupe Acevedo buscó rendirle un homenaje póstumo. Ahí se brindaron datos importantes sobre las primeras etapas de su biografía y algunas hipótesis sobre la amplitud de sus aportes teóricos y metodológicos (TURNER; ACEVEDO, 2005). Entre estas contribuciones se encuentra una síntesis de las precisiones hechas por Bagú a la teoría marxista redactada por Pablo González Casanova (TURNER; ACEVEDO, 2005).

Recientemente, Matías Giletta trabajó ampliamente estos temas en una serie de artículos (GILETTA, 2013b, 2013c), y hace poco más de una década publicó su tesis doctoral, una biografía intelectual de Sergio Bagú, donde reconstruyó su itinerario teórico a través de sus obras y su contexto (Giletta, 2013a). La última investigación realizada en México por Juan Carlos Toriz intenta articular la historia institucional del Centro de Estudios Latinoamericanos y la producción intelectual de Bagú (TORIZ, 2021). Nuestro estudio profundiza la hipótesis sugerida por Márgara Millán sobre la obra de Bagú y su relación con la teoría de la dependencia, la escuela de los *Annales* y el marxismo (MARINI; MILLÁN, 2001).

Cuando Sergio Bagú llegó a México en 1974, por invitación de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), ya había publicado la mayor parte de su obra clásica, con la cual se opuso frontalmente al neopositivismo historiográfico y al marxismo vulgar. Nos referimos a sus primeros ensayos sobre historia colonial latinoamericana, *Economía de la sociedad colonial* (1949) y *Estructura social de la colonia* (1952), que fueron producto de los cursos que dictó y de las investigaciones que realizó en algunas universidades de Estados Unidos, donde residió de 1943 a 1947 y, después, entre 1950 y 1955. Con estos trabajos buscó superar las historias que construían narraciones políticas de carácter estrechamente documental, que terminaban con la fundación de los Estados-nación en el siglo XIX en la región y que presuponían el carácter feudal de estas sociedades. Por otra parte, con sus principales obras teórico-metodológicas, *Tiempo, realidad social y conocimiento* (2013) y *Marx-Engels. Diez conceptos fundamentales* (1972), que fueron publicadas veinte años más tarde, tras una larga experiencia y en un contexto totalmente diferente, entre el golpe de Estado en Argentina en 1966 y el

golpe de Estado en Chile en 1973 (TURNER; ACEVEDO, 2005; GILETTA, 2013A), Bagú consolidó sus aportaciones a raíz de su docencia itinerante, su evaluación del estado de las ciencias sociales en Occidente y su recuperación de los conceptos fundamentales de Marx y Engels para superar las visiones esquemáticas y vulgares de la teoría marxista.

Después de estas etapas en su biografía intelectual, Bagú arribó a la FCPyS, para incorporarse como profesor visitante y, más tarde, como profesor titular del Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) de la UNAM, donde enseñó e investigó hasta el día de su muerte, el 2 de diciembre de 2002. Pensamos que la mejor forma de conmemorar a Sergio Bagú, a cincuenta años de su llegada a nuestro país, es exponiendo algunos de sus principales aportes al pensamiento crítico en sus obras clásicas.

Simultáneamente, conmemoramos el cincuenta aniversario de la publicación del primer tomo del *opus magnum* de Immanuel Wallerstein, *El moderno sistema mundial* (2017¹). Esta obra constituye el primer ejemplo de síntesis historiográfica de lo que después sería denominado análisis de sistemas-mundo. Las matrices intelectuales que prepararon el camino para estos estudios fueron: la escuela de los *Annales*, el marxismo y la teoría de la dependencia. Sergio Bagú fue un destacado marxista, pionero en el desarrollo de esta última línea de investigación, cuyo legado se dejó sentir a lo largo de décadas.

De esta forma, redimensionamos los aportes teóricos y metodológicos de Sergio Bagú, colocándolos en el primer plano de la transformación de los marcos epistémicos en las ciencias sociales y las humanidades a mediados del siglo XX. Exponemos algunas claves de acceso y confluencia entre *Annales*, el marxismo y la teoría de la dependencia: la historia del siglo XVI, la periodización y las unidades de análisis. Recuperamos las contribuciones de Sergio Bagú sobre la transición del feudalismo al capitalismo y su concepto de *capitalismo colonial*; examinamos la reseña que suscitaban estas obras en *Annales*, en 1955, por parte de Pierre Chaunu y, finalmente, analizamos la posterior recuperación de este concepto en el pensamiento de Wallerstein, especialmente en sus tesis sobre el largo siglo XVI y la economía-mundo capitalista.

La historia del siglo XVI

Para explicar la economía de las sociedades latinoamericanas en el período colonial, Bagú se adentró en el estudio de la historia económica de Europa occidental y en lo que tiempo después se denominaría la primera expansión europea (BAGÚ, 1949, 1952; WALLERSTEIN, 2017; CHAUNU, 1982). Esta maniobra metodológica mues-

¹ Cuya primera edición en inglés es de 1974.

tra la forma en la que integró diferentes niveles de análisis en sus estudios. En sus análisis, relacionó tres conjuntos para explicar la economía colonial: América Latina, España-Portugal, y Europa occidental.

En 1949, Bagú destacó los siguientes elementos en el debate sobre la disolución del modo de apropiación del excedente feudal en Europa: los cambios en la forma de vida y consumo de la nobleza, el aumento de la circulación de dinero, el aumento en la presión por parte de los señores feudales para extraer el excedente a los campesinos y la producción para el mercado por parte de los campesinos (BAGÚ, 1949). Esta discusión surgió con fuerza en el mundo académico estadounidense en 1950 a raíz del debate entre Maurice Dobb (1971) y Paul Sweezy (1950) sobre la transición del feudalismo al capitalismo, y su legado se dejó sentir en la historiografía europea y americana en las siguientes décadas.² No hay evidencia que compruebe que Bagú leyó a Dobb o a Sweezy, pero es de suponer que en sus estancias en Estados Unidos se familiarizó con estos debates. Quizá debamos recordar que, en 1948, apareció la dura crítica de Karl Polanyi (1948) a las tesis de Dobb y que, un año antes, Polanyi se había instalado como profesor visitante en la Universidad de Columbia, donde Bagú tomó clases en algún momento de sus estadías por Estados Unidos.³ Este panorama muestra cómo los trabajos de Sergio Bagú fueron una temprana incursión en los debates historiográficos sobre la transición del feudalismo al capitalismo.

En la historia económica del proceso de expansión del modo de producción capitalista en las sociedades ibéricas, mencionó transformaciones en tres niveles de análisis: la producción, el comercio y las finanzas, así como un elemento transversal a estos niveles: la consolidación del poder monárquico. En el proceso productivo, observó la importancia de las tierras conquistadas con las que los reyes de la Península Ibérica pagaban a los señores sus servicios militares y, por otra parte, la formación de un campesinado organizado que supo defender sus intereses de clase (BAGÚ, 1949). La primera fue una característica estructural en la conjunción de los intereses que movilizaron a los diversos actores que tomaron parte en el descubrimiento, conquista y posterior colonización de América. Esta advertencia sobre las motivaciones y características estructurales de la empresa colonial no describen propiamente una empresa de Estado, con elementos militares regulares y recursos estatales, sino una empresa que se llevó a cabo con la conjunción de diferentes intereses, tanto privados como estatales.

² La bibliografía más destacada sobre este debate fue recogida por Rodney Hilton (1982).

³ En estas estadías, Bagú recorrió importantes universidades de Estados Unidos como estudiante, profesor y conferencista, tomó clases en la Universidad de Columbia, fue designado profesor visitante en la Universidad de Illinois y dictó cursos de verano en el Middlebury College (TURNER; ACEVEDO, 2005; GILETTA, 2013A).

Hacia finales del siglo 15 y principios del 16, la expansión del capital comercial -que había actuado como motor de las aventuras ultramarinas- se vio notablemente impulsada por los descubrimientos marítimos y por las nuevas rutas que se abrían al tráfico a través de los océanos. Fue menester agrupar capitales para financiar estas arriesgadas empresas y aparecieron así *nuevas formas de concentración capitalista*, que fueron posibles debido a la acumulación de dinero producida en los últimos siglos de la Edad Media. (BAGÚ, 1949, p. 41, cursivas nuestras).

La temprana importancia que Bagú prestó a esta expansión comercial, a su financiamiento y a las *nuevas formas de concentración capitalista* a las que dio lugar no ha sido suficientemente destacada. En el posterior desarrollo de esta línea de investigación en la historia económica del periodo, Giovanni Arrighi le dio un estatuto teórico al proceso a través de los *ciclos sistémicos de acumulación* en el sistema-mundo capitalista. Su argumento fue que la expansión material de los siglos XIII y XIV fue sucedida por una expansión financiera en los siglos XV y XVI, durante la cual el capital genovés formó, junto con el Estado español, los elementos que impulsaron el siguiente ciclo sistémico de acumulación (ARRIGHI, 1999).

En un segundo nivel, el profesor argentino rescató el papel de Barcelona, Flandes, Porto y Lisboa como crecientes centros comerciales de Europa, cuyas ciudades crecieron al cobijo del capital judío y mudéjar; además, señaló – sin ahondar en el tema debido al estado de sus investigaciones en ese momento – la importancia del papel del capital alemán e italiano en las cruzadas y las expediciones en la búsqueda de comercio con oriente (BAGÚ, 1949).

De otros capitales -y éstos sí que eran extranjeros por su naturaleza económica- hay datos mucho menos precisos. Nos referimos a los italianos y alemanes. Originados en países que habían formado un abundante capital comercial antes que Portugal, España, Francia e Inglaterra. *Los hombres de negocios italianos y alemanes comenzaron a invertir su dinero en tierras lejanas siglos antes de finalizar la Edad Media*. La importancia que el capital italiano y alemán llegó a adquirir en el siglo 16 tenía antecedentes que, sin embargo, no conocemos bien. (BAGÚ, 1949, p. 38-39, cursivas nuestras).

El mismo año en que Bagú expresaba estas consideraciones en su *Economía de la sociedad colonial*, Fernand Braudel explicaba en *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II* (2019⁴) como fue que, en los siglos XV y XVI, el centro de la economía-mundo se ubicaba en el polígono italiano, constituido por las ciudades de Venecia, Milán, Génova y Florencia. Al tiempo que se complementaban,

4 Su primera edición en francés es de 1949.

estas ciudades se disputaban la primacía, sufriendo procesos de alternancia en la hegemonía alcanzada por cada una de ellas. Así, observó que en el siglo XV la superioridad correspondió a Venecia, en tanto que, a mediados del siglo XVI, este papel fue indiscutiblemente ocupado por Génova (BRAUDEL, 2019).

Bagú reconoció que, cuando escribió sus ensayos, no conocía dicha obra, ni a ninguna persona que se llamara Fernand Braudel. Sólo tiempo después de publicar los libros mencionados tuvo contacto – aunque no directamente – con *Annales*, con Braudel y, sobre todo, con la obra de Marc Bloch (TURNER; ACEVEDO, 2005). Sin embargo, esta afirmación debe ser matizada, pues en las obras de Bagú que estudiamos no hay ninguna referencia a Marc Bloch (ausencia que, por cierto, como veremos más adelante, criticó fuertemente Pierre Chaunu).

El profesor latinoamericano sugirió tempranamente la importancia del capital italiano y alemán en el siglo XVI, su relación con la Península Ibérica y la expansión europea. No obstante, aun con las hipótesis de Bagú y las investigaciones de Braudel, ambas publicadas en 1949, esta línea de investigación sobre el comercio y las finanzas fue relativamente descuidada en su época, y sólo recobró importancia a partir de los años setenta del siglo pasado, particularmente en las obras de Immanuel Wallerstein (2017), Pierre Chaunu (1982), Fernand Braudel (1984) y Giovanni Arrighi (1999). Sus principales temas han sido los siguientes: un desplazamiento importante del conjunto de los intercambios comerciales desde el sur de la economía-mundo hacia el otro polo de desarrollo que se encontraba en el Mar del Norte, el comercio del Báltico, la importancia de Brujas y posteriormente de Amberes. Cuando Venecia le cerró las puertas del comercio con Oriente a Génova, ésta tuvo que buscar nuevos territorios para invertir su capital acumulado; no sólo hubo un desplazamiento de sur a norte, sino también de Oriente a Occidente. Sevilla y Lisboa ocuparon puestos importantes en el Mediterráneo occidental, nuevas rutas comerciales hacia el Oriente fueron abiertas. Éste fue el periplo de Vasco de Gama y posteriormente el de Colón (WALLERSTEIN, 2017; CHAUNU, 1982; BRAUDEL, 1984; ARRIGHI, 1999).

El proceso que Bagú observó cuando se refirió a “los hombres de negocios italianos y alemanes [que] comenzaron a invertir su dinero en tierras lejanas siglos antes de finalizar la Edad Media” (1949, p. 38-39), fue el mismo tema que Giovanni Arrighi desarrolló décadas después, cuando habló sobre el “grado cero” del desarrollo de la economía-mundo capitalista, donde el conjunto de las ciudades-estado italianas se benefició de la expansión material de los siglos XIII y XIV, en tanto que la expansión financiera de los siglos XV y XVI benefició principalmente a Génova. Esta expansión financiera preparó el terreno para una nueva expansión material, llevada a cabo a través de una comunión de intereses entre la lógica capitalista de Génova y

la lógica territorialista de España, la cual explica la primera expansión geográfica de la economía-mundo europea y el inicio de un nuevo ciclo sistémico de acumulación (ARRIGHI, 1999).

La compleja imbricación de intereses feudales y capitalistas fue desarrollada prematuramente por Bagú a través de lo que consideró un elemento transversal en este proceso: el Estado absolutista – los grandes restauradores que pusieron fin al desorden feudal y consolidaron un nuevo modo de apropiación del excedente.

Las monarquías centralizadas que colonizan nuestro continente cumplen en la historia europea la tarea de poner fin a la anarquía feudal y hacer posible un tipo de economía concebida en términos nacionales, *pero este es un nuevo régimen que vive fuertemente impregnado de formas feudales*. Para el monarca absoluto, el país es su feudo. Su idea de justicia es la que predominaba en la Edad Media, ligeramente modificada ahora por las nuevas necesidades que impone una *nueva realidad*. (BAGÚ, 1949, p. 98, cursivas nuestras).

El carácter híbrido de estas nuevas estructuras políticas, donde quedaron superpuestas complejamente formas feudales e intereses capitalistas, la lógica territorialista y la lógica capitalista, en palabras de Arrighi, quedó representado en un documento jurídico de la época: las *capitulaciones* llevadas a cabo entre la Corona y los navegantes y mercaderes de la época. En estos documentos, la Corona facultaba, autorizaba y concedía los beneficios, en tanto que los navegantes y mercaderes financiaban, organizaban y llevaban a cabo la empresa.

Las primeras formas político-económicas, las primeras figuras jurídicas que aparecen en la conquista de América repiten instituciones de la historia feudal. La *capitulación*, el título jurídico que determina las relaciones contractuales entre el monarca español y el conquistador fue, como lo explica Ots Capdequi, una especie de carta puebla o fuero municipal, documento de frecuente uso en las relaciones feudales de la Edad Media. Feudal también en su espíritu fue el régimen aplicado a las relaciones entre el conquistador y los indios, porque la *encomienda*, cuyos lejanos orígenes se encuentran en los últimos tiempos de la República Romana, revivió en la Edad Media de Asturias, León y Castilla bajo el nombre de *behetría*. (BAGÚ, 1949, p. 99).

El profesor argentino se familiarizó con estos debates debido a su interés en las características estructurales de la propiedad en la monarquía española y su repercusión en el desarrollo jurídico-político de la propiedad en América Latina (BAGÚ, 1952). Sus interpretaciones están sustentadas en abundantes fuentes y destacados historiadores del periodo colonial, como Silvio Zavala (1935, 1944) y José María Ots

Capdequí (1943, 1946). En su interpretación destacan la concepción de una *nueva realidad*, el capitalismo, la función estructural del Estado absolutista en este proceso productivo, la caracterización de la *encomienda*, el *esclavismo* y otros regímenes de trabajo en América Latina como estructuralmente capitalistas y la importancia de las disputas entre la Corona y los conquistadores por el control de la fuerza de trabajo y los recursos en las colonias.

En los ensayos sobre historiografía latinoamericana que hemos referido, Sergio Bagú complejizó el análisis histórico de las sociedades coloniales con herramientas teóricas y metodológicas de las ciencias sociales, particularmente de la economía y la sociología. La centralidad de los fenómenos económicos y sociales en sus trabajos fue una respuesta a los análisis que habían privilegiado el estudio de los fenómenos políticos, diplomáticos y militares y de la metodología estrechamente documental, lo que él describió como neopositivismo historiográfico (BAGÚ, 1957, 1982; GILETTA, 2013A; TURNER; ACEVEDO, 2005). Además, en estas obras se encuentra un intento por renovar lo que él consideró, dos décadas más tarde, un marxismo de manual, que había perdido gran parte de su poder heurístico en aquella época, quedando reducido su poder explicativo y herramientas metodológicas a axiomas elementales (BAGÚ, 1972; TURNER; ACEVEDO, 2005).

Desaparecido Lenin, y hasta después de 1945, la exegética marxista decayó notoriamente en calidad. Transcurrieron lustros durante los cuales los aportes originales fueron muy escasos, mientras se expandía un manualismo que había logrado reducir toda la vasta y compleja construcción teórica original a un esquema congelado de principios harto elementales con articulaciones mecánicas. (BAGÚ, 1972, p. 220-221).

Las categorías sobre el transcurso de los fenómenos sociales y las unidades de análisis habían tomado la forma de un manualismo básico, de fines ideológicos claros, tanto en el marxismo vulgar como en la historiografía académica institucionalizada y sus historias político-militares. Era la visión de progreso del siglo XIX aplicada a la teoría de la periodización. Bagú señaló que el evolucionismo y la idea del progreso en las sociedades occidentales estructuraron la manera en la cual era percibida la secuencia de los fenómenos sociales. “La noción de que existe un proceso histórico que las sociedades atraviesan por etapas con un sentido admitido, de uno u otro modo, como progresista” (BAGÚ, 2013, P. 21). Un par de décadas más tarde, estas tesis fueron ampliamente desarrolladas por Wallerstein en su revisión de las estructuras modernas del saber, donde expuso cómo la normalidad del cambio fue interpretada a través de la noción de progreso en las sociedades capitalistas a lo largo del siglo XIX (WALLERSTEIN, 2006, 2010, 2011). En un artículo de 1978,

Bagú observó que, a mediados del siglo XIX, este principio ya había sido claramente desarrollado a través de diferentes expresiones teóricas de la periodización:

En la cultura occidental, la teoría de la periodización en el siglo XIX está alimentada por el evolucionismo y la idea del progreso. La escuela histórico-económica alemana. Las oposiciones feudalismo-libertad/progreso en Francia. El darwinismo social con Spencer. Marx y Engels y la macroperiodización de toda la historia de la humanidad. Las etapas del progreso ineluctable según la imagen universal del eurocentrismo: del salvajismo a la democracia industrial o el socialismo. (BAGÚ, 1978, P. 9).

En el caso del marxismo vulgar, las fases del transcurso de la humanidad: comunismo primitivo, esclavismo, feudalismo, capitalismo y socialismo, conducían a conclusiones sumarias tanto en el plano académico como en el político.⁵ Una de ellas suponía una contradicción irremediable entre el carácter feudal o capitalista de una formación social. Ante este axioma que, como directriz general, conducía los análisis y programas, Bagú opuso las siguientes conclusiones:

Feudalismo y capitalismo, a pesar de su oposición histórica inicial, no tienen por qué ser, en todas las alternativas históricas de su desarrollo, extremos irreconciliables. Ciertamente, cada uno de ellos tiene sus acentos propios que permiten diferenciarlo del otro; pero, en el curso de los hechos vuelven a encontrarse, a superponerse, a confundirse. (BAGÚ, 1949, P. 102).

De esta manera, sorteando el fatalismo retroactivo en el estudio de las sociedades latinoamericanas, suscrito tanto por el marxismo de manual como por el neopositivismo historiográfico, Bagú cuestionó algunos de los principales presupuestos sobre los que se habían construido la historia y las ciencias sociales en los últimos cien años: la división entre el estudio del pasado y del presente, investigando con herramientas metodológicas de las ciencias sociales fenómenos sociales del pasado; las divisiones entre las diferentes ciencias sociales, integrando los niveles económico y social en sus investigaciones; las divisiones entre épocas en el seno mismo de la historia, destacando las implicaciones presentes de sus investigaciones sobre el pasado colonial; y, por último, las unidades de análisis, particularmente los estados-nación, inscribiendo su historia en un marco espacial y temporal mucho más amplio.

Bagú entró en contacto con algunas de estas innovaciones metodológicas en su estancia en Estados Unidos en 1943. Los motivos de su visita, de hecho, plantean el

⁵ “El problema se complicó aún más porque algunos cambios resultaron ser lineales, periódicos o semi-periódicos; otros resultaron ser no lineales y hasta irreversibles, sin que hubiera un método que analizara las reestructuraciones y redefiniciones de las clases y de la lucha de clases como fenómenos a la vez particulares y generales” (TURNER; ACEVEDO, 2005, P. 38).

origen estructural de estas transformaciones, ya que el propio Departamento de Estado fue el que lo invitó y patrocinó su gira y, probablemente, también los cursos de verano que dictó durante tres años seguidos en el Middlebury College (1944-1946), durante los cuales desarrolló sus obras en materia de historiografía latinoamericana (BAGÚ, 1949).

En esta época, las principales universidades estadounidenses estaban llevando a cabo movimientos intelectuales de renovación de los marcos teóricos y organizativos para entender la realidad social, como las ciencias del comportamiento, la teoría de sistemas y los estudios de área. Este último movimiento estuvo estructuralmente relacionado con el ascenso de la hegemonía estadounidense en la economía-mundo y la defensa y legitimación de sus intereses, pero en la práctica también supuso una incipiente ruptura del consenso liberal y las ciencias sociales construidas durante el siglo XIX (WALLERSTEIN, 1997). Como explicó Bruce Cumings (1997), con sus enfoques e investigaciones, los estudios de área habían transgredido las divisiones entre la historia y las ciencias sociales, al reunir especialistas de diferentes disciplinas para trabajar en torno a grandes problemas, y también habían cuestionado la delimitación de los Estados-nación como principales unidades de análisis al trabajar ahora sobre grandes zonas geográficas.

En este sentido, el precoz esfuerzo teórico y metodológico de Sergio Bagú no pasó desapercibido para Pierre Chaunu, quien trató breve y concisamente sobre los dos ensayos de marras en una reseña que publicó en *Annales* en 1955 (CHAUNU, 1955). El francés comenzó elogiando la obra y la escuela comandada por Silvio Zavala en México, de las cuales destacó dos características importantes que le sirvieron para caracterizar el trabajo de Bagú: la consulta de fuentes y la actitud “neutral”, no hostil, hacia las antiguas metrópolis. Respecto del primer punto, no hay duda, Chaunu le reconoció el buen y amplio uso de fuentes a Bagú. En el segundo punto fue donde centró su crítica a los ensayos, por observar en ellos: “La voluntad de idealización del pasado lejano precolombino, en detrimento del pasado próximo” (CHAUNU, 1955, P. 141). Este elemento en las obras de Bagú se lo atribuyó a la herencia de Luis E. Valcárcel.

Más allá de los señalamientos sobre los que fueron o debieron haber sido los referentes intelectuales de Bagú según Pierre Chaunu, esta reseña es reveladora en cuanto confirma el conocimiento de las obras de Bagú en uno de los principales círculos intelectuales europeos. Como recordó Valentín Vázquez, por los años en los que redactó esta reseña, Chaunu era el encargado de un seminario que impartía Fernand Braudel en la Escuela Práctica de Altos Estudios en París a una decena de jóvenes historiadores extranjeros; ya había defendido su tesis doctoral sobre Sevil-

la y el Atlántico (VÁZQUEZ, 2009) y había publicado un libro sobre la historia de América Latina (CHAUNU, 1996). Es decir, la referencia a la obra de Bagú no fue hecha por un principiante, sino por uno de los grandes hispanistas de la renovación historiográfica impulsada por los *Annales* a mediados del siglo pasado.

La evaluación general fue medianamente positiva, pero no exenta de severas críticas. Una de ellas, como lo mencionamos arriba, fue la ausencia de Marc Bloch en los ensayos toda vez que en estas obras se hace referencia a la Edad Media europea. Su “anticolonialismo” cuasi filosófico – a juicio de Chaunu –, también fue duramente criticado. No obstante, el hispanista reconoce:

Pero en los ensayos el autor domina una larga bibliografía por su constante preocupación de un estudio comparativo y su esfuerzo por atender lo general: para él, en efecto, la historia es total, economía, sociedad, psicología colectiva, demografía, salud... Preocupaciones aún raras en el dominio hispano-americano, y semejante esfuerzo merece ser elogiado. (CHAUNU, 1955, p. 141).

Queremos destacar estas dos características centrales en las obras de Sergio Bagú: la historia comparativa y la historia total. Estos paradigmas fueron empleados con originalidad y rigor académico, convirtiéndose en medios para proponer nuevos problemas y métodos de abordarlos, motivando así la creación de nuevos conceptos para explicar la realidad social.

Los trabajos de Sergio Bagú fueron una aplicación temprana del método comparativo en la historia de América Latina. De hecho, a decir de Márgara Millán, fueron los únicos que manifestaron esta preocupación en los estudios sobre América Latina (MARINI; MILLÁN, 2001). En su conjunto, componen un intento sistemático por explicar la realidad de estas sociedades a través de grandes causas provenientes de un origen común. Recorren todos los procesos cognitivos del método comparativo, desde la clasificación de las sociedades latinoamericanas hasta la crítica sobre el estado de su conocimiento, analizando las principales tesis aceptadas de su tiempo y proponiendo alternativas teóricas y metodológicas.

El estudio de nuestros pueblos desde el ángulo de la historia comparada arroja una luz reveladora sobre sus problemas actuales, *todos los cuales tienen alguna lejana raíz pretérita*. Es por ello que la mejor comprensión de un proceso histórico jamás deja de tener cierta proyección contemporánea. Por otra parte, el *método comparativo*, aunque a veces puntualice diferencias más que semejanzas, vigoriza siempre el sentimiento de proximidad entre los pueblos, en particular entre los que existe un obvio *paralelismo histórico*, como es el caso de los de América Latina. (BAGÚ, 1952, p. 9, cursivas nuestras).

Según Marc Bloch (1992), los dos presupuestos para hacer historia comparada son la similitud entre los hechos o fenómenos estudiados y la diferencia de los medios sociales en que se produjeron. Bloch criticó que el uso de este método había quedado reducido al contraste entre fenómenos cuyos medios sociales estaban delimitados por las fronteras de los estados o naciones. Él intentó promover una historia comparada de las sociedades europeas – sobre todo de Europa occidental y central – dentro de medios sociales más amplios que las historias nacionales. Dos décadas después, de igual manera, Sergio Bagú, con sus trabajos sobre historiografía latinoamericana, intentó promover una historia comparada de las sociedades latinoamericanas dentro de la historia del siglo XVI.

Bloch reconoció dos formas de hacer historia comparada: equiparando sociedades distanciadas en el tiempo y el espacio, donde las analogías no pueden explicarse por influencias mutuas ni por comunidad de origen, y comparando sociedades cercanas en el tiempo y el espacio, donde las analogías pueden ser explicadas por grandes causas provenientes de un origen común. Cuando se refería al primer tipo de equiparación, estaba pensando en la comparación etnográfica llevada a cabo por autores como James Frazer, que buscaba comparar sus unidades de análisis, en este caso, fenómenos religiosos como ritos, cultos y leyendas, a través de diferentes sociedades separadas en el tiempo y el espacio, para establecer elementos comunes que comprobaran a la vez sus fundamentos, como la unidad del espíritu humano (BLOCH, 1992).

Aunque limitada en el tiempo y el espacio, observó que la segunda aplicación del método comparativo en la historia es la que cuenta con elementos más ricos científicamente, ya que posibilita la clasificación, la explicación y la crítica (BLOCH, 1992). Marc Bloch reconoció en este método, en su enseñanza y práctica, el medio para probar las hipótesis, lo cual había sido anticipado de diferentes maneras por sociólogos, antropólogos, lingüistas, economistas y por los mismos historiadores; por otra parte, le asignó un potencial que los historiadores podrían desenvolver al convertirlo en un acicate contra los diferentes compartimentos estancos que dominaban el estudio de la realidad social, particularmente el de las unidades de análisis que comprendían las fronteras de los Estados.⁶ Bagú fue un precursor en el uso del método comparativo en la historia de América Latina y en la exploración de las vías que abrían su empleo para superar las divisiones entre las diferentes ciencias sociales y los marcos insti-

⁶ Para un panorama del empleo del método comparativo en las diferentes ciencias sociales y la historia a principios del siglo XX, así como de su uso por los historiadores franceses de la corriente de *Annales*, puede consultarse Carlos Alberto Ríos (2016, 2022).

tucionalizados para hacer historia.⁷

El esfuerzo de Bagú por hacer una historia total quedó patentado en estas investigaciones. Además de tratar sobre los niveles económico y social, el profesor pretendía agregar el nivel ideológico a sus estudios sobre el período colonial. En otro sentido, además, pretendía completar estos análisis con más información sobre el continente americano y África occidental (BAGÚ, 1952; TURNER; ACEVEDO, 2005). Sus investigaciones históricas son un intento sistemático por integrar diferentes niveles de explicación de la realidad social, por transgredir las barreras entre la historia y las ciencias sociales.

Estos incipientes debates historiográficos en Latinoamérica habían sido lanzados veinte años antes en Francia por Marc Bloch y Lucien Febvre, en el seno de la Universidad de Estrasburgo, en la primera editorial de los *Annales d'histoire économique et sociale* (BLOCH; FEBVRE, 1929). Los problemas teóricos y metodológicos que hermanan ambas propuestas de investigación histórica se encuentran dentro de un movimiento más amplio de transformación de las estructuras modernas del saber.

Mientras que, a los documentos del pasado, los historiadores les aplican sus buenos y viejos métodos ya comprobados, otros hombres cada vez más numerosos consagran, a veces de manera febril, su actividad al estudio de las sociedades y de las economías contemporáneas. [...] Eso no es todo. Entre los historiadores mismos, como entre esos investigadores a los que les preocupa el presente, se establecen muchas otras barreras, muchos otros límites que los distancian entre sí: historiadores de la antigüedad, medievalistas e historiadores de la modernidad; investigadores dedicados a la descripción de las sociedades llamadas “civilizadas” (para usar un viejo término, cuyo sentido se modifica profundamente cada día) o atraídos, por el contrario, por aquellas que a falta de mejores palabras son calificadas de sociedades “primitivas” o exóticas. (BLOCH; FEBVRE, 1929, p. 1).

Wallerstein sostuvo que *Annales* se constituyó como movimiento en la *resistencia* a un modo de análisis culturalmente dominante en las ciencias sociales en aquella época, que se caracterizaba por ser “[...] universalista, empirista, sectorializante de la política, la economía y la cultura, profundamente etnocéntrico, arrogante y opresivo” (WALLERSTEIN, 1978, P. 5). Según él, ese modo prevalecía en 1977, y quizá aún en nuestros días. Esto es lo que años después denominó pensamiento “universalista sectorialista”, marco de los fundamentos epistemológicos en las estructuras modernas del saber en el sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2010). Frente a este mar-

⁷ En un trabajo posterior, Bagú empleó otra vez lúcidamente este método para analizar un problema concreto en tres sociedades latinoamericanas: la relación entre la oligarquía y el nacionalismo en Chile, Argentina y Uruguay (BAGÚ, 1975).

co, surgieron tres principales corrientes de resistencia: las *Staatswissenschaften* (ciencias del Estado), nacidas en Alemania de List a Schmoller; la escuela de los Annales y el marxismo (WALLERSTEIN, 2010). Décadas después, sus tesis serían consumadas en el último tomo del *Moderno sistema mundial* (WALLERSTEIN, 2014), donde expondría la hegemonía del liberalismo centrista en los marcos teóricos y metodológicos de la historia y las ciencias sociales durante su desarrollo y profesionalización en el siglo XIX.

Bagú desarrolló sus planteamientos historiográficos de manera teórica y metodológica veinte años después de que publicó sus ensayos históricos, en su libro más reeditado, *Tiempo, realidad social y conocimiento* (2013). Ahí analizó la construcción de las ciencias sociales, hijas de la cultura burguesa, los fundamentos de sus modos conceptuales y sus técnicas de investigación, así como los contenidos más recientes de su teoría y metodología. Su trabajo expuso la fuerte raíz empirista y estructuralista de las ciencias sociales, los problemas de sus divisiones epistemológicas y organizativas y la importancia de la idea de progreso en el estudio del transcurso de los fenómenos sociales (BAGÜ, 2013).

Este fue el mismo debate levantado en Francia por Fernand Braudel durante las décadas de 1950 y 1960 contra las divisiones entre la historia y las ciencias sociales. Los principales artículos que resumen el debate fueron recopilados en 1968, y presentados en español con el título: *La historia y las ciencias sociales* (1968).⁸ Lo que relaciona a las propuestas, ya que no hubo ningún tipo de contacto directo entre ellas, es que replantearon profundamente muchos de nuestros objetos de investigación, modelos globales de explicación, teorías, conceptos y métodos.

La historia positivista, erudita, empírica, descriptiva, biográfica, militar y diplomática, fue desplazada por una historia centrada en las civilizaciones, las estructuras económicas, los grupos sociales y el moderno capitalismo. En el seno de estos debates se encontraba el qué y el cómo de la historia y las ciencias sociales, el proceso de construcción de los datos, de los hechos, es decir, problemas teóricos y metodológicos. Como recordó Eric Hobsbawn, estas temáticas comunes fueron las principales vías de confluencia entre *Annales* y el marxismo durante esa coyuntura, en la cual *Annales* se caracterizó por ser una historiografía que no mantuvo alejado al marxismo (HOBSBAWN, 1978; WALLERSTEIN, 2010).

⁸ “Institucionalmente, el grupo de los annales presidía sobre una nueva institución universitaria en París, una institución construida sobre la premisa de que los historiadores tenían que aprender e integrar sus descubrimientos de otras disciplinas de las ciencias sociales tradicionalmente más nomotéticas, y que éstas, a su vez, tenían que devenir más “históricas” en su trabajo. La era braudelina representaba tanto un ataque intelectual como uno institucional contra el aislamiento tradicional de las disciplinas de las ciencias sociales entre sí” (WALLERSTEIN, 2006, p. 30).

En Estados Unidos, la configuración de los métodos y problemas de investigación de los estudios latinoamericanos durante los años sesenta estuvo fuertemente estructurada por los presupuestos de las ciencias sociales desarrolladas en el siglo XIX en Europa. Recientemente, desde un enfoque comparativo entre los estudios de área en Estados Unidos y los estudios regionales en la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Maxim Groza localizó el origen de los conceptos *área* y *región* en la taxonomía de Linneo y su importación, en el siglo XIX, a las ciencias sociales (GROZA, 2021). El esfuerzo por crear clasificaciones y tipologías hizo eco en las teorías y métodos de las ciencias sociales y humanidades desde el siglo XIX. Como había observado Wallerstein una década antes, este principio se vio reflejado en la concepción de la sucesión de los fenómenos sociales, elemento central a la hora de explicar las diferencias entre los ritmos de *transcurso* en las sociedades.

Cuando en el siglo XVIII Linneo formuló una morfología con la cual los biólogos clasificaron toda la biota, se hizo necesario explicar por qué, si el *Homo sapiens* era de hecho un género/especie unificado, parecía haber sustantivas diferencias visibles entre los pueblos de diferentes lugares del mundo. Las sustantivas diferencias visibles son, por supuesto, una cuestión de definición social. (WALLERSTEIN, 2014, p. 328).

En la década de los sesenta, la noción de progreso mutó en la de desarrollo, convirtiéndose en el paradigma científico dominante en la investigación social y económica en Estados Unidos. Las nuevas fases del desarrollo lineal y progresivo en las sociedades fueron elaboradas en las *Etapas del crecimiento económico* (1965) por W. W. Rostow, y sus raíces se encuentran en Max Weber y Talcott Parsons. En ese intento por comprender cómo los países del tercer mundo podían alcanzar los mismos niveles de desarrollo económico que los países del primer mundo, se expresaron algunos de los presupuestos más importantes del pensamiento universalista sectorialista. El razonamiento es el que sigue: si los países del tercer mundo siguen determinados pasos, pueden llegar al mismo nivel de desarrollo económico que los países industrializados. Se observa en seguida una concepción universal, lineal y progresiva de la secuencia de los fenómenos sociales.

Una década antes de que se elaboraran estas construcciones, se habían desarrollado construcciones teórico-metodológicas que cuestionaron los principios epistemológicos del consenso que había regido la vida intelectual desde mediados del siglo XIX (WALLERSTEIN, 2006, 2010, 2011). Es en este contexto donde confluyeron las matrices intelectuales a la luz de las cuales pudo surgir el análisis de sistemas-mundo.

En el periodo que va de 1945 a 1970, cuatro debates prepararon la escena para la emergencia del análisis de sistemas-mundo: el concepto de centro-periferia desarrollado por la Comisión Económica para América Latina de las Naciones Unidas (CEPAL) y la elaboración subsiguiente de la “teoría de la dependencia”; la utilidad del concepto marxista de “modo asiático de producción”, debate que tuvo lugar entre los académicos comunistas; la discusión entre los historiadores de Europa occidental acerca de “la transición del feudalismo al capitalismo”; el debate acerca de “la historia total” y el triunfo de la escuela historiográfica de los Annales en Francia y en distintas partes del mundo después. (WALLERSTEIN, 2006, p. 25-26).

El debate en torno a las unidades de análisis y los distintos ritmos históricos y de cambio en diferentes zonas del mundo en las décadas de los sesenta y setenta tuvo en América Latina uno de sus desarrollos más álgidos.⁹ Los análisis sociales comenzaron a buscar explicaciones ante el palpable desfase entre las economías capitalistas más desarrolladas y las economías latinoamericanas. La teoría del subdesarrollo y la subsecuente teoría de la dependencia fueron las dos corrientes que más aportaron a la discusión.¹⁰ No obstante, la teoría de la dependencia no partió de cero, se nutrió de los aportes de muchos pensadores, cuyo común denominador fue la negación del carácter feudal de la formación social latinoamericana. Las profundas implicaciones de las tesis que Bagú había planteado en sus obras fueron descritas por él mismo de la siguiente manera en una entrevista poco antes de morir:

Hasta ese momento la tesis admitida por la izquierda en América Latina consistía en que el periodo colonial había sido feudal y que, en el siglo XIX, con las revoluciones de independencia, se había producido una transformación hacia el capitalismo. Es decir, que las revoluciones de Independencia a principios del siglo XIX eran revoluciones burguesas antifeudales. (TURNER; ACEVEDO, 2005, p. 219).

Las tesis de Sergio Bagú (1949, 1952) se opusieron frontalmente a esta perspectiva. Sus investigaciones dan cuenta de la existencia del capitalismo en las sociedades latinoamericanas desde el siglo XVI. Con ello abrieron el debate y fundaron una nueva veta de investigación. En estos trabajos, Bagú mostró un gran dominio del método comparativo y de la historia del periodo colonial en América Latina. Los problemas que planteó y el método con el que los abordó son una síntesis adelantada de los debates que se suscitaron en las ciencias sociales y las humanidades durante las siguientes décadas.

⁹ Para una bibliografía al respecto pueden verse los trabajos reunidos el tomo 40 de la colección Cuadernos de Pasado y Presente (1973).

¹⁰ Theotonio dos Santos estudió del desarrollo teórico e histórico de la teoría del desarrollo, su crítica y evolución, hasta derivar en la teoría de la dependencia (DOS SANTOS, 2002).

La teoría de la dependencia intentó ser una síntesis de este movimiento intelectual e histórico. La crítica de Bagú, Vitale y Caio Prado Junior al concepto de feudalismo aplicado a América Latina fue uno de los puntos iniciales de las batallas conceptuales que indicaban las profundas implicaciones teóricas del debate que se avecinaba. André Gunder Frank recogió esa problemática para darle una dimensión regional e internacional. (DOS SANTOS, 2002, p. 16).

Según Jaime Osorio, dos acontecimientos apuntalaron el desarrollo de las ciencias sociales en América Latina durante los años sesenta: la Revolución Cubana y la inserción de América Latina en la órbita imperialista en la época de la posguerra. El primero insufló al marxismo latinoamericano un aire renovador, que volvió a abrir debates de primer orden en el seno de la discusión marxista, como las especificidades del capitalismo latinoamericano y su posible transformación. Con el segundo acontecimiento entraron en crisis las reflexiones de los teóricos burgueses sobre la teoría del desarrollo, la cual se encargó de externalizar los problemas del subdesarrollo de la región. Estas propuestas fueron elaboradas principalmente por la CEPAL y sus principales teóricos, Aníbal Pinto y Celso Furtado (los cuales hablaron de dependencia externa), así como el más destacado representante de esta corriente: Raúl Prebisch (OSORIO, 1984).

Si la teoría del desarrollo y del subdesarrollo era el resultado de la superación del dominio colonial y del surgimiento de burguesías locales deseosas de encontrar su camino de participación en la expansión del capitalismo mundial, la teoría de la dependencia, surgida durante la segunda mitad de la década de 1960, representó un esfuerzo crítico para comprender las limitaciones de un desarrollo iniciado en un período histórico en que la economía mundial estaba ya constituida bajo la hegemonía de enormes grupos económicos y poderosas fuerzas imperialistas, aun cuando una parte de ellas estaba en crisis y abría oportunidad para el proceso de descolonización. (DOS SANTOS, 2002, p. 12-13).

En la década de los setenta, autores como Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotonio dos Santos y Agustín Cueva, trataron de explicar la situación contemporánea de una región, de un conjunto de países independientes encuadrados por debajo del nivel de desarrollo económico capitalista actual (MARINI, 1991; BAMBIRRA, 1978; CUEVA, 1974). En esta misma línea, entre los académicos comunistas, se rescató el concepto de modo de producción asiático para estudiar un modo de producción contemporáneo al capitalista, pero estructuralmente diferente.¹¹ El núcleo de estos debates fue la relación entre el modo de producción capitalista y modos de

¹¹ Roger Bartra (1969) reunió una bibliografía al respecto.

producción “menos” desarrollados. Bagú planteó el debate para América Latina en el período colonial en los siguientes términos:

¿Qué índole de economía es ésta que españoles y portugueses organizan aquí, en medio de las enormes multitudes nativas de América y África? ¿Es feudalismo, decadente entonces en el continente viejo? ¿Es capitalismo, cuyo brillo y empuje documentan en la época el apogeo italiano y los navegantes ibéricos? ¿Es algo distinto de ambos, aunque de ambos recoja algunas de sus características básicas? (BAGÚ, 1949, p. 97-98).

De esta forma, buscando la génesis de una formación social específica e integrando diferentes conjuntos y dimensiones sociales en tiempos y espacios más amplios, se insertó en el debate sobre la unidad de análisis y la teoría de la periodización. Brindó una novedosa interpretación del proceso histórico, que buscó reconstruir a través de la multiplicidad de historias nacionales algún tipo de unidad, no sólo entre las formaciones sociales de América Latina, sino entre éstas y las sociedades europeas.

La estructuración de una economía colonial se encuentra siempre tan estrechamente ligada a la economía metropolitana que no se puede entender la una sin conocer la otra. Tampoco es posible seguir las principales líneas históricas de España y Portugal sin referirlas a la historia económica de la Europa occidental. El panorama se amplía con este método, no para complicarse, sino para iluminar mejor los procesos fundamentales. (BAGÚ, 1949, p. 25).

Su *capitalismo colonial* buscó dar una explicación al problema planteado por los distintos ritmos históricos y los ritmos de cambio en diferentes zonas del mundo, particularmente el representado por la integración de las economías europeas y las latinoamericanas en el siglo XVI. De ahí la relación entre teoría de la periodización y unidad de análisis en sus estudios.

Lo que surge en la América española y portuguesa no es feudalismo, sino *capitalismo colonial*. Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, inaugurado ya en Europa, al cual contribuyó a dar un vigor asombroso, haciendo con ello posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde. (BAGÚ, 1952, p. 43).

Siempre es difícil descubrir los límites ciertos de un conjunto; en sus trabajos, lo endógeno y exógeno toman diferentes configuraciones, tantas como el análisis lo requiere, cuidando, además, la integración de estos conjuntos, sin perder de vista sus propias lógicas, regularidades y especificidades. Ahí es donde reside su valor metodológico y heurístico.

Es así como las corrientes que entonces predominaban en el mercado internacional europeo constituyen elementos condicionantes de primera importancia en la estructuración de la economía colonial. Esto es, por otra parte, característico de todas las economías coloniales, cuya subordinación al mercado extranjero ha sido y sigue siendo el principal factor de deformación y aletargamiento. (BAGÚ, 1949, p. 68).

Su principal aporte académico no pasó desapercibido para Wallerstein, quien, en el primer tomo de *El moderno sistema mundial*, en la discusión sobre el largo siglo XVI, citó un artículo de Bagú publicado en 1969 (WALLERSTEIN, 2017). Este artículo es una reproducción íntegra del capítulo V de *Economía de la sociedad colonial*, publicado en 1949 (BAGÚ, 1949, 1969). En su revisión historiográfica, lo caracterizó como una obra poco usual, la cual empleó para sustentar su tesis sobre la nueva división internacional del trabajo en el largo siglo XVI en la economía-mundo *capitalista*. Wallerstein negó el carácter feudal de la “segunda servidumbre” en Europa oriental y la “encomienda” americana, y señaló, en cambio, la función de estos diferentes métodos de control del trabajo dentro de una misma división del trabajo. Esto mismo había hecho Sergio Bagú – para la encomienda, la esclavitud y otros métodos de control del trabajo en América – 25 años antes, en los trabajos que hemos referido.

Henri H. Stahl deja muy clara la forma en que la «segunda servidumbre» al este del Elba (y, en términos más generales, en Europa oriental) es de origen «capitalista». Otros autores reconocen que lo que llamamos «trabajo obligado en cultivos para el mercado» es una forma de control del trabajo en una economía-mundo capitalista y no en una feudal. Sergio Bagú, hablando de la América española, lo llama «capitalismo colonial». Luigi Bulferetti, hablando de la Lombardía del siglo XVII, la califica de «capitalismo feudal». Luis Vitale, al hablar de los latifundios españoles, insiste en que son «empresas muy capitalistas». (WALLERSTEIN, 2017, p. 127-128).

En su historia económica del período colonial, Bagú le dedicó un capítulo entero al tema, pues observó una permanencia importante de las formas feudales en el desarrollo de las colonias en América, como la gran propiedad territorial o la servidumbre, pero sostuvo que estas formas no podían ser consideradas feudales, pues debían de ser ubicadas dentro de un contexto más amplio, la historia del capitalismo (BAGÚ, 1949, p. 117-120). Esto era lo que le daba unidad a esa multiplicidad de formas de producción en América Latina y Europa. Además, el tema le interesó porque estas “formas feudales” fueron aplicadas en las relaciones de los conquistadores con los indios, lo cual fue una fuente importante de conflictos a lo largo de todo el periodo colonial.

Hay una etapa en la historia capitalista en la cual renacen ciertas formas feudales con inusitado vigor: la expansión del *capitalismo colonial*. En las colonias, la posesión de la tierra, aparte del lucro que se busca en el tráfico de sus productos, va acompañada de fuertes reminiscencias feudales. El poseedor -compañía o individuo- aplica allí su ley sin apelación, gobierna sobre las vidas y los bienes sin preocupación jurídica o ética alguna, inventa en su beneficio todos los impuestos que su imaginación y las posibilidades del lugar le permiten. (BAGÚ, 1949, p. 102).

Wallerstein señaló tres elementos constitutivos en el origen y consolidación de la economía-mundo capitalista en el largo siglo XVI: la expansión geográfica, la creación de Estados fuertes en el centro y la creación de diferentes métodos de control del trabajo para distintos productos y zonas. Este último proceso implicó el surgimiento de la división internacional del trabajo en la economía-mundo capitalista en el largo siglo XVI, donde los procesos productivos de Europa oriental, América Latina, y Europa occidental quedaron integrados en una misma división internacional del trabajo, principal vínculo que le dio unidad al sistema-mundo. Este sistema mundial fue y siempre ha sido una economía-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2017). Algo que Bagú (1949, p. 103) tenía muy claro: “Las colonias hispano-lusas de América no surgieron a la vida para repetir el ciclo feudal, sino para integrarse en el nuevo ciclo capitalista que se inauguraba en el mundo”.

El espacio social en esta economía-mundo está configurado por los procesos que constituyen la división del trabajo existente al interior de sus límites, lo cual no significa que en todo el mundo existan las mismas relaciones de producción, sino que todas esas formas de producir se encuentran integradas en una misma división del trabajo. Las formas de producir en un lugar determinado no pueden entenderse sin referencia al lugar que ocupan esas relaciones en el conjunto de la división internacional del trabajo. En estas operaciones teórico-metodológicas marxistas, convergen tanto los análisis de Bagú como los de Wallerstein, remitiendo el estudio de la economía colonial en América Latina a su relación estructural con la economía capitalista europea en el siglo XVI, pero conservando su especificidad. Un ejemplo:

La economía colonial es siempre complementaria de la metropolitana. Este concepto necesita algunas aclaraciones. Un país políticamente independiente puede sin embargo padecer una economía colonial o semicolonial. Por otra parte, la metrópoli política puede encontrarse, a su vez, subordinada a los intereses económicos de otra potencia y su política económica colonial estar dirigida a beneficiar a esta potencia más que a sus propios intereses. (BAGÚ, 1949, p. 122).

La integración de conjuntos que propuso Bagú en sus análisis perduró fuertemente en la historiografía latinoamericana, y en la década de los sesenta y setenta, fue utilizada para estudiar el desfase contemporáneo entre las economías del primer y del tercer mundo. El resultado fue el desarrollo de las distinciones entre el centro y la periferia, que Wallerstein retomó en sus análisis y sobre cuyo uso presentó una sólida defensa. Su principal argumento fue la ayuda de estas categorías en la comprensión de la maximización de la acumulación de capital en la economía-mundo como un todo (WALLERSTEIN, 1989, 2006, 2017). Estas distinciones no son geográficas, ni ideológicas, sino propias del funcionamiento de la división internacional del trabajo en la economía-mundo capitalista. Es necesario mencionar que Bagú era plenamente consciente de las implicaciones presentes de sus investigaciones sobre el pasado:

La determinación de la índole de la economía colonial es algo más que un tema estrictamente técnico. Afecta la interpretación misma de la historia económica y adquiere un alcance práctico inmediato si consideramos que la economía actual de los países latinoamericanos conserva aún muchas de las fundamentales características de su estructura colonial. (BAGÚ, 1949, p. 97).

Fue Ruy Mauro Marini quien formuló las bases de la economía política de la dependencia, dando con su libro *Dialéctica de la dependencia* (1991) un estatuto teórico dentro del marxismo a esta categoría. Este es el punto más alto en las reflexiones alcanzadas por el marxismo latinoamericano en torno a la formulación de las leyes y tendencias que engendran y mueven el capitalismo dependiente (OSORIO, 1984).

El planteamiento central de Marini fue recuperar la teoría marxista en el estudio de la realidad social latinoamericana. De esta forma, destacó la especificidad de la génesis y el desarrollo de estas formaciones sociales respecto a las economías capitalistas avanzadas. Al referirse a las formaciones sociales latinoamericanas, Marini habló de un *capitalismo sui generis*, con lo cual intentó, por un lado, recuperar la explicación marxista de la realidad social como instrumento de análisis y, por otro, ubicar y sistematizar dentro de la teoría marxista los esfuerzos por caracterizar los principales rasgos de las formaciones sociales latinoamericanas, conservando el rigor teórico-metodológico: “[...] una realidad que, por su estructura global y su funcionamiento, no podrá nunca desarrollarse de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo *sui generis* [...]” (MARINI, 1991, p. 14).

Su trabajo es un esfuerzo por explicar la realidad de las formaciones sociales latinoamericanas a partir del todo en el cual se encontraban encuadradas. Ahí

descubrió mecanismos estructurales de operación como la dependencia y la superexplotación. Una operación metodológica muy similar ya había sido llevada a cabo por Bagú en su estudio del periodo colonial, donde destacó la importancia de mecanismos estructurales de acumulación capitalista, como la encomienda, las donatarias o capitanías y la esclavitud en América y su función en la división internacional del trabajo.

La esclavitud americana fue el más extraordinario motor que tuvo la acumulación del capital comercial europeo y éste, a su vez, la piedra fundamental sobre la cual se construyó el gigantesco capital industrial de los tiempos contemporáneos. [...] Indirectamente, pues, la esclavitud del indio y el negro resultó indispensable para que, mediante un proceso secular de acumulación capitalista, pudiera la Europa occidental tener industrias modernas y Estados Unidos alcanzara en el siglo 19 su espectacular desarrollo. (BAGÚ, 1949, p. 131).

La construcción de problemas y la manera de abordarlos planteada por Sergio Bagú tuvo un eco importante en la teoría de la dependencia, con la cual tiene afinidades teóricas y metodológicas importantes. Dejando a un lado la discusión sobre los conceptos, el período al cual aplican sus esfuerzos y la prodigalidad de sus obras, observamos importantes puntos de coincidencia en las preocupaciones sobre la unidad de análisis, la teoría de la periodización y la recuperación de la teoría marxista en las obras citadas de Sergio Bagú, Ruy Mauro Marini e Immanuel Wallerstein.

Conclusiones

Hemos abordado la obra de Sergio Bagú colocándola en una coyuntura intelectual amplia, no circunscrita a Latinoamérica ni al siglo XX, sino en el marco de la transformación de las estructuras modernas del saber en el sistema-mundo capitalista. Los problemas teóricos y metodológicos que motivaron la superación de los marcos epistemológicos que habían condicionado el estudio y organización de la historia y las ciencias sociales desde mediados del siglo XIX, hermanaron las propuestas de investigación histórica de la escuela de los *Annales*, el marxismo y la teoría de la dependencia, colocándolas dentro de un movimiento más amplio de renovación.

Ciertamente, existen importantes diferencias entre estas corrientes de resistencia e innovación ante el consenso liberal, pero nosotros hemos preferido concentrarnos en posibles puntos de encuentro en el plano de la transformación de las estructuras modernas del saber, las obras de Sergio Bagú y las matrices intelectuales que dieron vida al análisis de sistemas-mundo, para comprender mejor las opciones económicas, políticas, morales e intelectuales de nuestro tiempo.

Bibliografía

- ARRIGHI, Giovanni. *El largo siglo XX*. 2. ed. Madrid: Ediciones Akal, 1999.
- BAGÚ, Sergio. *Tiempo, realidad social y conocimiento: una propuesta de interpretación*. México: Siglo XXI, 2013.
- BAGÚ, Sergio. *José Luis Romero: evocación y evaluación*. José Luis Romero: Archivo digital de obras completas, 1982. Disponible en: https://jlrromero.com.ar/textos_sobre_jlr/jose-luis-romero-evocacion-y-evaluacion/. Acceso: 05 mayo 2025.
- BAGÚ, Sergio. Naturaleza y teoría de la periodización. *Estudios Políticos*, v. 5, n. 20-21, p. 9-12, 1978.
- BAGÚ, Sergio. Tres oligarquías, tres nacionalismos: Chile, Argentina, Uruguay. *Cuadernos Políticos*, n. 3, p. 6-18, 1975.
- BAGÚ, Sergio. *Marx-Engels*. Diez conceptos fundamentales. Génesis y proyección histórica. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.
- BAGÚ, Sergio. La economía de la sociedad colonial. *Pensamiento Crítico*, n. 27, p. 30-66, abr. 1969.
- BAGÚ, Sergio. Una pauta para la renovación de los estudios históricos. *Revista de Historia*, n. 1, jan/mar. 1957.
- BAGÚ, Sergio. *Estructura social de la colonia*. Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1952.
- BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial*. Ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.
- BAMBIRRA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1978.
- BARTRA, Roger (Comp.). *El modo asiático de producción*. Antología de textos sobre problemas de la historia de los países coloniales. México: Ediciones Era, 1969.
- BLOCH, Marc. Por una historia comparada de las sociedades europeas. In: GODOY, Gigi; HOURCADE, Eduardo. *Marc Bloch: Una historia viva*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992. Colección Los Fundamentos de las Ciencias del Hombre, vol. 65, p. 63-98.
- BLOCH Marc; FEBVRE Lucien. À nos lecteurs. *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, v. 1, n. 1, p. 1-2, 1929.
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica, 2019. Tomo I.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII*. Madrid: Alianza Editorial, 1984. Tomo III: El tiempo del mundo.
- BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1968.
- CHAUNU, Pierre. *Historia de América Latina*. 15. ed. Eudeba: Buenos Aires, 1996.
- CHAUNU, Pierre. *La expansión europea (siglos XIII al XV)*. 2. ed. Barcelona: Editorial Labor, 1982.
- CHAUNU, Pierre. Sergio Bagú, Economía de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de América Latina. *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, v. 10, n. 1, p. 141-142, 1955.
- CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. In: MOREANO, Alejandro (Ed.). *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. Bogotá: Siglo del hombre; CLACSO, 1974. p. 83-115.
- CUMINGS, Bruce. Boundary displacement: Area studies and international studies during and after the cold war. *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, v. 29, n. 1, 1997. Disponible en: <https://doi.org/10.1080/14672715.1997.10409695>. Acceso: 05 mayo 2025.
- DOBB, Maurice. *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- DOS SANTOS, Theotonio. *Teoría de la dependencia*. Balances y perspectivas. México: Plaza y Janés, 2002.
- Editorial Pasado y Presente, *Cuadernos de Pasado y Presente*, Tomo 40, Córdoba, 1973.
- GILETTA, Matías. *Sergio Bagú*. Historia y sociedad en América Latina. Una biografía intelectual. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013a.
- GILETTA, Matías. Sergio Bagú: apuntes sobre su perspectiva histórico-social y sus investigaciones sobre la sociedad colonial latinoamericana. *E-latina*, v. 9, n. 36, p. 25-41, jul./sep. 2013b. Disponible en:

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/6133>. Acceso: 07 mayo 2025.

GILETTA, Matías. Sergio Bagú. Una introducción a su pensamiento sociohistórico. In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UBA, 10., 2013, Buenos Aires. *20 años de pensar y repensar la sociología. Nuevos desafíos académicos, científicos y políticos para el siglo XXI*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2013c.

GROZA, Maxim. Area studies-different paradigms. *German International Journal of Modern Science*, n. 5, 2021. Disponible en: <https://doi.org/10.24412/2701-8369-2021-5-67-74>. Acceso: 07 mayo 2025.

HILTON, Rodney (Ed.). *La transición del feudalismo al capitalismo*. 4. ed. Barcelona: Crítica, 1982.

HOBSBAWN, Eric. Comments. *Review*, v. 1, n. 3-4, p. 157-164, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Era, 1991.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mátgara (Coord.) *La teoría social latinoamericana: los orígenes*. México: El Caballito, 2001. Tomo I.

OSORIO, Jaime. El marxismo latinoamericano y la dependencia. *Cuadernos Políticos*, n. 38, p. 40-59, 1984. Disponible en: <http://cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.39/CP.39.5.Jaime%20Osorio%20Urbina.pdf>. Acceso: 07 mayo 2025.

OTS CAPDEQUÍ, José María. *El régimen de la tierra en la América Española durante el periodo colonial*. Ciudad Trujillo: Universidad de Santo Domingo, 1946.

OTS CAPDEQUÍ, José María. *Manual de Historia del Derecho Español en las Indias y el Derecho propiamente indiano*. Tomo I, Buenos Aires: Instituto de Historia del Derecho Argentino, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1943.

POLANYI, Karl. Studies in the development of capitalism. By Maurice Dobb. *The Journal of Economic History*, v. 8, n. 2, 1948.

RÍOS, Carlos Alberto. En los orígenes de la historia comparativa: campos de transferencia y circulación de saberes, siglos XIX y XX. *Revista de Historia*, n. 181, 2022. Disponible en: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.180595>. Acceso: 07 mayo 2025.

RÍOS, Carlos Alberto. *Las formas de la comparación: Marc Bloch y las ciencias humanas*. Ensayo de morfología e historia. México: Siglo XXI, 2016.

ROSTOW, Walt W. *Etapas del crecimiento económico*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1965.

SWEEZY, Paul; DOBB, Maurice, The transition from feudalism to capitalism. *Science & Society*, v. 14, n. 2, p. 134-167, 1950. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/40400000>. Acceso: 07 mayo 2025.

TORIZ, Juan Carlos. *La trayectoria de Sergio Bagú en el CELA (1974-2002): aportes, críticas y debates a la sociología histórica latinoamericana*. 2021. Tesis (Licenciatura en Sociología) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2021.

TURNER, José; ACEVEDO, Guadalupe. *Sergio Bagú: Un clásico de la teoría social latinoamericana*. México: UNAM, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo XXI, 2017. Tomo I.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. El triunfo del liberalismo centrista, 1789-1914. México: Siglo XXI, 2014. Tomo IV. [1ª ed. En inglés: 2011]

WALLERSTEIN, Immanuel. *Abrir las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las ciencias sociales: límites de los paradigmas decimonónicos*. México: Siglo XXI, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. México: Siglo XXI, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. The unintended consequences of Cold War area studies. In: CHOMSKY, Noam (Ed.). *The Cold War and the university: toward an intellectual history of the postwar years*. New York, NY: The New Press, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. Comentarios sobre las pruebas críticas de Stern. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 51, n. 3, p. 329- 346, jul./sep. 1989. Disponible en: <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.1989.3.61308>. Acceso: 07 mayo 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. Annales as Resistance. *Review*, v. 1, n. 3-4, p. 5-7, 1978.

VÁZQUEZ, Valentín. Pierre Chaunu. In memoriam. *Memoria y Civilización*, n. 12, p. 7-9, 2009. Dis-

ponible en: <https://doi.org/10.15581/001.12.33705>. Acceso: 09 mayo 2025.

ZAVALA, Silvio. *Ensayos sobre la colonización española en América*. México: Porrúa, 1944.

ZAVALA, Silvio. *La encomienda indiana*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1935.

A Aliança China- Rússia: reconfiguração do sistema-mundo

Wander Catarina dos Santos* e Rodrigo Cantu de Souza**

Resumo: O sistema interestatal do século XXI enfrenta crises sistêmicas e transições hegemônicas profundas, refletidas na guerra na Ucrânia e na ascensão da China. Este estudo examina como a aliança sino-russa e esses eventos reconfiguram a ordem global. Utilizando o método de process tracing, analisa-se a cooperação sino-russa como fator crucial na multipolaridade emergente, desafiando a hegemonia ocidental. A análise fundamenta-se nas teorias de Wallerstein e Arrighi, destacando o declínio da hegemonia americana e o surgimento do ciclo chinês.

Palavras-chave: Crise Sistêmica. Transições Hegemônicas. Multipolaridade. Ordem Global. Aliança Sino-Russa.

Abstract: The 21st-century interstate system faces systemic crises and profound hegemonic transitions, reflected in the war in Ukraine and China's rise. This study examines how the Sino-Russian alliance and these events reshape the global order. Using process tracing, Sino-Russian cooperation is analyzed as a crucial factor in emerging multipolarity, challenging Western hegemony. The analysis is based on Wallerstein's and Arrighi's theories, highlighting the decline of American hegemony and the rise of the Chinese cycle.

Keywords: Systemic Crisis. Hegemonic Transitions. Multipolarity. Global Order. Sino-Russian Alliance.

Resumen: El sistema interestatal del siglo XXI enfrenta crisis sistémicas y transiciones hegemónicas profundas, reflejadas en la guerra en Ucrania y el ascenso de China. Este estudio examina cómo la alianza chino-rusa y estos eventos reconfiguran el orden global. Utilizando el método de process tracing, se analiza la cooperación chino-rusa como un factor crucial en la multipolaridad emergente, desafiando la hegemonía occidental. El análisis se basa en las teorías de Wallerstein y Arrighi, destacando el declive de la hegemonía estadounidense y el surgimiento del ciclo chino.

Palabras clave: Crisis Sistémica. Transiciones Hegemónicas. Multipolaridad. Orden Global. Alianza Chino-Rusa.

* Doutorando em Ciência Política e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. É membro do corpo editorial da Revista Perspectivas Sociais.

** Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ (2016). É professor adjunto do Departamento de Sociologia e Política da UFPel.

Introdução

No primeiro quartel do século XXI, o sistema interestatal global atravessa um período de rupturas estruturais e transformações profundas, marcadas por crises sistêmicas e uma transição hegemônica. A segurança internacional, antes garantida pela previsibilidade e estabilidade dos pactos estabelecidos no pós-Guerra Fria, tornou-se cada vez mais frágil. Nesse novo cenário, os interesses dos Estados colidem frequentemente, gerando instabilidade e conflitos. Esse período é caracterizado por guerras, catástrofes ambientais, desigualdades crescentes e desafios significativos à governança global.

Dois fenômenos centrais evidenciam essa crise sistêmica: a intervenção da Rússia na Ucrânia e a consolidação da China como potência global alternativa. Esses eventos sinalizam uma reconfiguração do sistema-mundo no século XXI, marcada pelo declínio da hegemonia estadunidense e pela ascensão de um ciclo hegemônico chinês, conforme sugerido pelas teorias de transição hegemônica.

Nas últimas três décadas, a República Popular da China (RPC) ascendeu ao status de potência global, estreitando suas relações diplomáticas e econômicas com a Federação Russa (FR). Essa cooperação estratégica, tanto militar quanto econômica, representa um dos pilares dessa nova configuração de poder global. De acordo com Arrighi (2007), a China desafia o status quo ocidental, implementando uma estratégia de *acumulação pacífica* por meio de investimentos em infraestrutura global, exemplificados pela Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o gasoduto Power of Siberia.

A guerra na Ucrânia não pode ser reduzida a um conflito regional, mas deve ser analisada dentro de um contexto mais amplo de contestação à hegemonia ocidental. Desde a Revolução de Maidan (2014) e a subsequente anexação da Crimeia pela Rússia, o conflito se desenhou como uma resposta direta ao avanço da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para o Leste Europeu, uma dinâmica que Moscou sempre percebeu como ameaça existencial à sua esfera de influência. A escalada de tensões resultou na intervenção russa em 2022, estabelecendo um novo paradigma geopolítico que enfraquece a ideia de uma ordem internacional unipolar. No contexto sino-russo, a guerra acelerou a convergência estratégica entre Pequim e Moscou. A China, embora oficialmente neutra, tem fornecido suporte diplomático e econômico à Rússia, ajudando a mitigar os impactos das sanções ocidentais e fortalecendo a autonomia estratégica russa. Conforme Zhao (2023), essa cooperação se baseia não apenas em interesses energéticos e militares, mas na construção de uma alternativa multipolar à dominância ocidental. Dessa forma, a guerra na Ucrânia é tanto um sintoma das transformações sistêmicas quanto um catalisador da consolidação da

aliança sino-russa. Este conflito, mais do que uma disputa regional, revela as tensões entre grandes potências e serve como um ponto de inflexão nas dinâmicas de poder globais. A intervenção russa pode ser entendida como uma tentativa estratégica de reafirmar sua influência regional e global em face da expansão da OTAN, vista como uma ameaça direta à sua segurança.

A teoria do sistema-mundo, formulada por Wallerstein (1974), oferece uma estrutura teórica sólida para analisar as crises do capitalismo global e suas implicações para a hegemonia internacional. Segundo Wallerstein (2004), o sistema capitalista é intrinsecamente sujeito a crises de *acumulação* e *legitimação*, que derivam das contradições internas desse modelo. Essas crises não são meramente incidentais, mas momentos disruptivos que expõem as fragilidades do sistema e prenunciam uma reconfiguração das relações de poder globais.

A questão central deste estudo é como a aliança sino-russa influencia a reconfiguração da ordem global no contexto da guerra na Ucrânia e de que maneira essa cooperação contribui para o declínio da hegemonia ocidental, especificamente dos EUA. O foco está em examinar como a cooperação entre China e Rússia afeta as estruturas geopolíticas e econômicas, moldando um sistema internacional mais multipolar e desafiando a supremacia estadunidense.

Para isso, a metodologia de *process tracing* será aplicada com o objetivo de analisar os eventos históricos e políticos específicos que impulsionaram essa aliança estratégica, utilizando dois estudos de caso principais: (1) a cooperação militar sino-russa no fornecimento de tecnologia de defesa e (2) as implicações econômicas da Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI) e seu impacto em países estratégicos como os da Ásia Central. A abordagem contribui ao presente estudo, pois conecta as causas aos resultados dentro de uma população de casos semelhantes, permitindo aos pesquisadores examinar o desenrolar de eventos ao longo do tempo, identificando evidências diagnósticas que podem confirmar ou refutar hipóteses causais (BEACH; PEDERSEN, 2013; BENNETT; CHECKEL, 2015).

Nas seções subsequentes, discutiremos as causas subjacentes das crises sistêmicas atuais, analisando como a cooperação sino-russa emerge como um fator crucial que desafia a ordem liderada pelos EUA. A análise se apoiará nas teorias de transição de poder de Arrighi (1994) e na análise do sistema-mundo de Wallerstein (1974) para examinar o movimento em direção à multipolaridade. A seção final abordará conceitualmente o declínio da unipolaridade estadunidense e a ascensão da China como uma potência alternativa, sinalizando uma mudança fundamental no sistema internacional.

As crises sistêmicas no capitalismo global refletem a interação complexa de múltiplos fatores estruturais, que operam de maneira dialética e interdependente. No cerne dessas crises, está a natureza expansiva e contraditória do próprio sistema capitalista, conforme analisado por Wallerstein (1974). Para compreender a formação e os desdobramentos da aliança sino-russa no contexto da guerra na Ucrânia, faz-se necessária uma análise meticulosa que rastreie os eventos históricos e decisões políticas subjacentes, elucidando as dinâmicas sistêmicas que moldaram tais movimentos estratégicos. A metodologia de *process tracing* aplicada neste estudo permite conectar causas e consequências de maneira precisa, revelando como determinadas decisões de política externa contribuíram para a atual reconfiguração do sistema-mundo.

Wallerstein (2004) argumenta que as crises sistêmicas são inerentes ao capitalismo global, que se caracteriza por ciclos de acumulação e legitimação. Tais crises são catalisadas quando a expansão contínua do sistema encontra obstáculos tanto internos quanto externos, gerando rupturas que reconfiguram as relações de poder. A expansão do capitalismo, embora vital para sua sobrevivência, encontra inevitavelmente seus limites: “A economia-mundo capitalista é, por natureza, um sistema em expansão. Seu crescimento contínuo é essencial para sua sobrevivência. No entanto, essa mesma expansão leva a crises à medida que encontra tanto contradições internas quanto limites externos” (WALLERSTEIN, 2004, p. 23, tradução nossa).

Essas contradições manifestam-se de várias maneiras, sendo uma das mais proeminentes as crises de acumulação, que ocorrem quando o sistema enfrenta dificuldades em manter a rentabilidade. A saturação dos mercados e o aumento da concorrência global levam a uma superprodução, resultando em recessões econômicas e reestruturações nas cadeias produtivas. Conforme aponta Wallerstein (2004, p. 31, tradução nossa), “[...] as crises de acumulação ocorrem quando o sistema é incapaz de sustentar a acumulação de capital lucrativo, levando a recessões econômicas e reestruturações”. Este fenômeno é exacerbado pelas crises de legitimação, que emergem quando as instituições do sistema capitalista perdem sua capacidade de manter a ordem social, resultando em desconfiança pública nas estruturas políticas e econômicas, e, conseqüentemente, em instabilidade sociopolítica.

No cenário contemporâneo, a guerra na Ucrânia e a ascensão da China refletem essas crises sistêmicas em múltiplas dimensões. A aliança sino-russa, por exemplo, não pode ser compreendida sem que se considere as tensões históricas enraizadas na expansão da OTAN e na reação da Rússia contra o que vê como uma ameaça à sua segurança. O *process tracing* revela como decisões geopolíticas estratégicas, como

a ampliação da OTAN no Leste Europeu, estão diretamente ligadas a eventos que resultaram na intervenção militar russa e na consolidação da aliança com a China.

Dessa forma, a ascensão da China como potência global, por sua vez, introduz uma nova fase de competição geopolítica e econômica, desafiando a supremacia estadunidense. Enquanto as teorias de ciclos hegemônicos de Arrighi (2007) indicam que o declínio da hegemonia estadunidense era esperado, o surgimento da China como líder econômico alternativo marca uma ruptura no paradigma da governança global. A China, ao contrário de potências hegemônicas anteriores, busca expandir sua influência por meio de uma “acumulação pacífica”, representada por investimentos estratégicos em infraestrutura e diplomacia econômica, ao invés de confrontos militares diretos. No entanto, essa estratégia está longe de ser passiva, pois representa um desafio direto ao status quo, alterando as dinâmicas tradicionais de poder global.

A expansão da OTAN para o Leste Europeu representa um elemento crucial na análise das causas estruturais do conflito na Ucrânia, tanto em termos de segurança regional quanto em seu impacto nas dinâmicas de poder global do pós-Guerra Fria. Desde o colapso da União Soviética, a OTAN tem gradualmente ampliado sua influência na Europa Oriental, o que não deve ser entendido apenas como uma medida de defesa, mas como uma extensão estratégica que Moscou considera uma ameaça direta à sua segurança nacional e sua esfera de influência histórica. Para Wallerstein (1993), o fim da Guerra Fria não implicou a superação das rivalidades entre as grandes potências, mas sim uma reorganização dessas tensões em novos moldes, exacerbadas por disputas sobre esferas de influência. O autor observa que a tentativa de consolidar a hegemonia ocidental, particularmente por meio da OTAN, intensificou as contradições do sistema-mundo capitalista, tornando mais evidentes as falhas e tensões que agora se manifestam de forma mais disruptiva (Wallerstein, 1993). A resposta da Rússia à expansão da OTAN, portanto, não pode ser vista como um evento isolado, mas como uma resposta à tentativa de solidificar uma ordem internacional unipolar liderada pelos EUA, uma ordem que agora enfrenta sérios desafios com o surgimento de uma multipolaridade liderada por potências revisionistas como a China e a Rússia (MEARSHEIMER, 2014).

A aliança sino-russa, fortalecida em resposta a essas pressões ocidentais, é um elemento central na análise dessa nova reconfiguração geopolítica. Conforme Zhao (2023), a postura da China em relação à crise russo-ucraniana deve ser interpretada como parte de uma estratégia mais ampla de balanceamento de poder global. Zhao (2023) argumenta que, ao evitar uma condenação explícita da Rússia, a China visa proteger seus interesses estratégicos, ao mesmo tempo que mantém uma posição de neutralidade calculada para evitar uma deterioração de suas relações econômicas

com o Ocidente. No entanto, esta aliança transcende a esfera política, sendo caracterizada por uma cooperação estratégica que abrange os campos militar, econômico e tecnológico. Essa cooperação visa, de fato, reconfigurar a dinâmica global de poder, desafiando a hegemonia estadunidense e as normas estabelecidas pela ordem liberal ocidental. Neste sentido, a aliança sino-russa se coloca como uma força de revisão da ordem global, propondo uma alternativa concreta à unipolaridade que caracterizou o cenário internacional desde o fim da Guerra Fria.

Desde 2014, conforme relatado por Radin *et al.* (2021), o aprofundamento da cooperação sino-russa reflete uma convergência de interesses estratégicos que tem implicações profundas para a política externa dos Estados Unidos e seus aliados. Radin *et al.* (2021) destacam que a parceria sino-russa, consolidada através de acordos em áreas cruciais como defesa e energia, surge como resposta a uma percepção crescente de ameaça externa por parte do Ocidente (RADIN ET AL., 2021). A expansão da OTAN e a crescente influência dos EUA nas áreas que a Rússia e a China consideram estratégicas – como a Ásia Central e o Leste Europeu – catalisaram essa aliança, transformando-a em um instrumento para fortalecer suas posições no sistema internacional e, ao mesmo tempo, criar contrapesos efetivos à hegemonia ocidental. Assim, a aliança sino-russa não é uma mera reação às ações do Ocidente, mas uma iniciativa proativa para redefinir as estruturas de poder global.

A análise de Radin *et al.* (2021) enfatiza que essa parceria estratégica deve ser entendida no contexto de um esforço coordenado para desafiar as regras do jogo impostas pela ordem liberal internacional. A colaboração entre China e Rússia visa garantir que suas próprias esferas de influência sejam respeitadas e que o poder dos Estados Unidos e da União Europeia seja neutralizado nas regiões que ambas as potências consideram críticas para seus interesses. Nesse sentido, mais do que uma simples resposta às pressões ocidentais, a aliança sino-russa reflete uma visão comum de um novo equilíbrio de poder, no qual o Ocidente não mais desfruta da preeminência incontestada que manteve desde o fim da Guerra Fria.

As condições necessárias desempenham um papel fundamental na explicação dos eventos históricos e políticos. Segundo Goertz e Levy (2007), a abordagem de *necessary condition counterfactual* sugere que, se uma determinada condição não tivesse ocorrido, o evento subsequente também não teria acontecido. Aplicada ao contexto da guerra na Ucrânia, pode-se argumentar que a expansão da OTAN para o leste funcionou como essa condição necessária. Sem a ampliação da aliança militar em direção às fronteiras russas, a resposta russa e o subsequente conflito poderiam não ter se materializado (GOERTZ; LEVY, 2007). Essa linha de raciocínio permite entender a guerra não como um acontecimento inevitável, mas como o resultado de uma

sequência de escolhas políticas, moldadas por percepções estratégicas e rivalidades entre grandes potências.

Esse raciocínio é exemplificado pela análise de Niall Ferguson (1997), que utiliza a lógica contrafactual para questionar como eventos alternativos poderiam ter evitado catástrofes históricas. Ferguson argumenta que, se a Grã-Bretanha tivesse mantido sua neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial, o século XX poderia ter sido poupado de desdobramentos como a Revolução Bolchevique e a Segunda Guerra Mundial (FERGUSON, 1997). De maneira similar, se a OTAN não tivesse promovido sua expansão após o colapso da União Soviética, a percepção russa de uma ameaça existencial poderia ter sido mitigada, possivelmente evitando o conflito que agora molda o cenário geopolítico global. O uso de contrafactuais, portanto, nos ajuda a questionar o caráter inevitável do conflito e sugere que a dinâmica de poder poderia ter seguido uma trajetória alternativa.

Além de Goertz e Levy (2007), Schroeder (2007) também destaca a importância dos contrafactuais como ferramenta analítica para historiadores e cientistas políticos. Segundo Schroeder (2007), os contrafactuais não são meras especulações, mas uma maneira rigorosa de questionar as cadeias causais que levaram aos eventos atuais. No caso da guerra na Ucrânia, podemos aplicar essa lógica para examinar as decisões da OTAN e da Rússia, e como o sistema internacional criou condições que transformaram escolhas políticas em um conflito inevitável. A questão aqui não é apenas o que aconteceu, mas o que poderia ter acontecido se outras escolhas tivessem sido feitas.

O uso de contrafactuais nas pesquisas acadêmicas também são uma maneira de ampliar o debate político e intelectual. Odell (2001) observa que, em muitos casos, uma argumentação contrafactual bem elaborada pode ser mais persuasiva do que a simples exposição de fatos históricos. Ao aplicar essa lógica à guerra na Ucrânia, podemos ver como a expansão da OTAN, longe de ser uma escolha unilateral, resultou em uma série de decisões que desencadearam uma reação adversa da Rússia. Metáforas como “barril de pólvora” ou “janela de oportunidade” podem ser úteis para descrever a tensão crescente nas relações entre a Rússia e o Ocidente, mas é a análise contrafactual que nos permite explorar se essas condições poderiam ter sido mitigadas ou alteradas.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, Levy (2007) explora uma cadeia de hipóteses de condição necessária, argumentando que a crença alemã na não intervenção britânica foi essencial para o apoio dado à Áustria, o que resultou no ultimato austríaco que precipitou a guerra. No caso da Ucrânia, uma análise semelhante pode ser aplicada à crença da Rússia de que a expansão da OTAN representava uma ameaça inaceitável à sua segurança, criando o ambiente ideal para o escalonamento do

conflito. Da mesma forma que a Alemanha subestimou a resposta britânica, a Rússia pode ter subestimado as reações ocidentais ao seu envolvimento militar na Ucrânia.

Lebow (2001) e Thompson (2007) argumentam que a contingência é crucial para entender eventos históricos, uma vez que decisões são frequentemente moldadas por uma interseção de múltiplos fatores e caminhos causais. No caso da guerra na Ucrânia, a contingência desempenhou um papel vital. Embora a expansão da OTAN e a reação russa tenham seguido uma lógica previsível dentro da estrutura sistêmica, eventos imprevistos, como a resposta internacional à invasão, alteraram significativamente o curso do conflito. Seguindo a análise de Perrow (1984), o conflito pode ser interpretado como um “acidente sistêmico”, em que a interação de diferentes fatores – como a política de segurança da OTAN, as ações russas e as reações internacionais – criou uma situação que escapou ao controle de seus principais atores. Nesse sentido, a guerra na Ucrânia não pode ser vista apenas como uma resposta racional de Moscou à expansão ocidental, mas também como o resultado de uma interação complexa e contingente de forças que culminaram em um conflito de escala global.

As ações da Rússia no conflito são interpretadas por muitos analistas como uma tentativa de reposicionamento estratégico, visando salvaguardar seus interesses de segurança nacional em face da crescente presença militar da OTAN em seu entorno imediato. Contudo, ao aplicarmos a lógica do contrafactual, podemos sugerir que, se a OTAN tivesse evitado sua expansão para o leste, a percepção russa de ameaça poderia ter sido menos acentuada, e o conflito possivelmente evitado. Nesse sentido, a guerra na Ucrânia é tanto uma disputa regional quanto um reflexo das tensões sistêmicas mais amplas do sistema internacional, que está passando por uma reconfiguração de poder. A aliança sino-russa, a ascensão da China e o declínio relativo da hegemonia estadunidense são manifestações de um cenário global em transição, no qual o conflito na Ucrânia atua como um ponto de inflexão crucial.

As ações da Rússia no conflito da Ucrânia são amplamente interpretadas por analistas como parte de uma estratégia de reposicionamento dentro de uma ordem global em transformação. Moscou busca salvaguardar seus interesses de segurança, sobretudo frente à expansão da OTAN para o leste, que é vista como uma ameaça direta à sua esfera de influência nos espaços pós-soviéticos. Este conflito, contudo, não pode ser entendido isoladamente; ele reflete uma disputa sistêmica mais ampla por poder e influência no cenário global. A guerra na Ucrânia é um dos muitos sinais de uma reestruturação do sistema internacional, caracterizada por uma crescente contestação da ordem unipolar liderada pelos Estados Unidos.

Essa disputa pela ordem global está estreitamente relacionada com a ascensão da China, que se consolidou como um ator chave na geopolítica internacional. Confor-

me destacado por Saich *et al.* (2023), “[...] um ano após a invasão da Ucrânia pela Rússia, a posição da China permaneceu firme”, fornecendo apoio retórico a Moscou e evitando uma condenação direta. Este alinhamento estratégico é um reflexo do compromisso da China com uma nova ordem multipolar, na qual o Partido Comunista Chinês (PCC) vê uma oportunidade para desafiar a supremacia ocidental. Esse movimento sugere uma convergência de interesses estratégicos entre China e Rússia, que enxergam no cenário atual a chance de consolidar uma arquitetura de poder menos centrada no Ocidente.

A aplicação da metodologia de *process tracing* permite uma compreensão mais profunda das condições que levaram ao desenrolar desses eventos. A expansão da OTAN para o leste pode ser vista como uma condição necessária que precipitou a resposta militar da Rússia. A análise contrafactual, como argumentado por Goertz e Levy (2007), possibilita explorar cenários alternativos: se a OTAN tivesse evitado sua ampliação, a percepção de ameaça russa poderia ter sido mitigada, o que talvez tivesse evitado o conflito. Contudo, a reação da Rússia deve ser vista em conjunto com a intensificação da cooperação sino-russa, que surge como um fator fundamental no cenário global contemporâneo. Sem essa aliança, o equilíbrio de poder poderia ter se mantido mais favorável ao Ocidente, conforme sugerido por Ferguson (1997).

A aliança sino-russa transcende uma mera resposta conjuntural às pressões ocidentais e se insere dentro de um projeto estratégico de longo prazo para reconfigurar as dinâmicas de poder global. Conforme Zhao (2023), a postura da China na relação com a Rússia é de um “equilíbrio assimétrico”, no qual Pequim apoia Moscou economicamente e diplomaticamente, mas sem se comprometer militarmente de forma direta. Isso permite que a China capitalize sobre as fragilidades ocidentais sem entrar em um confronto aberto com os EUA e a União Europeia. A cooperação sino-russa se manifesta em três principais eixos: militar, econômico e tecnológico. No setor militar, a intensificação de exercícios conjuntos e o compartilhamento de tecnologias avançadas têm elevado a interoperabilidade entre as forças russas e chinesas. No campo econômico, a diversificação dos fluxos comerciais, incluindo a crescente transação de petróleo e gás russo para a China em yuan, demonstra uma tentativa de reduzir a dependência do sistema financeiro ocidental. No setor tecnológico, a colaboração em inteligência artificial e telecomunicações desafia o monopólio das empresas ocidentais sobre infraestrutura crítica. Esses fatores indicam que a aliança sino-russa não apenas responde às pressões ocidentais, mas representa um esforço sistemático para moldar uma ordem global alternativa. Assim, a aliança não é uma reação passiva, mas uma estratégia proativa para reconfigurar as relações de poder no sistema internacional.

Seguindo a linha de Wallerstein (2004) e Arrighi (2007), a ascensão da China deve ser interpretada dentro da lógica estrutural do sistema-mundo, caracterizada por ciclos sistêmicos de acumulação e crises periódicas de hegemonia. O declínio dos Estados Unidos e a emergência chinesa não representam apenas uma substituição de potências, mas um sintoma das limitações intrínsecas do sistema capitalista global. Wallerstein (2004) argumenta que cada potência hegemônica opera dentro de um modelo de acumulação que, ao atingir um ponto de saturação, perde sua capacidade de expansão e enfrenta desafios políticos e econômicos internos e externos. Nesse sentido, a estratégia chinesa de expansão econômica, via *Belt and Road Initiative* (BRI), deve ser compreendida como um mecanismo para mitigar os efeitos dessa saturação sistêmica, enquanto simultaneamente desafia a centralidade ocidental sem recorrer diretamente ao confronto militar. No entanto, como sugerido por Mearsheimer (2014), essa estratégia pacífica pode eventualmente se tornar insustentável à medida que a China expande sua influência em regiões de interesse estratégico ocidental, como o Indo-Pacífico. Esse paradoxo entre acumulação pacífica e competição geopolítica direta levanta questões sobre os limites dessa abordagem chinesa.

A teoria contrafactual ajuda a questionar a inevitabilidade dos eventos. Conforme argumentado por Ferguson (1997), eventos alternativos poderiam ter alterado substancialmente o curso da história. No caso da Ucrânia, se a OTAN tivesse seguido uma política mais conciliatória, a escalada russa poderia ter sido evitada. No entanto, como apontado por Lebow e Thompson (2001), a contingência desempenha um papel crucial na política internacional, sugerindo que eventos inesperados podem alterar radicalmente a trajetória de um conflito. A interação de diferentes fatores – como a política de segurança da OTAN, as reações internas na Rússia e a resistência da Ucrânia – pode ser vista como um “acidente sistêmico”, conforme descrito por Perrow (1984), no qual as interações imprevisíveis entre atores criam um cenário que escapa ao controle inicial das partes envolvidas.

A aplicação do *process tracing* demonstra que a guerra na Ucrânia e a aliança sino-russa não são eventos isolados, mas interdependentes, revelando as condições necessárias que explicam sua origem e desenvolvimento no sistema internacional. Ao examinar essas condições, fica claro como as escolhas políticas e estratégicas desencadeiam consequências de longo alcance, moldando a atual reconfiguração de poder global. A lógica contrafactual reforça a análise, permitindo vislumbrar cenários alternativos que poderiam ter evitado ou mitigado o impacto dessas crises. No entanto, é através da compreensão dessas crises sistêmicas, intrinsecamente conectadas ao capitalismo global, que podemos observar o desdobramento de um processo mais amplo: a transição hegemônica em curso.

O conflito na Ucrânia acelera a transição de uma ordem global unipolar, dominada anteriormente pelos EUA, para uma configuração mais multipolar. Este realinhamento das forças globais, com a China e a Rússia assumindo papéis mais proeminentes, desafia a supremacia dos EUA e a ordem estabelecida no pós-Guerra Fria. As ações da Rússia na Ucrânia, juntamente com o apoio tácito da China, simbolizam uma mudança de paradigma geopolítico, revelando um cenário cada vez mais fragmentado, no qual novas alianças e esferas de influência emergem como fatores críticos na configuração do sistema internacional.

A ascensão da China como uma potência global desafia o *status quo* da hegemonia ocidental, representando uma resposta estratégica às crises de acumulação e legitimação enfrentadas pelas potências ocidentais. Arrighi (2007) argumenta que a China está adotando uma estratégia de “acumulação pacífica”, evidenciada por seus amplos investimentos em infraestrutura global por meio de iniciativas como a Belt and Road Initiative (BRI). Segundo o autor, “[...] a ascensão da China como potência global é caracterizada por sua estratégia de acumulação pacífica e investimentos significativos em projetos de infraestrutura global, desafiando a hegemonia ocidental” (ARRIGHI, 2007, p. 218), consolidando sua influência sem recorrer ao confronto militar direto.

A teoria dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi (2008) oferece uma estrutura vital para compreender a dinâmica do capitalismo e suas transições hegemônicas ao longo da história, abordando como o poder econômico e político é consolidado e eventualmente transferido entre grandes potências. Arrighi distingue que, em cada ciclo, a ascensão de uma nova hegemonia é impulsionada por uma fase inicial de expansão material, marcada por investimentos em infraestrutura produtiva e territorial, seguida de uma fase de financeirização, na qual o capital, ao enfrentar saturação de mercados, se volta para o setor financeiro em busca de lucros. Segundo Arrighi, essa fase de financeirização não apenas indica uma limitação estrutural do modelo vigente, mas também prenuncia um declínio da potência dominante, que então abre espaço para novas lideranças globais (ARRIGHI, 1994, 2008).

Aplicando esses conceitos ao contexto atual, a China representa uma nova fase de acumulação que contrasta com o paradigma ocidental, optando por estratégias de “acumulação pacífica” e diplomacia econômica, como exemplificado pela Belt and Road Initiative. Tal abordagem desvia do tradicional imperialismo militarista ocidental, mas projeta a China como um centro global de poder econômico, estabelecendo uma rede de dependências econômicas e políticas que, nas palavras de Arrighi (2007), desafia diretamente a hegemonia ocidental e questiona a sustentabilidade do

modelo estadunidense financeirizado. Esse contraste entre o declínio dos EUA e o método chinês de acumulação gera um contexto no qual a aliança sino-russa ganha relevância estratégica, posicionando-se como uma coalizão que, longe de ser uma simples resposta às pressões ocidentais, busca moldar um novo equilíbrio de poder multipolar.

Conforme Arrighi (2008) argumenta, a transição entre hegemonias não ocorre de maneira linear, mas envolve realinhamentos geopolíticos e econômicos profundos. A aliança entre a China e a Rússia ilustra este processo, configurando-se como uma resposta estratégica ao declínio percebido da influência estadunidense. Esse movimento não se limita à resistência ao poder ocidental, mas revela uma tentativa sistemática de redefinir as dinâmicas de poder nas regiões asiáticas e em outras áreas de interesse geopolítico. Esse realinhamento de forças, segundo Radin *et al.* (2021), transforma a aliança sino-russa em um elemento catalisador de uma ordem multipolar emergente, não apenas desafiando, mas reconfigurando a própria estrutura da governança global.

Dessa forma, a compreensão dos “ciclos sistêmicos de acumulação” nos permite observar a aliança sino-russa como parte de um movimento mais amplo e estratégico de transição de poder no sistema-mundo, apoiado por decisões econômicas e políticas que subvertem a ordem liberal consolidada. Esse encadeamento entre teoria e contexto atual proporciona um entendimento mais analítico dos processos hegemônicos em andamento e prepara o terreno para uma discussão mais aprofundada sobre a transição hegemônica, que examina como essa aliança redefine as fronteiras da ordem global.

De acordo com Feng (2013), a teoria de transição de poder oferece uma lente analítica precisa para entender as tensões inerentes à ascensão de potências desafiadoras. Feng (2013, p. 170-173, tradução nossa) argumenta que:

A paridade entre o líder incumbente e um desafiador aumenta a probabilidade de guerra, enquanto uma preponderância de poder em favor do incumbente é propícia à paz [...] Entre as nações emergentes (BRICs), a China é discutida como uma potencial candidata à liderança mundial [...] A interdependência econômica e financeira entre os Estados Unidos e a China é atualmente a força motriz em suas relações [...] A colaboração econômica e a interdependência impulsionam as relações entre os dois, mas não são condições suficientes para uma transição pacífica, até que suas relações políticas e de segurança se solidifiquem e suas preferências coalesçam substancialmente.¹

¹ Per power-transition theory, parity between the incumbent leader and a challenger increases the likelihood of war, while a preponderance of power in favor of the incumbent is conducive to peace [...] Among the newly rising nations (BRICs), China is discussed as a potential contender for world leader-

Consequentemente, Feng (2013) oferece um quadro teórico bem estruturado a partir do qual podemos mensurar as condições sob as quais a liderança global pode mudar de mãos, e as complexidades envolvidas na passagem de poder para as nações emergentes. O primeiro quartel do século XXI é caracterizado por uma significativa perda gradativa de influência e liderança dos EUA para as potências emergentes, o que reflete não apenas um deslocamento de poderio político e econômico, mas uma (re)configuração nas estruturas e normas que definem o sistema internacional (Feng, 2013).

Para avançar essa análise, Schweller e Pu (2011) oferecem uma interpretação detalhada das fases de transição hegemônica, que auxiliam na compreensão do papel da aliança sino-russa no contexto de uma ordem global em transformação. Em *After unipolarity: China's vision of international order in an era of U.S. decline*, os autores delineiam cinco fases que compõem o ciclo da hegemonia global, proporcionando um esquema pelo qual a ascensão de uma potência e o declínio de outra podem ser sistematicamente analisados. Como destacam, “[...] na primeira fase, há uma ordem estável em que uma potência hegemônica controla o sistema internacional; na segunda fase, o poder e o papel da potência hegemônica são contestados e desarticulados” (SCHWELLER; PU, 2011, p. 42). Essa estrutura revela como a China e a Rússia, juntas, exploram as vulnerabilidades do atual incumbente, ajustando suas estratégias para moldar uma ordem multipolar em vez de aceitar passivamente a dominação ocidental.

Essas perspectivas, ao serem interligadas, sugerem que a aliança sino-russa é mais do que uma parceria estratégica de conveniência; ela representa uma resposta tática e estruturada à gradual erosão da hegemonia dos EUA. Ao enquadrar a transição hegemônica sob a perspectiva de uma colaboração estratégica em ascensão, tanto Feng (2013) quanto Schweller e Pu (2011) auxiliam na compreensão de como o atual sistema internacional está evoluindo para refletir novas distribuições de poder, em que alianças emergentes contestam ativamente os pilares da ordem global estabelecida.

Na terceira fase do ciclo hegemônico, segundo Schweller e Pu (2011), alianças estratégicas entre potências emergentes surgem como um mecanismo estruturante para contestar a ordem unipolar estabelecida. A aliança sino-russa representa uma ação deliberada e sistematizada, que busca desestabilizar a hegemonia estadunidense ao promover uma estrutura multipolar mais balanceada. Esta parceria é um elemento catalisador de reequilíbrio geopolítico, onde China e Rússia, por meio de colabora-

ship [...] The economic and financial interdependence between the United States and China is currently the driving force in their relations[...] Economic collaboration and interdependence drive the relations between the two, they are not sufficient conditions for a peaceful transition, until their political and security relations are solidified and their preferences coalesce substantively.

ções estratégicas, visam contrapor-se ao domínio militar e econômico norte-americano, delineando, assim, zonas de influência alternativas em esferas cruciais de segurança e economia.

A estrutura proposta por Schweller e Pu (2011) para entender o comportamento estratégico das potências emergentes permite a análise crítica das intenções subjacentes à aliança sino-russa. Essa parceria, ao invés de ser uma resposta circunstancial a eventos específicos, reflete um cálculo estratégico de longo prazo, orientado pela reorganização das redes de segurança e pela cooperação tecnológica e militar. Este enfoque conjunto visa redesenhar a arquitetura de segurança internacional, criando uma plataforma de resistência às normas ocidentais tradicionais. Evidências da colaboração sino-russa em tecnologia militar avançada e projetos energéticos críticos na Eurásia exemplificam como essa aliança altera concretamente a dinâmica de poder vigente e desafia as suposições liberais sobre a ordem mundial.

Desse modo, a aliança sino-russa não é apenas um marco nas relações de poder; é uma reestruturação das normas que fundamentam o sistema internacional. Essa parceria, orientada pela projeção de influência em regiões estratégicas e pelo desmantelamento gradual do poder unipolar, convida a uma reavaliação das tendências em defesa e segurança global. Dessa forma, este estudo, portanto, se posiciona no centro de uma reflexão crítica sobre as transformações emergentes no sistema mundial e sobre como a aliança sino-russa redefine os termos do equilíbrio de poder, estabelecendo uma base teórica e prática para o futuro da ordem internacional.

O fortalecimento da aliança sino-russa no contexto do conflito na Ucrânia exige uma análise fundamentada das principais teorias de alianças internacionais, particularmente a Teoria do Balanceamento de Ameaças de Walt (1987). Segundo Walt, alianças se formam em resposta à percepção de ameaças, em vez de apenas ao poder bruto. Fatores como proximidade geográfica, capacidades ofensivas e intenções percebidas determinam essas alianças (Walt, 1987). No caso sino-russo, a expansão da OTAN é percebida como uma ameaça conjunta, levando a uma cooperação estratégica militar, econômica e política com o objetivo de contrabalançar a influência ocidental.

Esse contexto insere-se na transição hegemônica global, caracterizada por eventos como a crise financeira de 2008, que expôs vulnerabilidades estruturais dos Estados Unidos e consolidou a resiliência da economia chinesa (ARRIGHI, 2007). A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), uma estratégia chinesa de expansão econômica e geopolítica, simboliza essa ascensão da China como uma potência emergente (GRIFFITHS, 2017). Ademais, a resposta eficiente da China à pandemia de covid-19, em contraste com a abordagem fragmentada de países ocidentais, fortale-

ceu a imagem do modelo de governança chinês (BACHULSKA; LEONARD, 2023; GREITENS, 2022).

A Teoria do Balanceamento de Ameaças de Walt também é relevante para entender o cenário ucraniano. Walt argumenta que fornecer armas a Kiev poderia intensificar a tensão, evidenciando que ações estratégicas dos Estados são moldadas pela percepção de ameaças em um contexto complexo de interações (WALT, 2015). Sua análise sugere que a escalada militar não resolve crises subjacentes; pelo contrário, reforça ciclos de hostilidade. Esse entendimento é crucial para compreender como as percepções de insegurança moldam as decisões de política externa, especialmente no que se refere ao apoio militar externo.

No século XXI, a aliança sino-russa aparece como um mecanismo fundamental de resposta a ameaças multilaterais — militares, econômicas e políticas —, fortalecida pela percepção de uma ameaça comum, como a expansão da OTAN. Tal aliança alinha-se com a visão de Modelski (1963) sobre o papel das alianças em transformar a ordem mundial, promovendo um sistema multipolar e mais equilibrado. Neste cenário, a aliança sino-russa representa não apenas uma resposta estratégica a ameaças imediatas, mas um passo significativo em direção a uma nova ordem global que reflete o crescimento dinâmico e comercial da China.

As alianças geopolíticas no século XXI, notavelmente no contexto dos BRICS, ampliam o terreno para análises críticas sob a ótica das teorias de alianças. A guerra na Ucrânia, por exemplo, revela tensões sistêmicas no capitalismo global, expondo fissuras nas dinâmicas de poder e nas relações econômicas que sustentam o sistema-mundo contemporâneo.

Multipolaridade do Século XXI

Acharya (2014), em *The end of American world order*, explora a transição do sistema internacional de uma ordem unipolar, hegemonizada pelos EUA no pós-Guerra Fria, para uma configuração multipolar, na qual diversas potências exercem influência significativa. Essa mudança redefine as alianças internacionais e desafia as normas estabelecidas, promovendo uma crescente complexidade na política mundial. Acharya (2014) argumenta que o período de unilateralismo americano, entre o fim da Guerra Fria (1991) e o início do século XXI, está em declínio, e eventos como a Guerra do Iraque (2003) e a crise financeira de 2008 ilustram as limitações de uma ordem sustentada exclusivamente pelo poderio norte-americano. A ascensão de novos polos de poder, como a China e a Índia, evidencia uma realidade multipolar em formação, cujos desdobramentos são tangíveis em iniciativas como

a criação do BRICS e na expansão do alcance econômico e militar da China na Ásia e na África.

O período unipolar pós-Guerra Fria é caracterizado pelo surgimento dos EUA como a única superpotência global, capaz de intervir unilateralmente em conflitos internacionais, como nas guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003). Sob essa liderança, os EUA promovem uma ordem liberal global alicerçada em instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, que facilitam a difusão de valores liberais e econômicos. Acharya (2014) identifica essa fase como dependente da superioridade militar, econômica e cultural dos EUA, que não apenas consolidaram seu status, mas também legitimaram sua influência no cenário mundial.

Por outro lado, a multipolaridade — segundo Acharya (2014) — sugere uma distribuição mais equitativa do poder global, manifestada pela ascensão de potências regionais e globais a partir dos anos 2000. A China, em particular, emerge como um ator central na economia e na defesa, ao lado do ressurgimento da Rússia e da crescente proeminência de potências regionais como Índia e Brasil. Este movimento é ilustrado por iniciativas estruturais de alcance global, como a Iniciativa do Cinturão e Rota, a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e a cooperação em fóruns multilaterais, como o G20, que buscam promover um equilíbrio de poder menos dependente do Ocidente.

A análise de Acharya (2014) identifica eventos marcantes que cristalizam essa transição da unipolaridade para a multipolaridade. A Guerra do Iraque, por exemplo, expõe os limites do unilateralismo americano e suscita uma resistência crescente à sua hegemonia. A crise financeira de 2008, por sua vez, destaca a vulnerabilidade da economia dos EUA e eleva a China ao papel de ator econômico essencial. A formalização do BRICS em 2009 e a expansão da Iniciativa do Cinturão e Rota em 2013 refletem a consolidação do multipolarismo e seu impacto no sistema internacional. Esses eventos, segundo Acharya (2014), demonstram como a multipolaridade não é apenas uma redistribuição de poder, mas uma reconfiguração das normas e estruturas de governança global.

Acharya (2014) destaca como percepções compartilhadas de ameaças e oportunidades estão reconfigurando as alianças internacionais. Exemplos incluem a cooperação sino-russa em resposta às políticas americanas, e a formação de coalizões econômicas e políticas alternativas ao Ocidente, como o BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai (SCO). Esses agrupamentos refletem uma busca por autonomia estratégica e econômica em um mundo menos centrado nos EUA.

Acharya (2014) ainda argumenta que a governança global precisa evoluir para

refletir a nova distribuição de poder. Instituições como o FMI e o Banco Mundial devem se reformar para incluir maior participação das potências emergentes. A pluralidade de interesses e valores dessas novas potências sugere que a futura ordem mundial será mais inclusiva e diversificada. A Iniciativa do Cinturão e Rota e o AIIB exemplificam novos mecanismos de cooperação e investimento que desafiam as estruturas tradicionais de governança global dominadas pelo Ocidente.

A transição de uma ordem unipolar para uma multipolar é influenciada por eventos e dinâmicas que moldam essa mudança. Wallerstein (1992) explora a evolução do sistema-mundo capitalista após o fim da Guerra Fria, buscando compreender como as estruturas de poder e as dinâmicas socioeconômicas persistem e se reconfiguram nesse novo contexto. Embora a dissolução da União Soviética e o fim da bipolaridade tenham transformado o cenário geopolítico, Wallerstein argumenta que as estruturas fundamentais do sistema-mundo capitalista permanecem inalteradas, moldadas pela acumulação de capital e dominação. Assim, o término da Guerra Fria representa não uma ruptura, mas uma fase dentro da longa duração do sistema, caracterizada pela redistribuição das forças globais.

Para Wallerstein (1992), o período da Guerra Fria proporcionou uma ordem relativamente estável, mantida pela dissuasão mútua entre EUA e URSS. O fim dessa era revelou, no entanto, um declínio gradual na influência global dos EUA, intensificado por desafios econômicos e produtivos internos. Esse declínio é interpretado por Wallerstein como parte de um processo contínuo de reestruturação do sistema-mundo capitalista, em que novas potências, como China e Rússia, assumem papéis significativos na geopolítica global. Wallerstein define a multipolaridade, portanto, não como uma distribuição equitativa de poder, mas como uma nova configuração de hegemonias dentro de uma ordem que mantém a lógica capitalista e as desigualdades estruturais.

Em sua análise, Wallerstein (1992) expressa ceticismo quanto à possibilidade de que essa nova era multipolar traga mais equidade ou paz. Ele sugere que, ao contrário, a competição entre potências pode intensificar rivalidades, refletindo períodos históricos de tensão e culminando em conflitos, como ocorreu no século XIX. Exemplos contemporâneos incluem a ascensão da China, com uma influência econômica e militar crescente; a União Europeia, consolidando-se como um bloco econômico e político; e a reemergência da Rússia. Essas potências representam não uma ruptura, mas uma continuidade das lógicas capitalistas que perpetuam o sistema-mundo. Wallerstein (1992) observa que, mesmo com a expansão da importância de atores não estatais e o surgimento de novas ameaças, como a guerra cibernética, o sistema continua fundamentado na dinâmica de acumulação e dominação.

Por fim, Wallerstein (1992) conclui que o futuro da ordem mundial depende da capacidade das potências emergentes e estabelecidas de moderar suas rivalidades por meio da cooperação e do diálogo multilateral. Ele argumenta que a construção de uma governança global inclusiva e equitativa requer reformas institucionais que desafiem a lógica unipolar e adotem uma abordagem mais diversa. Para Wallerstein (1992), a era multipolar oferece tanto riscos de conflito quanto oportunidades para a construção de uma ordem internacional mais cooperativa, se – e somente se – houver compromisso com a inclusão e a justiça. Esta análise sublinha a complexidade da multipolaridade, que, embora fragmentada, permanece firmemente enraizada nas dinâmicas do capitalismo global.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, as análises de Goertz e Levy (2007) sobre o conceito de «necessary condition counterfactual» oferecem uma visão detalhada da lógica causal aplicada a eventos históricos e políticos. O «necessary condition counterfactual» é definido como um tipo de raciocínio que afirma que, se X não tivesse ocorrido, Y também não teria ocorrido. Tal abordagem contrafactual é fundamental para entender como determinados eventos se configuram como condições necessárias para a ocorrência de outros eventos (Goertz; Levy, 2007).

A importância desse conceito reside em sua capacidade de explorar cenários hipotéticos, ou “mundos possíveis”, onde X e Y não se concretizaram, conforme discutido por Lewis (1973). Essa metodologia permite aos pesquisadores investigar relações causais complexas, reavaliando eventos históricos e suas consequências. Um exemplo paradigmático é a obra de Niall Ferguson sobre a Primeira Guerra Mundial, onde ele argumenta que, se a Grã-Bretanha tivesse permanecido neutra, muitos dos eventos trágicos subsequentes poderiam ter sido evitados. Ferguson propõe que, sem a intervenção britânica, a Alemanha teria respeitado a integridade territorial de países como Bélgica, França e Holanda, e que a Europa poderia ter evitado a Revolução Bolchevique, a Segunda Guerra Mundial e até o Holocausto (Boynton, 1999).

Autores como Paul Schroeder e Raymond Aron (1986) reforçam a ideia de que historiadores, mesmo que nem sempre de forma explícita, utilizam contrafactuais para explicar o que de fato ocorreu ao considerar o que poderia ter acontecido. Essa prática, com variações em sua aplicação, frequentemente assume a forma de contrafactuais necessários, auxiliando na compreensão dos eventos históricos e de suas implicações (Aron, 1986). No contexto contemporâneo, o conflito entre Rússia e

Ucrânia exemplifica a aplicação prática do conceito de crises sistêmicas manifestadas em conflitos regionais.

Esse conflito não se resume a um evento regional isolado; ele constitui um sintoma das tensões estruturais dentro do sistema-mundo capitalista. Esse conflito é revelador de crises sistêmicas mais amplas, nas quais conflitos regionais refletem mudanças globais de poder e tensões econômicas subjacentes. Assim, o método de *necessary condition counterfactual* de Goertz e Levy (2007) proporciona uma ferramenta analítica para eventos históricos e políticos, permitindo a exploração de cenários alternativos e a compreensão das condições necessárias para a ocorrência de eventos significativos. Essa abordagem não só enriquece a compreensão dos eventos passados, mas também oferece insights valiosos sobre as dinâmicas atuais e futuras no cenário internacional, como demonstrado pelo conflito Rússia-Ucrânia.

Em suma, a análise contrafactual necessária contribui significativamente para a teoria e prática das ciências sociais, oferecendo uma perspectiva robusta para a compreensão das complexas interações causais que moldam nosso mundo. A intervenção russa na Ucrânia pode ser vista como uma manifestação das crises de acumulação, em que o capital enfrenta dificuldades em encontrar novas áreas de investimento lucrativo, levando a disputas geopolíticas. A guerra destaca também as crises de legitimação enfrentadas pelas potências ocidentais, particularmente pelos Estados Unidos e União Europeia, cujas influências e capacidades de impor uma ordem global se encontram em reconfiguração.

A aliança sino-russa representa uma resposta estratégica às crises de acumulação e de legitimação enfrentadas pelas potências ocidentais. Essa parceria busca fortalecer as posições econômicas e geopolíticas de China e Rússia em um contexto de crescente multipolaridade. A China, com sua expansão econômica promovida pela Iniciativa Cinturão e Rota, e a Rússia, através de sua assertividade militar e energética, visam construir uma alternativa ao sistema hegemônico ocidental. Tal aliança procura contornar barreiras impostas por sanções e políticas econômicas do Ocidente, buscando novas vias de acumulação de capital e consolidando uma narrativa de legitimação que se contrapõe aos valores ocidentais.

Vários eventos históricos recentes apontam para uma transição sistêmica do ciclo americano ao ciclo chinês. A crise financeira de 2008 foi um ponto de inflexão que expôs as vulnerabilidades do modelo capitalista centrado nos Estados Unidos. Em contrapartida, a China mostrou resiliência e crescimento contínuo, aproveitando-se da crise para expandir sua influência global. A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), lançada pela China, simboliza uma nova era de investimentos e infraestrutura que desafia diretamente a hegemonia econômica ocidental. Além disso, a resposta eficaz

da China à pandemia de covid-19, comparada às respostas fragmentadas dos países ocidentais, reforçou a percepção da eficiência do modelo chinês de governança e sua capacidade de liderança em tempos de crise.

As relações entre centro, semiperiferia e periferia são reconfiguradas pela aliança sino-russa e pelo conflito na Ucrânia. Tradicionalmente, o centro, representado pelas potências ocidentais, controlava a economia global, enquanto a semiperiferia e a periferia dependiam economicamente dessas potências. Com a ascensão da China e com a Rússia tentando reafirmar sua hegemonia no Cáucaso, essa ordem é desafiada; a semiperiferia (incluindo países emergentes) começa a realinhar suas políticas e economias para se beneficiarem das novas dinâmicas de poder, enquanto a periferia encontra novas oportunidades e alianças que podem reduzir sua dependência do Ocidente. Esse realinhamento sugere uma configuração geopolítica em que a influência econômica e política está mais dispersa, menos centralizada no Ocidente. A estratégia de acumulação pacífica da China está redefinindo a ordem mundial e desafiando a hegemonia ocidental de várias formas.

Em vez de adotar um modelo expansionista militar, a China investe massivamente em infraestrutura global, promovendo o desenvolvimento econômico através de projetos como a Iniciativa Cinturão e Rota. Essa abordagem permite à China criar redes de dependência econômica e influência política sem recorrer ao confronto direto. Além disso, a crescente presença da China em instituições internacionais e sua capacidade de oferecer alternativas ao modelo econômico ocidental estão transformando as normas e estruturas da ordem mundial. Essa estratégia fortalece a posição global da China e pressiona o Ocidente a reconsiderar suas abordagens de dominação econômica e política. A análise do sistema-mundo de Wallerstein (1974) fornece a estrutura teórica para entender as crises do sistema capitalista global. Segundo Wallerstein (1974), essas crises não são incidentes isolados, mas momentos disruptivos que reconfiguram as relações de poder globais. A guerra na Ucrânia, interpretada como um esforço estratégico da Rússia para reafirmar sua influência diante da expansão da OTAN, e a ascensão pacífica da China por meio de investimentos em infraestrutura global, exemplificam essas dinâmicas.

A aplicação da metodologia de *process tracing* revelou como a aliança sino-russa e a guerra na Ucrânia contribuem para a reconfiguração da ordem global. Ao identificar eventos históricos e decisões políticas chave que levaram às crises atuais, evidencia-se como a cooperação sino-russa molda a governança global e desafia as normas ocidentais. A análise demonstrou como a expansão da OTAN e a resposta russa estão enraizadas em estruturas históricas do sistema interestatal, e como a parceria entre China e Rússia contrabalança a influência dos EUA e seus aliados.

Além disso, a teoria das transições hegemônicas e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) de Arrighi oferecem uma análise incisiva de como a ascensão da China representa uma nova fase de competição e reconfiguração geopolítica. A fase financeira da análise de Arrighi (1993) sugere que a saturação dos mercados e a intensificação da concorrência resultam em crises de acumulação, enquanto a fase material caracteriza-se pela expansão das capacidades produtivas e de infraestrutura.

A multipolaridade do século XXI, conforme discutido por Acharya (2014), propõe uma distribuição mais equitativa do poder global entre várias potências. A ascensão da China e a reemergência da Rússia indicam uma transição de uma ordem unipolar para uma multipolar, sinalizando o declínio da hegemonia americana. Embora a transição multipolar possua potencial para rivalidades intensas, ela também apresenta oportunidades para uma governança mais inclusiva e equilibrada.

As crises sistêmicas atuais e suas implicações para a transição hegemônica no sistema internacional refletem transformações profundas no sistema-mundo capitalista, expondo a evolução da dinâmica de poder global. O futuro do sistema internacional dependerá da habilidade das potências emergentes e estabelecidas em gerenciar suas rivalidades por meio de cooperação e diálogo multilateral. A era multipolar apresenta desafios significativos, mas também oportunidades para uma ordem mundial mais equitativa e colaborativa.

Durante a pesquisa, foram testadas hipóteses alternativas e realizados testes de causalidade para refutá-las ou corroborá-las, assegurando o máximo suporte evidencial para a hipótese principal. A análise revelou que a aliança sino-russa exerce um impacto significativo na reconfiguração das dinâmicas globais. Iniciativas como a Iniciativa Cinturão e Rota e ações militares russas na Ucrânia indicam mudanças estruturais que desafiam a ordem ocidental. A transição para uma ordem multipolar, impulsionada pela ascensão da China e sua aliança com a Rússia, evidencia o declínio do ciclo de acumulação centrado nos EUA e o surgimento do ciclo chinês. Essa transição enfatiza a clareza na inferência causal, permitindo uma análise rigorosa e substancial das dinâmicas de poder global.

Portanto, a aliança sino-russa, como resposta estratégica às crises de acumulação e legitimação enfrentadas pelo Ocidente, revela-se fundamental na construção de uma nova ordem mundial, marcando uma era de crescente multipolaridade e desafios à hegemonia ocidental. Em suma, a guerra na Ucrânia, a aliança sino-russa e a ascensão da China enquanto liderança global, interligam-se em um processo complexo de transição hegemônica e reconfiguração das relações internacionais. Esses desenvolvimentos sublinham as crises sistêmicas do capitalismo contemporâneo e indicam um movimento significativo em direção a uma ordem mundial multipolar.

Referências

- ACHARYA, Amitav. *The End of American World Order*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie de l'histoire: essai sur les limites de l'objectivité historique*. Paris: Gallimard, 1938. (2ª ed.: Paris: Gallimard, 1986).
- ARON, Raymond. *Les guerres en chaîne*. Paris: Gallimard, 1951.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century: Money, power, and the origins of our times*. London: Verso, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni. The three hegemonies of historical capitalism. *Review (Fernand Braudel Center)*, Binghamton: Research Foundation of SUNY, v. 13, n. 3, p. 365-408, Summer 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40241160>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- BACHULSKA, Alicja; LEONARD, Mark. *China and Ukraine: The Chinese debate about Russia's war and its meaning for the world*. European Council on Foreign Relations (ECFR), London, n. 501, p. 2-13, 11 Jul. 2023. Local de publicação: 4th floor, Tennyson House, 159-165 Great Portland Street, London W1W 5PA, United Kingdom. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep52064#:~:text=,publications%20available%20in%20open%20access>. Acesso em: 06 out. 2023.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. *Process-tracing methods: Foundations and guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (Eds.). *Process tracing: From metaphor to analytic tool*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BOYNTON, Robert S. Thinking the unthinkable: a young historian proposes that the Great War was England's fault. *The New Yorker*, New York, p. 43-50, 12 abr. 1999.
- FENG, Yi. *Politics and economics in international relations: China's rise and global order*. Beijing: China Social Sciences Press, 2013.
- FERGUSON, Niall. *Virtual history: Alternatives and counterfactuals*. London: Picador, 1997.
- GOERTZ, Gary; LEVY, Jack S. (Eds.). *Explaining war and peace: Case studies and necessary condition counterfactuals*. New York: Routledge, 2007.
- GREITENS, Sheena Chestnut. China's Response to War in Ukraine. *Asian Survey*, [S.L.], v. 62, n. 5-6, p. 751-781, set. 2022. University of California Press. <http://dx.doi.org/10.1525/as.2022.1807273>.
- GRIFFITHS, Richard T. Revitalising the Silk Road: China's Belt and Road Initiative. Leiden: Institute for History – Leiden University, 2017.
- LEBOW, Richard Ned. Contingency, catalysts, and international system change. *Political Science Quarterly*, v. 115, n.4, p. 591-616, 2001.
- LEVY, Jack S. The role of necessary conditions in the outbreak of World War I. In: GOERTZ, Gary; LEVY, Jack S. (orgs.). *Explaining War and Peace: Case Studies and Necessary Condition Counterfactuals*. LEWIS, David K. *Counterfactuals*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973.
- MEARSHEIMER, John J. Can China Rise Peacefully? *The National Interest*, 25 out. 2014. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/can-china-rise-peacefully-10204>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- MODELSKI, George. The study of alliances: a review. *The Journal Of Conflict Resolution*, Vol. 7, No. 4 (Dec., 1963), pp. 769-776, 1963. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/173124>. Acesso em: 07 jun. 2025.
- OELL, John S. Case study methods in international political economy. *International Studies Perspectives*, v. 2, n. 2, p. 161-176, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44218157>. Acesso em: 07 jun. 2025.
- PERROW, Charles. *Normal accidents: Living with high-risk technologies*. New York: Basic Books, 1984.
- RADIN, Andrew et al. *China-Russia cooperation: Determining factors, future trajectories, implications*

for the United States. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2021. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3067.html. Acesso em: 15 abr. 2024.

SAICH, Anthony *et al.* *Lessons from a year of war in Ukraine*. Cambridge: Harvard Kennedy School, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/faculty-research/policy-topics/international-relations-security/lessons-year-war-ukraine>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SCHROEDER, Paul W. Necessary conditions and World War I as an unavoidable war. In: GOERTZ, Gary; LEVY, Jack S. (orgs.). *Explaining War and Peace: Case Studies and Necessary Condition Counterfactuals*. London: Routledge, 2007. p. 94-118.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After unipolarity: China's visions of international order in an era of U.S. decline. *International Security*, v. 36, n. 1, p. 41-72, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41289688>. Acesso em: 20 fev. 2024.

THOMPSON, William R. Identifying rivals and rivalries in world politics. *International Studies Quarterly*, v. 45, n.4, p. 557-586, 2001.

THOMPSON, William R. Explaining rivalries. In: GOERTZ, Gary; LEVY, Jack S. (orgs.). *Explaining War and Peace: Case Studies and Necessary Condition Counterfactuals*. London: Routledge, 2007. p. 69-84.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. The World-System After the Cold War. *Journal of Peace Research*, 30(1), 1-6. 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/424718>. Acesso em: 13 de jan. de 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. The West, Capitalism, and the Modern World-System. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 15, n. 4, p. 561-619, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WALT, Stephen M. Why arming Kiev is a really, really bad idea. *Foreign Policy*, 09 fev. 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/02/09/how-not-to-save-ukraine-arming-kiev-is-a-bad-idea/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

WALT, Stephen M. *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

ZHAO, Huasheng. Explaining China's reaction to the Russia-Ukraine crisis. *China International Strategy Review*, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 24-46, 12 maio 2023. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s42533-023-00129-2>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ZHAO, Huasheng. Understanding China's Policy in the Russia-Ukraine War and Implications for China-US Relations. *The Diplomat*. Washington, Dc, p. 1-10. 12 nov. 2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/11/understanding-chinas-policy-in-the-russia-ukraine-war-and-implications-for-china-us-relations/>. Acesso em: 21 nov. 2023

O conflito entre EUA e China: Uma análise das contradições que aceleram o movimento autodestrutivo do capital

Larissa Bulhões* Gabriel Paliari Zanoni**

Resumo: À luz dos pressupostos marxianos e da teoria de Giovanni Arrighi, analisa-se o conflito entre a hegemonia dos EUA e a superpotência industrial chinesa. Com base em dados referentes ao avanço do setor produtivo chinês, recupera-se o percurso histórico da nação asiática nas últimas décadas, em contraste com a financeirização da economia estadunidense. Argumenta-se que a capacidade do Estado chinês de coordenar o avanço das cadeias produtivas de maneira racional, priorizando o bem-estar da classe trabalhadora, a cooperação Sul-Sul e a mitigação dos impactos ambientais, impulsiona a tendência do capital em negar seus pressupostos.

Palavras-chave: Socialismo chinês. BRICS. Imperialismo. Planejamento estatal.

Abstract: In light of Marxist assumptions and Giovanni Arrighi's theory, this article analyzes the conflict between US hegemony and the Chinese industrial superpower. Based on data regarding the advancement of the Chinese productive sector, the historical trajectory of the Asian nation in recent decades is reviewed in contrast with the financialization of the US economy. It is argued that the Chinese state's ability to coordinate the advancement of production chains in a rational manner, prioritizing the well-being of the working class, South-South cooperation, and the mitigation of environmental impacts, drives the tendency of capital to deny its assumptions.

Keywords: Chinese socialism. BRICS. Imperialism. State planning.

Resumen: A la luz de los supuestos marxistas y la teoría de Giovanni Arrighi, se analiza el conflicto entre la hegemonía estadounidense y la superpotencia industrial china. A partir de datos relativos al avance del sector productivo chino, se recupera la trayectoria histórica de la nación asiática en las últimas décadas, en contraste con la financiarización de la economía estadounidense. Se argumenta que la capacidad del Estado chino para coordinar el avance de las cadenas productivas de manera racional, priorizando el bienestar de la clase trabajadora, la cooperación Sur-Sur y la mitigación de los impactos ambientales, impulsa la tendencia del capital a negar sus supuestos.

Palabras clave: Socialismo chino. BRICS. Imperialismo. Planificación estatal.

* Doutora em Educação Escolar. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8840545194207218> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8388-0036> E-mail: larissa.bulhoes@ufla.br.

** Mestrando do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Automação (PPGESISA - UFLA). Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: Gabriel.paliari@gmail.com

Introdução

No artigo em tela, buscamos contribuir com a análise do cenário geopolítico global à luz dos pressupostos marxianos, com enfoque no conflito entre a hegemonia financeirizada dos EUA e a superpotência industrial chinesa. Apoiamo-nos, também, na posição defendida por Giovanni Arrighi na obra *Adam Smith in Beijing* (2008), segundo a qual a ascensão da China representa a reconfiguração da ordem mundial e o fortalecimento do Sul Global, liderando um bloco contra-hegemônico que desafia o poder dos EUA e dos seus aliados.

O artigo parte da tese de Arrighi (2008) de que a rejeição do marxismo ocidental ao socialismo com características chinesas baseia-se em uma concepção equivocada, a qual, ao condicionar o socialismo à inexistência de uma economia de mercado, ignora a crítica marxiana à naturalização das categorias econômicas burguesas. Por meio de uma síntese do panorama histórico e econômico do país asiático nas últimas décadas, explicita-se que as reformas lideradas por Deng Xiaoping estabeleceram as bases para um modelo alternativo ao capitalismo ocidental, combinando políticas econômicas que restringem o desenvolvimento do capital privado com o controle estatal sobre os setores estratégicos da cadeia produtiva.

À luz dos pressupostos marxianos que evidenciam a irracionalidade do modo de produção capitalista, especialmente sua incapacidade estrutural de organizar de forma consciente e coordenada o processo social de produção, argumenta-se que o sucesso da modernização industrial chinesa só foi possível mediante a superação das limitações impostas pela lógica da acumulação de valor imediata que rege o modo de produção burguês. Ao subordinar o capital privado ao gerenciamento racional e consciente da produção em escala social, a China alcançou níveis inéditos de crescimento, industrialização e avanço tecnológico ao mesmo tempo em que erradicou a pobreza extrema, elevou os padrões de vida da classe trabalhadora e tem liderado o campo de inovações voltadas à redução dos impactos ambientais, contrapondo-se radicalmente aos fundamentos imediatistas e excludentes do capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, a ascensão da potência asiática como líder global em ciência e tecnologia é analisada sob a premissa marxiana de que o desenvolvimento das forças produtivas do capital desafia um dos principais pilares do modo de produção capitalista, qual seja, a acumulação do valor por meio da exploração da força de trabalho. Discute-se, por conseguinte, o avanço tecnológico e científico protagonizado pelo socialismo com características chinesas como elemento impulsionador do movimento autodestrutivo do capital, revelado por Marx (2017a, 2017b).

Esse argumento é fortalecido na segunda parte do texto. Nela, advoga-se que a

crise do imperialismo norte-americano, que ancorou sua hegemonia no regime de acumulação financierizado, obedece à tendência do capital de dismantelar as bases que o sustentam ao se autonomizar do processo real de produção do valor (MARX, 2017b). Em contraste, a China resistiu às premissas neoliberais e investiu no planejamento racional da produção da riqueza, atraindo para seu território as forças produtivas do capital ocidental, para, posteriormente, superá-las. Nesse processo, o gigante asiático, detentor da produção real do valor, tornou o Norte Global financierizado cada vez mais dependente de sua cadeia produtiva otimizada e da importação de suas mercadorias.

Ademais, evidencia-se que, desde sua ascensão como potência global, a política externa da China se diferencia radicalmente das estratégias imperialistas ocidentais, pois está fundamentada nos princípios de cooperação, desenvolvimento mútuo e respeito à soberania dos países parceiros, especialmente no Sul Global. Portanto, argumenta-se que a potência asiática tem acentuado as contradições do capital ao expandir sua influência global por meio de alternativas concretas à lógica exploratória do sistema financeiro internacional dominado pelos EUA, conformando um bloco anti-hegemônico que desafia a ordem mundial unipolar.

Por fim, o texto analisa as guerras comerciais instituídas no âmbito do conflito sino-estadunidense. Argumenta-se que as políticas protecionistas dos Estados Unidos contra a China refletem a reação desesperada de um império em declínio que ainda não compreendeu as forças que ameaçam sua hegemonia. Assim, as sanções econômicas impostas pelos EUA para enfrentar os efeitos da desindustrialização e conter a liderança da nação asiática têm resultado na progressiva autossuficiência das cadeias produtivas chinesas. Neste contexto, a guerra tarifária perpetrada pelos EUA tem acelerado o movimento de desdolarização protagonizado pelo bloco econômico BRICS, desafiando o domínio do império norte-americano na esfera financeira.

Demonstra-se, então, que o conflito sino-estadunidense ultrapassa a disputa por hegemonia, conformando um embate estrutural entre o capitalismo rentista dos EUA e o socialismo de características chinesas, com potencial de redefinir os fundamentos da ordem socioeconômica global. Conclui-se que a capacidade da organização social chinesa de integrar avanços científicos ao processo produtivo de maneira racional e coordenada, priorizando o bem-estar da classe trabalhadora, a cooperação Sul-Sul e a mitigação dos impactos ambientais, impulsiona a tendência do capital em negar seus pressupostos, explicitando a atualidade do pensamento marxiano.

A rejeição do marxismo ocidental ao socialismo de mercado

“O dinheiro substituiu o marxismo como deus da China”¹. Arrighi (2008, p. 27, tradução nossa) cita essa frase de uma reportagem escrita por Elisabeth Wright no *The Times* para ilustrar como as reformas de Deng Xiaoping, oficialmente voltadas para a criação de uma economia de mercado socialista, foram alvo de severas críticas, principalmente quando a China ascendeu como liderança econômica no início do século XXI, reacendendo as ideias sobre uma “nova era asiática” que antes haviam sido descartadas.

As oposições ao rápido crescimento econômico chinês, advindas tanto do âmbito doméstico quanto do âmbito internacional, argumentavam que a China estava destruindo as conquistas do socialismo ao criar profundas desigualdades, corrupção e degradação ambiental. De acordo com o autor (ARRIGHI, 2008, p. 27, tradução nossa), “[...] marxistas ocidentais rapidamente aproveitaram denúncias desse tipo para descartar a ideia de que qualquer tipo de socialismo, de mercado ou outro, ainda existisse na China”². Uma vez que esse posicionamento se sustentou no suposto paradoxo entre socialismo e economia de mercado, Arrighi (2008, p. 29, tradução nossa) assevera que “[...] a confusão que cerca as reformas de Deng é sintomática de concepções equivocadas generalizadas sobre a relação entre economia de mercado, capitalismo e desenvolvimento econômico”³.

Apesar dos esforços de Arrighi e de outros teóricos dedicados a superar os equívocos teórico-práticos que atravancam a luta anticapitalista no Ocidente (LOSURDO, 2018), ainda hoje, parte significativa da esquerda ocidental interpreta a abertura econômica como prova derradeira do fim do socialismo chinês. Assim, observa-se que até mesmo as organizações de tradição marxista estão suscetíveis ao poder da ideologia burguesa de naturalizar e fetichizar as formas sociais historicamente determinadas pelo modo de produção capitalista. Para desmistificá-la, é necessário retomarmos os fundamentos teórico-metodológicos que respaldam a crítica marxiana à ordem social burguesa.

A concepção da economia de mercado como expressão inequívoca do capitalismo desconsidera uma das principais críticas de Marx (2011) à Economia Clássica, qual seja, a eternização das categorias econômicas inerentes ao modo de produção capitalista. Portanto, a análise marxiana advoga que as formas sociais burguesas devem

1 No original: “Money has replaced Marxism as China’s god”.

2 No original: “Western Marxists eagerly seized upon indictments of this kind to dismiss the idea that any kind of socialism, market or otherwise, still existed in China”.

3 No original: “The confusion that surrounds Deng’s reforms is symptomatic of widespread misconceptions about the relationship between market economy, capitalism, and economic development”.

ser contextualizadas pelas determinações históricas que as constituem. Por exemplo, ainda que a categoria trabalho tenha existido em outros modos de produção, a forma social do trabalho assalariado é determinada pelas especificidades das relações sociais de produção burguesa. O mesmo raciocínio vale para a forma social da terra como propriedade privada e para a forma social dos meios de produção como capital, uma vez que são inerentes à sociabilidade capitalista e não se enquadram em muitas das diversas formas históricas de produção da vida material (MARX, 2017b).

Dessa maneira, não é possível definir o capitalismo por meio da atomização das suas formas sociais. A ordem social burguesa é delimitada pelas premissas que regem a totalidade das relações sociais de produção, fundadas na apropriação privada dos meios de produção, cuja finalidade é a acumulação de valor por meio da usurpação do trabalho não pago. O próprio Deng Xiaoping, líder da estratégia de reforma e abertura, faz essa ressalva:

[...] desenvolver uma economia de mercado não significa praticar o capitalismo. Ao mesmo tempo que mantemos uma economia planificada como o esteio do nosso sistema econômico, estamos também a introduzir uma economia de mercado. Mas é uma economia de mercado socialista. [...] A economia de mercado socialista regula principalmente as inter-relações entre empresas estatais, entre empresas de propriedade coletiva e mesmo entre empresas capitalistas estrangeiras. Mas, em última análise, tudo isto é feito sob o socialismo, numa sociedade socialista. [...] A economia de mercado estava em seus estágios embrionários já na sociedade feudal. Certamente podemos desenvolvê-la sob o socialismo. (XIAOPING, 1979).

Nesse sentido, importa-nos demonstrar que, por trás da equivalência aparente, as estratégias que promoveram a rápida ascensão da China à superpotência industrial divergem radicalmente dos fundamentos que sustentam o capitalismo contemporâneo. Para tanto, na próxima seção, resgataremos os principais marcos históricos da consolidação do programa das Quatro Modernizações.

O socialismo chinês e a construção de um modo de produção alternativo

Arrighi (2008) observa que, embora a China tenha adotado reformas que abriram sua economia, ela nunca abandonou princípios centrais do socialismo, como o controle estatal de setores estratégicos e a prioridade do bem-estar social. A seguir, apresentaremos as bases da argumentação do autor, juntamente com estudos contemporâneos sobre o tema que corroboram sua análise.

Em 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, o Partido Comunista Chinês (PCCh) deu continuidade às importantes conquistas da era de Mao Tse Tung (MILARÉ; DIE-

GUES, 2012) que consolidaram as bases econômicas, institucionais e teóricas para o rápido avanço da China nas últimas décadas. De acordo com Arrighi (2008), as reformas econômicas chinesas mantiveram o controle estatal sobre os principais setores da economia e, diferentemente do modelo ocidental neoliberal, subordinaram o capital privado ao poder político do Estado. Nas palavras do autor:

A China é talvez o melhor exemplo de um país que ouviu conselhos estrangeiros, mas tomou decisões à luz de suas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas... seja qual for a base para o sucesso da China, certamente não foi a adoção cega das políticas do Consenso de Washington. A reforma com ‘características chinesas’ foi a característica definidora do processo de reforma da China⁴. (AGARWALA *apud* ARRIGHI, 2008, p. 365, tradução nossa).

A estratégia de desenvolvimento adotada pela China, sob a liderança de Deng Xiaoping, pautou-se na constatação de que o avanço industrial, essencial para a transição ao socialismo, dependia da incorporação das forças produtivas capitalistas mais avançadas sem sucumbir ao domínio do capital financeiro (HUDSON, 2022). Ao invés de seguir o caminho das economias de enclave, o país investiu massivamente em infraestrutura e tecnologia industrial, aproveitando as inovações do modo de produção capitalista para fortalecer a construção do socialismo. Essa abordagem estratégica ajudou a China a alavancar sua industrialização dentro das prerrogativas estatais, em contraste com o modelo de acumulação financeira do capitalismo contemporâneo.

Na primeira década de modernização, nos anos de 1980, quando a maior parte da população chinesa era rural, o PCCh focou na reforma estrutural do campo. Arrighi (2008) aponta que a China conseguiu evitar a desestruturação de suas áreas rurais ao descentralizar a gestão e apoiar a agricultura familiar, enquanto subsidiava a industrialização do campo. Nas palavras do autor:

A principal reforma foi a introdução do Sistema de Responsabilidade Familiar entre 1978 e 1983, que devolveu às famílias rurais o poder de decisão e o controle sobre os excedentes agrícolas, anteriormente centralizados nas comunas. [...] Como resultado, a produtividade agrícola e os retornos das atividades agrícolas aumentaram dramaticamente, reforçando a tendência inicial de que as empresas das comunas e brigadas passassem a produzir bens não-agrícolas⁵.

4 No original: “China is perhaps the best example of a country that has listened to foreign advice but has made decisions in the light of its own social, political, and economic circumstances.... whatever else may be the basis for China’s success, it was definitely not a blind adoption of the policies of the Washington [Consensus]. Reform with ‘Chinese characteristics’ was the defining feature of China’s reform process”.

5 No original: “The key reform was the introduction in 1978–83 of the Household Responsibility System, which returned decision-making and control over agricultural surpluses from communes to rural households. In addition, in 1979 and again in 1983 agricultural procurement prices were increased substantially. As a result, farm productivity and returns to farm activity increased dramatically,

Ainda segundo o autor, o sucesso das reformas de Deng deveu-se à estratégia de atrair capital estrangeiro sem comprometer a soberania nacional. Durante as décadas de 1980 e 1990, no contexto da retração produtiva resultante do regime de acumulação financeirizado, as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram criadas pela República Popular da China (RPC) no intuito de atrair o capital produtivo ocidental. Com efeito, empresas dos países do G7 migraram para o país asiático. Contudo, o PCCh impôs condições contratuais rigorosas a essas multinacionais, como a exigência de *joint ventures* e a transferência das capacidades tecnológicas, o que foi crucial para o fortalecimento da base produtiva nacional (ARRIGHI, 2008; NOGUEIRA, 2021).

Além disso, ao instituir a propriedade estatal como o eixo principal do desenvolvimento econômico, o Estado manteve o domínio sobre áreas estratégicas da cadeia produtiva, tais como os setores financeiro, de transportes, de energia, de infraestrutura e de indústria de base, garantindo o controle sobre o planejamento econômico e social e obstaculizando o avanço da lógica do capital sobre as relações sociais de produção (NOGUEIRA, 2021).

Na década de 2000, o Estado chinês manteve-se como o principal motor do crescimento econômico, investindo pesadamente em infraestrutura e conectividade regional. Além disso, a entrada da nação asiática na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 solidificou seu papel central nas cadeias globais de produção, reforçando sua posição estratégica na economia mundial.

Conforme Arrighi (2008), essa alocação massiva de recursos, combinada com políticas de urbanização planejada, impulsionou significativamente o padrão de vida da classe trabalhadora chinesa. Nesse sentido, é fundamental ressaltar que a herança revolucionária da China foi responsável pela maior redução de pobreza da história. De acordo com os dados do relatório do Banco Mundial (2022), entre 1981 e 2017, a China retirou mais de 800 milhões de pessoas da linha da pobreza, representando três quartos da redução global da pobreza nesse período.

Por conseguinte, Arrighi (2008) destaca que, ao contrário da visão amplamente difundida, o principal atrativo da China para o capital estrangeiro não se resume à reserva abundante de mão de obra barata. O diferencial chinês reside, sobretudo, na “alta qualidade dessas reservas - em termos de saúde, educação e capacidade de autogestão -, combinada com a rápida expansão das condições de oferta e demanda

para a mobilização produtiva desses recursos dentro da própria China”⁶ (ARRIGHI, 2008, p. 361, tradução nossa).

Após alcançar o patamar de desenvolvimento das indústrias ocidentais em diversas áreas ao longo da primeira década do século XXI, a China voltou-se para o desenvolvimento de novas tecnologias e para sua projeção no cenário internacional. A partir de então, a RPC iniciou uma nova fase, focada na inovação tecnológica, com destaque para o programa *Made in China 2025*. Lançado em 2015, o programa tem como meta principal garantir que 70% dos componentes críticos sejam produzidos internamente, aumentando a autossuficiência da indústria doméstica (MARCATO, 2022).

O aspecto mais marcante dessa nova etapa é a presença massiva de empresas estatais em áreas de vanguarda tecnológica, nas quais os riscos e incertezas afugentam a iniciativa privada. O planejamento e suporte estratégico do setor público foi decisivo para que o país se tornasse líder em diversas áreas, como trens de alta velocidade, redes 5G, energias renováveis, carros elétricos entre outras (NOGUEIRA, 2021). Os resultados foram percebidos rapidamente. Por volta do ano de 2017, a RPC se tornou a maior potência global se considerarmos o PIB (Produto Interno Bruto) em paridade do poder de compra (FMI, 2024). Segundo Jabbour e Gabriele (2021, p. 239), o *Made in China 2025* marca a planificação de uma economia centrada na autossuficiência do complexo industrial, ao invés de valer-se do mercado como meio para a apropriação privada do mais-valor.

Em suma, o programa das Quatro Modernizações estabeleceu as condições materiais necessárias para que a China desafiasse o modo de produção capitalista. O cenário atual confirma a assertiva de Arrighi (2008) de que o sucesso desse projeto teve como alicerce a capacidade do Estado chinês de subordinar o capital ao planejamento estatal estratégico voltado para a qualidade de vida da população e para a soberania nacional.

A superioridade do gerenciamento racional da produção na China

Nesta seção analisaremos as especificidades da modernização da indústria nacional chinesa, destacando a superioridade do planejamento estatal em comparação com a irracionalidade que rege o modo de produção capitalista. Nosso intuito é mostrar que a regulação consciente da produção alcançada pelo socialismo com características

⁶ No original: “[...] high quality of those reserves—in terms of health, education, and capacity for self-management—in combination with the rapid expansion of the supply and demand conditions for the productive mobilization of these reserves within China itself”.

chinesas só foi possível pela superação das limitações próprias ao capital privado, cuja premissa de valorização do valor a curto prazo é incompatível com a coordenação estratégica que construiu o atual ritmo e escala de desenvolvimento das forças produtivas na nação asiática.

A análise marxiana da divisão do trabalho na sociedade capitalista demonstra a contradição entre o ordenamento rigoroso e autoritário da esfera privada da produção, e o “jogo do acaso e do arbítrio” (MARX, 2017a, p. 429) que determina o fluxo de trabalho e a distribuição de recursos entre setores produtivos. Nas palavras do autor:

A divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem meras engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores autônomos de mercadorias, que não reconhecem outra autoridade senão a da concorrência, da coerção que sobre eles é exercida pela pressão de seus interesses recíprocos. assim como, no reino animal, o *bellum omnium contra omnes* [guerra de todos contra todos] preserva em maior ou menor grau as condições de existência de todas as espécies. (MARX, 2017a, p. 430, grifos do autor).

Na sequência, Marx ironiza o fato de que a burguesia celebra a subordinação dos trabalhadores e das trabalhadoras aos preceitos da máxima produtividade impostos pelo capital dentro das fábricas, ao passo que denuncia qualquer tentativa de regulação do processo social de produção “[...] como um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, liberdade e à ‘genialidade’ autodeterminante do capitalista individual” (MARX, 2017a, P. 497). Portanto, a teoria marxiana considera inviável a organização consciente e racional do processo social de produção no capitalismo, pois qualquer planejamento de ordem coletiva ameaça a prerrogativa burguesa de apropriar-se da riqueza socialmente produzida. Esses limites estruturais da ordem social capitalista geram crises de superprodução, desemprego e desigualdade, uma vez que os diferentes setores produtivos se ajustam apenas posteriormente, com grande desperdício de recursos e à custa da precarização das condições de vida da classe trabalhadora (MARX, 2017a).

Já o socialismo com características chinesas se destaca por uma singularidade que nenhum dos países submetidos ao receituário neoliberal pode oferecer, qual seja, o gerenciamento racional e consciente da produção em escala social. Ao superar as barreiras impostas pela lógica capitalista de valorização do valor, que restringe os investimentos e os avanços produtivos aos limites da acumulação imediata, o socialismo chinês tem realizado o vasto potencial das forças produtivas do trabalho. Ao longo das últimas quatro décadas, o planejamento estatal com metas a longo prazo possibilitou o crescimento robusto do ecossistema produtivo chinês, consolidando a

nação chinesa como superpotência industrial.

A ênfase no desenvolvimento da infraestrutura ilustra como o modelo chinês é capaz de articular a organização racional da produção, superando as inconsistências do capitalismo. O PCCh tem liderado massivos projetos de infraestrutura em escala monumental – incluindo rodovias, ferrovias de alta velocidade, portos, aeroportos, além de redes de energia e telecomunicações – os quais refletem a capacidade de mobilização de recursos para além da ânsia pelo retorno econômico a curtíssimo prazo, e contrastam com a decadência da infraestrutura observada nos países capitalistas (BOCCHINI, 2023). Para se ter uma dimensão quantitativa, atualmente a China possui a maior rede de trens de alta velocidade do mundo. Em 2021, os aproximadamente 41000 km de trilhos em solo chinês representavam cerca de 65% da malha global desta categoria (XU ET AL., 2022). Recentemente, a nação asiática desenvolveu trens que utilizam uma nova tecnologia de levitação magnética, o que permite que cheguem a impressionantes 1000 km/h (CHINA'S [...], 2024). Como afirmam Jabbour e Gabriele (2021, p. 239), a rápida implantação das ferrovias de alta velocidade na China explicita a conformação de uma economia voltada “para o exercício de alocação de recursos para grandes projetos”. Vejamos como isso impacta a eficiência produtiva à luz da teoria marxiana.

Na análise dos custos da circulação, Marx (2014, p. 229) afirma que, pelo fato de a mercadoria precisar, em grande parte das vezes, ser deslocada espacialmente para chegar ao seu consumidor final, “[...] o capital produtivo investido nessa indústria [do transporte] adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte”. Por meio do investimento massivo em infraestrutura, logística e centros industriais integrados, o Estado chinês consegue minimizar os custos de transporte, o que aumenta a eficiência produtiva e reduz o preço final dos produtos, confirmando a assertiva marxiana de que “[...] a grandeza absoluta de valor que o transporte adiciona às mercadorias se encontra, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, em proporção inversa à força produtiva da indústria do transporte e em proporção direta às distâncias a serem percorridas” (MARX, 2014, p. 230). Essa é uma das razões pelas quais os países capitalistas não conseguem competir com os produtos chineses no mercado global. Além disso, fica evidente o motivo de as indústrias ocidentais manterem suas forças produtivas na nação asiática.

Vale examinarmos o caráter fundamental do domínio do Estado chinês sobre a indústria de base para a progressiva superação dos limites estruturais impostos pela ordem do capital. Bown (2019) toma como exemplo o controle estatal da produção

primária do alumínio⁷ para demonstrar que a entrada da China na OMC não significou sua plena abertura econômica ao mercado. Isso porque, ao invés de subjugar a produção dessa matéria-prima às demandas dos países do Norte Global e aderir ao modelo de enclave exportador, a RPC coordenou a produção de alumínio de maneira a impulsionar setores produtivos de ponta no âmbito doméstico (BOWN, 2019).

Ao taxar as exportações de alumínio primário e fornecer reembolsos seletivos de impostos para produtos de alumínio refinado e semielaborado (BOWN, 2019), o PCCh reduziu os custos de produção para a indústria nacional e proporcionou vantagens competitivas para produtos de maior valor agregado. Esse suporte das políticas estatais chinesas tem sido fundamental para que suas indústrias possam sustentar a produção mesmo diante da desaceleração no mercado, como ocorreu com o setor de alumínio durante períodos de baixa no preço global. Bown (2019, p. 124-125, tradução nossa) corrobora essa análise ao afirmar que a expansão da produção chinesa de alumínio “[...] ocorreu ao longo de um extenso período durante o qual se esperaria que os sinais de preços empurrassem a sua produção na direção *oposta* [...] isso sugere que a produção chinesa estava respondendo ao apoio do governo, não aos sinais de mercado”⁸.

A predominância de empresas estatais na indústria de base possibilita a coordenação eficiente de toda a esfera produtiva. Desta maneira, o planejamento estatal chinês coordena o processo social de produção de modo a atender às demandas do mercado interno progressivamente, desde as cadeias produtivas mais simples às mais complexas, reduzindo a necessidade de importações e buscando garantir a autossuficiência do complexo industrial nacional, meta explícita do Made in China 2025. Isso explica o fato de que, ainda que fosse responsável por mais de 50% da produção global do alumínio primário em 2016, a China exportou apenas 2%, enquanto “[...] produtos de alumínio refinado e semielaborado estavam isentos de impostos de exportação e recebiam reembolsos consideráveis de IVA, incentivando sua produção e exportação”⁹ (BOWN, 2019, p. 125). Na sequência, o autor afirma que o preço acessível do alumínio primário subsidiou implicitamente os produtos de alumínio semielaborados.

Ao gerenciar a produção e a alocação de recursos, a RPC garante que empresas estatais e privadas atuem de forma coordenada e se beneficiem de preços baixos

7 O alumínio é uma matéria-prima indispensável no desenvolvimento de diversos setores industriais. Além disso, é um material estratégico verde devido à alta eficiência na reciclagem do metal (FENG-QIN ET AL., 2022) e foi um dos alvos das sanções dos EUA (USA, 2024).

8 No original: “China’s expansion took place during an extended period in which price signals would have been expected to push its production in the opposite direction [...] this suggests that Chinese production was responding to government support and not market signals”.

9 No original: “[...] downstream and refined aluminum products faced no export taxes and were offered considerable VAT rebates, thereby incentivizing both their production and export”.

e estáveis e de uma oferta abundante de matérias primas essenciais. Dessa forma, quando se inserem no comércio internacional, as empresas forjadas no ecossistema doméstico chinês já atingiram um sólido domínio tecnológico e estabilidade econômica, destacando-se no mercado global. Para dimensionarmos a velocidade do crescimento impulsionado pelo planejamento estatal, no ano 2000 a produção chinesa de alumínio primário correspondia a 12,5% do mercado global (INTERNATIONAL ALUMINIUM INSTITUTE, 2021); em 2020 a China já havia se tornado o maior produtor, consumidor e comerciante de alumínio do mundo, com 56,8% da produção global de alumínio primário (FENG-QIN ET AL., 2022).

Assim, a análise da produção do alumínio demonstra como o planejamento estatal chinês modernizou as forças produtivas, desenvolveu um rico ecossistema industrial nacional e avançou para os setores de alta tecnologia. Esse modelo subverte a lógica intempestiva do capital e se coloca como uma alternativa racional e eficiente ao funcionamento caótico das relações sociais de produção burguesas.

A China como líder global da ciência e da tecnologia

No Congresso Nacional do Povo da China, realizado no início de 2024, Xi Jinping anunciou que a China concentraria seus esforços no desenvolvimento de “forças produtivas de nova qualidade (*new quality productive forces*)” (NPC, 2024). O atual presidente da nação asiática e secretário geral do PCCh destacou que, para fazer da inovação o principal motor do desenvolvimento produtivo chinês, o Estado fortaleceria a pesquisa teórica e aplicada em tecnologias essenciais voltadas para setores chave da economia (NPC, 2024).

Com efeito, as políticas implementadas pelo PCCh para transformar o país em uma potência tecnológica global têm alcançado resultados expressivos. Segundo o relatório do Critical Technology Tracker (LEUNG; CAVE; ROBIN, 2024), entre os anos de 2003 e 2007, os EUA lideraram a produção científica em 60 das 64 tecnologias elencadas pelo estudo. A China foi líder em apenas três tecnologias no mesmo período (LEUNG; CAVE; ROBIN, 2024). No entanto, os dados de agosto de 2024, sistematizados pelo Instituto Australiano de Política Estratégica, mostram uma mudança drástica nesse cenário: atualmente, a China lidera a pesquisa em 57 das 64 tecnologias críticas¹⁰, enquanto os EUA lideram em apenas 7 (LEUNG; CAVE; ROBIN,

10 As tecnologias acompanhadas pelo Instituto Australiano de Política Estratégica incluem áreas como inteligência artificial, tecnologias da informação, telecomunicações, engenharia de materiais, defesa, robótica, engenharia aeroespacial, aplicações da física quântica, entre outras (LEUNG; CAVE; ROBIN, 2024).

2024). No âmbito da propriedade intelectual, em 2022, o país asiático foi o primeiro do mundo no número de patentes registradas, com mais de 1,6 milhão de solicitações, representando quase 47% do total global (WIPO, 2024). À vista disso, as exportações de produtos chineses de alta tecnologia no mercado global vêm crescendo rapidamente (US EFFORTS [...], 2024). Portanto, o acelerado desenvolvimento da China na área de ciência e tecnologia colocou o país em uma posição de liderança em setores estratégicos, ameaçando a hegemonia dos EUA e demais potências do Ocidente em mais uma frente.

Destaca-se, também, a capacidade chinesa de alargar os horizontes da exploração espacial. O país asiático tem empreendido missões inovadoras, como as realizadas a bordo da estação espacial chinesa¹¹ (CSS) e as campanhas de exploração lunar, que, dentre outros objetivos, visam avançar a pesquisa de alternativas energéticas com baixo impacto ambiental, como é o caso da fusão nuclear (GU ET AL., 2024; XU ET AL., 2024). Enquanto isso, a Agência Espacial Norte-Americana (NASA) enfrenta dificuldades para manter sua infraestrutura, com constantes ameaças de cortes orçamentários e sob o jugo dos interesses das empresas privadas que dominam o setor aeroespacial (FOUST, 2023).

No que se refere ao ecossistema industrial, a China tem se destacado pela velocidade da implementação dos avanços científicos no setor produtivo (NPC, 2024). Para citar um exemplo, a Xiaomi inaugurou fábricas inteligentes nas quais a produção de smartphones e de carros elétricos é quase completamente automatizada (TAHA, 2023; LUCHIAN, 2024). Esse novo modelo eleva a eficiência e reduz os custos de produção, demonstrando a capacidade do país de integrar os avanços científicos e tecnológicos ao processo produtivo.

Esta tendência à automação da produção tem um significado ainda mais profundo. A China, na posição de líder global da ciência e da tecnologia, determinará, cada vez mais, os fundamentos das relações de produção em escala mundial, o que revela seu potencial de inviabilizar, no longo prazo, a acumulação de valor pela apropriação privada do trabalho excedente. De acordo com Marx (2011), com o avanço das forças produtivas da grande indústria, a criação da riqueza social passa a depender cada vez mais do nível de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de modo que

O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças

¹¹ Vale notar que o laboratório espacial tem proporcionado contribuições importantes em diversas áreas da pesquisa científica, como biotecnologia, engenharia de materiais e física teórica (GU ET AL., 2024).

gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. (MARX, 2011, p. 588).

Por conseguinte, à luz da análise marxiana, segundo a qual “[...] o capital trabalha [...] pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção” (MARX, 2011, p. 583), o avanço das forças produtivas liderado pelo gigante asiático tem o potencial de superar as contradições que sustentam o modo de produção burguês e abrir caminhos para novas relações sociais de produção, para as quais “[...] o roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece como fundamento miserável” (MARX, 2011, p. 588). Esta hipótese é corroborada pela investigação de Jabbour e Gabriele (2021), embasada no conceito de economia de projeto. Segundo os autores, a China foi capaz de substituir o objetivo único do capital de acumular valor, pelo objetivo de distribuição da riqueza socialmente produzida por meio do gerenciamento racional do processo produtivo.

Essa subversão da intencionalidade produtiva é explicitada pelos dados corporativos da chinesa Huawei. As informações disponibilizadas pela empresa líder global em tecnologia e na área de automação industrial, demonstram que o investimento no avanço tecnológico das cadeias produtivas não provocou a formação de um exército de reserva na sociedade chinesa. Pelo contrário, realocou a classe trabalhadora para áreas que fomentam a inovação contínua.

Em 2024, 54,1% das pessoas empregadas na empresa supramencionada atuavam na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) (HUAWEI, C2025). Ainda segundo os dados publicados pela empresa, no mesmo ano, 20,8% da receita total foi destinada ao setor de P&D, e o montante investido nessa área acumulou mais de CNY 1.249 trilhão na última década, o que levou a Huawei a se consolidar como uma das maiores detentoras de patentes, com mais de 150.000 registros. Portanto, confirmando os pressupostos marxianos aqui discutidos, o investimento em inovação e automação produtiva tem liberado os trabalhadores e as trabalhadoras de tarefas repetitivas e promovido novas ocupações que aceleram o ritmo do avanço científico-tecnológico.

Em contraste com o gerenciamento racional e consciente da produção que sustentou a ascensão da China como potência industrial global, na próxima seção, abordamos a correlação entre a ascensão do império norte-americano e o regime de acumulação financeirizado. Nesse sentido, argumentamos que a crise da hegemonia dos

Estados Unidos resulta do movimento contraditório do capital desvelado pela crítica marxiana à sociedade burguesa.

A contradição entre a hegemonia financeirizada dos EUA e a superpotência industrial chinesa

A abertura econômica da China foi contemporânea à conformação do capitalismo financeirizado, instituído pelas medidas neoliberais que desregulamentaram os sistemas financeiros e liberaram o movimento dos capitais em busca da máxima rentabilidade em escala global (CHESNAIS, 2005). Segundo Chesnais (2005), trata-se de uma etapa regida pelo capital portador de juros, definido por Marx (2017b, p. 449) como a manifestação mais fetichizada do modo de produção capitalista, por incitar “[...] a ideia que atribui ao produto acumulado do trabalho – e, além disso, fixado como dinheiro – a capacidade de criar mais-valor em progressão geométrica por meio de uma misteriosa qualidade inata, como um puro autômato”. Por conseguinte, acentuou-se a mistificação das formas sociais que apresentam a propriedade privada como fonte criadora do valor, instituindo na consciência dos agentes econômicos a ilusão de que a riqueza advém da valorização dos títulos de propriedade privada no mercado financeiro.

Segundo Hudson (2022), o abandono do padrão ouro, a “diplomacia do dólar” e o fluxo de petrodólares foram os principais pilares da ascensão do império norte-americano, especialmente após a década de 1970. Os EUA consolidaram sua hegemonia pela propriedade da moeda de reserva global e pela centralidade de suas instituições financeiras, de modo que a principal fonte de poder econômico e geopolítico passou a ser a acumulação financeira em detrimento da acumulação produtiva (HUDSON, 2022). Esse processo resultou na desindustrialização progressiva dos EUA, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando as corporações norte-americanas desmantelaram a base manufatureira doméstica ao deslocarem suas fábricas para o exterior, visando a redução dos custos de produção.

À vista disso, no capitalismo contemporâneo, a valorização acionária passou a determinar os preceitos das relações sociais de produção e de distribuição do valor e do mais-valor, reduzindo significativamente as frações reservadas aos salários e aos lucros retidos para o reinvestimento nas forças produtivas (PAULANI, 2016). Com efeito, instituiu-se a hegemonia de uma elite financeira que se apropria de parcelas cada vez maiores da riqueza social ao mesmo tempo em que desmonta as bases da produção real de VALOR (CHESNAIS, 2005; PAULANI, 2016).

Em contrapartida, a China emergiu como potência econômica global por meio

de um modelo inverso ao do império norte-americano. Enquanto os EUA se desvincularam do processo produtivo, o socialismo chinês investiu pesadamente em infraestrutura, subsidiou a expansão coordenada de capacidades produtivas e desenvolveu inovações tecnológicas que têm subvertido a acumulação pela usurpação do valor. Como vimos, essas conquistas foram alcançadas devido ao planejamento estatal da RPC, que implementou medidas cuidadosamente voltadas para proteger a nação asiática da lógica predatória da financeirização, a qual subjugou as nações do Sul Global aos ditames das potências capitalistas do Ocidente.

Além de confirmar a tendência do capital de autonomizar a propriedade privada da produção real da riqueza prevista pela teoria marxiana (MARX, 2017b), o contraste entre a hegemonia financeirizada dos EUA e a superpotência industrial da China expõe a fragilidade da ordem social burguesa, que, atualmente, enfrenta mais uma grave crise sistêmica (PAUTASSO; MAIA, 2024). A seguir, discorreremos sobre o papel do socialismo chinês na aceleração da crise do regime de acumulação financeirizado e na conformação de uma nova ordem mundial voltada para a construção de um futuro compartilhado.

Uma ordem mundial multipolar: A China socialista não tem colônias

Ao contrário das potências capitalistas ocidentais que consolidaram sua hegemonia global por meio de ofensivas coloniais, campanhas genocidas e anexações territoriais, a política externa chinesa ancora-se nos princípios da colaboração, respeito à soberania e desenvolvimento mútuo. Desde sua entrada na OMC, em 2001, quando se inseriu no comércio internacional de forma proeminente, a China vem construindo parcerias cujos fundamentos se contrapõem à lógica belicosa e expropriadora da expansão capitalista, estabelecendo-se como polo contra-hegemônico que viabiliza relações de cooperação econômica e tecnológica entre os países do Sul GLOBAL (PAUTASSO; PARIS MAIA, 2024).

A emergência de uma nova correlação de forças que subverteu a ordem mundial unipolar é evidenciada pela análise das relações comerciais internacionais nas últimas décadas. Enquanto, no início do século XXI, os EUA dominavam as relações de comércio de cerca de $\frac{4}{5}$ dos países do mundo, atualmente, mais de $\frac{2}{3}$ das nações têm a China como a maior parceira comercial (PAUTASSO; MAIA, 2024).

A segunda década do século XXI foi marcada pela ampliação das relações econômicas e diplomáticas do país asiático com o restante do globo, principalmente com o Sul Global. Nesse contexto, se destaca a Iniciativa do Cinturão e Rota – Belt and Road Initiative (BRI) –, fundada em 2013 sob a liderança de Xi Jinping. Por meio de pro-

jetos massivos que vão desde obras de infraestrutura até a transferência de conhecimento tecnológico para outros países, a BRI estabelece um novo modelo de relações internacionais. Em contraste com as medidas unilaterais impostas por Washington e seus aliados, os acordos da iniciativa chinesa são pautados na cooperação multilateral, no desenvolvimento mútuo, na coexistência pacífica e em uma relação harmônica com a natureza (UN, 2022).

Os números da BRI são impressionantes. Em 10 anos de atuação, a iniciativa foi responsável por mais de \$1 trilhão de dólares em obras e investimentos espalhados por 150 países (Nedopil, 2024). Entre 2005 e 2023, a RPC realizou investimentos superiores a 2,3 trilhões de dólares em mais de 4 mil grandes obras e empreendimentos, se tornando um grande vetor de projetos infraestruturais (PAUTASSO; PARIS MAIA, 2024).

Diante da perda de influência no cenário global, os EUA têm buscado monopolizar a narrativa no campo ideológico para conter o avanço da potência asiática. Por meio de seu aparato multimidiático, Washington tem difundido a ideia de que as obras de infraestrutura financiadas pela China visam submeter os países periféricos à “armadilha de dívidas”, de modo a consolidar seu domínio sobre as nações devedoras (PAUTASSO; PARIS MAIA, 2024).

Pautasso e Paris Maia (2024), realizaram uma revisão crítica da literatura sobre a suposta dominação pelo endividamento associada à BRI, revelando a fragilidade empírica e o viés ideológico dessa narrativa. Segundo o autor e a autora, pesquisas de caso reforçam a importância dos investimentos chineses em infraestrutura nos países em desenvolvimento para superar os entraves históricos causados pelas ofensivas coloniais europeias que, desde a acumulação primitiva, exploram os recursos dos territórios periféricos, financiam a mudança de regimes e inviabilizam a soberania das nações do Sul Global. Inclusive, o artigo assinala que grande parte da dívida dos países do continente africano está nas mãos de credores privados ocidentais e instituições multilaterais, o que desmonta a acusação de que a China seja responsável pela vulnerabilidade econômica dos países em desenvolvimento.

Ademais, o texto destaca avanços implementados na institucionalização do financiamento chinês. No âmbito do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), foram instituídas medidas de reestruturação, reescalonamento e supressão das dívidas, além da criação de instituições voltadas para aprimorar a governança dos projetos e a transparência nos financiamentos (PAUTASSO; PARIS MAIA, 2024). Portanto, a ideia de que os investimentos chineses reproduzem o modelo de dominação financeira ocidental perpetua a visão de mundo colonizada sobre o Sul Global, invisibilizando o protagonismo e a soberania dos países do Sul Global na formulação dos

termos contratuais que definem suas parcerias com a China.

Neste âmbito, vale destacar a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como o “Banco dos BRICS”, impulsionado pela RPC, cujas políticas desafiam a hegemonia financeirizada das potências capitalistas. O NBD concede empréstimos a países em desenvolvimento sem impor as cláusulas opressivas típicas da política externa ocidental, representada por órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Instituições que, historicamente, têm feito do endividamento sistemático um instrumento geopolítico de dominação do Sul Global (PAUTASSO; PARIS MAIA, 2024).

Cabe ressaltar que o último fórum dos BRICS+, realizado em 2024, consolidou a posição contra-hegemônica do grupo no cenário internacional. Ao anunciar a possível entrada de 11 novos integrantes (Rodriguez; Oliveira, 2024) e divulgar o projeto “BRICS Pay” (c2025), futuro sistema de transações internacionais independente do SWIFT, o bloco econômico se fortaleceu como entidade representativa da resistência à espoliação perpetrada pelas nações do Norte Global. Essas iniciativas, possibilitadas pela conformação de relações geopolíticas horizontalizadas, representam um desafio direto ao sistema financeiro internacional que sustenta a hegemonia do império norte-americano.

Guerras comerciais, desdolarização e a derrocada do imperialismo estadunidense

Em documento informativo sobre as medidas protecionistas do ex-presidente Joe Biden contra a China (USA, 2024), o governo de Washington declara as relações econômicas com a nação socialista, que proporcionaram lucros exorbitantes para as corporações norte-americanas nas últimas décadas, como uma ameaça à segurança nacional. As acusações falaciosas contra a RPC ocultam que a guerra comercial dos EUA contra a China configura uma reação tardia do império aos impactos de sua desindustrialização. Ao identificar sua crescente dependência das importações chinesas e a impossibilidade de competir com a potência asiática em setores estratégicos dentro das regras do livre mercado – instauradas e sacralizadas pelo próprio Capitólio –, os EUA elevaram um muro de medidas protecionistas¹², além de destinarem montantes astronômicos para o financiamento da propaganda anti-China, numa postura que evoca o tom belicoso da Guerra Fria (NORTON, 2024A).

A Casa Branca tem se valido de uma constelação de justificativas infundadas para deslegitimar o sucesso da potência industrial chinesa, acusando-a de “sobrecapacida-

12 Os produtos tarifados incluem aço (25%), alumínio (25%), semicondutores (50%), veículos elétricos (com impressionantes 100%), células fotovoltaicas (50%) e até mesmo seringas hospitalares (50%).

de”¹³ produtiva, “práticas comerciais injustas”¹⁴ e, até mesmo, de “roubo de propriedade intelectual”¹⁵ (USA, 2024). Uma vez que a mão invisível do mercado deixou de reger a economia a favor de seus interesses, os EUA têm se valido de seu poder formal para mudar as regras do jogo em benefício próprio, na tentativa de frear o avanço das forças produtivas da nação chinesa. Vejamos de que forma isso se deu e os resultados gerados até o momento.

Primeiramente, é preciso desmistificar a narrativa de que a China inunda o mercado com produtos artificialmente baratos devido à sua “sobrecapacidade” industrial (USA, 2024). Como revela o relatório da Bloomberg (US EFFORTS [...], 2024), “[...] o mundo fora dos EUA dirige cada vez mais veículos elétricos chineses, navega na Internet em smartphones chineses e gera energia para as suas casas com painéis solares chineses”¹⁶, evidenciando a crescente demanda pelos produtos da potência asiática. Isso fica ainda mais evidente quando olhamos para os números relacionados à balança comercial. Desde meados dos anos 90, a China registra um superávit crescente, atingindo 1.8% do PIB global em 2023, enquanto os EUA apresentaram uma balança comercial negativa, com déficit de 1.2% do PIB mundial no mesmo ano (US EFFORTS [...], 2024).

A nova superpotência industrial socialista lidera a produção real da riqueza e a prerrogativa de compartilhá-la com o mundo. No entanto, o aparato ideológico sustentado por Washington impõe a narrativa maniqueísta “[d]a ‘democracia’ do Mundo Livre contra a autocracia chinesa” (HUDSON, 2022, P. 243), ainda que a suposta “democracia” norte-americana seja uma oligarquia rentista que se sustenta por meio da apropriação privada da riqueza social enquanto a chamada “autocracia” chinesa visa democratizar o acesso da classe trabalhadora aos produtos de seu trabalho.

Assim, ao tentar isolar a nação asiática sem compreender os fundamentos que sustentaram sua ascensão a potência industrial global, o império em decadência adotou estratégias que alavancaram as forças produtivas chinesas, como é o caso das sanções econômicas impostas por Washington. Apesar de, em um primeiro momento, terem impactado negativamente a cadência produtiva chinesa, as tarifas impulsionaram a inovação tecnológica na RPC em uma velocidade impressionante. A empresa Huawei que, em sintonia com a visão do PCCh, atua em diversas áreas consideradas críticas pelo partido (PROFILE [...], 2024), é um exemplo emblemático deste fenômeno. Em 2019, ameaçados pela rápida ascensão da empresa no mercado de smartphones

13 No original: “overcapacity”.

14 No original: “unfair trade practices”.

15 No original: “intellectual property theft”.

16 No original: “[...] the world outside the US, is increasingly driving Chinese electric vehicles, scrolling the web on Chinese smartphones and powering their homes with Chinese solar panels”.

e pelo seu pioneirismo na tecnologia 5G, os EUA sancionaram as exportações de fornecedoras norte-americanas para a companhia (MERICS, 2024). Desde então, Washington se utilizou de toda a sua influência para impor uma série de bloqueios à corporação, principalmente no que se refere ao acesso aos semicondutores¹⁷ e ao maquinário necessário para produzi-los (MERICS, 2024).

Contudo, contrariando as expectativas estadunidenses, a gigante da tecnologia vem conquistando autossuficiência e ampliando sua influência em setores estratégicos (Shrivastava, 2024). O segredo para a rápida reviravolta está, novamente, no planejamento estatal. O PCCh criou e segue gerenciando um fundo de investimento para financiar *startups* que desenvolvem as tecnologias necessárias ao desenvolvimento da cadeia produtiva de semicondutores (CHINA [...], 2023; MERICS, 2024). Concomitantemente, a própria empresa fundou um braço de investimento chamado Hubble, que já auxiliou 107 *startups* da tecnologia (SHRIVASTAVA, 2024).

Isso possibilitou que a Huawei, mesmo sob sanções, lançasse, no ano de 2024, o smartphone Pura 70, que conta com um chip de 7nm integralmente fabricado na China (MERICS, 2024). Vale dizer que 90% dos componentes presentes nesse produto são chineses (MATSUI, 2024) e que o seu sistema operacional, HarmonyOS, é totalmente independente do Android, pertencente à estadunidense Google (SHRIVASTAVA, 2024). Com o lançamento do novo produto, a empresa chinesa viu suas vendas de smartphones crescerem 72% nos primeiros 5 meses de 2024, assustando a concorrente norte-americana Apple, que foi obrigada a reduzir os preços em solo chinês para manter suas vendas (SHRIVASTAVA, 2024). Portanto, o efeito boomerang da guerra tarifária revela que o imperialismo norte-americano incorpora o movimento contraditório do capital: ao se posicionar como sujeito autossuficiente, pavimenta o caminho para sua própria destruição.

Apesar de a China ainda depender do Ocidente no setor de semicondutores, as distâncias se tornam menores a cada dia. É o que demonstra o registro de patente pela empresa chinesa SMEE – uma das startups do ecossistema mencionado – para produzir máquinas de litografia EUV, essenciais à fabricação de semicondutores. Esse maquinário é monopolizado pela empresa holandesa ASML, que, atualmente, está impedida por Washington de vendê-lo para a China (US EFFORTS [...], 2024). Ademais, a pesquisa da Bloomberg Economics revela que “[...] das 13 tecnologias-chave acompanhadas pelos pesquisadores da Bloomberg, a China atingiu a posição

¹⁷ Os semicondutores, conhecidos como circuitos integrados, estão no centro de grande parte dos avanços tecnológicos, e são considerados uma tecnologia crítica para o futuro. No entanto, esse mercado ainda é dominado por oligopólios de empresas ocidentais (KING; WU, 2022).

de liderança global em cinco delas e está alcançando rapidamente [o Ocidente] em outras sete”¹⁸. O investimento e gerenciamento estatal têm promovido um número crescente de inovações que tornam o gigante asiático cada vez mais independente das empresas ocidentais, confirmando, mais uma vez, a resiliência do modo produtivo socialista chinês. Conforme anunciou Shen Meng, diretor do banco de investimentos Chanson & Co, “[...] os esforços para conter a China funcionaram no curto prazo, mas no longo prazo a China sempre encontrará maneiras de contornar esta contenção”¹⁹ (US EFFORTS [...], 2024).

Ao analisar a guerra comercial imposta à China pelos EUA, Hudson (2022, p. 243) afirma que, “[...] a questão subjacente é se o dinheiro e o crédito, a terra, os recursos naturais e monopólios serão privatizados e concentrados nas mãos de uma oligarquia rentista ou usados para promover a prosperidade e o crescimento geral”. Frente aos fundamentos antagônicos que regem as nações em disputa, o autor conclui tratar-se “[...] de um conflito entre o capitalismo financeiro e o socialismo como sistemas econômicos” (HUDSON, 2022, p. 243).

Isto posto, o protecionismo norte-americano que tem acelerado o declínio de sua hegemonia deve ser compreendido à luz da assertiva marxiana de que

Tão logo ele [o capital] começa a sentir a si próprio como obstáculo do desenvolvimento e a tomar consciência disso, ele busca refúgio em formas que, parecendo aperfeiçoar o domínio do capital pela contenção da livre concorrência, são ao mesmo tempo os prenúncios da sua dissolução e da dissolução do modo de produção baseado nele. (MARX, 2011, p. 546).

Tendo em vista o fracasso das políticas tarifárias, a última cartada do império estadunidense é a escalada das ofensivas bélicas, como ilustram a guerra por procuração na Ucrânia e o genocídio contra o povo palestino. No entanto, o fortalecimento dos movimentos globais em defesa da soberania dos povos e territórios - evidenciado pelo levante anti-imperialista dos países do Sahel africano, pela resistência histórica dos povos do Oriente Médio e pelas alianças de cooperação Sul-Sul - desafiam o projeto imperialista de contenção da ordem mundial multipolar por meio de seu aparato militar truculento (BIELIESKOV, 2024). Simultaneamente, o processo de desdolarização encabeçado pelas nações do Sul Global ameaça a pedra angular do poderio estadunidense no capitalismo financeirizado. Por conseguinte, as ofensivas

18 No original: “Of 13 key technologies tracked by Bloomberg researchers, China has achieved a global leadership position in five of them and is catching up fast in seven others”.

19 No original: “The efforts to contain China worked in the short term,” said Shen Meng, a director at Beijing-based investment bank Chanson & Co. “But in the long run China will find ways to circum-vent this containment”.

econômicas, ideológicas e militares dos EUA terão alcance cada vez mais limitado, e acabarão por acelerar a ruína dos frágeis pilares que sustentam sua hegemonia global.

Conclusão

A análise do conflito sino-estadunidense ancorada nas premissas teóricas marxianas demonstra que, por trás da aparente disputa pelo domínio geopolítico, a nova correlação de forças em tela resulta do aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Em sua ascensão como império do capitalismo financeirizado, os EUA incorporaram o movimento autodestrutivo do capital, de modo que, sob a ilusão de que o valor advém da propriedade privada, autonomizaram-se progressivamente do processo de produção real da riqueza. Contraditoriamente, a hegemonia imperialista calcada na acumulação financeira possibilitou que o socialismo com características chinesas impulsione as forças produtivas em direção à superação do roubo do trabalho alheio. Ou seja, a nação chinesa valeu-se dos pressupostos imediatistas e irracionais do capital para emergir como uma alternativa sistêmica à ordem social burguesa. À vista disto, a crise da ordem mundial unipolar em curso é um forte indício de que novas relações sociais de produção, forjadas no interior das contradições capitalistas, estão em gestação.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2008.
- BANCO MUNDIAL. *Four decades of poverty reduction in China: Drivers, insights for the world, and the way ahead*. The World Bank, 2022. Disponível em: <http://elibrary.worldbank.org/doi/book/10.1596/978-1-4648-1877-6>. Acesso em: 11 set. 2024.
- BIELIESKOV, Mykola. Putin is creating the conditions for Russian victory in Ukraine. *Atlantic Council*, 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/putin-is-creating-the-conditions-for-russian-victory-in-ukraine/>. Acesso em: 31 out. 2024.
- BOCCHINI, Bruno. MP vai atuar para extinguir contrato de linhas privatizadas da CPTM. *Agência Brasil*, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/mp-vai-atuar-para-extinguir-contrato-de-linhas-privatizadas-da-cptm>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BOWN, Chad P. The 2018 US-China trade conflict after forty years of special protection. *China Economic Journal*, v. 12, n. 2, p. 109-136, 2019.
- BRICS PAY. *Brics economy, Brics family*. c2025. Disponível em: <https://brics-pay.com>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005. pp. 35-67.
- CHINA secretly transforms Huawei into most powerful chip war weapon. *Bloomberg News*, Dec. 1, 2023. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/graphics/2023-china-huawei-semiconductor/>. Acesso em: 30 out. 2024.
- CHINA'S 1,000 km/h maglev train completes demonstration test. *CGTN*, 2024. Disponível em: <https://>

news.cgtn.com/news/2024-08-06/-China-s-1-000-km-h-maglev-train-completes-demonstration-test-1vQhnqCxUw8/p.html. Acesso em: 29 out. 2024.

LIU, Feng-qin *et al.* Analysis of competitiveness of China's aluminum industry in the world and its development trend. *Chinese Journal of Engineering*, v. 44, n. 4, p. 561-572, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.13374/j.issn2095-9389.2021.03.09.002>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FOUST, Jeff. NASA warns of “devastating” impacts of potential budget cuts. *Spacenews*, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://spacenews.com/nasa-warns-of-devastating-impacts-of-potential-budget-cuts/>. Acesso em: 28 out. 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *World Economic Outlook (October 2024): GDP, current prices*. IMF, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPGDP@WEO>. Acesso em: 27 out. 2024.

GU, Yidong *et al.* Recent progress in space science and applications on Chinese space station in 2022–2024. *Chinese Journal of Space Science*, v. 44, n. 4, p. 607-621, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11728/cjss2024.04.2024-yg09>. Acesso em: 27 abr. 2025.

HUAWEI. *Who is Huawei*. c2025. Disponível em: <https://www.huawei.com/en/corporate-information>. Acesso em: 02 abr. 2025.

HUDSON, Michael. *The destiny of civilization: Finance capitalism, industrial capitalism or socialism*. ISLET-Verlag, 2022. Disponível em: https://resistir.info/livros/hudson_destiny_of_civilization.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

INTERNATIONAL ALUMINIUM INSTITUTE. *Primary aluminium production*. 2021. Disponível em: <https://international-aluminium.org/statistics/primary-aluminium-production/>. Acesso em: 15 set. 2024.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: O socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

KING, Ian; WU, Debby. Why making computer chips has become a new arms race. *Bloomberg News*, 22 set. 2022. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-09-22/why-countries-joined-companies-in-fighting-chip-war-quicktake>. Acesso em: 30 out. 2024.

LEUNG, Jennifer Wong; CAVE, Danielle; ROBIN, Stephan. *ASPI's two-decade critical technology tracker*. 28 ago. 2024. Disponível em: <http://www.aspi.org.au/report/aspis-two-decade-critical-technology-tracker>. Acesso em: 28 out. 2024.

LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental*. Boitempo, 2018.

LUCHIAN, Elena. One car every 76 seconds: Inside Xiaomi's smart super factory. *Autoevolution*, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://www.autoevolution.com/news/one-car-every-76-seconds-inside-xiaomi-s-smart-super-factory-231911.html>. Acesso em: 28 out. 2024.

MARCATO, Marilia Bassetti. The Made in China 2025 amid hyperglobalization: upgrading, intangible assets, and internationalization strategies. *Economia e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. 355-384, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n2art05>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. Boitempo, 2017a. Livro I: O processo de produção do capital.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Boitempo, 2017b. Livro III: O processo global de produção capitalista.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 1. ed. Boitempo, 2014. Livro II: O processo de circulação do capital.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Boitempo, 2011.

MATSUI, Emiko. *Huawei Pura 70 series has 90% of Chinese components, reveals new report*. 29 abr. 2024. Disponível em: <https://www.huaweicentral.com/huawei-pura-70-series-has-90-of-chinese-components-reveals-new-report/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MERICS. *Semiconductors*. Merics, 2024. Disponível em: <https://merics.org/en/china-tech-observatory/semiconductors>. Acesso em: 30 out. 2024.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a

industrialização chinesa. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 16, n. 2, p. 359-378, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482012000200009>. Acesso em: 28 abr. 2025.

NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS OF CHINA (NPC). Xi's two sessions messages highlight high-quality development in crucial year. NPC, v. 64, n. 1, p. 6-12, 2024. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/npc/c2/c30834/202405/P020240520595518131731.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.

NEDOPIL, Christoph. *China Belt Road Initiative BRI Investment Report 2023*. Brisbane: Griffith University, 2024. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/handle/10072/428967>. Acesso em: 14 set. 2024.

NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. *OIKOS*, v. 20, n. 1, 2021.

NORTON, Ben. Cold War II: US Congress passes 25 anti-China laws in 1 week, funds propaganda campaign. *Geopolitical Economy*, 22 set. 2024a. Disponível em: <https://geopoliticaleconomy.com/2024/09/22/us-congress-25-anti-china-laws-week-fund-propaganda/>. Acesso em: 31 out. 2024.

PAULANI, Leda Maria. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 3, p. 514-535, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a04>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PAUTASSO, Diego; PARIS MAIA, Isis. A China e a armadilha da dívida: entre a narrativa e as mudanças sistêmicas. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 15, n. 71, p. 49-61, 2024.

PROFILE: Huawei. *From telecommunications provider to technology manufacturing leader*. Merics, 26 set. 2024. Disponível em: <https://merics.org/en/profile-huawei>. Acesso em: 30 out. 2024.

RODRIGUEZ, Maria Elena; OLIVEIRA, Renan Guimarães Canellas de. *Comentários sobre a XVI Cúpula do BRICS*. Kazan: BRICS Policy Center, 2024. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/10/Comentarios-sobre-a-XVI-Cupula-do-BRICS-compactado.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

SHRIVASTAVA, Megha. How is Huawei growing, despite heavy US sanctions? *The Diplomat*, 2 jul. 2024. Disponível em: <https://thediplomat.com/2024/07/how-is-huawei-growing-despite-heavy-us-sanctions/>. Acesso em: 30 out. 2024.

TAHA. *Xiaomi smart factory's growing power: Phase two and innovative manufacturing*. Xiaomiui, 2023. Disponível em: <https://xiaomiui.net/xiaomi-smart-factorys-growing-power-phase-two-and-innovative-manufacturing-49159/>. Acesso em: 28 out. 2024.

UNITED NATIONS (UN). *Partnering for a brighter shared future*. Progress report on the Belt and Road Initiative in support of the United Nations 2030 agenda for sustainable development. UN, 2022. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydylyw/202209/202209190500015.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). Department of Commerce. *Fact sheet: President Biden takes action to protect American workers and businesses from China's unfair trade practices*. Washington, DC, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.commerce.gov/news/fact-sheets/2024/05/fact-sheet-president-biden-takes-action-protect-american-workers-and>. Acesso em: 31 out. 2024.

US EFFORTS to contain Xi's push for tech supremacy are faltering. *Bloomberg News*, 2024. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/graphics/2024-us-china-containment/>. Acesso em: 31 out. 2024.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). *Interactive charts: Intellectual property facts and figures*. 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/en/ipfactsandfigures/>. Acesso em: 27 out. 2024.

XIAOPING, Deng. *Nós podemos desenvolver uma economia de mercado sob o socialismo*. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/deng-xiaoping/1979/11/26.htm>. Acesso em: 22 out. 2024.

XU, Lili *et al.* High-speed rail network structural characteristics and evolution in China. *Mathematics*, v. 10, n. 18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/math10183318>. Acesso em: 28 abr. 2025.

XU, Lin *et al.* Latest scientific results of China's lunar and deep space exploration (2022-2024). *Chinese Journal of Space Science*, v. 44, n. 4, p. 622-632, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11728/cjss2024.04.2024-yg10>. Acesso em: 28 abr. 2025.

América Latina y el Caribe en la encrucijada: entre los Estados Unidos y China

Giuseppe lo Brutto* e Eduardo Crivelli Minutti**

Resumen: En lo que va del siglo XXI, China ha intensificado sus relaciones con América Latina y el Caribe mediante un esquema de cooperación Sur-Sur ampliada, que incluye diálogo político, comercio e inversiones, mientras que los Estados Unidos promueven una agenda neoliberal, cada vez más securitizada, que no ha surtido los efectos esperados. Partiendo de la hipótesis de una transición hegemónica en curso, la hipótesis subordinada es que la región latinoamericana y caribeña enfrenta la encrucijada de fortalecer sus lazos tradicionales con los Estados Unidos o aprovechar las oportunidades de China y otras potencias emergentes. Por tanto, desde una perspectiva de análisis de sistema-mundo, este trabajo busca reflexionar sobre la encrucijada de la región, entre China y los Estados Unidos, en las reconfiguraciones geopolíticas y geoeconómicas del sistema mundial contemporáneo.

Palabras clave: América Latina y el Caribe. Análisis de sistema-mundo. Transición hegemónica. Caos sistémico.

Abstract: In the 21st century so far, China has intensified its relations with Latin America and the Caribbean through an expanded South-South cooperation framework, which includes political dialogue, trade, and investments, while the United States promotes a neoliberal agenda, increasingly securitized, that has not produced the expected results. Based on the hypothesis of an ongoing hegemonic transition, the subordinate hypothesis is that the Latin American and Caribbean region faces the crossroads of either strengthening its traditional ties with the United States or taking advantage of the opportunities presented by China and other emerging powers. Therefore, from a world-systems analysis perspective, this paper seeks to reflect on the region's crossroads between China and the United States amid the geopolitical and geoeconomic reconfigurations of the contemporary world system.

Keywords: Latin America and the Caribbean. World-Systems Analysis. Hegemonic transition. Systemic chaos.

Resumo: No que vai do século XXI, a China intensificou suas relações com a América Latina e o Caribe por meio de um esquema ampliado de cooperação Sul-Sul, que inclui diálogo político, comércio e investimentos, enquanto os Estados Unidos promovem uma agenda neoliberal, cada vez mais securitizada, que não tem produzido os resultados esperados. Partindo da hipótese de uma transição hegemônica em curso, a hipótese subordinada é que a região latino-americana e caribenha enfrenta a encruzilhada de fortalecer seus laços tradicionais com os Estados Unidos ou aproveitar as oportunidades oferecidas pela China e outras potências emergentes. Portanto, a partir de uma perspectiva de análise do sistema-mundo, este trabalho busca refletir sobre a encruzilhada da região entre a China e os Estados Unidos nas reconfigurações geopolíticas e geoeconômicas do sistema mundial contemporâneo.

* Doctor en Economía Política y del Desarrollo por el Centro de Estudios del Desarrollo Económico y Social de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP). Director del Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Alfonso Vélaz Pliego” de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (ICSy-BUAP) y Profesor-investigador del posgrado en Sociología en ese mismo instituto. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores e Investigadoras del Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías de México, Nivel 1 (SNII-1). Coordinador del Grupo de Investigación en Cooperación Sur-Sur e integraciones regionales de la Red Española de Estudios del Desarrollo (GICSS-REEDES).

** Doctor en Sociología por el Instituto de Ciencias Sociales “Alfonso Vélaz Pliego” de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP), México. Profesor de la Licenciatura en Relaciones Internacionales y de la Maestría en Relaciones Internacionales y Derechos Humanos de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores e Investigadoras del Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías de México, Nivel 1 (SNII-1). Es Secretario de la Coordinación del Grupo en Investigación en Cooperación Sur-Sur e integraciones regionales de la Red Española de Estudios del Desarrollo (GICSS-REEDES).

Palavras-chave: América Latina e o Caribe. Análise de sistema-mundo. Transição hegemônica. Caos sistêmico

Introducción

El siglo XXI ha visto el recentramiento de las dinámicas de la economía mundial capitalista desde los Estados Unidos hacia China y el Asia oriental. La Unión Europea y Rusia, y otras potencias regionales como India y Brasil, influyen en esta dinámica, introduciendo mayor competencia y cooperación en las distintas regiones del mundo (AMIN, 2013). Esto parece volver al sistema-mundo más inestable y menos predecible, aumentando la complejidad de la gobernanza global, ya que ningún actor tiene la capacidad de imponer su voluntad unilateralmente (KEOHANE, 2001). La tendencia hacia una guerra global se intensifica en el contexto del nuevo siglo, impulsada por las oligarquías neoliberales occidentales, que recurren cada vez más a la guerra, incluso a nivel local, como solución a los problemas derivados de la crisis global. Esta tendencia refleja la naturaleza violenta y dinámica del capitalismo histórico (LO BRUTTO; SPATARO, 2016).

Actualmente, la guerra también se presenta como una reacción metódica ante las dificultades de imponer el modelo político-cultural occidental. Esto refleja no sólo un fenómeno cíclico, sino un declive de la hegemonía occidental en economía y cultura. Giovanni Arrighi y Beverly Silver propusieron cuatro posibles escenarios para el futuro de la economía mundial que son (i) el surgimiento o no de una nueva potencia hegemónica; (ii) el debilitamiento significativo del poder de los Estados frente a las organizaciones empresariales; (iii) el deterioro acelerado en las condiciones de vida y trabajo de los grupos subordinados; (iv) y el fin del dominio occidental ante el cambio en el equilibrio de poder entre civilizaciones (ARRIGHI; SILVER, 2018, p. 11).

El cuarto escenario es resultado del choque entre las otras tres posibilidades y pone a América Latina y el Caribe en una encrucijada, debatiéndose entre fortalecer sus lazos tradicionales con Estados Unidos o aprovechar las oportunidades ofrecidas por China y otras potencias emergentes, asumiendo los riesgos asociados a ello. Por lo tanto, este trabajo busca reflexionar sobre esa encrucijada que enfrenta la región en el siglo XXI, entre Estados Unidos y China. A partir de un análisis de sistema-mundo se interpretan los cambios en la dinámica de acumulación capitalista y las reconfiguraciones políticas en la región, en el marco de crisis estructural del capitalismo histórico (WALLERSTEIN, 2015).

Para ello, se recuperan datos del Centro de Comercio Internacional (CCI, 2024), del Monitor de la OFDI de China en la América Latina y el Caribe (DUSSEL, 2024), del Inter-American Dialogue (MYERS, 2021; RAY; MYERS, 2024), de China Aid Data (2024), y del USAID (2024). El texto se divide en cinco partes, partiendo de una

primera sección de reflexiones teóricas de la encrucijada entre el caos sistémico y la configuración de un nuevo orden mundial. En la segunda parte se describe el desplazamiento de las dinámicas latinoamericanas y caribeñas de los Estados Unidos hacia China. La tercera parte destaca la competencia estratégica entre chinos y estadounidenses en América Latina y el Caribe. El cuarto apartado ubica la encrucijada de la región en esa competencia geoestratégica. El trabajo cierra con un quinto apartado de reflexiones finales.

1. La encrucijada: entre el caos y el orden

La reubicación o *re-orientación* de las dinámicas de la economía mundial en China y el Asia oriental desde el último cuarto del siglo XX (FRANK, 2008) ha perfilado distintas narrativas para interpretar las nuevas pautas de competencia geopolítica y geoeconómica global. La literatura académica suele observar estas transformaciones desde el liderazgo de China sobre otras potencias emergentes, Rusia, Brasil, Sudáfrica e India entre otros (COOPER; HIGGOTT, 1990; COOPER; HIGGOTT; NOSSAL, 1993; O'NEILL, 2001), o bien, en la reconfiguración y declive relativo de los Estados Unidos y otras potencias tradicionales (KENNEDY, 1998; OYE, 1985; WALTZ, 2011). Algunas de estas perspectivas incluso suelen insertarse en el viejo debate sobre cómo el debilitamiento relativo de Occidente y el ascenso de potencias no occidentales redefine el orden global (SPENGLER, 2012; TOYNBEE, 1955; HUNTINGTON, 2019; KARAGANOV, 2018).

Zbigniew Brzezinski analizaba estas cuestiones dentro de un gran tablero geopolítico centrado en Eurasia, que se dividía en varias zonas clave: el Oeste, dominado por Europa; el Espacio Medio, bajo control ruso; el Sur, definido por India y los países de Oriente Medio; y el Este, con China como actor central. Brzezinski advertía a los estadounidenses sobre el peligro de una posible alianza antihegemónica entre estas regiones (BRZEZINSKI, 1997). Para contrarrestar estos riesgos, proponía desarticular las “cremalleras geopolíticas” que unen estas áreas, con el objetivo principal de evitar una coalición entre Europa, Rusia, China e Irán, que podría amenazar la hegemonía de Estados Unidos.

Este enfoque explicaría el apoyo norteamericano a la guerra en Ucrania, que busca separar a Europa de Rusia; el respaldo del gobierno estadounidense a Israel en los conflictos en Oriente Medio; y las tensiones de Estados Unidos con China por Taiwán y Filipinas, dirigidas a frenar la cohesión en Asia. Sin embargo, el tablero geopolítico de Brzezinski se puede ampliar para observar la intromisión estadounidense en distintos conflictos en África, sobre todo en la franja de Sahel, donde los golpes

de Estado recientes en Malí (2021), Burkina Faso (2022) y Níger (2023) han dado lugar a gobiernos militares que desconfían de la presencia y las políticas occidentales. El tablero también se puede ampliar a América Latina y el Caribe, con la postura estadounidense de rechazo hacia Venezuela y otros gobiernos de corte progresista, como Cuba y Nicaragua, que podrían ser un punto de inflexión para que la región se alinee con el eje euroasiático, logrando la diversificación de relaciones con potencias emergentes como Rusia o China.

China, por su parte, propone unir estas cremalleras mediante una forma de “globalización incluyente”, ejemplificada en iniciativas como la *Belt and Road Initiative* (2013), la *Global Development Initiative* (2021), la *Global Security Initiative* (2022) y la *Global Artificial Intelligence Governance Initiative* (2023), enmarcadas en la “Comunidad de futuro compartido para la humanidad” que propuso el presidente Xi Jinping en 2012. Ante ello, Javier Vadell y Elías Jabbour sostienen que se está gestando una “globalización con características chinas”, entendida como una nueva formación económico-social impulsada por China, que combina elementos del capitalismo global con un fuerte control estatal y políticas dirigidas al desarrollo interno. Desde esta perspectiva se puede entrever el surgimiento de un sistema global multipolar, donde China gana terreno en el comercio, la tecnología y la cooperación financiera, reconfigurando las reglas del juego de la globalización tradicional (VADELL; JABBOUR, 2023).

Todo ello lo vemos desde los análisis de sistema-mundo, en el marco de un proceso de transición hegemónica que se comprende desde las pautas de recurrencia en los cambios del centro de acumulación a escala mundial, dirigidos por una potencia estatal que detenta la hegemonía mundial, la cual ha sido reemplazada por otra en ciclos históricos de poder y capital, tal y como sucedió con las Provincias Unidas de los Países Bajos en el siglo XVII, Gran Bretaña en el siglo XIX, y los Estados Unidos en el siglo XX (WALLERSTEIN, 1983; ARRIGHI, 2018). Estas transiciones se han caracterizado por un periodo de caos sistémico, en el que el orden global establecido pierde legitimidad y una nueva potencia comienza a ofrecer una alternativa que eventualmente busca el consenso y liderazgo de las unidades políticas y económicas del sistema mundial (ARRIGHI; SILVER, 2018).

Por eso, se puede decir que, actualmente, China está en una fase temprana de articulación de un orden alternativo al hegemónico, emulando en parte el modelo estadounidense, pero adaptándolo a su propia visión de las relaciones internacionales, con nuevas instituciones y redes multilaterales que promuevan el diálogo político, comercio e inversiones en infraestructura, pero sin confrontar directamente el orden hegemónico decadente (CABRERA; LO BRUTTO, 2022, 2023). Para América Latina

y el Caribe este nuevo orden implicaría redefinir sus relaciones con las potencias globales, ya que podría significar una mayor integración con Asia y una oportunidad para diversificar sus alianzas, con otras potencias emergentes.

En otras palabras, el sistema-mundo contemporáneo se encuentra en un periodo de “interregno”, que no es solo el cambio de un hegemon a otro (Estados Unidos a China), sino es un tiempo mesiánico donde la historia se suspende y puede ser reescrita (BENJAMIN, 2021; AGAMBEN, 2008). Según Robert W. Cox, estos momentos son cruciales para la exploración de alternativas que podrían dar lugar a una nueva configuración del poder global, con un marco normativo renovado y un esfuerzo por encontrar tradiciones civilizatorias comunes que sirvan de base para delinear nuevo orden mundial (COX, 1993). Por lo tanto, en este interregno de la transición hegemónica, dos sistemas compiten por la hegemonía: uno liderado por China, que promueve una suerte de re-globalización, y otro más fragmentado, pero aún dominado por Estados Unidos. Estos dos órdenes coexisten en una situación caótica, sin claridad sobre cuál prevalecerá en el futuro (LO BRUTTO; DOMÍNGUEZ, 2023).

Por eso, para América Latina y el Caribe, esta situación va más allá del simple desafío de coordinación en el triángulo geopolítico que la región compone con China y Estados Unidos (ARNSON; DAVIDOW, 2011; GALLAGHER, 2016; ELLIS, 2021). Se trata de un proceso más caótico, en el que la periferia está convulsionada (MALA-CALZA, 2021) por la reestructuración total de las dinámicas del capitalismo histórico, en ausencia total de orden y previsibilidad, con eventos que ocurren de manera errática e impredecible. Los países latinoamericanos y caribeños están en una encrucijada que los obliga a tomar decisiones difíciles sobre su alineación geopolítica, en momentos de cambio o crisis donde las opciones disponibles son limitadas y sus consecuencias son cruciales

2. Entre los Estados Unidos y China

Desde el último cuarto del siglo XX, los Estados Unidos se convirtieron en un país deficitario, disminuyendo con ello su competitividad en la economía global. Para tratar de remediar esta situación, los estadounidenses trataron de pasar de una economía deudora a acreedora (AGLIETTA, 1987; VAROUFAKIS, 2015), haciendo cada vez más uso de fuerzas extraeconómicas para mantener sus ventajas competitivas (KATZ, 2023). Cuando la atracción al mercado estadounidense ha sido insuficiente, la guerra parece haber sido el impulso adicional para desestabilizar las regiones, hacerlas más caóticas y menos atractivas para los inversionistas, que son recibidos en el refugio seguro de Wall Street (LIANG, 2021). Esto ha ido convirtiendo a las

regiones del mundo en terrenos de especulación financiera atada a Norteamérica, a través del libre comercio y la subordinación económica al dólar, la Reserva Federal y las corporaciones norteamericanas.

En América Latina y el Caribe, la firma del TLCAN (Tratado de Libre Comercio de América del Norte) y el intento de implementar el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) en la década de 1990 fueron dos estrategias paralelas que deben ser entendidas como parte de este proceso, en el marco del dominio panamericano arraigado en la Doctrina Monroe y la idea del Destino Manifiesto del siglo XIX¹ (MERINO; GIAMMARINO, 2019), renovado e institucionalizado con la Organización de Estados Americanos (OEA) desde mediados del siglo XX (LO BRUTTO; CRIVELLI, 2024). Los acuerdos comerciales de la *pos-Guerra Fría* fueron acompañados por una política de *securitización* que supuestamente buscaba garantizar un entorno estable y seguro para las inversiones y el comercio (BARRY; OLE, 2003).

En este contexto surgió, por ejemplo, la Ley Helms-Burton de 1996, que consideró al régimen cubano una amenaza directa a la seguridad de Estados Unidos, justificando con ello las sanciones y el aislamiento de la isla (CUBA, 1996). La Iniciativa Andina Contra las Drogas, de 1999, creada en el marco del Plan Colombia implementado desde el año 2000, que militarizó la lucha contra el narcotráfico y las guerrillas colombianas, es otro ejemplo de esta estrategia, luego difundida durante la Guerra del Gas en los Andes y los conflictos por el control del petróleo y el gas en Irak, Afganistán y Venezuela durante la primera década del siglo XXI (DANGL, 2007). Todo ello es parte del mismo hilo neoconservador que conduce al intento fallido de la administración de George W. Bush (2001-2009) de desarrollar un *keynesianismo* militar, el cual solo agravó el déficit en la balanza de pagos y el déficit fiscal de los Estados Unidos².

Al mismo tiempo, en América Latina y el Caribe, la insatisfacción con el neoliberalismo dio lugar a una oleada de gobiernos de izquierda, los cuales redefinieron sus relaciones exteriores y fortalecieron sus alianzas para enfrentar las políticas neoliberales del Consenso de Washington, rechazando también los intentos de dominio de los neoconservadores estadounidenses (BORÓN, 2014). Los países

¹ Estas dinámicas fueron interpretadas como un “nuevo regionalismo” a “abierto” (HETTNE; INOTAI; SUNKEL, 1999), que se oponía al viejo regionalismo, cerrado, el cual giraba en torno a un modelo de sustitución de importaciones y la cooperación económica intrarregional en clave proteccionista (PRE-BISCH, 1962).

² Los políticos neoconservadores vinculados al *Think Tank* del “Nuevo Siglo Americano” habían proyectado el dominio global de los Estados Unidos para el siglo XXI mediante la fuerza y el poder militar (HOBSBAWM, 2007).

de la región fueron adoptando un nuevo regionalismo, definido como posneoliberal (SANAHUJA, 2008) o post hegemónico (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012), en el que se buscaba la solidaridad, la cooperación y una mayor autonomía regional. De ahí que, aunque el ALCA parecía avanzar en la Cumbre de las Américas de 1998 y en la III Cumbre de Québec en 2001, fue frenado en la IV Cumbre de Mar del Plata en 2005 por un bloque de países liderado por Argentina, Brasil y Venezuela, que habían virado sus gobiernos a la izquierda.

Este esquema de alianzas entre gobiernos de tendencia izquierdista también dio un giro más progresista para el Mercosur y llevó a los gobiernos de Cuba y Venezuela a impulsar la Alianza Bolivariana de las Américas-Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP), de 2004, en abierta oposición al ALCA, devolviendo protagonismo a la isla en la política regional. La conformación de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) en 2008 como una estrategia para gestionar los recursos naturales y sociales de América del Sur es otro ejemplo de esta competencia económica en América Latina y el Caribe (CASARÕES, 2017). En este contexto, la intención brasileña de sumarse en 2008 al foro de los BRICS, conformado por Brasil, Rusia, India, China, como una alternativa al predominio financiero occidental y la búsqueda de mayor autonomía económica, fue percibida como una competencia directa a la influencia estadounidense en la región.

La crisis financiera asiática de 1997 y la crisis global de 2008 afectaron profundamente a los países más industrializados de Europa y Estados Unidos, exponiendo las vulnerabilidades del sistema financiero dominado por el dólar³. China aprovechó esta coyuntura para fortalecer sus lazos económicos con América Latina, consolidándose como un socio estratégico en la región e intensificando sus inversiones en energía e infraestructura. Esto hizo que la recuperación de países dependientes de la economía estadounidense deprimida, luego de la crisis de 2008, fuera más lenta, mientras que los países de Sudamérica, con gobiernos más progresistas y economías vinculadas a China, como Brasil, Argentina o Venezuela, lograron tener un crecimiento más rápido. En estos términos se fue delineando una competencia estratégica entre los Estados Unidos por ganar influencia en América Latina y el Caribe.

3 La economía de los Estados Unidos cayó un 2.6% del PIB en 2009 respecto al año anterior, lo que afectó al comercio con América Latina y el Caribe, que pasó de US \$673 mil millones en 2008 a US \$529,000 millones en 2009, una reducción del 21.3%, especialmente en sectores industriales y manufactureros (CCI, 2024).

3. Tiempos de competencia estratégica

Para contrarrestar el avance de China en América Latina y el Caribe, el gobierno de Bush mantuvo una estrategia doble, por una parte lanzó la Iniciativa Mérida de 2008, similar al Plan Colombia, pero destinada a mantener el control militar y la influencia estadounidense en México y Centroamérica. Por otra parte los estadounidenses buscaron establecer las “reglas de juego” de la economía regional y global regresando a la lógica de los acuerdos de libre comercio, para regular áreas clave como patentes, propiedad intelectual, inversiones, medio ambiente y trabajo. En la siguiente tabla se muestran los Tratados de Libre Comercio entre Estados Unidos en la región.

Tabla 1. Tratados de Libre Comercio entre Estados Unidos
y América Latina y el Caribe

Tratado de Libre Comercio	Países	Fecha de Entrada en Vigor
TLCAN (Tratado de Libre Comercio de América del Norte) / T-MEC (Tratado entre México, Estados Unidos y Canadá)	México, Canadá, Estados Unidos	01/01/1994 (Renegociado 01/07/2020)
TLC Estados Unidos y Chile	Chile	01/01/2004
CAFTA-DR (Tratado de Libre Comercio entre Estados Unidos, Centroamérica y R. Dominicana)	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, R. Dominicana	01/03/2006 (El Salvador) 01/04/2006 (Honduras y Nicaragua) 01/07/2006 (Guatemala) 01/03/2007 (R. Dominicana) 01/01/2009 (Costa Rica)
TLC Estados Unidos y Perú	Perú	01/02/2009
TLC Estados Unidos y Colombia	Colombia	15/05/2012
TLC Estados Unidos y Panamá	Panamá	31/10/2012

Fuente: Elaboración propia.

Con este tipo de acuerdos, la economía estadounidense logró revitalizar su comercio con la región, experimentando un crecimiento del 18% en las exportaciones desde América Latina y el Caribe (CCI, 2024). Los Estados Unidos buscaron mantener su influencia en la región a través de medios sofisticados y menos directos, como el financiamiento y respaldo a organizaciones que promueven la oposición a gobiernos de izquierda, y presión diplomática, sobre todo través de organismos internacionales como la Organización de Estados Americanos, donde se han legitimado narrativas contrarias a gobiernos progresistas, más alineados a China (LO BRUTTO; CRIVELLI, 2024). Las sanciones económicas han sido claves para crear condiciones de crisis

interna y debilitar a los gobiernos disidentes de la hegemonía estadounidense. En la siguiente tabla se muestran las sanciones impulsadas por los estadounidenses a los países de la región.

Tabla 2. Sanciones de los Estados Unidos a países latinoamericanos y caribeños en el siglo XXI

País	Año de Inicio	Motivo Principal	Tipo de Sanciones	Impacto Clave
Cuba	1962 (endurecidas en 2000s)	Régimen comunista, violaciones de derechos humanos	Embargo económico, restricciones comerciales, financieras y de viajes	Aislamiento económico, dificultades para acceder a bienes esenciales
Bolivia	2008	Expulsión de la DEA y relaciones tensas bajo el gobierno de Evo Morales	Suspensión de preferencias arancelarias (ATPDEA), limitaciones en cooperación financiera	Impacto moderado en exportaciones de productos bolivianos, tensiones diplomáticas
Honduras	2009	Golpe de Estado que depuso al presidente Manuel Zelaya	Suspensión de ayuda financiera, restricciones diplomáticas	Presión política para restaurar el orden democrático
Venezuela	2015	Violaciones de derechos humanos, represión política, corrupción y narcotráfico	Sanciones financieras, congelación de activos, restricciones comerciales, sanciones a PDVSA y funcionarios	Deterioro de la economía, crisis humanitaria, caída de la producción petrolera
Nicaragua	2018	Violaciones de derechos humanos, represión política bajo el régimen de Daniel Ortega	Congelación de activos, sanciones a individuos, restricciones comerciales	Aislamiento diplomático y financiero, presión sobre funcionarios cercanos a Ortega

México	2020	Narcotráfico, tráfico de personas, corrupción	Sanciones a individuos vinculados al narcotráfico, empresas vinculadas a cárteles	Limitación de actividades económicas de figuras clave del crimen organizado
El Salvador	2021	Desmantelamiento de instituciones democráticas, corrupción	Sanciones a funcionarios, restricciones de asistencia financiera y técnica	Aislamiento de figuras políticas, presión sobre el gobierno de Nayib Bukele

Fuente: Elaboración propia.

Estas sanciones se han convertido en presiones externas que se suman a lo que algunos analistas han definido como un “golpe de Estado blando” o *lowfare*⁴, es decir, el uso de mecanismos legales e institucionales para destituir a líderes democráticamente elegidos, tal y como sucedió en el golpe contra el presidente Manuel Zelaya en 2009, que, aunque involucró al ejército, se apoyó en una narrativa jurídica y mediática que buscaba presentarlo como una intervención legal. Los Estados Unidos fueron acusados de haber tolerado, e incluso apoyado, ese derrocamiento. El presidente Fernando Lugo de Paraguay también fue destituido mediante un juicio político en 2009 que fue criticado por su velocidad y falta de garantías democráticas (ROITMAN, 2019).

Sin embargo, la UNASUR fue clave para restablecer el orden democrático en América del Sur, a través de su cláusula democrática establecida en 2010, la cual preveía medidas colectivas de sanciones y presión diplomática entre los Estados miembros, frente a alteraciones del orden democrático, con el objetivo de proteger la estabilidad y la democracia sin intervención extranjera directa. Esto ayudó a promover la cooperación regional y el diálogo exclusivamente entre países sudamericanos, interviniendo en crisis como las de Bolivia (2008), Paraguay (2012) y Venezuela (2013). Así, la diplomacia estadounidense se vió debilitada en el contexto sudamericano y, más aún, en todo el contexto regional, con la creación de la Comunidad de Estados Latinoamericanos (CELAC) en 2011, que por primera vez reunía a todos los países

⁴ Otros casos similares incluyen el derrocamiento de Fernando Lugo en Paraguay en 2012 y el golpe de Estado en Honduras en 2009 contra Manuel Zelaya, ambos ejemplos de cómo las élites y sectores conservadores, con el respaldo indirecto de potencias extranjeras, han utilizado el marco legal para desmantelar procesos democráticos sin recurrir directamente a la violencia, pero con consecuencias profundas para la estabilidad política de la región.

de la región excluyendo deliberadamente a los Estados Unidos, Canadá y cualquier otra potencia extrarregional⁵.

En estas condiciones, el gobierno de los Estados Unidos también intentó mantener su influencia en la región apoyando iniciativas regionales supuestamente autónomas, como la Alianza del Pacífico, conformada ese mismo año por México, Perú, Colombia y Chile, que curiosamente no tardaron en alinearse al el *TransPacific Partnership* (TTP), impulsado por la administración de Barak Obama (2009-2017), en un intento de contener la expansión china en el Pacífico⁶, además de intentar hacer un contrapeso a la UNASUR y al Mercosur en Sudamérica. Bajo esta misma lógica, el gobierno estadounidense también promovió el *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) con Europa, y buscó reforzar el TLCAN, así como otros acuerdos bilaterales similares con Costa Rica, Perú, Colombia y Panamá y, en general, con aquellos gobiernos de corte neoliberal, que luego conformaron el Grupo de Lima en 2017⁷, el cual, junto con la OEA, la Unión Europea y la oposición venezolana, cuestionaron la reelección de Nicolás Maduro en Venezuela de ese mismo año.

El incremento de las sanciones de Estados Unidos agravó la crisis política y económica en Venezuela, que fue suspendida del Mercosur, afectando su influencia regional y al ALBA-TCP, que dependía de su financiamiento. A las sanciones y tensiones internas se sumaron disputas fronterizas con Colombia, especialmente bajo la presidencia de Iván Duque (2018-2022), cuando muchos venezolanos emigraron a Colombia y ambos países se acusaron de apoyar a grupos armados en la frontera. Mientras tanto, en Brasil, Rousseff fue destituida a través de un juicio político en 2016, basado en acusaciones de manipulación de las cuentas públicas. El gobierno de Michel Temer (2016-2018), que sucedió a Rousseff tras su destitución, marcó un cambio significativo en la orientación política y económica del país, alineándose más estrechamente con los intereses estadounidenses.

En este panorama, las cumbres de la CELAC de 2016 y 2017 fueron suspendidas y los procesos de integración regionales prácticamente se paralizaron. Lo único que se celebró fue el II Foro CELAC-China, en el que el gobierno chino hizo explícita la invitación a los 33 países que conforman esta iniciativa regional, para formar parte

⁵ Los norteamericanos venían de perder influencia al interior de la OEA al mostrar flexibilidad en temas como el reingreso de Cuba y reconocimiento del gobierno hondureño que derrocó a Zelaya en 2009, y luego toleraron la disputa por el asilo de Julian Assange en la embajada de Ecuador en Londres en 2012 (VAN KLAVEREN, 2012).

⁶ La intención de Obama parece haber sido neutralizar el Foro Económico de Asia y el Pacífico (APEC), transformando el ambiguo TTP en una plataforma para que los Estados Unidos dominen las reglas del Asia-Pacífico.

⁷ Argentina (se retiró en 2021), Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Guyana, Honduras, México (se retiró en 2019), Panamá, Paraguay, Perú y Santa Lucía.

de *The Belt and Road Initiative*. Ese mismo año, Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Paraguay y Perú y Uruguay, anunciaron su retiro de la UNASUR, entre 2018 y 2019, creando ese último año el Foro para el Progreso de América del Sur (PROSUR), como una alternativa a la UNASUR, impulsada por gobiernos de derecha, que no tardó en desdibujarse cuando sus promotores, los presidentes de Argentina, Colombia y Chile, Mauricio Macri, Iván Duque y Sebastián Piñera respectivamente, dejaron sus cargos, y sobre todo con la decisión de Boric de suspender la participación de Chile en 2022.

El gobierno de Donald Trump (2017-2021) sorprendió a sus aliados regionales, y a la diplomacia mundial en general, al rechazar el TPP, el TTIP y otros acuerdos internacionales, argumentando que dichos tratados causaban pérdidas en el sector manufacturero y afectaciones a los trabajadores estadounidenses. Esto generó incertidumbre sobre el futuro de la Alianza del Pacífico, dado que la retirada de Estados Unidos del TPP contradecía las políticas de apertura comercial que la administración Obama había promovido previamente. Lo mismo sucedió con el TLCAN, que fue renegociado resultando en el Tratado entre México, Estados Unidos y Canadá (T-MEC)⁸. La administración de Trump también cuestionó y paralizó la Organización Mundial de Comercio, promoviendo un rampante proteccionismo que terminó en la guerra comercial entre China y Estados Unidos en 2018, en un intento de reducir el déficit comercial de la economía estadounidense con el país asiático, exigiendo cambios en las prácticas de propiedad intelectual y una reestructuración en el trato comercial con empresas chinas⁹.

Trump también promovió una discusión de la OTAN y del sistema de alianzas militares estadounidenses en un reacomodo, que más que una estrategia de política exterior, parecía responder más bien a una la necesidad estructural del capitalismo histórico de buscar un respiro económico luego de la hiperglobalización promovida por el neoliberalismo. Los estadounidenses buscaron una economía más centrada en sí misma, con un cerramiento de fronteras y un retorno a un nacionalismo y proteccionismo más acorde con las necesidades del fin de un ciclo de acumulación y concentración financiera. Este reacomodo puso a América Latina en la encrucijada en medio de la competencia estratégica entre grandes potencias como Estados

8 El T-MEC establece límites a la proporción del valor de los productos que pueden beneficiarse de preferencias arancelarias cuando incorporan insumos provenientes de países no miembros del acuerdo. Esta disposición incentiva a los proveedores de los productores estadounidenses a establecer plantas en América del Norte, especialmente tras la interrupción del comercio mundial causada por la COVID-19 (OROZCO, 2023).

9 Donald Trump impuso aranceles sobre productos chinos por un valor de \$34 mil millones, alegando prácticas comerciales desleales y el robo de propiedad intelectual. China respondió con aranceles equivalentes sobre productos estadounidenses, lo que llevó a una escalada de tarifas y sanciones que afectaron a una amplia gama de bienes y sectores, incluyendo tecnología, agricultura y manufactura.

Unidos y China, dificultando la consolidación de una postura común en cuanto a la integración regional, afectada también por la fragmentación ideológica y las crisis económicas.

4. La encrucijada latinoamericana

La creciente presencia de China, a través de inversiones en infraestructura, energía y comercio, ha desafiado el liderazgo histórico de los Estados Unidos, lo que parece obligar a los países latinoamericanos y caribeños a equilibrar sus relaciones con ambos (GALLAGHER, 2016). Mientras Estados Unidos promueve su agenda de seguridad, China parece desarrollar un enfoque de cooperación Sur-Sur, basado en integración económica, junto con la diplomacia activa, que refleja un enfoque globalizador distinto, el cual combina intereses estratégicos y económicos, con un fuerte respaldo estatal a su modelo de desarrollo, lo que puede ser definido como una “globalización con características chinas” (VADELL, 2023).

En América Latina una de las estrategias claves de China ha sido asegurar el reconocimiento de la política de “una sola China”, logrando que la mayor parte de los países de la región rompan lazos con Taiwán¹⁰. Desde principios de la década de 2000, varios países de la región cambiaron su reconocimiento de Taiwán a la República Popular China, entre ellos Costa Rica (2007), Panamá (2017), República Dominicana (2018), El Salvador (2018) y Nicaragua (2021). Por su parte, Guatemala, Paraguay, Belice, Haití, San Vicente y las Granadinas, y Santa Lucía, siguen manteniendo relaciones diplomáticas con Taiwán. La diplomacia china es acompañada de la promoción de tratados y acuerdos comerciales, como los tratados de libre comercio que el país asiático mantiene con Chile (2006), Perú (2010), Costa Rica (2011), y Ecuador (2023)¹¹.

La influencia china se ha expandido en sectores estratégicos como la infraestructura, energía, manufactura e innovación científico-técnica, a través de acuerdos y proyectos y una política plasmada en dos “libros blancos” publicados en 2008 y 2016, donde el gobierno chino hizo explícita su política exterior hacia la región, comprometiéndose a mantener relaciones equitativas y mutuamente beneficiosas con América Latina y el Caribe. Además, China ha promovido la cooperación a través de la estrategia “1+3+6”¹² presentada por Xi Jinping en 2015 durante la primera reunión ministerial

10 La mayoría de los países latinoamericanos y caribeños comenzaron a reconocer a China después de su ingreso en la Organización de las Naciones Unidas en 1971 y la visita de Nixon en 1972.

11 Además, China está avanzando en negociaciones para un tratado con Uruguay y ha establecido acuerdos bilaterales significativos, como el acuerdo sobre el litio con Bolivia.

12 La estrategia se refiere a 1 plan de cooperación para el periodo 2015-2019; + 3 fuerzas: comercio,

del Foro China-CELAC. Esta estrategia, junto con los planes de trabajo del foro para 2015-2019, 2019-2021 y 2022-2024, han fortalecido la presencia del país asiático en temas como comercio, inversión, ciencia, tecnología, medio ambiente y más.

China también se mostró interesada en establecer alianzas estratégicas en esta región, como las que empezó a formalizar con Brasil, Rusia y los Estados Unidos en la década de 1990, ante el cambio en el panorama global tras la Guerra Fría, aunque el gobierno chino no revela la lista real de sus socios estratégicos por temor a ofender a países no considerados en esta categoría (ZHONGPING; JING, 2014). Sin embargo, se estima que actualmente el país asiático tiene aproximadamente 47 asociaciones de este tipo, de las cuales, 12 son con países de América Latina y el Caribe, la mayoría de ellas establecidas luego de 2014, tal y como se puede ver en la siguiente tabla.

**Tabla 3. Acuerdos de Asociación Estratégica de China
con países latinoamericanos y caribeños**

<i>País</i>	<i>Tipo de Asociación Estratégica</i>	<i>Fecha de Establecimiento</i>
Brasil	Asociación Estratégica Global	1993 (actualizado en 2012)
Argentina	Asociación Estratégica Integral	2014
Chile	Asociación Estratégica	2012
Perú	Asociación Estratégica Integral	2013
Venezuela	Asociación Estratégica Integral	2001 (actualizado en 2014)
México	Asociación Estratégica Integral	2013
Ecuador	Asociación Estratégica Integral	2016
Uruguay	Asociación Estratégica	2016
Costa Rica	Asociación Estratégica	2015
Panamá	Asociación Estratégica	2017
Bolivia	Asociación Estratégica	2018
Cuba	Asociación Estratégica Integral	2018

Fuente: Elaboración propia.

La estrategia de China parece emular aspectos clave de la hegemonía de los Estados Unidos, como la creación de instituciones multilaterales y el fortalecimiento de su presencia internacional, pero antes de ser considerada una potencia hegemónica (CABRERA; LO BRUTTO, 2022, 2023). De hecho, el mismo gobierno chino ha rechazado el “hegemonismo” y el calificativo de “hegemonía” para referirse a la manera en la que promueve el multilateralismo y expande su influencia (RÍOS, 2022).

inversión y cooperación financiera; + 6 áreas clave: energía y recursos, obras de infraestructura, manu-
factura e innovación científico-técnica.

La crisis en Venezuela parecía abrir una oportunidad para ver el posicionamiento de China respecto a uno de sus socios más importantes de la región, interfiriendo así en la hegemonía estadounidense para mantener una especie de “esfera de influencia” en América Latina y el Caribe, como respuesta al cerco de los Estados Unidos en Asia. Sin embargo, China ha evitado mostrar señales de confrontación directa en ese y otros casos (WISE, 2021).

De hecho, China parece ocupar los espacios dejados por los estadounidenses, pero siguiendo el principio de no provocación a los Estados Unidos (DOMÍNGUEZ, 2017). Lejos de polémicas políticas o ideológicas, la estrategia de China en la región se ha enfocado más en afianzar relaciones económicas multilaterales y, por eso, ha invitado a los países latinoamericanos y caribeños a integrar el Banco Asiático de Inversión en Infraestructura (AIIB) y la *Belt and Road Initiative*, a la que ya se sumaron varios países de la región, firmando acuerdos o memorandos de entendimiento, como se muestra en la siguiente tabla.

Tabla 4. Adhesión al Banco Asiático de Inversión en Infraestructura y firma de memorandos de entendimiento con la *Belt and Road Initiative*

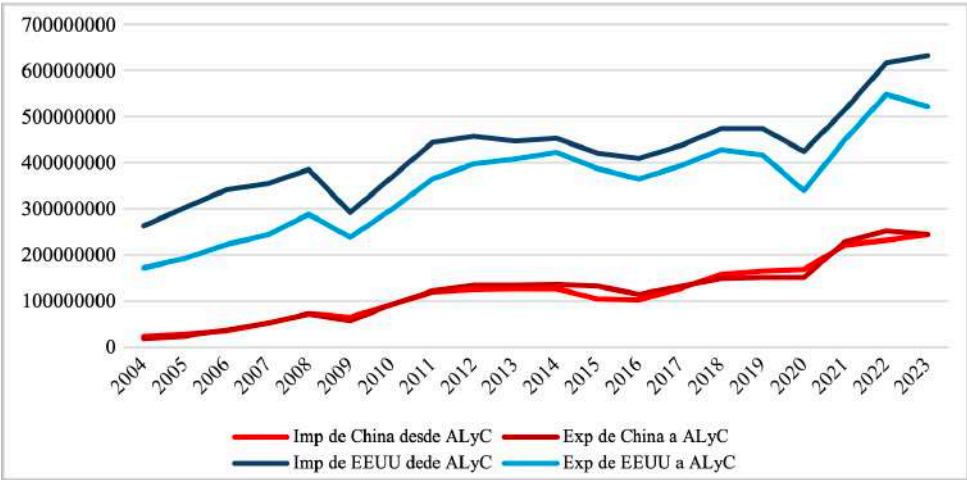
<i>Banco Asiático de Inversión en Infraestructura</i>		<i>Firma de memorandos de entendimiento o acuerdos relacionados con la Belt and Road Initiative</i>			
<i>País</i>	<i>Fecha de Adhesión</i>	<i>País</i>	<i>Fecha de firma</i>	<i>País</i>	<i>Fecha de firma</i>
Brasil	27/03/2015	Perú	26/12/2018	El Salvador	21/11/2018
Perú	15/12/2015	Uruguay	26/11/2018	Cuba	25/11/2019
Chile	26/04/2017	Chile	22/11/2018	Jamaica	09/04/2019
Uruguay	27/06/2017	Colombia	18/01/2022	T. y Tobago	14/05/2018
Argentina	29/06/2017	Ecuador	04/02/2022	Guyana	23/07/2018
Colombia	01/04/2018	Argentina	06/02/2022	Barbados	05/02/2019
México	26/04/2018	Bolivia	13/06/2023	A. y Barbuda	27/12/2018
		Venezuela	08/09/2018	Surinam	23/03/2019
		Costa Rica	09/09/2018	Nicaragua	09/12/2022
		Panamá	16/11/2017		

Fuente: Elaboración propia.

En estas condiciones, el comercio entre América Latina y el Caribe y China ha experimentado un crecimiento exponencial, pasando de más de 14,000 millones de dólares en 2000 a cerca de 500.000 millones en 2022, lo que representa un incremento de 35 veces. Las exportaciones de la región hacia China se multiplicaron por 49, mientras que las importaciones lo hicieron por 30. En comparación, el comercio mundial total de bienes sólo se multiplicó por 4 en el mismo período (CEPAL, 2023). China es actualmente el segundo socio comercial de la región, representando el 13% de sus exportaciones y el 22% de sus

importaciones en 2022¹³. Sin embargo, los Estados Unidos siguen siendo por mucho los principales socios comerciales de la región, tal y como se muestra en la siguiente gráfica.

Gráfica 1. Comercio de América Latina y el Caribe con Estados Unidos y China



Fuente: Elaboración propia con base en CCI (2024).

El comercio entre América Latina y el Caribe y China es predominantemente interindustrial, ya que entre 2020 y 2023 cinco productos (soja, cobre, hierro, petróleo y cátodos de cobre) constituyeron el 67% de las exportaciones regionales a China (CCI, 2024). Lo cierto es que América Latina exporta menos productos a China que a los Estados Unidos y la Unión Europea. Brasil lidera en diversidad de exportaciones, seguido por Argentina, Chile y México. El 93% de las exportaciones a China provienen de América del Sur, principalmente de Brasil, Chile y Perú (82%), mientras que México representa el 6%. México es también el mayor importador de productos chinos (38%). La mayoría de los países de la región mantienen un déficit comercial con China, con excepción de Brasil, Chile y Perú. México es uno de los más afectados, debido a la intensa competencia china en sectores industriales clave.

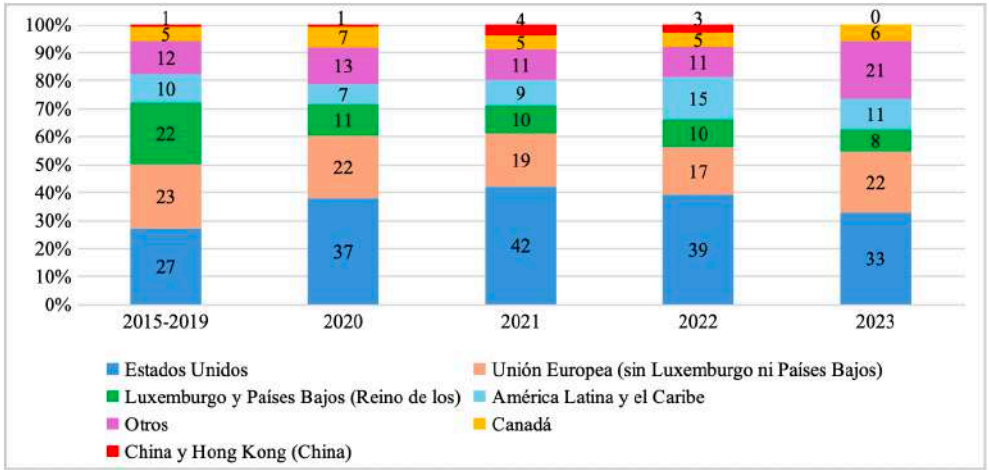
Desde 2021, China ha ido reequilibrando sus relaciones con América Latina y el Caribe, debido a que los motores del crecimiento económico chino están cambiando, pasando de un modelo basado en la inversión a uno centrado en el consumo, de sectores de baja tecnología a sectores de alta tecnología, y de la industria manufacturera hacia los servicios (DING; MANO, 2021). Además, el proteccionismo comercial rampante

13 América Latina y el Caribe han adquirido mayor relevancia en el comercio exterior de China, alcanzando una participación del 7% en sus exportaciones y del 8,5% en sus importaciones.

ha afectado las cadenas globales de suministro y el acceso a mercados y recursos, impactando negativamente la economía global. El Fondo Monetario Internacional advierte sobre la fragmentación del comercio mundial en bloques rivales, señalando que, en 2023, los países impusieron unas 3,000 nuevas restricciones comerciales, casi el triple que en 2019¹⁴ (FMI, 2024, p. 19).

En este panorama, la composición de las inversiones chinas en América Latina y el Caribe, que crecieron hasta tres veces en 2021 respecto al lustro anterior, se fueron desplazando de sectores como combustibles fósiles, metales y agricultura hacia manufacturas y servicios, incluyendo suministros básicos, transporte, servicios financieros y telecomunicaciones (DUSSEL, 2024). Los Estados Unidos son el principal inversor de la región, concentrando en energía y recursos naturales (40%), manufactura (25%) y servicios financieros (15%), sumando el 33% del total de las inversiones, como se ve en la siguiente gráfica.

Gráfica 2. América Latina y el Caribe (11 países)a: distribución de las entradas de inversión extranjera directa, por origen, 2015-2023.



- a. Los países considerados son: Bolivia (Estado Plurinacional de), Brasil, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, República Dominicana y Trinidad y Tabago, que cuentan con información sectorial a 2023. En la información sobre el Brasil no se incluye el componente de reinversión de utilidades.

Fuente: CEPAL (2024, p. 41).

¹⁴ En mayo, Estados Unidos anunció un incremento significativo en los aranceles a productos chinos en los semiconductores (del 25% al 50%), las células solares (del 25% al 50%), las baterías para vehículos eléctricos (del 7,5% al 25%) y los vehículos eléctricos (del 25% al 100%).

En Colombia, las entradas de IED estadounidense aumentaron un 14%, posicionando al país como el tercer destino de las inversiones estadounidenses en la región, con un 18% del total. México (41%) y Brasil (33%) continúan siendo los principales destinos, pero ambos experimentaron caídas en las entradas de IED estadounidense, del 30% y 21%, respectivamente. En general, en 2023 se observó una disminución del 29,7% en las entradas de inversión estadounidense en la región en comparación con 2022. En 2023, las inversiones de China en la región también disminuyeron significativamente, con entradas de solo 790 millones de dólares, representando un 0,4% del total de IED. A pesar de su escasa contribución, aproximadamente la mitad de la inversión china se destinó a Brasil, mientras que el resto se distribuyó entre Colombia, México y Ecuador¹⁵ (CEPAL, 2024).

Además de las inversiones, la Ayuda Oficial al Desarrollo (AOD) de Estados Unidos y el financiamiento al desarrollo que realiza China refleja dos enfoques divergentes de cooperación internacional y competencia geopolítica. La AOD se realiza bajo criterios del Comité de Ayuda al Desarrollo (CAD) de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), referida a flujos financieros, en forma de donaciones o de préstamos en condiciones favorables con el objetivo de promover el desarrollo económico. Por su parte, la ayuda de China combina desarrollo con objetivos económicos y estratégicos, y no siempre sigue las normas de la AOD o los criterios del CAD de la OCDE, lo que hace que este tipo de cooperación china sea más difícil de medir o rastrear (BRÄUTIGAM, 2011; DREHER *ET AL.*, 2017; DOMÍNGUEZ, 2017).

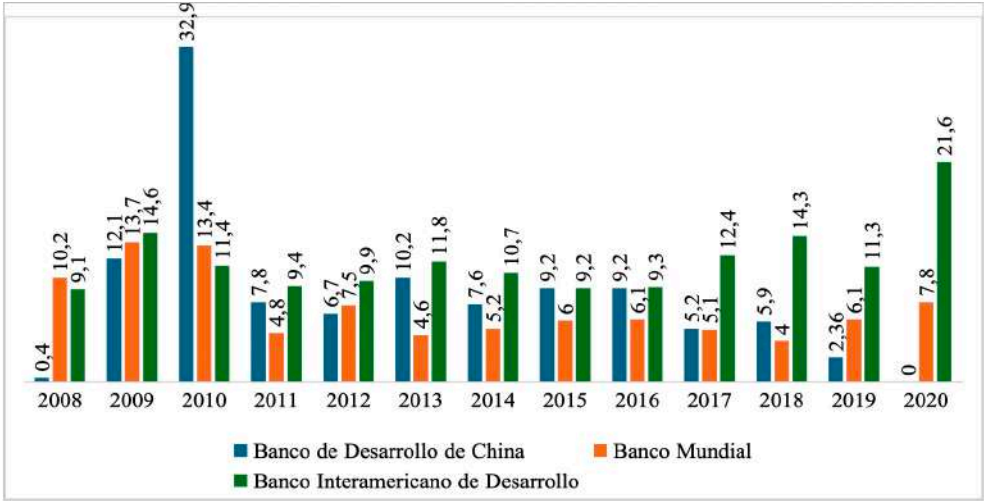
En realidad, China ha desarrollado su propia forma de cooperación Sur-Sur ampliada, la cual va “más allá de la ayuda”, rompiendo con los esquemas tradicionales de cooperación y ayuda al desarrollo tradicionales, sobre todo por incluir diálogo político, acuerdos comerciales, que facilitan el ambiente para los negocios, así como préstamos, donaciones e inversiones en infraestructura, energía y salud, sin imponer condiciones políticas (Lin; Wang, 2017). Por otro lado, Estados Unidos mantiene el esquema de AOD enfocado en la gobernabilidad, el desarrollo institucional, los derechos humanos y la seguridad, a menudo vinculando su ayuda a reformas políticas y económicas (ALLARD; GOLINGER, 2009). Bajo este esquema de AOD, entre 1946 y 2021, los Estados Unidos proporcionaron US \$100.400 millones (US \$209.900 millones constantes de 2021) en asistencia a la región (Meyer, 2024), concentrada

15 Entre 2022 y 2023, las empresas de la Unión Europea incrementaron su interés en fusiones y adquisiciones en América Latina y el Caribe, con un aumento del 344% en el valor de sus transacciones. En contraste, las empresas estadounidenses redujeron su participación en un 49%, y las empresas chinas también disminuyeron sus operaciones en un 76%, aunque mantuvieron inversiones estratégicas en sectores como la minería de cobre en Colombia (CEPAL, 2024, pp. 42-43).

sobre todo en Colombia, México, Centroamérica y el Caribe (USAID, 2024).

Medir y comparar los flujos de ayuda y financiamiento al desarrollo de China es complicado, pero el equipo de China Aid Data estima que entre 2001 y 2023 se invirtieron en la región unos US \$279.100 millones, sobre todo en Venezuela (41.54%), Brasil (19.85%) y Argentina (13.97%), los cuales se se distribuyeron en multiples sectores (26.2%), en la industria, minería y construcción (24.4%) y energía (15.4%) (CHINA AID DATA, 2024). Los préstamos del Banco de Desarrollo de China a América Latina y el Caribe alcanzaron su punto máximo en 2010, con US \$33 mil millones, superando incluso a los otorgados por el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo ese mismo año. Entre 2011 y 2016, estos flujos se mantuvieron relativamente constantes, pero a partir de 2017 comenzaron a disminuir de forma sostenida. En 2019, se redujeron en más del 50 % respecto al año anterior, y para 2020 prácticamente desaparecieron, como se observa en la siguiente gráfica.

Gráfica 3. Comparación de los préstamos a América Latina y el Caribe otorgados por el Banco de Desarrollo de China, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo, 2008-2020 (en US \$ miles de millones).



Fuente: Elaboración propia con base en: Garzon *et al.* (2021, p. 40).

La disminución de estos préstamos chinos se debe a un reajuste en la estrategia financiera de China hacia América Latina y el Caribe, que ahora da prioridad a la inversión directa y a las asociaciones público-privadas, en lugar de otorgar grandes préstamos soberanos. Este cambio también refleja un creciente enfoque en la sostenibilidad y viabilidad de los proyectos financiados. Aunque la noción de una supuesta

“trampa de la deuda” china en la región es recurrente en la literatura académica y periodística, sugiriendo un ciclo de endeudamiento insostenible con los socios del país asiático, la realidad es más compleja: los Estados latinoamericanos mantienen capacidad para negociar condiciones favorables y diversificar sus fuentes de financiamiento (GARCÍA, 2023).

Desde 2020, China redujo drásticamente este tipo de financiamientos a la región para reajustar su esquema financiero hacia un cambio estratégico, actuando con más cautela a la hora de desembolsar los préstamos y apostando más por la adquisición de compañías locales que le otorgan acceso directo al mercado latinoamericano y caribeño (BRUZZONE, 2023). Desde 2005 a 2023, el Banco de Desarrollo de China y el Banco de Exportación e Importación de China han otorgado más de US \$120.000 millones en compromisos de préstamos a países de América Latina y el Caribe y a empresas estatales, como se muestra en la siguiente tabla.

Tabla 5. Préstamos de China a América Latina y el Caribe

Bancos Políticos ^a			Bancos Comerciales ^b	
País	Cantidad (en US \$ miles de millones)	No. de Préstamos	País	No. de Préstamos
Venezuela	59.2	17	Argentina	36
Brasil	32.4	15	Brasil	9
Ecuador	11.8	27	Perú	4
Argentina	7.7	13	Chile	4
Bolivia	3.2	13	Ecuador	3
Jamaica	1.6	10	México	2
México	1.0	1	Colombia	2
Surinam	0.7	6	Venezuela	1
T. y Tobago	0.5	5	Honduras	1
Costa Rica	0.5	4		
Guyana	0.5	7		
Cuba	0.3	4		
Barbados	0.2	2		
A. y Barbuda	0.2	4		
Bahamas	0.9	2		
Granada	0.6	1		
Perú	0.5	1		
Dominica	0.4	1		

a. Incluye el Banco de Desarrollo de China (CDB) y el Banco de Exportación e Importación de

China (Ex-Im Bank).

b. Incluye “cinco grandes” bancos comerciales de China—el Banco Industrial y Comercial de China (ICBC), el Banco de China (BOC), el Banco de Construcción de China (CCB), el Banco de Comunicaciones (BoCom) y el Banco Agrícola de China (ABC)

Fuente: Elaboración propia con base en: Fuente Myers (2021), Ray y Myers (2024).

Estos préstamos se concentraron esencialmente en el sector de energía (78%), infraestructura (10%) y minería (1.7%) (MYERS, 2021; RAY; MYERS, 2024). Por eso la administración Trump presionó a los países latinoamericanos y caribeños para que cooperaran con la agenda política global de Estados Unidos, lanzando la iniciativa *América Crece*, o *Growth in the Americas*, con el objetivo de movilizar inversiones en energía e infraestructura para apoyar el desarrollo regional, comprometiendo más de US \$489 millones para proyectos. A esta iniciativa se unieron 14 países de la región¹⁶ en comparación con los 19 que forman parte de la *Belt and Road Initiative* (YUKEE, 2020).

La región se convulsionó tras la victoria electoral del derechista Jair Bolsonaro en Brasil, criticado por los métodos fascistoides de su gobierno, que decidió retirar a su país de la CELAC para alinearse más con Estados Unidos. En Bolivia, las elecciones presidenciales generaron acusaciones de fraude electoral, y las presiones de la oposición respaldadas por la OEA llevaron a la destitución y exilio de Evo Morales, provocando un drástico cambio en la diplomacia boliviana. Este cambio incluyó la ruptura de relaciones con Venezuela, Nicaragua y Cuba, y tensiones con México y Argentina debido al asilo que brindaron a Morales en 2019.

De hecho México y Argentina, virados a la izquierda con el gobierno de Andrés Manuel López Obrador en 2018 y Alberto Fernández en 2019, respectivamente, crearon un nuevo eje regional que se articuló en la CELAC, sobre todo en el marco de la pandemia de COVID-19, la cual volvió a trastocar los equilibrios políticos y económicos regionales. A través de la CELAC, Argentina y México coordinaron esfuerzos para obtener ayuda de China, que no tardó en enviar a la región más de 200 millones de dosis de vacunas como Sinovac y Sinopharm, y donar millones de mascarillas, respiradores y equipos médicos. La ayuda de los Estados Unidos a la región fue más tardía, aunque también contribuyó con más de 70 millones de dosis de Pfizer y Moderna, así como asistencia en equipos médicos (HOROWITZ; ZISSIS, 2021).

El mandatario mexicano Andrés Manuel López Obrador fue una de las figuras

¹⁶ Panamá, Colombia, Bolivia, Brasil, Ecuador, Chile, Guyana, Jamaica, Surinam, Uruguay, Guatemala, El Salvador y Honduras.

centrales de la política regional, logrando ejercer liderazgo enfocado en el Sur (México [...], 2024). Sin embargo, la migración desde Centroamérica que atraviesa México en su ruta hacia los Estados Unidos fue uno de los temas con los que el gobierno estadounidense ejerció presión a las autoridades mexicanas, las cuales supieron aprovechar la coyuntura para tejer un nuevo entramado de relaciones, no solo con los Estados Unidos, sino también con Centroamérica. El gobierno mexicano buscó un acercamiento con el mandatario de Nicaragua, Daniel Ortega, cercado por las críticas del gobierno estadounidense; también cooperó con Nayib Bukele, presidente de El Salvador, a pesar de sus controvertidas políticas de seguridad; y estrechó sus relaciones con Xiomara Castro, la primera mujer presidenta de Honduras, en 2021.

La presidencia de Gustavo Petro en Colombia, desde mediados de 2022, también representó un cambio histórico para la región, enfocándose en la paz y la justicia social, mejorando las relaciones entre Colombia y Venezuela, al tiempo que se acercaba a México y Argentina (RAMOS, 2024). Los equilibrios latinoamericanos y caribeños se inclinaron nuevamente hacia la izquierda con el regreso de Brasil bajo Lula da Silva en 2022, quien reintegró a su país en la CELAC y no dudó en fortalecer la cooperación con China.

Ante ello, el gobierno de Biden buscó acercarse a América Latina, el Caribe y África de manera más selectiva, modificando la Ley de Competencia Estratégica de 2021 para contrarrestar la influencia financiera de China, incluyendo más financiamiento a industrias tecnológicas estadounidenses, y fortalecer la Corporación Financiera de Desarrollo Internacional de los Estados Unidos (CHINA BRIEFING, 2024). En competencia con el Banco de Desarrollo de China y la *Belt and Road Initiative*, en 2021, Biden y sus aliados del G7 lanzaron sin mucho éxito la iniciativa Build Back Better World (B3W), como una alternativa a los esquemas de financiamiento chinos. En 2022, también se lanzó la Asociación de las Américas para la Prosperidad Económica (APEP), con 11 países socios, para promover la cooperación económica y las relaciones comerciales (THE WHITE HOUSE, 2023). Estas acciones se enmarcan en una lógica geopolítica similar a la de la Guerra Fría, buscando consolidar un bloque de poder liderado por Estados Unidos (CRIVELLI; MARTÍNEZ; TELLO, 2023).

La guerra en Ucrania marcó un punto de inflexión en este sentido, intensificando las presiones para crear un sistema de alianzas y un nuevo bloque de poder centrado en los Estados Unidos. Sin embargo, la diplomacia estadounidense no logró aislar a Rusia, de hecho la acercó más a China y otras potencias emergentes. En 2024, el G77 + China, por ejemplo, rechazaron las sanciones unilaterales (CASON; BROOKS, 2023), y ningún país latinoamericano apoyó las sanciones contra Rusia (PIATETSKY, 2024), en un panorama que recuerda la neutralidad de muchos países durante la

Guerra Fría (HOLDER *ET AL.*, 2023). La ampliación de los BRICS con la iniciativa BRICS Plus, para sumar en 2024 a Arabia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Irán, Etiopía y Argentina, cobró relevancia como una propuesta multipolar que se expande en regiones estratégicas como el Medio Oriente, el Indo-Pacífico y el Atlántico Sur, en competencia geopolítica frente a Estados Unidos y sus aliados occidentales (GARCÍA, 2023).

Lula fue uno de los principales impulsores del ingreso de Argentina al BRICS Plus, mirando la conformación de un eje virtuoso para la modernización del resto de la región, en la búsqueda de mayor autonomía y desarrollo regional (STAIANO, 2023). Sin embargo, el derechista, autodenominado “libertario”, Javier Milei, como nuevo presidente de Argentina, rechazó la adhesión de su país a los BRICS Plus, optando por alinearse con Estados Unidos e Israel en lugar de con China y sus aliados¹⁷. Esta política también ha debilitado al Mercosur y ha complicado las relaciones de Argentina con Brasil, Chile y Venezuela (DEVANNA, 2024). Con ello también se desvanecieron los esfuerzos de Lula y Fernández por revitalizar la UNASUR, iniciados en 2023.

La división ha alcanzado a la Comunidad Andina de Naciones y la Alianza del Pacífico, que persisten sin mucho protagonismo, lo que fue agravado por las tensiones diplomáticas entre México y Ecuador, luego de que fuerzas armadas y policiales ecuatorianas irrumpieron en la embajada mexicana en Quito para capturar al ex-vicepresidente de ese país andino Jorge Glas, que había obtenido el asilo del gobierno mexicano (MÉXICO, 2024). En general, la región sigue dividida, sobre todo por controversias sobre las elecciones en Venezuela, que no sólo han frenado toda concertación en Sudamérica, trascendiendo el espectro político regional. Estados Unidos, la Unión Europea y otros países de América Latina¹⁸ han rechazado los resultados electorales en ese país.

China, Rusia e Irán han felicitado a Nicolás Maduro por su victoria electoral, reafirmando su apoyo. China ha otorgado a Venezuela aproximadamente US \$59.000 millones, casi el doble que a Brasil, mediante una línea de crédito respaldada por entregas de petróleo (MYERS, 2021; RAY; MYERS, 2024). Además, Venezuela se

¹⁷ El “efecto Milei” ya se deja ver en la economía argentina, pues en marzo de 2024 China dejó de ser el segundo lugar entre los socios comerciales del país sudamericano. Las ventas de Argentina a China bajaron un 24,2%, mientras que las compras se contrajeron un 34,9% entre 2023 y los primeros tres meses de 2024 (GIMÉNEZ, 2024).

¹⁸ En agosto de 2024, un comunicado conjunto de los gobiernos de Argentina, Costa Rica, Chile, Ecuador, Estados Unidos, Guatemala, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana y Uruguay rechazó la sentencia del Tribunal Supremo de Justicia de Venezuela, que validó los resultados de las elecciones del 28 de julio, señalando falta de transparencia y el bloqueo de la oposición (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE COSTA RICA, 2024).

ha convertido en el mayor comprador de armamento ruso en América Latina y, en 2024, recibió buques militares rusos como parte de un intercambio cultural y tecnológico, reflejando la estrecha alianza militar entre Caracas y Moscú (Venezuela recibe [...], 2024). En 2022, bajo sanciones estadounidenses, Venezuela e Irán firmaron un plan de cooperación de 20 años que abarca diversos sectores (UNDER U.S. [...], 2022) y, en 2023, el presidente iraní Ebrahim Raisi visitó Venezuela, Cuba y Nicaragua, expresando su oposición al “sistema hegemónico y unilateral” (EL PRESIDENTE [...], 2023).

Desde una perspectiva del sistema-mundo, estos fenómenos reflejan un cambio profundo en las dinámicas de poder y acumulación de capital a escala mundial, en el que la reconfiguración multipolar influye en las relaciones internas y regionales de América Latina y el Caribe. Un ejemplo de esta tendencia es la postura de países como México, Colombia y Brasil frente a las elecciones en Venezuela. Los presidentes Andrés Manuel López Obrador, Gustavo Petro y Luiz Inácio Lula da Silva adoptaron una política exterior que, en lugar de alinearse completamente con uno de los grandes polos de poder, busca un equilibrio entre sus intereses con China y los BRICS Plus, a la vez que mantiene una comunicación fluida con los Estados Unidos¹⁹.

Esta postura parece haber quedado clara luego de que, en la reciente cumbre de los BRICS Plus celebrada en Kazán, Rusia, en octubre de 2024, Brasil vetó la incorporación de Venezuela al bloque, a pesar del apoyo que el gobierno de Maduro había recibido del resto de los miembros, especialmente de China y Rusia. En cambio, Cuba y Bolivia, con la aprobación de Brasil, fueron incluidos en la lista final de aspirantes oficiales a unirse a los BRICS Plus²⁰ (MOLEIRO; GALARRAGA, 2024). Venezuela calificó el veto brasileño como una “agresión” y un “gesto hostil”, mientras que el gobierno de Lula argumentó que la exclusión no responde a razones políticas, sino a un “quiebre de confianza” con el gobierno de Nicolás Maduro tras la falta de transparencia en sus elecciones presidenciales pasadas (VENEZUELA CALIFICA [...], 2024).

Esto podría reagrietar la ya fracturada geopolítica latinoamericana y caribeña, evitando que Venezuela incline la balanza en favor de China y el grupo de potencias emergentes, mientras Lula escapa a cualquier enfrentamiento con los Estados Unidos y mantiene su liderazgo en Sudamérica. En este panorama, el liderazgo de Xiomara

¹⁹ Este enfoque parece continuar bajo el liderazgo de Claudia Sheinbaum en México.

²⁰ En la reciente configuración del bloque, los miembros plenos de los BRICS, con participación activa en la toma de decisiones, son Brasil, Rusia, India, China, Sudáfrica, Egipto, Etiopía, Irán, Arabia Saudita y Emiratos Árabes Unidos. Paralelamente, bajo el formato BRICS Plus, se incorporaron doce países como miembros asociados: Argelia, Bielorrusia, Bolivia, Cuba, Indonesia, Kazajistán, Malasia, Nigeria, Tailandia, Turquía, Uganda, Uzbekistán y Vietnam, los cuales participan en mecanismos de diálogo y cooperación, pero sin voz ni voto en la estructura central del bloque.

Castro con la presidencia pro-tempore de Honduras en la CELAC, cobra reelevancia para rearticular el hilo progresista del regionalismo latinoamericano y caribeño. La gran incógnita radica en si la CELAC bajo el liderazgo de Castro podrá transformarse en una organización más fuerte y vigorosa, capaz de lograr la cohesión entre sus miembros, aprovechando su relación con China para fortalecer la autonomía regional respecto a los Estados Unidos. En última instancia, la región de América Latina y el Caribe parece estar en una encrucijada, y la forma en que se gestione la relación triangular entre México, Colombia y Brasil será clave para el futuro geopolítico y económico de la región.

Consideraciones finales

Aunque no se admite abiertamente, los Estados Unidos y China están en una competencia por la hegemonía mundial, evidenciada en la oposición del gobierno estadounidense a la *Belt and Road Initiative* y la presión sobre América Latina y el Caribe para evitar el acercamiento con China y sus proyectos de infraestructura. En este escenario cobra importancia la iniciativa de los BRICS Plus, que busca diseñar escenarios alternativos al dólar y nuevos ejes de poder diplomáticos para oponerse a la hegemonía occidental, operando de tal manera que el Occidente se vaya acostumbrando poco a poco a una nueva posición descentrada en el sistema mundo contemporáneo.

Por eso, la iniciativa Crece América, los proyectos de la B3W y la APEP se perciben como una respuesta tardía al avance chino en la región latinoamericana y caribeña, en el intento de los Estados Unidos para abrir la cremallera geopolítica que une América Latina y el Caribe con el bloque euroasiático y recentrar las dinámicas geopolíticas y geoeconómicas actuales en Norteamérica (BRZEZINSKI, 1997). La idea estadounidense parece revertir el proceso de transición hacia un nuevo orden mundial multipolar y “policéntrico” (AMIN, 1985), en el que las estructuras de poder tradicionales se ven desafiadas y las economías de la región deben adaptarse a la nueva reconfiguración del sistema mundial.

La creciente presencia de China en América Latina y el Caribe en lo que va del siglo XXI no sólo ha alterado los equilibrios de poder existentes (GRABENDORFF; SERBIN, 2020), sino que también ha ido impulsando una transformación en las relaciones económicas y políticas, subrayando la necesidad de una respuesta coordinada y estratégica en un sistema-mundo en transición. En este panorama, América Latina y el Caribe se ha ido convirtiendo en uno de los tableros donde se juega el ajedrez geopolítico mundial (BARRAGÁN; SRIBMAN, 2024). Los países de la región están

ante la encrucijada de seguir dependiendo de Estados Unidos, diversificar sus relaciones mediante la cooperación Sur-Sur ampliada que ofrece China, o buscar una mayor autonomía a través de la integración regional.

La definición hacia una de estas opciones puede inclinar la balanza a favor de un nuevo orden emergente o reforzar la estructura hegemónica existente. Lo que está en juego es el cambio en el equilibrio de poder entre civilizaciones, que podría inclinar la balanza definitivamente en favor del Asia oriental y los países del Sur global, poniendo fin a cinco siglos de dominio occidental en sistema mundial (ARRIGHI; SILVER, 2018). En estas condiciones, China podría liderar una globalización con mayor diversidad en los modelos de desarrollo y una reducción de las asimetrías tradicionales entre el centro y la periferia (HALL, 2018; VADELL; JABBOUR, 2023).

Mientras tanto, los países latinoamericanos y caribeños intentan superar la polarización política interna y las tensiones externas provocadas por este contexto de cambio estructural global, que impacta sus procesos de estabilidad y desarrollo. Este análisis puede extenderse a las dinámicas más amplias de América Latina y el Caribe, en donde el regionalismo juega un papel crucial. Al observar la encrucijada en la que se encuentra la región, con crecientes tensiones entre las influencias de Estados Unidos y China, surge la pregunta de cómo el regionalismo latinoamericano podría evolucionar. Las formas de cooperación Sur-Sur, particularmente dentro de marcos como la CELAC y BRICS Plus, podrían ofrecer un espacio para que los países de la región ejerzan mayor autonomía frente a las grandes potencias en un sistema-mundo en transformación.

Referencias

- ALLARD, Jean-Guy; GOLINGER, Eva. *USAID, NED, y CIA. La agresión permanente*. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.
- AMIN, Samir. Afterword-globalization, financialization and the emergence of the Global South. In: POLANYI-LEVITT, Kari. *From the great transformation to the great financialization: On Karl Polanyi and other essays*. London: Zed Books, 2013. p. 258-270.
- AMIN, Samir. *Delinking, towards a polycentric world*. New Jersey: Zed Books, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. *El reino y la gloria*. Por una genealogía teológica de la economía y del gobierno. Adrianda Hidalgo, 2008.
- AGLIETTA, Michel. *El fin de las divisas clave, ensayo sobre la moneda internacional*. Siglo XXI, 1987.
- ARNSON, Cynthia J.; DAVIDOW, Jeffrey. *China, Latin America and United States: The new triangle*. Wilson Center, 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. *El largo siglo XX, dinero, poder y los orígenes de nuestra época*. Madrid: Akal, 2018 [1994].
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos y orden en el sistema mundo moderno*. Madrid: Akal, 2018 [1999].
- BARRAGÁN, Mélyny; SRIBMAN, Ariel. *El ajedrez geopolítico de América Latina en el nuevo orden*

multipolar. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, v. 136, p. 11-33, 2024. Disponible en: <https://www.cidob.org/publicaciones/el-ajedrez-geopolitico-de-america-latina-en-el-nuevo-orden-multipolar>. Acceso: 14 jul. 2025.

BORÓN, Atilio. *América Latina en la geopolítica imperial*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2014.

BARRY, Buzan; OLE Wæver. *Regions and powers*. The structure of international security. Cambridge University Press, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Tesis sobre el concepto de historia y otros ensayos sobre historia y política*. Alianza, 2021.

BRÄUTIGAM, Deborah. Aid 'with Chinese characteristics': Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime. *Journal of International Development*, v. 23, n. 5, p. 752-764, 2011. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/jid.1798>. Acceso: 14 jul. 2025.

BRUZZONE, Sebastian. La financiación china en Latinoamérica: De prestar a gobiernos a invertir en la compra de empresas. *Global Affairs*, 10 mayo 2023. Disponible en: <https://www.unav.edu/web/global-affairs/la-financiacion-china-en-latinoamerica-de-prestar-a-gobiernos-a-invertir-en-la-compra-de-empresas>. Acceso em: 25 ago. 2024.

BRZEZIŃSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial*. La supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos. Barcelona: Paidós, 1997.

CABRERA, Ada C.; LO BRUTTO, Giuseppe. Role of the China South-South cooperation hegemonic strategy as an "early emulation" in a context of systemic chaos. *Frontiers*, v. 5, p. 1-11, 2023. Disponible en: <https://doi.org/10.3389/fpos.2023.1081861>. Acceso: 14 jul. 2025.

CABRERA, Ada C.; LO BRUTTO, Giuseppe. China and the road to an alternative interstate consensus. In: DAL, Emel P. (Ed). *G20 rising powers in the changing international development landscape*. Switzerland: Palgrave-Macmillan, 2022. p. 139-168.

CASARÕES, Guilherme. Geo-economic competition in Latin America: Brazil, Venezuela, and regional integration in the 21st Century. *Latin American Report*, v. 33, p. 1-18, 2017. Disponible en: <https://doi.org/10.25159/0256-6060/4058>. Acceso: 14 jul. 2025.

CASON, Jim; BROOKS, David. En la ONU, líderes progresistas del sur retan al orden impuesto por el norte. *La Jornada*, 19 sep. 2023. Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/noticia/2023/09/19/mundo/en-la-onu-lideres-progresistas-del-sur-retan-al-orden-impuesto-por-el-norte-6456>. Acceso: 25 ago. 2024.

CENTRO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL (CCI). *Trade Map*. ITC, 2024. Disponible en: <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acceso: 25 ago. 2024.

CHINA AID DATA. *Global Chinese development finance*. Aid Data, 2024. Disponible en: <https://china.aiddata.org/>. Acceso: 25 ago. 2024.

CHINA BRIEFING. US-China relations in the Biden Era: A timeline. *China Briefing*, 30 ago. 2024. Disponible en: <https://www.china-briefing.com/news/us-china-relations-in-the-biden-era-a-timeline/>. Acceso: 25 ago. 2024.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe es la edición correspondiente a 2024*. Santiago: Naciones Unidas, 2024.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe 2023*. Santiago: Naciones Unidas, 2023.

COOPER, Andrew. F. y HIGGOTT, Richard. A. *Middle power leadership and coalition building : the Cairns Group and the Uruguay Round*. Working paper Department of International Relations, Research School of Pacific Studies Australian National University, Canberra, mar 1990.

School of Pacific Studies, Australian National University. 1990.

COOPER, Andrew. F., HIGGOTT, Richard. A., y NOSSAL, Kim. R. *Relocating middle powers : Australia and Canada in a changing world order, Canada and international relations*. Vancouver: UBC Press. 1993.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE COSTA RICA. Comunicado conjunto sobre la sen-

tencia del TSJ de Venezuela. Comunicado. Portal del Ministerio de Relaciones Exteriores de Costa Rica, 23 ago 2024. Disponible en: <https://www.rree.go.cr/?sec=servicios&cat=prensa&cont=593&id=7925>. Acceso: 25 ago. 2024.

COX, Robert W. Fuerzas sociales, estados y órdenes mundiales, más allá de la teoría de las relaciones internacionales. In: MORALES, Abelardo (Comp.). *Poder y orden mundial*. Costa Rica: FLACSO, 1993. p. 119-181.

CRIVELLI, Eduardo; MARTÍNEZ, Elias; TELLO, Christian. ¿Hacia una Segunda Guerra Fría? Cooperación y conflicto en el siglo XXI. In: LO BRUTTO, Giuseppe; DOMÍNGUEZ Rafael (Coords.). *La cooperación internacional en la encrucijada: reglobalización versus órdenes mundiales solapados*. México: BUAP-UC, 2023. p. 129-162.

CUBA. *Ley Pública no 104-114, § 602, 1996. Ley Helms-Burton. Ley para la Libertad y Solidaridad Democrática Cubana*. Cuba, 1996.

DANGL, Benjamin. *The price of fire: Resource wars and social movements in Bolivia*. Oakland: AK Press, 2007.

DEVANNA, Cecilia. El gobierno de Javier Milei oficializó que la Argentina no entrará a los Brics. *La Nación*, 23 dic. 2024. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-gobierno-de-javier-milei-oficializo-que-la-argentina-no-entrara-a-los-brics-nid29122023/>. Acceso: 25 ago. 2024.

DING, Ding; MANO, Rui C. ¿Qué implica el reequilibramiento de China para América Latina? *IMF Blog*, 17 ago. 2021. Disponible en: <https://www.imf.org/es/Blogs/Articles/2021/09/08/blog-what-chinas-rebalancing-means-for-latin-america>. Acceso: 25 ago. 2024.

DOMINGUEZ, Rafael. La princesa y el dragón: cooperación china en América Latina y más allá. *Revista Internacional de Cooperación y Desarrollo*, v. 4, n. 2, p. 3-27, 2017. Disponible en: <https://revistas.usb.edu.co/index.php/Cooperacion/article/view/3339>. Acceso: 14 jul. 2025.

DREHER, Axel et al. Aid, China, and growth: Evidence from a New Global Development Finance Dataset. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 9, n. 2, p. 183-233, 2017.

DUSSEL, Enrique. *Monitor de la OFDI china en América Latina y el Caribe 2024*. Redalc-China, 2024. Disponible en: https://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/DusselPeters_MonitorOFDI_2024_Esp.pdf. Acceso: 25 ago. 2024.

ELLIS, R. Evan. *China in Latin America: The whats and wherefores*. Lynne Rienner Publishers, 2021.

EL PRESIDENTE de Irán llegó a Venezuela, primera parada de su gira por Latinoamérica con visitas a regímenes aliados. *Infobae*, 12 jun. 2023. Disponible en: <https://www.infobae.com/america/mundo/2023/06/12/el-presidente-de-iran-partio-hacia-venezuela-primera-parada-de-su-gira-por-latino-america-con-visitas-a-regimenes-aliados/>. Acceso: 25 ago. 2024.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI). Informe anual del FMI de 2024: Resiliencia ante el cambio. FMI. 2024.

FRANK, André G. *Re-orientar, la economía global en la era del predominio asiático*. Valencia: PUV, 2008 [1998].

GARCÍA, Aníbal. Geopolítica de los BRICS. *Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica*, 23 sep. 2023. Disponible en: <https://www.celag.org/geopolitica-de-los-brics/>. Acceso: 25 ago. 2024.

GARZÓN, Paulina et al. *Banco de Desarrollo de China: Financiamiento, gobernanza y desafíos socio-ambientales para América Latina y el Caribe*. Latinoamérica Sustentable, 2021.

GALLAGHER, Kevin. *The China Triangle*. Latin America's China boom and the fate of Washington Consensus. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GIMÉNEZ, Emiliano. ¿Efecto Milei? China ya no es el segundo socio comercial de Argentina. *CNN Argentina*, 26 abr. 2024. Disponible en: <https://cnnespanol.cnn.com/2024/04/26/efecto-milei-china-ya-no-segundo-socio-comercial-argentina-orix>. Acceso em: 25 ago. 2024.

GRABENDORFF, Wolf; SERBIN, Andrés (Eds.). *Los actores globales y el (re) descubrimiento de América Latina*. Icaria Editorial, 2020.

HALL, Thomas. D. *Comparing Globalizations: Historical and world-systems approaches*. Switzerland: Springer, 2018.

HETTNE, Björn; INOTAI, Andrés; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). *Globalism and the new regionalism*. Pal-

grave Macmillan, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. *Guerra y paz en el siglo XXI*. Barcelona: Crítica, 2007.

HOLDER, John *et al.* Occidente intentó aislar a Rusia. No Funcionó. *The New York Times*, 02 mar. 2023. Disponible en: <https://www.nytimes.com/es/interactive/2023/03/02/espanol/rusia-sancciones-aislamiento.html>. Acceso: 25 ago. 2024.

HOROWITZ, Luisa y ZISSIS, Carin. Timeline: Tracking Latin America's Road to Vaccination. *AS/COA*, 19 jul. 2021, Disponible en: <https://www.as-coa.org/articles/timeline-tracking-latin-americas-road-vaccination#chart-progress-of-vaccine-rollout>. Acceso: 04 abr. 2024.

HUNTINGTON, Samuel. *El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial*. Madrid: Paidós, 2019 [1996].

KATZ, Claudio. *Multiplicidades de China en América Latina*. 31 mar. 2023. Disponible en: <https://www.alai.info/multiplicidades-de-china-en-america-latina/>. Acceso: 04 abr. 2024.

KARAGANOV, Sergey. The new cold war and the emerging greater Eurasia. *Journal of Eurasian Studies*, v. 2, n. 9, p. 85-93, 2018. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.euras.2018.07.002>. Acceso: 14 jul. 2025.

KENNEDY, Paul. *Auge y caída de las grandes potencias*. Barcelona: Plaza & Janés, 1998 [1987].

KEOHANE, Robert O. Governance in a partially globalized world. *American Political Science Review*, v. 1, n. 95, p. 1-13, 2001. Disponible en: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/governance-in-a-partially-globalized-world/5B1A98E-59CBB2D85363924D2460D62F4>. Acceso: 14 jul. 2025.

LIANG, Qioa. *Larco dell'impero, con la Cina e gli Stati Uniti alle estremità*. Vignate: LEG, 2021 [2015].

LIN, Justin Y.; WANG, Yan. *Going beyond aid, development, cooperation for structural transformation*. United Kingdom: Cambridge Press University, 2017.

LO BRUTTO, Giuseppe; CRIVELLI, Eduardo. Latin American regionalism and integration in the ongoing process of hegemonic transition. *Política y Sociedad*, v. 61, n. 2, 2024. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/82761/4564456570102>. Acceso: 14 jul. 2025.

LO BRUTTO, Giuseppe; DOMÍNGUEZ, Rafael (Coords). *La cooperación internacional en la encrucijada: reglobalización versus órdenes mundiales solapados*. México: BUAP-UC, 2023.

LO BRUTTO Giuseppe; SPATARO Agostino. *Siglo XXI, ¿la economía del terror?* América Latina, Mediterráneo y Oriente Medio en un mundo en crisis. México: BUAP-EyC, 2016.

MALACALZA, Bernabé. América del Sur: una periferia convulsionada. *Nueva Sociedad*, 295, p. 29-41, 2021. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/america-del-sur-una-periferia-convulsionada/>. Acceso: 14 jul. 2025.

MERINO, Gabriel E.; GIAMMARINO, Damián A. La estrategia del TLCAN y la relación de EEUU y México. In: MERINO, Gabriel; NARODOWSKI, Patricio (Coords). *Geopolítica y economía mundial: El ascenso de China, la era Trump y América Latina*. La Plata: IDIHCS, 2019. p. 209-220.

MÉXICO. Secretaría de Relaciones Exteriores. México rompe relaciones diplomáticas con Ecuador tras ataque a su embajada. Comunicado No. 128. *Portal del Gobierno de México*, 6 abr. 2024. Disponible en: <https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-rompe-relaciones-diplomaticas-con-ecuador-tras-ataque-a-su-embajada>. Acceso: 25 ago. 2024.

MÉXICO ejerce un liderazgo regional en América Latina, destaca AMLO. *La Jornada*, 1o sep. 2024. Disponible en: <https://www.jornada.com.mx/noticia/2023/09/01/politica/mexico-ejerce-un-liderazgo-regional-en-america-latina-destaca-amlo-5764>. Acceso: 25 ago. 2024.

MEYER, Peter J. U. S. *Foreign assistance to Latin America and the Caribbean*: FY2024 Appropriations. Congressional Research Service, 06 ago. 2024. Disponible en: <https://www.congress.gov/crs-product/R47721>. Acceso: 15 jul. 2025.

MOLEIRO, Alfonso; GALARRAGA, Naiara. La doble cara de Venezuela en los BRICS: Putin recibe a Maduro y Brasil veta su entrada en el organismo. *El País*, 23 oct. 2024. Disponible en: <https://elpais.com/america/2024-10-24/la-doble-cara-de-venezuela-en-los-brics-putin-recibe-a-maduro-y-brasil-veta-su-entrada-en-el-organismo.html>. Acceso: 25 oct. 2024.

MYERS, Margaret. *China-Latin America commercial loans tracker*. Washington: Inter-American Dialogue, 2021.

O'NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICS*. Goldman Sachs: London, 2001.

OROZCO, Marcela de Lourdes (Coord). *Del TLCAN al T-MEC: 26 Años de libre comercio*. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

OYE, Kenneth A. (Ed.). *Cooperation under anarchy*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

PIATETSKY, Peter. *What are countries doing to counter Russia's War?* 22 mar. 2024. Disponible en: <https://www.castellum.ai/insights/which-countries-are-taking-action-on-ukraine>. Acceso em: 25 ago. 2024.

PREBISCH, Raul. Reflexiones sobre la integración económica latinoamericana. *Revista de Economía y Estadística*, v. 6, n. 1, p. 175-188, 1962. Disponible en: <https://doi.org/10.55444/2451.7321.1962.v6.n1.3506>. Acceso: 15 jul. 2025.

RAMOS, Fernando. Petro y Maduro, vecinos y aliados en medio de críticas y cuestionamientos. *CNN Colombia*, 11 abr. 2024. Disponible en: <https://cnnespanol.cnn.com/2024/04/11/petro-maduro-vecinos-aliados-orix/>. Acceso: 25 ago. 2024.

RAY, Rebecca; MYERS Margaret. *Chinese loans to Latin America and the Caribbean Database*. Washington; Boston: Inter-American Dialogue; Boston University Global Development Policy Center, 2024.

RIGGIROZZI, Pia; Tussie Diana. eds. *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. New York: Springer, 2012.

RÍOS, Xulio. La no hegemonía de China. *Política China*, 12 dic. 2024. Disponible en: <https://politica-china.org/areas/politica-exterior/la-no-hegemonia-de-china>. Acceso: 25 ago. 2024.

ROITMAN, Marcos. *Por la razón o la fuerza*. Historia y memoria de los golpes de Estados, dictaduras y resistencias en América Latina. Madrid, 2019.

SANAHUJA, José A. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009*, v. 7, p. 11-54. 2008. Disponible en: <https://docta.ucm.es/rest/api/core/bitstreams/d658e55b-4516-47bf-a658-b48c7bbe2d79/content>. Acceso: 15 jul. 2025.

SPENGLER, Oswald. *La decadencia de Occidente*. Barcelona: Austral, 2012 [1918]. Vol. I.

STAIANO, Francesca. *Arginina ingresa al BRICS*. 28 ago. 2023. Disponible en: <https://www.iri.edu.ar/index.php/2023/08/28/argentina-ingresa-al-brics/>. Acceso em: 25 ago. 2024.

THE WHITE HOUSE. *Fact Sheet: President Biden hosts inaugural Americas partnership for economic prosperity leaders*. 03 nov. 2023. Disponible en: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/11/03/fact-sheet-president-biden-hosts-inaugural-americas-partnership-for-economic-prosperity-leaders-summit/>. Acceso: 25 ago. 2024.

TOYNBEE, Arnold. *El mundo y el Occidente*. Madrid: Aguilar, 1955.

UNDER U.S. sanctions, Iran and Venezuela sign 20-year cooperation plan. *Reuters*, 12 jun. 2022. Disponible en: <https://www.reuters.com/world/iran-venezuela-sign-20-year-cooperation-plan-state-tv-2022-06-11/>. Acceso: 25 ago. 2024.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). *Data resources*. USAID, 2024. Disponible en: <https://www.usaid.gov/results-and-data/data-resources>. Acceso: 25 ago. 2024.

VADELL, Javier. La nueva globalización y el ascenso de China. Una interpretación a partir del concepto de formación económico-social. LO BRUTTO, Giuseppe; DOMÍNGUEZ, Rafael (Coords). *La cooperación internacional en la encrucijada: reglobalización versus órdenes mundiales solapados*. México: BUAP-UC, 2023. p. 71-103.

VADELL, Javier; JABBOUR, Elías. Chinese embedded globalization: social-economic formations in dispute in world reordering, *Globalizations*, v. 21, p. 931-949, 2023. Disponible en: <https://doi.org/10.1080/14747731.2024.2302197>. Acceso: 16 jul. 2025.

VAN KLAVEREN, Alberto. América Latina en un nuevo mundo. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, v. 100, p. 131-150, 2012. Disponible em: <https://www.cidob.org/publicaciones/america-latina-en-un-nuevo-mundo>. Acceso: 16 jul. 2025.

VAROUFAKIS, Yanis. *El minotauro global, EEUU, Europa y el futuro de la economía mundial*. México, DF: Crítica, 2015 [2012].

VENEZUELA CALIFICA de “agresión” el veto de Brasil a su ingreso a los Brics. *RFI*, 25 oct. 2024. Disponible en: <https://www.rfi.fr/es/am%C3%A9ricas/20241025-venezuela-califica-de-agresi%C3%B3n-el-veto-de-brasil-a-su-ingreso-a-los-brics>. Acceso: 25 oct. 2024.

VENEZUELA RECIBE buque escuela ruso como parte de un intercambio cultural y tecnológico. *Xinhuanet*, 07 jul. 2024. Disponible en: <https://spanish.news.cn/20240807/62f2049474f7478cb4effbe47a-7d59f3/c.html>. Acceso: 25 ago. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. La crisis estructural, o por qué los capitalistas ya no encuentran gratificante el capitalismo. In: WALLERSTEIN, Immanuel; COLLIN, Randal (Coords.). *¿Tiene futuro el capitalismo?* Siglo XXI, 2015. p. 15-46.

WALLERSTEIN, Immanuel. The three instances of hegemony in the history of the capitalist world-economy. *Comparative Sociology*, v. 24, n. 1, p. 100-108, 1983.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Long Grove, IL: Waveland Press, 2011 [1989].

WISE, Carol. *Dragonomics*. Integración política y económica entre China y América Latina. Lima: Universidad del Pacífico, 2021 [2020].

YUKEE, Mat. ¿Qué es “América Crece”, cooperación al desarrollo o competencia geopolítica? *Open Democracy*, 29 sep. 2020. Disponible en: <https://www.opendemocracy.net/es/america-crece-cooperacion-para-desarrollo-competencia-geopolitica/>. Acceso: 25 ago. 2024.

ZHONGPING, Feng; JING, Huang. *China's strategic partnership diplomacy*: Engaging with a changing world. European Strategic Partnership Observatory, 2014. (Working Paper, n. 8).

Estado y política social en América Latina: el capitalismo dependiente y los patrones de reproducción

Mariangel Sánchez Alvarado* e Mariana Badilla Mata**

Resumen: Se analizan las transformaciones del Estado y la política social en América Latina en cada patrón de reproducción del capital desde la perspectiva de la teoría marxista de la dependencia. Este artículo se basa en el método dialéctico para comprender cómo el modo de producción determina el desarrollo histórico de la región. Se exploran tres patrones de reproducción del capitalismo en la región: agro-minero exportador, patrón de industrialización y exportador de especialización productiva y su vinculación con la política social y el papel del Estado los cuales están determinados por las necesidades del capitalismo en cada período, desmintiendo su neutralidad y mostrando su impacto en las condiciones de vida de la población. Lo que es crucial para comprender los procesos de intervención del Trabajo Social.

Palabras clave: Patrones de reproducción. Estado. Política social. Capitalismo dependiente. América Latina.

Resumo: Analisam-se as transformações do Estado e da política social na América Latina em cada padrão de reprodução do capital sob a perspectiva da teoria marxista da dependência. Este artigo baseia-se no método dialético para compreender como o modo de produção determina o desenvolvimento histórico da região. São explorados três padrões de reprodução do capitalismo na região: exportador de produtos agrícolas e minerais, industrialização e exportação de especialização produtiva, assim como sua relação com a política social e o papel do Estado, os quais são determinados pelas necessidades do capitalismo em cada período, desmentindo sua neutralidade e mostrando seu impacto nas condições de vida da população. O que é crucial para compreender os processos de intervenção do Serviço Social.

Palavras-chave: Padrões de reprodução. Estado. Política social. Capitalismo dependente. América Latina.

Abstract: The transformations of the State and social policy in Latin America are analyzed in each pattern of capital reproduction from the perspective of Marxist theory of dependence. This article is based on the dialectical method to understand how the mode of production determines the historical development of the region. Three patterns of capitalism reproduction in the region are explored: agro-mineral export, industrialization pattern, and export of productive specialization, and their connection with social policy and the role of the State which are determined by the needs of capitalism in each period, refuting its neutrality and showing its impact on the living conditions of the population. Crucial for understanding Social Work intervention processes.

Keywords: Reproduction patterns. State. Social policy. Dependent capitalism. Latin America.

* Docente en la Universidad de San José de la Costa Rica. Doctora en Servicio Social en la Universidad Federal de Alagoas.

** Licenciada e bachiller em Trabalho social por la Universidad de San José de la Costa Rica

Introducción

Para poder comprender las transformaciones del Estado y la tendencia de la política social en los diferentes momentos históricos, es indispensable pensar estas categorías en clave de la producción y reproducción del capitalismo dependiente latinoamericano. Partir de la comprensión histórica del modo de producción y reproducción capitalista, brinda elementos necesarios para develar las relaciones sociales y la forma en cómo se desarrolla el Estado y las tendencias de la política social en los diferentes momentos históricos, tomando en cuenta las tensiones existentes entre las fracciones de clase a partir de sus intereses particulares, ya que, como bien lo menciona un autor trascendental en la actualidad: “la historia de la sociedad es la historia de la lucha de clases”. (MARX & ENGELS, 1848/2009, s.p)

La acumulación originaria en América Latina: De la colonial a la etapa del patrón primario-exportador

Con los albores del capitalismo europeo en el siglo XV, propulsado por los intereses de la naciente burguesía comercial de España y Portugal, comienza el proceso de colonización, lo cual fue fundamental en la acumulación originaria del capital y el extraordinario crecimiento de las fuerzas productivas. Con esta expansión comercial, América Latina se desarrolla en estrecha consonancia con la dinámica del capitalismo internacional. Sobre esta base de producción gestada en Europa, comienza el descubrimiento de los yacimientos de oro y plata de América, la cruzada de exterminio, esclavización y erradicación de la población de los pueblos originarios, el comienzo de la conquista y el saqueo de las Indias Orientales, así como la conversión del continente africano en cazadero de esclavos negros, donde, como bien menciona Marx (1973), se constituyen los factores fundamentales en el movimiento de esta acumulación, aunado a la guerra comercial de las naciones europeas, que se extendieron a lo largo del planeta.

Como menciona el mismo autor (1973), la era capitalista sólo data a partir del siglo XVI, cuando los señores feudales, levantándose contra la monarquía y el parlamento, crearon una masa de proletarios al arrojar violentamente los campesinos de las tierras que cultivaban, usurpándolos de sus bienes comunes. El saqueo español en tierras latinoamericanas tenía así un objetivo esencialmente capitalista, el cual consistía en la explotación y comercialización de los metales preciosos de la región hacia las metrópolis económicas de Europa industrial (DONGUI, 1974). De esta manera, no se puede afirmar que la región precedió un modo de producción feudal, sino que, a pesar de la presencia de fincas feudales, la economía colonial se basaba en la ex-

plotación de materias primas para el mercado internacional mediante el empleo de la explotación de la mano de obra local.

A pesar que el capital comercial fue de suma importancia en los inicios de la expansión de la invasión europea en América, no le imprimió un carácter netamente capitalista ya que la dinámica socioeconómica en gran medida estaba mediada por los intereses de la Corona y la pequeña nobleza, por lo que en la producción colonial coexistieron rasgos de la economía natural campesina, la producción mercantil simple, la esclavitud, la producción agraria con rasgos feudales y semi-feudales y núcleos embrionarios de las actividades productivas capitalistas (GUERRA, 1997). De esta forma, se podría sustentar que, en el desarrollo de América en su periodo colonial, influyó tanto el tránsito del feudalismo al capitalismo en Europa como la inclusión de América como región dependiente del mercado mundial en estructuración.

En el último tercio del siglo XVIII se observa un aumento significativo de la producción agropecuaria (superando a la actividad minera), y el comercio con España experimenta un aumento del 700% (GUERRA, 1997). Este contexto propició el surgimiento de grupos sociales emergentes vinculados al comercio exterior y al capital, como el sector criollo con características de aburguesamiento, junto con los comerciantes no monopolistas, la incipiente burguesía y las capas medias. Este desarrollo introdujo un componente progresista en los conflictos de clase y generó un aumento en las demandas de liberalización comercial. La prosperidad de la mayoría de estos grupos dependía del contacto directo o indirecto con la creciente riqueza industrial y comercial de Europa, especialmente de Inglaterra, que cada vez consumía más materias primas y necesitaba colocar cantidades crecientes de manufacturas. Los criollos también exigían la eliminación o reducción de los impuestos más gravosos por la Corona Española, que afectaron significativamente los precios de exportación de los productos autóctonos.

Estas condiciones económicas, junto con las ideas de la Ilustración, fortalecieron un sentimiento separatista, que llevó a reivindicaciones básicas de la aristocracia latinoamericana más aburguesada. Influenciados por la Revolución de Estados Unidos, surgió la necesidad de emancipación política ante el capital internacional. Si bien las causas de la revolución contra España son múltiples, en esencia fue promovida por una nueva clase social que aspiraba al autogobierno: la burguesía criolla. Esta clase, respaldada por países capitalistas más avanzados como Inglaterra y Holanda, veía en la vinculación directa de la región con la economía mundial capitalista una oportunidad de acumulación. El conflicto entre el poder económico, controlado en gran medida por la burguesía criolla, y el poder político monopolizado por los españoles, precipitó la revolución de la burguesía criolla, que necesitaba nuevos merca-

dos. Mientras la burguesía deseaba productos manufacturados a precios más bajos, la Corona española imponía mercancías vendidas a precios exorbitantes por los comerciantes españoles (VITALE, 1963).

El Estado liberal y algunos rasgos de su intervención en lo social

En Europa, el pensamiento liberal fue la bandera de la burguesía industrial; en América Latina, fue la ideología temporal de los terratenientes, dueños de minas y comerciantes. El liberalismo político sirvió para justificar el liberalismo económico, pero mientras en Europa el liberalismo era un arma de la burguesía industrial, en América Latina se utilizó contra el monopolio español, siendo funcional para el libre comercio.

Es importante destacar que, según Vitale (1963, p. 5), “[...] los hombres que dirigieron la revolución eran principalmente de ascendencia burguesa: terratenientes, comerciantes, dueños de minas, plantadores, ganaderos y exportadores, a menudo adinerados”. Por lo tanto, el pueblo en gran medida mostró indiferencia hacia la revolución, ya que no representaba su emancipación social, sino la de los terratenientes criollos, quienes imponían nuevos tributos y controlaban las aduanas, el gobierno, los ingresos públicos, los altos cargos públicos, el ejército y el aparato estatal del cual dependían las leyes de importación y exportación.

Para el pensamiento liberal, como bien lo expone Coutinho (2004), el Estado representa el interés de toda la sociedad, pero este interés se manifiesta precisamente en la preservación de una esfera de intereses individuales situada en el ámbito “privado”, donde el Estado no debe interferir. La preocupación del liberalismo de la época radica en limitar el poder, lo que conlleva a la exigencia de un Estado mínimo, que sólo interviene cuando es estrictamente necesario. De este modo, en este tipo de período de reproducción del capital por parte del Estado, la formulación de lo que se conoce como política social no era materialmente posible.

El criterio de selectividad básico del Estado liberal clásico se basaba en la prohibición de intervenir en el orden económico y de violar el derecho de propiedad, lo cual servía a los intereses de los propietarios de los medios de producción, aquellos que se benefician con la compra de la fuerza de trabajo ajena.

En los países europeos, por su parte, entre las primeras medidas adoptadas, se optó por suprimir todos los subsidios en dinero o en especie, y la única asistencia se limitó al acogimiento en las casas de trabajo (*workhouses*), que se expandieron rápidamente. Esta estrategia de administración de la pobreza tenía por objetivo abordar los problemas crecientes del asistencialismo individualizado en las comunidades, reduciendo el “atractivo” de la asistencia para dejar la mano de obra más libre para el

mercado y así disminuir la masa de pobreza aparente. Durante este período, el Estado no intervenía directamente en la cuestión social a través de políticas, sino que optaba por medidas legislativas para garantizar las condiciones de producción y reproducción del capital.

En este momento histórico predominaban las leyes laborales, destinadas a atenuar los efectos perjudiciales de la desigualdad generada por el proceso productivo. Surgieron así medidas protectoras dirigidas a los riesgos asociados al trabajo industrial, que se caracterizaban por ser obligatorias, condicionadas a contribuciones previas, de carácter legal y generadas por el Estado. Este fue el caso del seguro social, concebido originalmente como medida defensiva y reparadora de protección para los trabajadores formalmente empleados, cuya integración al sistema dominante se hizo necesaria por razones de orden público, es decir, como un antídoto contra las ideas socialistas que predominaban en Europa en ese momento (PIERSON, 2001).

A partir de la segunda mitad del siglo XIX, el Estado comienza a expandir su nivel de actuación y diversos actores sociales empiezan a presentar diferentes demandas y a luchar por intereses diversos. En Alemania del siglo XIX, gobernada por el canciller conservador Otto Von Bismarck, se comenzó a transformar algunas inseguridades individuales en asuntos públicos, mediante la socialización de los costos de la protección, aunque no buscaba la solidaridad vertical (entre clases) ni la redistribución de la renta (BALDWIN, 1992).

Como menciona Faleiros (2004), las ideas de protección social para los “débiles” en colaboración entre patronos, Estado y personas empleadas también sirvieron al presidente Bismarck para la implementación del primer sistema de seguridad social en 1871, el cual consistía en la intervención estatal para “corregir” los excesos del mercado. Esta “colaboración” entre patronos y trabajadores no buscaba mejorar las relaciones entre los individuos, sino reducir los conflictos entre las clases sociales, agudizados por las luchas entre las organizaciones de trabajadores y los patronos.

Además, las ideas de colaboración de clases y protección social fueron ampliamente defendidas por la Iglesia Católica en las Encíclicas Papales. Esto se refleja en 1891, cuando León XIII escribió la encíclica *Rerum Novarum*, donde se postulaba la protección a los trabajadores a través de ciertas reformas sociales, como la adopción de un “salario justo”, beneficios sociales y organizaciones sindicales. Sin embargo, en el mismo documento se defendía intransigentemente la propiedad privada de los medios de producción, se aceptaba la división de la sociedad y se combatía el concepto de luchas de clases (FALEIROS, 2004).

Todo esto evidencia la forma en que el Estado asumió su papel en ese período histórico en los países capitalistas centrales, tomando como punto de partida una

acción atomizada, fragmentada y dirigida especialmente a una lógica laboral, donde las acciones se dirigían a la inserción en el mundo del trabajo y al mantenimiento de algunas condiciones para la reproducción de la clase trabajadora. Posteriormente, el sistema de producción capitalista asumió otras particularidades, lo que definió el papel del Estado y su intervención en las manifestaciones de la cuestión social, como se explicará a continuación.

Configuración del capitalismo monopolista en América Latina

En el siglo XIX, América Latina se posicionó como productora de materias primas para los centros de la nueva economía industrial y de alimentos para los países metropolitanos, además de ser considerada como consumidora de los productos industriales de los países centrales. Estas funciones asignadas a América Latina en la economía mundial fueron facilitadas por la adopción de la política de libre cambio, la cual se expandió a nivel global.

El sistema mundial capitalista establece diversas divisiones internacionales del trabajo, en las cuales adquiere importancia el papel fundamental que América Latina desempeña como región productora de metales preciosos, materias primas y alimentos desde la etapa colonial hasta la etapa del patrón primario-exportador (OSORIO, 2004). La crisis de ese patrón y la etapa de transición que se generó hasta la conformación del patrón industrial en Latinoamérica tienen lógicas internas, pero estas se articulan con la crisis del mercado mundial derivada de la larga etapa que va desde la I Guerra Mundial hasta la crisis de 1929 y la II Guerra Mundial.

Con el patrón agro-minero exportador, en el cual América Latina se insertó en el mercado mundial después de los procesos de independencia de España y Portugal, es posible distinguir al menos dos modalidades que asumió este patrón: “[...] economías que reclaman un uso extensivo de territorios y economías con uso intensivo” (OSORIO, 2004, p. 53). Así, después de 1880, con el avance de una economía primaria y de exportación, se consolidó en casi toda América Latina un “nuevo pacto colonial” que reemplazó al impuesto por España y Portugal; con un desarrollo más rápido que antes, el cual estará acompañado por crisis de intensidad cada vez mayor. Como menciona Dongui (1974), este momento es un progreso atribulado en parte porque su turbulencia es consecuencia de estrechas relaciones con la metrópoli, la cual también es modificada por el desarrollo más agitado de la coyuntura económica.

Sin embargo, esa subdivisión de tareas que menciona Dongui (1974) no siempre se conserva, por ejemplo, con algunas actividades primarias como la minería, las cuales exigen desde un inicio una considerable inversión de capitales y pasan así al

control directo de las economías centrales. Además, la creciente complejidad de las actividades ligadas al transporte y los cambios de mercancías multiplica la presencia de esas economías centrales en toda el área de América Latina mediante las ferrovías y las instalaciones frigoríficas, los silos, etc., donde la región se convierte en una isla económica extranjera en las zonas periféricas (DONGUI, 1974).

A principios del siglo XX, la alianza entre intereses metropolitanos y clases dirigentes locales es reemplazada en diversas regiones por una hegemonía del capital extranjero, como en el caso de Guatemala, donde capitalistas alemanes controlan el comercio del café y se adueñan de las tierras más fértiles, así como en el caso de Cuba, primero bajo dominio español y posteriormente independiente, donde Estados Unidos adquiere plantaciones de caña de azúcar.

La tendencia general apunta a que la clase de latifundistas, aunque respaldada por estructuras políticas, financieras y comerciales locales, se debilita bajo la presión de los representantes de las economías centrales. Este debilitamiento de las oligarquías es acompañado por la creciente dependencia de las regiones, y junto a las viejas clases elevadas, surgen capas medias predominantemente urbanas, cada vez más exigentes. En algunos países, las clases dominantes deben enfrentar también las demandas de grupos de trabajadores articulados a las formas modernas de actividad económica, especialmente en los países con economías más vigorosas.

¿Del subdesarrollo al desarrollo? El patrón de reproducción industrial

La crisis de 1929 permitió un avance industrial en algunos países de la región e incluso una cierta posición monopolista a nivel interno, ya que la industrialización de ciertos países latinoamericanos se desarrollaba sobre bases antiguas. Es decir, la relación de producción basada en la superexplotación del trabajo, que limitaba la creación de un mercado interno, dio lugar al surgimiento de una débil industria dependiente de “factores externos”, estructurada según las necesidades y exigencias del mercado internacional y de los países más desarrollados. Esta industrialización regional, complementaria a las industrias avanzadas, reprodujo la dependencia en un nuevo escenario.

Así, se establecieron las bases para un nuevo ciclo de superexplotación de la fuerza laboral, ahora en la economía industrial dependiente. Con una nueva dinámica de acumulación de capital a escala mundial, que comenzó con la configuración de la economía internacional posterior a la II Guerra Mundial, organizada por la hegemonía norteamericana a través del Plan Marshall, se inició la reconstrucción de Europa Occidental siguiendo el modelo estadounidense, lo que contribuyó decisivamente al auge del comercio y la producción mundiales en las décadas de 1950 y 1960 (ARRIGHI, 1996).

En este período, las burguesías industriales locales profundizaron el proceso de industrialización adoptando el llamado modelo de sustitución de importaciones impulsado por la Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), el cual ayudó en el aumento de la productividad mediante el uso de tecnología externa – muchas veces obsoleta – que implicó una mayor integración monopólica y dependencia tecnológica del capital extranjero.

En esta nueva dinámica, el avance industrial de los países dependientes se produjo de tal manera que el escaso aumento de la productividad, resultado de la intensificación del trabajo operario, se combinó con la tendencia a una remuneración inferior a su valor real. Así, la absorción del progreso técnico en condiciones de superexplotación del trabajo conllevó inevitablemente a una restricción del mercado interno, contrarrestando la necesidad de realizar grandes volúmenes de valor (MARINI, 1982).

Se renovó la relación de producción en estas economías manteniendo su estructura, de modo que la industrialización dependiente, al perpetuar la restricción del consumo de los trabajadores y la formación de un mercado interno dinámico, mantuvo la división entre el consumo de los trabajadores en bienes-salario (en la esfera baja de circulación) y el consumo de bienes suntuarios por parte de las capas medias y la burguesía dependiente en la “esfera alta de circulación”.

La exportación de manufacturas tanto de bienes esenciales como de productos suntuarios se convirtió así en la “salvación” de una economía incapaz de superar los factores disruptivos que la afectaban. Desde los proyectos de integración económica regional hasta las políticas agresivas de competencia internacional, se observa en toda América Latina la resurrección del modelo de la antigua economía exportadora (MARINI, 1982).

Estado social capitalista

Según Faleiros (2004), el tipo de Estado que se desarrolla en el proceso de industrialización es denominado como Estado de bienestar, además de Estado de providencia o Estado asistencial, sin embargo, una de las características de este periodo histórico es que el Estado expande su intervención para el acceso de ciertos servicios y la prestación de beneficios mínimos de manera más universal.

En este Estado social capitalista, se evidencia su uso para el proceso de regulación económica y social efectuada por el Estado en el capitalismo tardío (MANDEL, 1982). Si bien es cierto, la experiencia histórica demuestra que el capitalismo mundial está lejos de ser una totalidad homogénea y continua, si no, por el contrario, si partimos del desarrollo histórico y las condiciones de América, el patrón de poder

mundial que se conoce como capitalismo, en lo fundamental, es una estructura de elementos heterogéneos tanto en términos de formas de control del trabajo, recursos y productos como en términos de pueblos e historias articulados en él.

Estos elementos se relacionan entre sí de forma heterogénea y discontinua, e incluso conflictiva, sin embargo, constituyen como un todo el enmarañado que conforma el sistema mundial. En el capitalismo de los monopolios, tanto por las características de la nueva organización económica como por la consolidación política del movimiento obrero y por las necesidades de legitimación política del Estado burgués, la cuestión social se internaliza en el orden económico-político (NETTO, 1992).

Cuando se configura la edad del monopolio, es el protagonismo proletario el que pone la solución de la cuestión social como variable de las luchas dirigidas a la superación de la sociedad burguesa. Pero no se trata solamente de la politización de la cuestión social, en un camino antagónico a cualquier visión conservadora o reaccionaria: se trata de visualizar su solución como proceso revolucionario. Es decir, la cuestión social es puesta en su terreno específico, el del antagonismo entre el capital y el trabajo, en los enfrentamientos entre sus representantes; es colocada, sin embargo, como objeto de intervención revolucionaria por agentes que se autoorganizan preocupados por la conciencia de los fines y la ciencia de los medios (NETTO, 1992).

De esta forma, se dirige a un profundo redimensionamiento histórico-social de la propia cuestión social en la emergencia del orden monopolista. Según el mismo autor, esto se desarrolla en el contexto de los intentos de racionalización de la asistencia (a partir de la segunda mitad del siglo XX). La política social en el capitalismo tardío o Estado de bienestar en las sociedades avanzadas muestra un discurso gubernamental predominante que remite a la igualdad. Se trata, como menciona Faleiros (2004), de una supuesta igualdad de oportunidades, es decir, de la garantía del acceso del ciudadano a ciertos bienes y servicios en calidad de ciudadano y que por eso es de acceso universal, es un mínimo ofrecido para toda la sociedad.

Tendencia de la política social en el Estado social capitalista: universalista, garantías sociales, ampliación en la cobertura

Es importante recordar que la política social y los derechos sociales son resultado de las contradicciones en cada período histórico, los cuales configuran la agenda político-económica de la clase trabajadora con miras a su reproducción, en forma de beneficios y servicios que constituyen salarios indirectos y se vuelven especialmente relevantes cuando se combinan con estructuras tributarias progresistas, es decir, que

afectan al lucro, el interés y la renta de la tierra, así como a las grandes fortunas (BEHRING, 2016).

En este contexto histórico, vinculado a la experiencia socialdemócrata posterior a la Segunda Guerra Mundial, hubo cierto nivel de redistribución vertical de la renta, como en el caso de los países escandinavos, según comenta la misma autora. Sin embargo, en el modelo de protección social que se combina con estructuras tributarias regresivas, como es el caso de los países latinoamericanos y donde nunca hubo pleno empleo, la tendencia es la distribución horizontal, entre la clase trabajadora y un verdadero «bloqueo redistributivo» (BEHRING, 2016, p. 18).

Desde la crítica de la economía política, observamos además que la política social participa en la reproducción ampliada del capital, tanto al estimular el consumo como mediante políticas de transferencias monetarias, así como a través de compras y contratos del Estado, integrándose en el proceso de rotación del capital para evitar que mercancías y dinero se estanquen, lo que podría ocasionar crisis.

Se puede evidenciar entonces cómo la política social y los derechos que ella materializa son mediaciones importantes en la totalidad concreta. Como menciona Behring (2016), la política social es un producto histórico-social de la lucha de clases y, como tal, se reconfigura según los movimientos del trabajo y el capital y sus impactos en el Estado, siendo un componente central en la garantía de las condiciones generales de producción y reproducción social.

Dentro de sus numerosas acciones, se destaca para efectos de este análisis la intervención estatal en la regulación económica general en un modo de producción que, superando el estadio del *laissez-faire*, se tornó monopolista. Esto se caracterizó por la prevalencia de megaempresas industriales y financieras que dominaron sectores particulares de la economía, concentraron enormes volúmenes de capital y exigieron al Estado condiciones favorables para la acumulación estable del capital y la armonía social (O'CONNOR, 1977; GOUGH, 1982).

La crisis estructural del capital: Patrón de reproducción exportador de especialización productiva

A finales de la década de 1970, el proceso de acumulación del capital experimentó uno de los momentos más determinantes en el transcurso de su historia. Contrario a las crisis experimentadas por el capitalismo anteriormente, cuya naturaleza estaba referida a la relación entre las dimensiones de producción, circulación y consumo, esta crisis dejó en evidencia que su naturaleza era radicalmente distinta a las anteriores y mostraba límites vinculados a la propia estructura de la relación capital y que afectaba

la totalidad del complejo social, en todas las relaciones y partes constituyentes propias y articuladas a este sistema de producción. Es así como la profunda crisis del capital dio sus primeras señales, cuando el patrón productivo fordista/taylorista ya no respondía a las expectativas de acumulación, generando la necesidad de un nuevo curso en la lógica del capital. Se trataba de crear un “nuevo modelo” que garantizara el orden burgués, presentándose así el régimen de “acumulación flexible”.

En este contexto, bajo la égida neoliberal, se produjo una transformación en la reorganización del sistema de trabajo, denominado toyotismo, el cual buscaba aumentar la productividad mediante la intensificación del trabajo, la eliminación de «tiempos muertos», la polivalencia de la persona trabajadora, la tercerización y, sobre todo, la flexibilización de la producción. Además, se sustentó en la adopción de una nueva base tecnológica constituida por la electrónica, la informática y la telemática, reconocida por muchos como el resultado de una tercera revolución industrial o revolución tecnológica (NAVARRO, 1997). La adaptación del «modelo» por otros países se subordinó a las particularidades de la región, tanto en los aspectos políticos, económicos, culturales, sociales y geográficos, además de su relación con la economía mundial.

Se desarrolló así un nuevo patrón de reproducción exportadora de especialización productiva, el cual marcó el agotamiento del patrón industrial que prevaleció en América Latina desde 1940 hasta aproximadamente 1970 en las principales economías de la región. En la mayoría de las economías latinoamericanas, el nuevo patrón exportador implicó la destrucción importante de industrias o bien su reposicionamiento en el proyecto general, época que fue caracterizada por la desindustrialización. En algunas economías con mayor complejidad, como Brasil y México, permaneció una parte industrial relevante, sin embargo, integrada o subsumida y sometida al nuevo proyecto, donde los ejes exportadores constituyen, en general, segmentos de grandes cadenas productivas globales bajo la dirección de empresas transnacionales.

Según Osorio (2012), la condición exportadora presente con el nuevo patrón de reproducción destaca que los principales mercados de los sectores más dinámicos se encontraban en el exterior. Así, la venta de mercancías en los mercados mundiales fue un factor fundamental para la viabilidad del proyecto actual, elevando el crecimiento de las exportaciones en las últimas décadas en la región. Como el propio nombre lo indica, este patrón se caracteriza necesariamente por el hecho de que la realización de las mercancías producidas se da en el exterior, por lo que, en esta nueva dinámica, la importancia de las exportaciones en las economías locales creció sustancialmente.

Por ejemplo, según Osorio (2012), si en 1980 el peso de las exportaciones en el

porcentaje del PIB de América Latina como un todo era del 10.3%, en el 2000 el número ascendería a 19.9% y en el 2017 a un 23% (OSORIO, 2012). En este sentido, el capital extranjero ejerció un papel predominante en la transformación y en el direccionamiento del patrón de reproducción del capital en la región a través de la inversión extranjera directa, que en 1990 era de 14.9% y en 1996 ya alcanzaba el 37.8% del total mundial (OSORIO, 2012). Actualmente, según datos de la Cepal (2023), en 2022 ingresaron a América Latina y el Caribe 224.579 millones de dólares de inversión extranjera directa (IED), cifra un 55,2% superior a la registrada en 2021, alcanzando su máximo valor histórico.

Así, este patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como un nuevo modelo exportador, según menciona Osorio (2004), se trata de una especie de nueva economía para el caso de los países dependientes, especialmente los latinoamericanos, cuyas determinaciones están en proceso de reestructuración productiva hacia la idea de la especialización, lo que la haría mucho más eficiente y productiva.

Sotelo (2004, p. 97-99) caracteriza puntualmente esta «[...] nueva formación económica social neoliberal capitalista dependiente» como una condición de pérdida de capacidad de negociación por parte de la periferia en relación a los grandes organismos financieros internacionales y a las empresas transnacionales, en el sentido de atenuar su dependencia estructural de importaciones, y de abandono de una estrategia de desarrollo basada en la industrialización, haciendo con que la acumulación y reproducción de capital en los países dependientes se dé crecientemente por intermedio de la producción primaria. Entonces, lo que se produce es un proceso de desindustrialización de esas economías, expresado a partir de una intensa reestructuración productiva a través de la cual los sectores anteriormente estratégicos en los objetivos de proyectos de desarrollo anteriores pierden espacio e importancia en el marco de este contexto, dando lugar a la producción y exportación de productos primarios tales como alimentos, minerales y materias primas.

Estado neoliberal

En este contexto, el Estado una vez más se muestra coadyuvante para la reproducción del sistema de producción con el objetivo de “superar la crisis” mencionada, por lo que ejecuta un conjunto de políticas macroeconómicas implantadas en los países por los Organismos Internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional que nacen en la década de 1980 alineados al conocido Consenso de Washington; por medio de los llamados programas de ajuste estructural en los países

dependientes, los cuales sientan las bases para el neoliberalismo en América Latina.

En este sentido, percibimos un momento histórico de reversión conservadora, donde la orientación neoliberal propone una redefinición del papel del Estado, una contrarreforma que transfiere para el sector privado actividades que puedan ser controladas por el mercado, como por ejemplo, las empresas estatales y las políticas sociales comercializables; otra forma es la descentralización de servicios en el sector “público no estatal”, los cuales no se desarrollan directamente desde el Estado, pero deben de ser subsidiados por él. Se trata de la producción de servicios competitivos o no exclusivos del Estado, estableciéndose alianzas con la sociedad civil para el financiamiento y control social de su ejecución (BEHRING, 2003).

Es una nueva estrategia de legitimación del sistema capitalista, que implica una serie de acciones direccionadas para dar paso a una “lógica de la sociedad civil y del mercado”, en lugar de una “lógica del Estado” (MONTAÑO, 2003, p. 109). Es decir, los procesos de reestructuración del capital mencionados anteriormente, orientados por los principios neoliberales, trajeron consigo una flexibilización de los mercados nacional e internacional, de las relaciones laborales, de la producción, de la inversión financiera, del distanciamiento del Estado de sus responsabilidades sociales y de la regulación social entre el capital y el trabajo, permaneciendo como un instrumento de consolidación hegemónico del capital mediante su papel central en el proceso de desregulación y reforma estatal y en la reestructuración productiva.

A partir de esa “refuncionalización” del Estado, se constata la legitimación de otras fuentes para la ejecución de la política social, como por ejemplo la reglamentación del llamado “tercer sector”, el cual a través de una alianza entre Estado, organizaciones no gubernamentales y entidades filantrópicas, combinado con el servicio voluntario, se desprofesionaliza y despolitiza la intervención en el área social, direccionándola a un discurso de solidaridad mutua, de la realización del bien común, lo cual evidencia un retroceso histórico en relación a los hechos sociales conquistados por la clase trabajadora.

Tendencia de la política social en el neoliberalismo: restricta, focalizada, asistencial

La política social gestada y desarrollada en el neoliberalismo busca enfrentar las penurias más extremas. Este minimalismo frente a la cuestión social maximizada caracteriza los programas sociales, los cuales, especialmente a través de transferencias monetarias, han sido la bandera en algunos países, con mayor énfasis en los dependientes. Esta experiencia es poco esperanzadora, ya que, en la medida en que

no se conjugan efectivamente con transformaciones estructurales, tales programas emergenciales terminan por cronificarse como básicamente asistencialistas.

Como característica esencial de la política social neoliberal, se encuentra la focalización, donde toma relevancia el análisis de Pereira y Stein (2010) sobre la relación entre universalidad y focalización, con antinomia persistente en el campo de la política social pública y, con efecto, como controversia existente en las acciones gubernamentales, donde el principio de la universalidad, de connotación eminentemente pública, ciudadana e igualitaria, ha ido perdiendo terreno para un discurso focalista neoliberal. Esta tendencia de focalización de la política social pública se expresa en la lógica de la fragmentación y del corto plazo, la localización en el trato de la realidad en contraposición a lo general y a la totalidad de la historia, el inmediatez en las prestaciones sociales con el objetivo de resultados rápidos, generalmente cuantitativos y referenciados en el ingreso, el mérito por encima del derecho, así como en las preferencias individuales como balizadoras en la definición de políticas en lugar de las necesidades sociales.

A este conjunto de aspectos, como tendencias de la protección social y de las políticas sociales en la actualidad, se articulan los fenómenos de la privatización de políticas sociales, el incentivo y la responsabilización de la sociedad civil en la conducción de programas, proyectos, servicios y beneficios de las políticas sociales y la precarización de estas. Así, podemos evidenciar pistas que se direccionan a apuntar que la protección social, como sistema en el capitalismo actual, viene sufriendo modificaciones en sus pilares de sustentación, conforme al concepto de que la política social debe concretizar la seguridad social que necesita ser respaldada por el aparato legal burgués.

Se muestra cómo la asistencia social se convierte en una de las principales políticas sociales del Estado social capitalista, principalmente en forma de beneficios monetarios, destinados a asegurar la reproducción de la superpoblación relativa estancada en condiciones mínimas de supervivencia. Así, como menciona Boschetti (2018), la asistencia social participa de manera cada vez más intensa en las bases materiales para la acumulación del capital y favorece los procesos de expropiación de la fuerza de trabajo en todos los países capitalistas. Aunque debería considerarse un derecho, se presenta como un estigma atribuido a los «incapaces» de trabajar, lo que se convierte en una vergüenza en una sociedad competitiva y consumista (FALEIROS, 2004).

El protagonismo que ha venido asumiendo la asistencia, en el conjunto de las políticas sociales y de las acciones del Estado, para mitigar las manifestaciones de la cuestión social en la actualidad, se justifica de diferentes formas a través del discurso

oficial: reproduciendo la idea de que la asistencia tiene un potencial fundamental como estrategia para superar las desigualdades; divulgando la idea de que la asistencia social es una política que por sus características particulares tiene la posibilidad de transformarse en el pilar estructurador y articulador de la protección social; o también socializando diversas investigaciones y estudios que indican la necesidad de focalizar la protección en los sectores más pauperizados como forma de obtener eficiencia en la administración de los recursos escasos.

Esta comprensión de la asistencia social como política estructuradora de la protección social se articula con el segundo elemento que caracteriza el proceso de asistencialización, que reside en el aumento significativo, a partir de la década de 1990, de los programas de transferencia monetaria que tienen como objetivo declarado el combate de la pobreza y de las desigualdades. Estos programas, que en su versión más progresista fueron pensados e implantados (en el contexto de consolidación de las experiencias de los Estados de bienestar en Europa) como acciones temporales frente a las coyunturas de crisis, en los últimos años se vienen consolidando como acciones permanentes y como las principales estrategias de intervención del Estado para aliviar las manifestaciones de la cuestión social.

Otro elemento característico de este proceso de asistencialización que menciona Pastorini (2019) es el movimiento contradictorio y dialéctico de ampliación de la asistencia y reducción de las políticas públicas permanentes que funcionaban como pilares de la protección social, como el sistema de pensiones, la educación, la salud. Por este camino se intensifica la lógica mercantilizadora de los servicios sociales, transformando derechos sociales en beneficios que deben ser adquiridos en el mercado. A través de esta dinámica que amplía la participación (directa e indirecta) del sector privado en áreas donde el Estado era central y protagonista, esa transformación impactará en la cotidianidad y en las condiciones de vida de la clase trabajadora, que encontrará límites objetivos para acceder a los mecanismos de protección social.

Para finalizar, un último elemento del proceso de asistencialización referido por Pastorini (2019) importante a destacar es el relacionado con el aumento de la función coercitiva del Estado, que se expresa en la puesta en práctica de un conjunto cada vez mayor de acciones punitivas y represivas direccionadas hacia los sectores más pauperizados, acciones que se combinan con los programas sociales focalizados en la pobreza.

Así, la administración de las manifestaciones inmediatas de la cuestión social se da principalmente a través de las acciones de alivio de la pobreza (orientadas hacia los sectores pauperizados, considerados como merecedores de la protección del

Estado, a los que se destinan los servicios básicos de educación, de salud y asistencia, organizados a través de las llamadas redes mínimas de protección). Esas acciones de protección mínima se combinan en la práctica con las acciones de cuño represivo y controlador, que buscan contener a los sectores más empobrecidos con las llamadas políticas de seguridad pública (coercitivas y punitivas), entre las cuales se destacan el sistema penitenciario, los programas para la población en situación de calle, las acciones de represión a los ambulantes y otras estrategias punitivas que se apoyan en una lógica de criminalización selectiva.

Consideraciones finales

La reproducción del capital asume diversas formas en diferentes momentos históricos, adaptándose a los cambios producidos en el sistema mundial y en la división internacional del trabajo, reorganizando la producción en nuevos ejes de acumulación y nuevos valores de uso. Esto influye significativamente en el funcionamiento del Estado y la política social, que deben adaptarse a las características y particularidades de producción de los patrones de reproducción capitalistas, dejando en evidencia que el Estado no es neutral y que la intervención en las manifestaciones de la cuestión social por medio de la política social responde a los fines de reproducción del capital.

Con el patrón agroexportador en el capitalismo competitivo, la cuestión social era objeto de la acción estatal en la medida en que motivaba un auge de movilización trabajadora, amenazaba el orden burgués o, en el extremo, colocaba en riesgo global la provisión de la fuerza de trabajo para el capital. El Estado liberal, entonces, estaba sujeto a una actuación mínima y su función se vinculaba mayormente a la lógica laboral, garantizando las condiciones necesarias para la reproducción de la clase trabajadora.

Con el cambio del patrón de reproducción agroexportador al industrial y el establecimiento del Estado Social capitalista fomentado por el proceso de industrialización, el papel del Estado experimentó una transformación sustancial, ya que

[...] alcanzó dimensiones sin precedentes tanto en cantidad (abarcando amplias espacios y dimensiones de la vida social desde la producción de mercancías hasta la ampliación de la política pública) como en formas (especialmente la política social referida a seguridad y asistencia social). (FALLAS, 2019, p. 18).

Por su parte, en la égida neoliberal se gesta el nuevo patrón de reproducción denominado exportador de especialización productiva, el cual implicó una

desindustrialización en los países dependientes de América Latina. El Estado neoliberal se ve obligado a llevar a cabo una serie de políticas macroeconómicas establecidas por los organismos internacionales con el propósito de dar paso a la lógica de la sociedad civil, es así como la política social, la protección social y, consecuentemente, la asistencia social sufren una importante transformación; la tendencia ahora es restrictiva, focalizada y asistencial y se lleva a cabo por medio de acciones de protección mínima y de alivio de la pobreza.

Así, el Estado y la política social se encuentran determinados históricamente por los patrones de reproducción adoptados por el capital, los cuales establecen parámetros de actuación específicos según sus propias necesidades, donde el fundamento teórico metodológico histórico crítico nos brinda elementos sustanciales para realizar este análisis desde la totalidad.

Referencias

- Arrighi, Giovanni. (1996). *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Baldwin, Peter. (1992). *La política de solidaridad social: Bases sociales del Estado del bienestar europeo, 1875-1975*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- Behring, Elaine Rossetti. (2003). *Brasil em contra-reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Behring, Elaine Rossetti. (2016). A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. *Ser Social*, 8(38), 13–29. https://doi.org/10.26512/ser_social.v18i38.14265
- Boschetti, Ivanete. (2018). Seguridad social na América Latina. En Ivanete Boschetti et al. (Orgs.), *Política social no capitalismo: Tendências contemporâneas* (pp. 174–195). São Paulo: Cortez.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2023). *Informes anuales: La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL.
- Coutinho, Carlos. (2004). Representación de intereses, formulación de políticas y hegemonía. En Elisabete Borgianni & Carlos Montaña (Orgs.), *La política social hoy* (pp. xx–xx). São Paulo: Cortez Editora.
- Dongui, Tulio Halperín. (1974). *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza Editorial.
- Faleiros, Vicente de Paula. (2004). *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense.
- Fallas Jiménez, Yessenia. (2019). Acumulación de capital y “crisis del Estado de Bienestar”: Elementos para la comprensión de su desarrollo durante el siglo XX. *Revista de Ciencias Sociales*, 166, 25–36. <https://doi.org/10.xxxx/xxxx>
- Gough, Ian. (1982). *Economía política del Estado del bienestar*. Madrid: H. Blume Ediciones.
- Guerra, Yolanda. (1997). A ontologia do ser social: Bases para a formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, 54.
- Mandel, Ernest. (1982). *La crise 1974-1982: Les faits, leur interprétation marxiste* (Coll. Champs, 55). Paris: Flammarion.
- Marini, Ruy Mauro. (1982). *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era.
- Marx, Karl. (1973). *El capital: Crítica de la economía política*. México: Siglo Veintiuno Editores.
- Marx, Karl, & Engels, Friedrich. (2009). *Manifiesto del Partido Comunista* (Obra original publicada en 1848). Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Montaña, Carlos. (2003). Mediación: Categoría fundamental para el trabajo del asistente social. En Elisabete Borgianni, Yolanda Guerra & Reinaldo Pontes (Orgs.), *Servicio Social crítico: Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. São Paulo: Cortez.

- Navarro, Vicenç. (1997). *Neoliberalismo y Estado de bienestar*. Barcelona: Ariel.
- Netto, José Paulo. (1992). *Capitalismo monopolista y servicio social*. São Paulo: Cortez.
- O'Connor, James. (1977). Moral judgments and behavior. En Lawrence S. Wrightsman (Ed.), *Social psychology* (pp. 242–275). Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Osorio, Jaime. (2004). *Crítica de la economía vulgar: Reproducción del capital y dependencia*. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- Osorio, Jaime. (2012). *Estado, biopoder, exclusión: Análisis desde la lógica del capital*. Barcelona: Anthropos; Universidad Autónoma Metropolitana.
- Osorio, Jaime. (2015). El sistema-mundo de Wallerstein y su transformación: Una lectura crítica. *Argumentos*, 28(77), 131–153. <https://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v28n77/v28n77a7.pdf>
- Pastorini, Alejandra. (2019). Los fundamentos del modo de producción capitalista como clave para analizar las políticas sociales. En Manuel Mallardi & Emiliano Fernández (Comps.), *Cuestión social y políticas sociales: Crítica a sus fundamentos y expresiones contemporáneas* (pp. xx–xx). Tandil: Puka Editora.
- Pereira, Potyara Amazoneida Pereira, & Stein, Rosa Helena. (2010). Política social: Universalidade versus focalização. Uma olhada sobre a América Latina. En Ivanete Boschetti (Org.), *Capitalismo em crise: Política social e direitos* (pp. xx–xx). São Paulo: Cortez.
- Pierson, Paul. (2001). *The new politics of the welfare state*. Oxford: Oxford University Press.
- Sotelo, Adrián. (2004). *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo*. México: Plaza y Valdés.
- Vitale, Luis. (1963). *América Latina: ¿Feudal o capitalista?* Santiago de Chile: Recabarren.

As origens coloniais das ciências econômicas

Ingrid Harvold Kvangraven*, Surbhi Kesar** e Devika Dutt***

Resumo: O Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 2024 foi concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson. Um dos principais *insights* de seus trabalhos é que as “origens coloniais do desenvolvimento comparativo” são fundamentais para entender as diferenças de prosperidade. Embora celebrado como uma “virada colonial” no pensamento econômico, examinamos criticamente as bases teóricas e a estratégia empírica desses autores, situando-as no problema mais amplo do eurocentrismo na economia, que analisamos em profundidade. Destacamos três formas pelas quais eles reforçam o eurocentrismo e uma visão colonial do mundo: negligenciam a natureza global do desenvolvimento do capitalismo, que simultaneamente produz tanto desenvolvimento quanto subdesenvolvimento; ignoram o processo violento e desigual por meio do qual as instituições capitalistas foram estabelecidas globalmente; e, por fim, tendem a reduzir as questões institucionais a uma visão despolitizada do desenvolvimento capitalista. Apesar de sua tentativa de integrar história e colonialismo, o arcabouço teórico dos autores permanece ahistórico e eurocêntrico.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Nova economia institucional. Eurocentrismo. Colonialismo, Desenvolvimento desigual. Direitos de propriedade.

Resumen: El Premio Nobel de Ciencias Económicas de 2024 fue otorgado a Daron Acemoglu, Simon Johnson y James Robinson. Uno de los principales aportes de sus trabajos es que los “orígenes coloniales del desarrollo comparativo” son fundamentales para comprender las diferencias en la prosperidad. Aunque ha sido celebrado como un “giro colonial” en la economía, examinamos críticamente las bases teóricas y la estrategia empírica de estos autores, situándolas dentro del problema más amplio del eurocentrismo en la economía, que analizamos en profundidad. Destacamos tres formas en las que refuerzan el eurocentrismo y una visión colonial del mundo: ignoran la naturaleza global del desarrollo del capitalismo, que simultáneamente produce tanto desarrollo como subdesarrollo; pasan por alto el proceso violento y desigual mediante el cual las instituciones capitalistas han sido establecidas globalmente; y, por último, tienden a reducir las cuestiones institucionales a una visión despolitizada del desarrollo capitalista. Notablemente, a pesar de su intento de integrar historia y colonialismo, el marco teórico de los autores sigue siendo ahistórico y eurocéntrico.

Palabras clave: Desarrollo económico. Nueva economía institucional. Eurocentrismo. Colonialismo. Desarrollo desigual. Derechos de propiedad.

Abstract: The Nobel in Economic Sciences 2024 was awarded to Daron Acemoglu, Simon Johnson and James Robinson. One of their key insights is that the “colonial origins of comparative development” are key to understand differences in prosperity. While hailed as a “colonial turn” in economics, we analyze critically the theoretical foundations of the authors and their empirical strategy, situating it in the broader problem of Eurocentrism in economics, which we unpack. We highlight three ways in which they reinforce Eurocentrism and a colonial world view, namely, first through neglect of the global nature of capitalism’s development that simultaneously produces both development and underdevelopment, second, through neglect of the violent and uneven process via which capitalist, or what they refer to as inclusive, institutions have been established globally, and, finally, in their tendency to reduce institutional matters to a depoliticised view of capitalist development. Remarkably, despite their attempt to integrate history and colonialism, their framework remains ahistorical and Eurocentric.

Keywords: Economic development. New institutional economics. Eurocentrism. Colonialism. Uneven development. Property rights.

* Doutora em Economia na The New School. Professora titular de Desarrollo Internacional no King’s College, Londres

** Doutora em Economia South Asia University, Nova Delhi. Professora Titular de Economia SOAS University of London

*** Doutora em Economia na Universidade de Massachusetts Amherst, Professora de Economia do Desenvolvimento no Kings College, Londres.

Introdução

O recente Prêmio do Banco Central (Sveriges Riskbank) em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 2024, foi concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson (daqui em diante, AJR). O comitê do Nobel *destacou* que os laureados “[...] demonstraram a importância das instituições sociais para a prosperidade de um país. Sociedades com leis frágeis e instituições que exploram a população não geram crescimento nem mudança para melhor”. Uma de suas ideias centrais é que, para entender as diferenças em prosperidade, é necessário considerar as *Origens coloniais do desenvolvimento comparativo* (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001). Alguns se referiram a essa ideia como uma “virada colonial” na Economia (INCE, 2022). Embora isso represente um avanço em uma disciplina que historicamente tem focado os mercados como via principal para o desenvolvimento, e que tende a negligenciar o papel do colonialismo na formação das economias, essa “virada colonial” é insuficiente para compreender as raízes da desigualdade global (e local), bem como as instituições que sustentam o sistema econômico. Para entender como AJR integram o colonialismo à Economia sem abordar as dinâmicas capitalistas do desenvolvimento desigual, é necessário voltar às origens coloniais da Economia.

Pode-se argumentar que a Economia foi baseada no eurocentrismo desde sua criação como disciplina (DUTT ET AL., 2019). Isto significa que a economia entende que o desenvolvimento (do capitalismo) ocorreu de forma endógena na Europa, com base em uma série de desenvolvimentos internos, como o progresso tecnológico, a alta produtividade, o trabalho árduo e os desenvolvimentos culturais e sociais que fizeram com que a produção para o mercado estivesse alinhada com o que os economistas considerariam racional (AMIN, 2009). Como consequência, se as mesmas condições puderem ser criadas em outros países, o desenvolvimento também pode ocorrer neles. Essa narrativa eurocêntrica, no entanto, é parcial e enviesada, na medida em que omite os processos violentos da colonização, da exploração, das mudanças nas relações sociais, do imperialismo e da racialização, que forjaram o desenvolvimento do capitalismo na Europa ao mesmo tempo que criaram o subdesenvolvimento em outras partes do mundo e que continuam moldando e sustentando o capitalismo (FRANK, 1966; RODNEY, 1972; BRENNER, 1976; PATNAIK; PATNAIK, 2021; INIKORI, 2020). Dessa forma, tal narrativa reduz o processo de desenvolvimento econômico à procura da combinação institucional apropriada para promover aumentos de eficiência, progresso tecnológico e tomada de decisões racionais, a fim de conduzir os países subdesenvolvidos a um caminho de prosperidade. Dada a falta de compreensão dessa visão eurocêntrica sobre o papel do colonialismo na formação da economia global e na criação da dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento

como resultado de um processo histórico comum, ela, na verdade, serve para reforçar uma visão colonial do mundo, que vê as economias do Norte Global como modelos de desenvolvimento naturalmente melhores.

À medida que o foco da disciplina se estreitou durante a Guerra Fria para fortalecer sua dependência do individualismo metodológico e do nacionalismo metodológico, isto é, tomando o Estado-nação e o indivíduo como as unidades de análise mais relevantes, sem reconhecer as estruturas que moldam e constroem a economia global e o comportamento individual (BLAUG, 2003; FINE; MILANOKIS, 2009), a narrativa eurocêntrica só se solidificou e, ainda, passou amplamente despercebida e sem questionamento.

AJR e a “virada colonial” na Economia

Quando os protestos públicos nos Estados Unidos se intensificaram após o assassinato de George Floyd em 2020, os movimentos estudantis baseados no sistema de castas após o caso de Rohit Verma, e os movimentos pela descolonização das universidades, começando com o #RhodesMustFall, a falta de atenção da disciplina às desigualdades raciais, às desigualdades de casta e à sua abordagem eurocêntrica finalmente chamou a atenção dos economistas. Na esteira disso, a disciplina também precisou lidar com suas origens coloniais e a falta de compreensão sobre o colonialismo e o imperialismo. Muitos economistas contestam as críticas à Economia que a consideram insensível ao colonialismo, pois, como no trabalho amplamente citado de AJR demonstra, o que se mostra é justamente o oposto. Além disso, o Prêmio Nobel de Economia concedido a AJR pode parecer uma tentativa de destacar que a disciplina, de fato, trata do colonialismo. Mas será que isso é feito de uma forma que desafia a narrativa eurocêntrica mencionada acima, ou, ao contrário, mantém tal narrativa intacta?

Para contextualizar, a Nova Economia Institucional (NEI) surgiu na década de 1970 como um aprofundamento da economia neoclássica, que enfatiza o papel dos direitos de propriedade e dos custos de transação, observando falhas associadas às reformas de livre mercado no Sul Global como sendo decorrentes das imperfeições dos arranjos institucionais que não sustentam adequadamente o crescimento (NORTH, 1991). A contribuição de AJR consiste em um aprofundamento dentro da NEI, e seu trabalho sobre como o colonialismo moldou as instituições abriu caminho para um grande crescimento de pesquisas sobre o colonialismo e a escravidão dentro dessa tradição (VER, POR EXEMPLO, NUNN, 2008; ENGERMAN; SOKOLOFF, 2006; MICHALOPOULOS; PAPAIOANNOU, 2013).

Em síntese, o argumento de AJR é o de que a desigualdade no mundo pode ser explicada pela existência de instituições “inclusivas” ou “extrativas” nos países. Considerando 500 anos de história colonial, eles argumentam que o crescimento capitalista sustentado e a prosperidade podem ser explicados pela existência de instituições inclusivas, as quais eles associam à proteção da propriedade privada, à execução de contratos e criação de mercados que incentivam o investimento e a inovação (instituições que apoiam o mercado). De acordo com os autores, essas instituições caracterizam a Europa Ocidental, bem como suas colônias (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). Por outro lado, as instituições extrativas propiciam a expropriação e a busca por renda devido aos legados do colonialismo extrativo, dificultando o desenvolvimento nos países do Sul Global. A partir dessa dicotomia inclusiva/extrativa, o colonialismo como um sistema de extração é contrastado com o capitalismo como um sistema de inclusão.

Embora isso pareça trazer o papel do colonialismo de volta à discussão sobre o desenvolvimento e, especificamente, destacar o papel desempenhado pelas instituições extrativas do colonialismo europeu na criação do subdesenvolvimento, argumentamos aqui que a abordagem de AJR serve, em realidade, para reforçar o eurocentrismo na Economia.

O Eurocentrismo de AJR

Há três formas importantes pelas quais AJR reforçam o eurocentrismo e uma visão colonialista de mundo. A primeira é que os autores negligenciam a natureza *global* do desenvolvimento capitalista e o papel central do colonialismo nesse PROCESSO (GRINBERG, 2018; INCE, 2022). Diversos acadêmicos anticolonialistas radicais há muito argumentam que o capitalismo se desenvolveu ao redor do mundo de uma forma a produzir concomitantemente desenvolvimento capitalista no Norte Global e subdesenvolvimento capitalista no Sul Global. As chamadas instituições inclusivas operando em certas partes do mundo foram sustentadas pelas instituições extrativas em outras partes, a partir da racialização, da destruição das economias artesanais, do desenvolvimento de economias extrativas baseadas na mineração e nos latifúndios monocultores (plantations). Isso criou desigualdades em escala global, produzindo a dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento, que surgiu de um processo comum de expansão global do capitalismo, sustentado pelo colonialismo (AMIN, 2009; PATNAIK; PATNAIK, 2021). De fato, essas desigualdades não se limitam somente às dinâmicas internas de cada país, mas, especialmente nas economias do mundo em desenvolvimento, o processo de acumulação capitalista tem estado associado à despossessão em larga escala dos recursos de subsistências necessários para o pro-

cesso de acumulação (SANYAL, 2007). Essa produção acadêmica, portanto, destaca a natureza diferenciada das dinâmicas do capitalismo. A incapacidade em lidar com essas dinâmicas revela uma compreensão simplista do processo de desenvolvimento.

Em nítido contraste com essa compreensão, AJR consideram o colonialismo um choque externo isolado na trajetória do desenvolvimento institucional endógeno. O caminho para a dependência, nessa abordagem, não ocorre em função da natureza desigual do desenvolvimento capitalista, mas antes devido à natureza autorreferenciada das instituições políticas e econômicas (gerando ciclos “viciosos” ou “virtuosos”). Ao focar nas instituições (que apoiam o mercado) como motor da mudança, a abordagem de AJR minimiza a natureza desigual do capitalismo. Nessa medida, demonstram uma falta de compreensão do capitalismo como um violento sistema global que, tanto historicamente quanto contemporaneamente, produz desigualdade, gera tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. Portanto, o subdesenvolvimento no Sul Global é entendido como um produto dos casos malsucedidos de transformação capitalista e da falta de “boas” instituições. Do mesmo modo, o desenvolvimento no Norte Global é simplesmente atribuído ao estabelecimento de boas instituições, sem considerar que o desenvolvimento no Norte Global dependeu de um sistema global de exploração e extração. Ao negligenciarem os processos estruturais, violentos e desiguais do desenvolvimento capitalista, AJR reforçam a ideia eurocêntrica de que o desenvolvimento capitalista é baseado em (boas) instituições racionais, progressistas e endógenas.

A segunda forma pela qual o eurocentrismo é reforçado é pela negligência, por parte de AJR, do processo violento e desigual por meio do qual as instituições de direito de propriedade privada se estabeleceram tanto no Norte quanto no Sul Global. Essa negligência os levou a considerar tais instituições como “inclusivas”, apesar do fato de que os direitos de propriedade foram criados por um processo de desposseção de larga escala e pela apropriação de terras comuns ou indígenas, algo bem distante da proteção contra a expropriação (KHAN, 2012). De fato, a expansão capitalista das colônias da Europa Ocidental sustentada pela eliminação e desposseção dos povos indígenas está bem documentado (RANA, 2010). Com efeito, parece particularmente absurdo sugerir que a proteção contra a expropriação e coerção seria aquilo que caracterizaria tais instituições supostamente inclusivas.

Além disso, mesmo no Norte Global, os direitos à propriedade privada, tanto para bens materiais quanto para bens intelectuais, foram cotidianamente violados sempre que conveniente durante o processo de desenvolvimento. Por exemplo, nos Estados Unidos no século XIX, o sucesso das companhias ferroviárias privadas é frequentemente atribuído ao fato de que elas receberam um poder de domínio eminente, o que

significa que, a fim de expandir suas operações, elas podiam violar a propriedade privada dos outros mediante pagamento de uma compensação (KLEMESTRUD, 1999). Ademais, como Chang (2001) demonstra, os regimes de propriedade intelectual também foram historicamente bastante flexíveis na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, de sorte que os produtores violavam rotineiramente os direitos de propriedade intelectual de seus concorrentes até a entrada do século XX. De maneira geral, ao enfatizar as instituições domésticas como o fator chave para explicar o desenvolvimento econômico, a visão de AJR revela uma falta de complexidade na compreensão de como as instituições estão imersas e evoluem junto aos sistemas econômicos e sociais de forma mais ampla.

Vale ainda ressaltar que, se observarmos como essas instituições foram implementadas ao redor do mundo, veremos que elas tiveram um impacto extremamente desigual sobre os diferentes povos, normalmente marginalizando as parcelas menos poderosas na sociedade. Por exemplo, quando os direitos à propriedade foram instituídos pelos britânicos na Índia, impôs-se uma dependência nos contratos escritos. Nesse sentido, somente as castas privilegiadas foram capazes de tomar vantagem disto, levando as castas marginalizadas a perderem suas reivindicações de propriedade (ILAIAH, 1990). Outros autores apontaram que a atribuição de direitos de propriedade para populações tribais e indígenas na Índia, ao trazer terras comuns para o âmbito da troca de mercado, as tornou suscetíveis à apropriação pelos grandes capitais, que detêm muito mais poder no mercado do que as populações tribais (BHATTACHARYA; BHATTACHARYA; GILL, 2017). De modo semelhante, a manutenção dos direitos de propriedade privada como algo sagrado na África do Sul após o fim do apartheid, não obstante a violência por meio da qual as terras foram apropriadas pelo governo do apartheid para a população branca, contribuiu para a perpetuação da imensa desigualdade no país até os dias de hoje (NGCUKAITOBI, 2021). Com efeito, a promoção crítica das instituições (de apoio ao mercado) por parte de AJR joga para debaixo do tapete os desequilíbrios de poder que essas instituições reforçam e as formas violentas pelas quais elas foram sendo estabelecidas tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento.

Por fim, ao identificar as causas fundamentais para o desenvolvimento, a abordagem de AJR, infelizmente, também nos leva a pensar no desenvolvimento como um processo tecno-burocrático de soluções políticas (RIST, 1997), despolitizando, assim, o processo de desenvolvimento capitalista. A lição final que é frequentemente extraída do trabalho deles é a de que as instituições políticas anglo-americanas são historicamente únicas e deveriam ser universalizadas para apoiar o desenvolvimento capitalista ao redor do mundo (MOREFIELD, 2014). De fato, a principal prescrição

política derivada do trabalho de AJR foi a de que os países do Sul Global precisavam adotar os tipos corretos de instituições para apoiar a acumulação de capital, também se alinhando estreitamente com o que ficou conhecido como o pós-Consenso de Washington (FINE, 2006).

Embora AJR se distanciem das abordagens behavioristas, de estilo “ajuste técnico”, promovidas pelos randomistas como solução para o desenvolvimento (BANERJEE; DUFLO, 2011), a compreensão geral deles do desenvolvimento como algo que pode ser resolvido através da importação de soluções elaboradas no Norte Global permanece. Talvez não seja surpreendente que a importação de “boas” instituições geralmente não tenha sido especialmente bem-sucedida em promover desenvolvimento no Sul Global, dado que é uma falácia que essas instituições tenham promovido o desenvolvimento econômico no Norte Global. Um exemplo extremo é o caso do Afeganistão, para onde os Estados Unidos tentaram exportar boas instituições para promover o desenvolvimento, sem lidar com os problemas estruturais de fundo ou reconhecer o seu próprio papel na formação da política econômica do país (GOODHAND; SEDRA, 2013). Como se sabe, essa tentativa falhou miseravelmente. De maneira geral, a despolitização do desenvolvimento, ao desviar nossa atenção das forças estruturais e violentas que sustentam a acumulação de capital, serve para reforçar a visão eurocêntrica de desenvolvimento. Isso tem consequências materiais reais para as populações ao redor do mundo que estão sujeitas às políticas associadas à nova economia institucional.

Como consequência, embora o trabalho de AJR seja frequentemente considerado como representante de uma “virada colonial” na Economia, em realidade ele falha em lidar com a visão colonial do mundo apresentada na teoria econômica dominante, dado que o colonialismo é considerado como um choque do passado, e as dinâmicas contínuas do imperialismo e do desenvolvimento capitalista desigual não são consideradas. Surpreendentemente, apesar da tentativa de integrar a história e o colonialismo em sua análise, a abordagem teórica de AJR continua, em realidade, sendo ahistórica e eurocêntrica (ANKARLOO, 2002; DUTT *ET AL.*, 2019).

Conclusão

A concessão do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel a AJR, apesar da natureza facilmente refutável de suas hipóteses sobre instituições e desenvolvimento – que, de fato, têm sido amplamente criticadas em outros campos – uma vez mais revela o caráter insular da Economia e sua resistência a melhorias e mudanças de fundo, restringindo-se a mudanças metodológicas extremamente limitadas. A premiação concedida a três professores do MIT e de Chicago confere ainda mais

credibilidade à recente descoberta de Freeman *et al.* (2024, p. 1), de que tem havido uma concentração “extrema e crescente” de vencedores do Prêmio Nobel em apenas algumas universidades de elite dos Estados Unidos. Esse insulamento e concentração de poder são particularmente problemáticos, dada a influência desproporcional que a Economia enquanto disciplina exerce nas políticas econômicas no mundo. De fato, as formulações de políticas econômicas sobre “boa governança” em organizações internacionais centrais ainda são fortemente influenciadas pela visão simplista e tendenciosa de AJR sobre a natureza do processo de desenvolvimento capitalista.

Por que isso importa? Ao fornecer uma “resposta” fácil e elegante para o complexo processo de desenvolvimento, embora uma resposta errada, a ascensão de AJR à proeminência deu suporte para uma compreensão muito particular do desenvolvimento que agora é dominante na disciplina. Isso também forneceu uma narrativa simplista, que não admite refutação, e possivelmente racista, sobre o subdesenvolvimento: por que os países em desenvolvimentos não conseguiram se desenvolver, mesmo após décadas de esforços para fortalecer instituições de acordo com o padrão eurocêntrico? Porque seus direitos de propriedade privada e outras instituições capitalistas ainda não são fortes o suficiente. Essa narrativa sugere que há algo intrinsicamente bom nas instituições capitalistas ocidentais e intrinsicamente ruim nas instituições não capitalistas. O papel do colonialismo em destruir boas instituições não ocidentais, tanto capitalistas quanto não capitalistas, que poderiam promover o aumento dos padrões de vida e coesão social nas nações atualmente subdesenvolvidas é inaceitável. O objetivo deste artigo não é sugerir que o estudo das instituições não seja importante, mas, ao contrário, argumentar que a forma pela qual as instituições são estudadas pelo grupo dominante da Economia enquanto disciplina é extremamente deficiente para a compreensão da desigualdade global.

Referências

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.
- AMIN, Samir. *Eurocentrism: Modernity, religion, and democracy: A critique of Eurocentrism and Culturalism*. 2nd ed. Oxford: Pambazuka Press, 2009 [1998].
- ANKARLOO, Daniel. New institutional economics and economic history. *Capital & Class*, v. 26, n. 3, p. 9-36, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030981680207800102>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Ester. *Poor Economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty*. New York: Public Affairs, 2011.
- BHATTACHARYA, Rajesh; BHATTACHARYA, Snehashish; GILL, Kaveri. The Adivasi land question in the neoliberal era. In: D'COSTA, Anthony P.; CHAKRABARTY, Achin (Orgs.). *The land question in India: State, dispossession, and capitalist transition*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2017.
- BLAUG, Mark. The formalist revolution of the 1950s. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 25,

n. 2, p. 145-156, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1042771032000083309>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRENNER, Robert. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past & Present*, v. 70, p. 30-75, 1976.

CHANG, Ha-Joon. Intellectual property rights and economic development: Historical lessons and emerging issues. *Journal of Human Development*, v. 2, n. 2, p. 287-309, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14649880120067293>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DUTT, Devika et al. *Decolonizing Economics: An introduction*. London: Polity Press, 2019.

ENGERMAN, Stanley L.; SOKOLOFF, Kenneth L. Colonialism, inequality, and long-run paths of development. In: BANERJEE, Abhijit V.; BENABOU, Roland; MOOKHERJEE, Dilip (Orgs.). *Understanding poverty*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 37-62.

FINE, Ben. *The New Development Economics: Post-Washington Consensus neoliberal thinking*. London: Zed Books, 2006.

FINE, Ben; MILONAKIS, Dimitris. *From Economics Imperialism to Freakonomics: The shifting boundaries between Economics and other social sciences*. London; New York: Routledge, 2009.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, v.18, n.4. p. 17, 1966. Disponível em: https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3. Acesso em: 30 jul.2025

FREEMAN, Richard B. et al. *High and rising institutional concentration of award-winning economists*. 25 jun. 2024. Disponível em: https://conference.nber.org/conf_papers/f204525.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

GOODHAND, Jonathan; SEDRA, Mark. Rethinking liberal peacebuilding, statebuilding and transition in Afghanistan: an introduction. *Central Asian Survey*, v. 32, n. 3, p. 239-254, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02634937.2013.850769>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GRINBERG, Nicolas. Institutions and capitalist development: A critique of the New Institutional Economics. *Science & Society*, v. 82, n. 2, p. 203-233, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1521/siso.2018.82.2.203>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ILAIAH, Kancha. SCs and STs: Systemic Exploitation. *Economic and Political Weekly*, v. 25, n. 51, p. 2771-2774, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4397122>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INCE, Onur Ulas. Saving capitalism from empire: uses of colonial history in new institutional economics. *International Relations*, v. 38, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00471178221104699>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INIKORI, Joseph. Atlantic slavery and the rise of the capitalist global economy. *Current Anthropology*, v. 61, p. 22, 2020.

KHAN, Mushtaq H. Governance and growth: History, ideology and methods of proof. In: NOMAN, Akbar et al. (Orgs.). *Good growth and governance in Africa: Rethinking development strategies*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 51-79.

KLEMETSrud, Jennifer M. The use of eminent domain for economic development. *North Dakota Law Review*, v. 75, p. 783, 1999.

MICHALOPOULOS, Stelios; PAPAIOANNOU, Elias. Pre-colonial ethnic institutions and contemporary African development. *Econometrica*, v. 81, n. 1, p. 113-152, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23357265>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MOREFIELD, Jeanne. *Empires without Imperialism: Anglo-American decline and the politics of deflection*. Oxford; New York, NY: Oxford University Press, 2014.

NGCUKAITOBI, Tembeka. *Land matters: South Africa's failed land reforms and the road ahead*. Cape Town: Penguin Random House South Africa, 2021.

NORTH, Douglass C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.5.1.97>. Acesso em: 30 jul. 2025.

NUNN, Nathan. The long-term effects of Africa's slave trades. *Quarterly Journal of Economics*, v. 123, n. 1, p. 139-176, 2008. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Nunn2008QJE.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PATNAIK, Prabhat; PATNAIK, Utsa. *Capital and imperialism: Theory, history, and the present*. Monthly Review Press, 2021.

RANA, Aziz. *The two faces of American freedom*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

RIST, Gilbert. *The history of development: From Western origins to global faith*. London; New York: Zed Books, 1997.

RODNEY, Walter. *How Europe underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SANYAL, Kalyan. *Rethinking capitalist development: Primitive accumulation, governmentality and post-colonial capitalism*. New Delhi: Routledge, 2007.

Dois desafios acadêmicos os autores da Economia Política do Sistema-Mundo (EPSM) devem enfrentar, esclarecer e orientar seus leitores. Primeiro, aceitar e abraçar um objeto de estudo grandioso, como os sistemas-mundo, é um confronto acadêmico comparado com a tradicional segmentação das ciências sociais e com o nacionalismo metodológico. Um objeto de estudo grande, como o sistema-mundo, não pode ser totalizante, querer explicar toda história pelo seu método e conceitos, não pode ser totalitário e não deixar espaço para as análises de objetos e processos menores, como o nacional, regional e local, como a economia de mercado e o mundo material. O grande contexto, por mais bem ordenado, não pode ser totalmente determinante da vida, seja econômica, social e política. Assim, conhecer a EPSM e suas análises históricas e contemporâneas são importantes para saber como os autores lidam como este primeiro desafio.

Segundo, seguir a abordagem dos pioneiros da EPSM, Braudel, Wallerstein e Arrighi, e fazer análises históricas que não sejam mera reprodução dos argumentos dos fundadores é um desafio acadêmico para os autores. Ao contarem a história da formação e transformação da economia-mundo capitalista, os pioneiros formularam, de um lado, método e conceitos da abordagem e, de outro lado, análise histórica que deram as linhas determinantes da evolução do capitalismo histórico a partir do século XVI até o contemporâneo. Os determinantes da economia-mundo capitalista pelos mestres fundadores da abordagem são bons argumentos mas não totais, nem totalizantes. O próprio dinamismo da economia-mundo capitalista requer a continuidade de análises históricas. Mesmo com a pretensão de ter uma abordagem que reúne a multidisciplinariedade em uma abordagem unidisciplinar, como propôs Wallerstein, a história teima em ser múltipla.

O livro de P. A. Vieira, *Economia Política dos Sistemas-Mundo: origem, fundamentos teóricos-metodológicos e aplicações*, enfrenta bem os dois desafios iniciais. Defender a metodologia do sistema-mundo e, principalmente, aplica-la a situações contemporâneas, colocando os casos históricos no grande contexto da economia-mundo e, partir daí, mostrar o potencial de análise, sem determinismo totalizante *a priori*, foi um exercício demonstrado nos capítulos do livro.

* Doutor em Government - University Of Essex (1995). Professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina

O livro está organizado em partes que reúne capítulos. Tenho discordância quanto a organização e seguirei a minha sugestão de ordem. A primeira parte, 'Introdução à EPSM', apresenta o método e conceitos da teoria dos sistemas-mundo e sua defesa e confronto acadêmico com o nacionalismo metodológico e as análises de dependência. A parte II seria melhor se concentrasse na história do Brasil colônia e Portugal colonizador na formação da economia-mundo capitalista. Parte III deveria se concentrar na análise da China e Leste Asiático e comparação com a América Latina. Parte IV deveria se restringir aos capítulos de análise do sub-sistema ciência e tecnologia na economia-mundo capitalista e os limites ao Brasil nesta área. Como o objetivo do livro é de reunir a produção acadêmica do autor nos 20 anos de dedicação à EPSM e não necessariamente se concentrar na apresentação da EPSM e suas aplicações a Brasil, China e Leste Asiático, os capítulos 6, *O Brasil e os Brics e a armadilha do prazo curto*, Capítulo 10, *Condicionantes nacionais e regionais e mundiais do governo Hugo Chávez*, e capítulo 13, *As contradições da economia-mundo capitalista frente aos direitos humanos*, parecem deslocados e sem sequência, contrário dos demais capítulos.

A parte I começa com uma apresentação necessária para o leitor dos fundamentos da EPSM, entendido como definição e defesa do objeto de estudo, método de análise e seus principais conceitos. Como cientista social, Wallerstein propôs estudar a mudança social. Para entender a mudança social é preciso entender o todo, isto é, o sistema global e não apenas partes ou somatório das partes. A totalidade é o sistema-mundo que é formado historicamente dominando e integrando um amplo território. O objeto de estudo que interessa é a economia-mundo capitalista (E-MC), formada a partir do longo século XVI, e suas transformações lentas na história. Assim, há a pretensão, bem defendida, de ser uma ciência social global e histórica. Apesar de repetir o referencial teórico no início dos capítulos analíticos, o capítulo inicial faz uma boa introdução do sistema-mundo e da sua Economia Política. É preciso apresentar as duas dinâmicas que entrelaçam para formar e desenvolver a economia-mundo capitalista. De um lado, a dinâmica da acumulação incessante de capital, que se sobressai sobre a economia de mercado. De outro lado, mas conjuntamente, os Estados nacionais que apoiam os seus capitalistas e estão em relação com os demais Estados nacionais, constituindo as relações interestatais. A contribuição seminal de Wallerstein não foi somente propor método e conceito dos sistemas-mundo, mas também utilizar a teoria para explicar a formação da economia-mundo capitalista e seu desenvolvimento. Para isto, recorreu a primazia do tempo que Braudel definiu como longa duração. O capítulo é complementado com a contribuição de Arrighi que coloca a história da E-MC em um didático ciclo sistêmico de acumulação (D-M

e M-D) e, com este referencial, explica o ciclo genovês (1460-1630), o ciclo holandês (1630-1780), ciclo britânico (1780-1930) e norte-americano (1930-presente).

O arcabouço teórico está colocado. Cabe também a P. A. Vieira enfrentar seus concorrentes analíticos. Não desconheceu as alternativas do nacionalismo metodológico e a análise da dependência. Defendeu sua abordagem, mas o debate não tem fim.

O cuidado de Pedro A. Vieira no título do capítulo II, *O Nacionalismo Metodológico na economia e a Economia Política dos Sistemas-Mundo como possibilidade de sua superação*, deve ser observado e interpretado. As alternativas de análises, seja EPSM e nacionalismo metodológico (NM), são opções do pesquisador e analista. Para uma análise global do capitalismo, a EPSM é um referencial teórico adequado. Para orientar ações e recomendações de políticas estatais, o NM é inevitável. Não há superação quando se coloca a questão: ‘O que fazer?’ principalmente quando se considera as possibilidades de ações de agentes econômicos e sociais na periferia e semi-periferia. O autor apresenta bem o NM na Economia Política de List e da CEPAL. Reconhece também nesta escola da América Latina “certa ambiguidade, a qual decorre do conflito entre constatação empírica de uma entidade mais ampla que os Estados ou economias nacionais e o compromisso com o Nacionalismo Metodológico” (p. 59). Sim, há ambiguidade, mas está na vontade de ações nacionais de seus capitalistas e do Estado nacional em movimentar algumas peças da E-MC. O compromisso com NM não é um desconhecimento da força do capitalismo mundial, mas uma opção pragmática para orientar ações e políticas estatais. Se, de um lado, a EPSM, explica a hierarquização dos espaços globais de acumulação das várias cadeias mercantis em centro, semi-periferia e periferia, de outro lado, deve haver oportunidade de movimento seja da hierarquia no centro, seja de posição na semi-periferia e periferia. Caso não haja a segunda possibilidade, a EPSM cairia na determinação estrutural e totalitária. O que não é objetivo dos autores da EPSM. Portanto, apesar de bem argumentado, o contraste entre as abordagens seria melhor caracterizado como uma complementação em vez de superação, a EPSM oferece o grande contexto e os condicionantes, o NM oferece a possibilidade de ação nacional no esforço de alterar posição na economia-mundo.

A comparação e confronto com outra abordagem permite apresentar de forma mais clara para o leitor as afirmações da EPSM. O capítulo ‘Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de Economia-Mundo’ cumpre este papel ao confrontar e criticar a teoria e análise da dependência, embora muito concentrado na contribuição de Marini. Sim, há dependência mas não apenas a partir do capital industrial dominante. Sim, há dependência mas não apenas da periferia. A teoria de Marini se prende a dependência da troca desigual que impõe uma superexploração

do trabalho no capitalismo periférico. A economia-mundo capitalista já nasceu com trocas desiguais com a dominância do capital comercial e, principalmente, centro e periferia estão integrados à economia mundo, portanto são todos dependentes. Embora, a dependência seja desigual, com o centro absorvendo os nódulos mais rentáveis da troca desigual das cadeias mercantis, mas precisando de insumos e demanda da periferia por seus produtos. Como colocado pelo autor, Marini, preso ao marxismo, faz teoria marxista da dependência de economias nacionais periféricas. A EPSM, a partir de conceitos da E-MC, o que também é uma teoria que bebe no marxismo, preocupa-se em utilizar o referencial teórico para análise da história do capitalismo mundial.

Feita uma boa apresentação do método e conceitos da economia-mundo capitalista, Pedro A. Vieira, com co-autores em alguns capítulos, passa a análise histórica a partir deste referencial.

Os capítulos 5 e 4, preferiria nesta ordem, são dedicados a aplicação do referencial para explicar como Portugal e Brasil colônia se integraram a economia-mundo capitalista na situação de periferia. Apesar de Portugal ter se constituído como um dos primeiros Estados nacionais, sua fraqueza em apoiar seus capitalistas, não permitiu que houvesse resistência em ser capturado pelos capitalistas dos demais territórios europeus quando da formação da economia-mundo capitalista no longo século XVI. Mesmo com grande papel na navegação de longa distância, Portugal esteve na condição de periferia. Coube a Portugal fazer a ligação de sua grande colônia, o Brasil colônia, com os demais territórios da economia-mundo. A cadeia mercantil do açúcar foi ampla, global, unindo territórios recém explorados, como América, África e Ásia sob o comando dos capitalistas europeus. O capítulo sobre a amplitude da cadeia mercantil do açúcar é para ser referência bibliográfica nos cursos de Formação Econômica do Brasil.

Mais uma vez, farei a proposição de alterar a ordem da leitura dos capítulos sobre China e comparação de trajetórias do Leste Asiático e América Latina. No capítulo 7, há uma boa revisão da história da China e uma boa argumentação do que foi prometido no título: 'As três fases da China na economia-mundo capitalista: incorporação forçada e parcial (1840-1949), retraimento e integração mínima (1949-1978), integração total, voluntária e irreversível (1978-presente)'. No capítulo 9, há a comparação das trajetórias da América Latina e Leste Asiático e a análise de como se realizou de forma diferente a integração dos Estados nacionais no capitalismo mundial. A manutenção de uma economia regional do Leste Asiático e suas relações com a E-MC contrasta com as várias formas de integração individual dos Estados e capitalistas nacionais da América Latina. Os dois capítulos são um

importante exercício de contar e recontar a história a partir do referencial teórico do sistema-mundo.

Mesmo com um bom referencial teórico, é difícil ter uma boa análise sobre o futuro e, no caso, o futuro da economia-mundo capitalista mesmo havendo sinais de deterioração da hegemonia dos Estados Unidos no quarto ciclo sistêmico de Arrighi. Pedro A. Vieira resolveu enfrentar esta difícil, e impossível, previsão ao questionar se a China pode ser a nova hegemonia da economia capitalista ou, hipótese mais ousada ainda, se pode haver um novo sistema-mundo. Wallerstein e Arrighi em seus últimos escritos afirmam a decadência da hegemonia americana e especularam sobre a transição. Se, de um lado, o tempo curto tem suas armadilhas, a longa duração também tem suas armadilhas. A transição será lenta e os novos caminhos ainda estão muito nebulosos para que a especulação se torne uma boa análise. Pelo menos, Pedro A. Vieira ao se embrenhar entre espinhos, concluiu com algo seguro: apesar do reposicionamento da China na economia-mundo capitalista contemporânea, não há sinais ainda de assumir uma nova hegemonia.

Os capítulos 11 e 12 sobre ciência e tecnologia como sub-sistema da EM-C apontam que é difícil qualquer voluntarismo diante das estruturas do grande sistema. Além disso, ciência e tecnologia estão no interior do processo de inovação que alimenta e abre novas possibilidades de acumulação para o capital. Nas várias cadeias mercantis globais, os elos de ciência, tecnologia e inovação, e seus desdobramentos em design e logística de produção e comercialização, estão no centro que retém grande parte do valor, e da mais valia, gerada nos vários elos. A aceleração da incorporação da ciência e tecnologia nas inovações de produtos e serviços e nas cadeias globais de produção e comercialização reforça ainda mais a distribuição desigual de valor e o esquema de centro, periferia e semi-periferia. Os capítulos nos lembram o poder das estruturas da EM-C e a dificuldade do Brasil em rompê-las.

Em suma, a abordagem do sistema-mundo tem fundamentos teóricos, metodológicos e conceituais. Mais importantes, é um referencial teórico para análises históricas sobre formação, desenvolvimento e mudanças na economia-mundo capitalista. O livro faz uma apresentação deste referencial teórico, o que é bom para o leitor carente de material sobre esta abordagem. E o livro mostra que análises históricas sobre o capitalismo contemporâneo podem ser enriquecidas caso adotem o referencial do sistema-mundo e se esforcem em fazer análises de eventos e conjunturas relacionados às estruturas sólidas da economia-mundo capitalista. Os 20 anos de dedicação de Pedro A. Vieira em manter viva, principalmente no Brasil, a Economia Política dos Sistemas-Mundo devem continuar com o próprio autor, seus co-autores e principalmente, seus leitores.

José Luís Fiori referiu-se ao seu último livro, *Uma Teoria do Poder Global*, publicado pela Editora Vozes em outubro de 2024, como sendo “[...] a história de uma obsessão intelectual pelo poder”. E, de fato, essa obra apresenta o resultado de uma pesquisa de 40 anos desenvolvida pelo autor e acompanhada de vários livros e centenas de artigos de análise histórico-conjuntural em torno da temática do “desenvolvimento econômico capitalista”, da “competição interestatal”, das “crises e hegemonias mundiais” e da dinâmica expansiva do “poder global”.

Fiori trabalhou primeiramente o tema do “desenvolvimento comparado”, depois dedicou-se a pesquisar os desdobramentos da crise da hegemonia americana dos anos 1970/80, para finalmente propor um programa de pesquisa novo, sobre o tema do “Poder Global”, sobretudo a partir da publicação do livro *O Poder Americano*, também pela Editora Vozes, no ano de 2004.

A reflexão do autor se desenvolve em meio a uma tensão permanente entre a “história das longas durações” (ao estilo de Braudel) e a história conjuntural das lutas políticas e econômicas, entre as classes e as nações (ao estilo do *18 Brumário*, de Marx). Segundo Fiori, o pesquisador:

Deve se manter, a todo instante, alerta e atento porque os mesmos acontecimentos que desvelam as “**permanências históricas**” são os que podem estar assinalando, a cada momento, uma “**mudança de rumo**”, ou uma **grande ruptura histórica** que possa já estar em processo de gestação sem que o pesquisador disponha de nenhuma lei que antecipe os caminhos do futuro capazes de lhe facilitar o diagnóstico do presente. (Fiori, 2024, p. 27, grifos meus).

Além disso, a teoria que vai sendo construída através dessas sucessivas e infinitas análises de conjuntura

[...] precisa ser testada e submetida a um constante exercício de “falsificação” de suas hipóteses, o que só pode ser feito por intermédio da própria análise conjuntural, isto é, de sucessivas análises de conjuntura, razão pela qual será sempre um “método” e uma “teoria em processo de construção”. (Fiori, 2024, p. 28).

Seguindo agora a estrutura do próprio livro, *Uma teoria do poder global*, na parte

* Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (linha de pesquisa de Economia Política) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012).

1, Fiori analisa a importância da conjuntura, mas com uma perspectiva singular, pois “[...] ela se transformou, na linguagem usual, em sinônimo de ‘momento atual’” (p. 45). Entretanto, o “objetivo central de qualquer análise conjuntural” seria “[...] a diminuição da imprevisibilidade a fim de aumentar o controle sobre o comportamento humano.” (p. 46).

Isso é perceptível nas obras de Fiori, nas quais ele organizou grande parte de sua teoria, e cujos principais textos e ensaios se encontram reunidos nesse livro; são eles: “O poder global e a nova geopolítica das nações”, de 2007; “História, estratégia e desenvolvimento”, de 2014, e “A síndrome de Babel e a disputa do poder global”, de 2020. Todas essas obras se iniciam com uma proposta teórica e são completadas por artigos que são análises de conjuntura com base histórica e na teoria proposta na parte inicial do livro. História e conjuntura se mesclam. “É indiscutível, nesse sentido, que a análise conjuntural padece da falta de monumentos. Mas também é certo afirmar que a análise histórica muitas vezes sofre da falta de ‘incerteza’” (Fiori, 2024, p. 51).

Na parte 2, a obra de Fiori enfoca o tema do Estado e do desenvolvimento, que se insere no intenso combate de ideias ocorrido nos anos 1960 a 1990, e no qual se inserem seus textos e livros que contrapunham todo o ideário neoliberal da “revolução conservadora” dos anos 1980.

A parte 3, “Hegemonia e império”, é a continuação desse debate, agora em torno da grande potência, os Estados Unidos. Nesse debate, Fiori resgata, da obra *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização* (1ª edição de 1997), o artigo de Maria da Conceição Tavares, “A retomada da hegemonia norte-americana” (1999 [1985]), elaborado quando os principais analistas internacionais falavam da “crise terminal” da hegemonia norte-americana. Nesse momento da trajetória do autor, o tema da hegemonia vai se destacando.

Na parte 4, “Poder global e riqueza”, têm destaque os artigos “O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites” e “Formação, expansão e limites do poder global”, ambos do livro *O poder americano* (2004). Neles, Fiori descreve a formação dos “Estados-economias nacionais” (Fiori, 2024, p. 491) através, entre inúmeros outros aspectos históricos, da fusão dos donos do poder com os donos do dinheiro. Essas “entidades” se transformam em “verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza” e se expandem para os demais continentes, formando “Estados-impérios”.

Os Estados-economias nacionais nascem não só do “jogo das trocas” (Braudel), mas principalmente do “jogo das guerras” (Fiori, 2024, p. 385). As vitórias nas guerras permitem maior acumulação de poder e, com mais poder, os soberanos conquistavam mais territórios, mais recursos via tributos e, por sua vez, mais poder.

Utilizando recurso similar a Marx na obra magistral *O Capital* (capítulo quarto do primeiro volume), Fiori define a fórmula da expansão do poder, sendo P = Poder, T = Território, D = Dinheiro:

$$\begin{array}{c} P - T - P' \\ T - P - T' \end{array}$$

Leia-se a fórmula acima: com poder (P) conquista-se territórios (T), que representam mais poder (P'). E com território (T), conquista-se mais poder (P) e, com este, mais territórios (T').

O mesmo raciocínio com o dinheiro D:

$$\begin{array}{c} P - D - P' \\ D - P - D' \\ D - D' \end{array}$$

A diferença *vis-à-vis* a fórmula de Marx, segundo Fiori, é que “[...] no nosso caso, não é a força de trabalho que explica o incremento do valor inicial, é a mais-valia criada pelo poder e por sua capacidade de multiplicar-se de várias formas, mas sobretudo mediante a preparação das guerras e das conquistas em caso de vitória” (Fiori, 2024, p. 399).

Dentro da parte 4, o livro se “expande” novamente, com a inserção, no item 4.3, do “Prefácio à teoria do poder global”.

“E primeiro veio o poder”

No seu estudo histórico sobre o “sistema mundial”, uma das descobertas de Fiori foi a antecedência do poder do soberano na criação do excedente para pagamento dos tributos, o que vai na direção contrária a William Petty e Marx, na sua acumulação primitiva.

Por isso é tão difícil compatibilizar a visão histórica de Marx acerca da “origem” e da “acumulação primitiva” do Capital com sua dedução teórica do valor e das leis da acumulação primitiva capitalista. Assim como também é difícil de transitar, diretamente, da história do “jogo das trocas”, de Braudel, para a sua teoria dos “grandes lucros” e dos “grandes predadores” capitalistas sem a mediação do poder e das guerras, que tem pouco destaque na sua história do nascimento europeu do capitalismo (Braudel, 1996). (Fiori, 2024, p. 482-483).

E continua:

Nesse sentido, William Petty – pai da economia política clássica – inverteu a ordem dos fatores. Segundo o autor, os tributos foram criados porque existia um excedente de produção disponível, quando, na verdade, os tributos foram criados porque existia um soberano com poder de proclamá-los e impô-los a determinada população, independentemente da produção e da produtividade do trabalho, no momento da proclamação do imposto. (Fiori, 2024, p. 486).

As “explosões expansivas” do sistema mundial

Outro aspecto do livro de Fiori, central em sua obra, é a teoria do “universo em expansão” e as características do poder. Toda explosão expansiva que ocorreu no sistema mundial (europeu e depois global) foi precedida por um “aumento da pressão competitiva”. Esse “fenômeno” das “explosões expansivas” teria ocorrido no longo século XIII (1150-1350), longo século XVI (1450-1650), no “longo século XIX” (entre 1790-1914). E estaríamos presenciando mais uma “explosão expansiva” desde os anos 1970.

Cada uma delas ocorreu num cenário diferente. As duas primeiras foram especificamente europeias, mas com uma expansão para os demais continentes (Américas, África, Ásia e Oceania); a terceira já foi mais global, pois já estavam inseridas as potências não europeias – Estados Unidos, Alemanha e Japão – e a “periferia” do sistema – o mundo subjugado da América Latina, África, Ásia e Oceania.

Outro ponto interessante das explosões expansivas é a característica anterior a elas, que se soma ao “aumento da pressão competitiva”: o “esgotamento”, a “desintegração” do sistema mundial. Foi o que ocorreu no sistema europeu (Fiori, 2024) nas suas primeiras explosões (longo século XIII e longo século XVI). O mesmo vale para os países que se destacaram em algum dado momento da história e também expandiram seus poderes – neste caso, com a presença de revoluções ou guerras e passando por processos de “esgotamento” e “desintegração”: (1) Portugal e a Revolução de Avis; (2) Espanha e as Guerras de Reconquista; (3) Inglaterra e sua Guerra Civil ou Revolução Puritana; (4) França e a Revolução Francesa; (5) Rússia e a Revolução Russa; (6) China e a Revolução Chinesa; (7) Estados Unidos e sua Guerra Civil; (8) Revolução Meiji no Japão; e (9) as guerras prussianas de unificação que deram origem à Alemanha (Fiori, 2024).

Na atual explosão expansiva, que num primeiro momento (anos 1970) se centra no *hegemon* – os Estados Unidos –, essa “degradação” é feita de forma diferente das

explosões anteriores. É o próprio *hegemon* que desestabiliza o sistema (como a Guerra do Vietnã, o fim da paridade dólar-ouro, em 1971, a política Volcker do choque de juros, entre outras ações) para expandir seu poder. “Toda situação hegemônica é transitória, e, é autodestrutiva, porquanto o próprio *hegemon* acaba se desfazendo das regras e das instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus liderados.” (Fiori, 2024, p. 495).

Para Fiori, o poder tem dez características: 1) é assimétrico; 2) limitado; 3) relativo; 4) heterostático; 5) triangular; 6) é fluxo; 7) sistêmico; 8) expansivo; 9) indissolúvel; e 10) dialético.

Fiori é influenciado por Karl Marx, Firederich Engels, Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas, Max Weber, Von Clausewitz, Fernand Braudel e Carlo Ginzburg. Mas vai além desses autores ao estudar e teorizar o poder global. Destacando apenas alguns desses autores, “[...] o ensaio de Marx a respeito de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* exerceu uma influência inicial muito importante em nosso método de pesquisa histórico-conjuntural.” (Fiori, 2024, p. 26). E a respeito de Braudel, afirma que o historiador deve trabalhar, a um só tempo, nas três temporalidades: o “tempo breve”, dos acontecimentos políticos imediatos, jornalísticos – a mais caprichosa, a mais enganadora das durações, segundo Braudel; o “tempo cíclico”, tipicamente econômico; e a “longa duração”, o tempo próprio das estruturas e das grandes permanências históricas (Fiori, 2024, p. 27).

A obra é rica e abre espaços para questionamentos, estudos de suas propostas intrigantes, elaboração de artigos com base em suas teses etc. Por exemplo, nas “explosões expansivas” do “sistema mundial” e depois do “sistema interestatal capitalista”, Fiori destaca os elementos de “aumento de pressão competitiva” anteriores a elas, mas faltam estudos que venham a descrever aspectos como: o que se expandiu no “longo século XIII”, no “longo século XVI” e no “longo século XIX”? E o que está se expandindo atualmente no século XXI, com a “pressão competitiva” iniciada nos anos 1970?

E como o poder está sempre se expandindo, o que seria a inauguração da Iniciativa Cinturão e Rota em 2013 (“as novas rotas da seda”) senão um evento de expansão do poder *à la* China, um país com um histórico milenar, mas que precisa se expandir? Como disse Norbert Elias: “quem não sobe, cai”. E a expansão da OTAN, as “guerras eternas”, o “mundo baseado em regras” do “Ocidente” (leia-se Estados Unidos e União Europeia/OTAN), a expansão dos BRICS (agora BRICS *Plus*) são movimentações que nos remetem a esse mesmo “universo em expansão”.

A parte 5 é dedicada ao tema da Guerra e da Paz, analisados em suas obras *Sobre a Guerra* (2018) e *Sobre a Paz* (2021) e todas as complexas questões que envolvem a ética, tanto na guerra, como na paz. Fiori elabora uma teoria que não é para ficar na

estante, mas que nos ajuda a entender as decisões dos grandes *policy makers* do mundo, ou dos grandes eventos, que envolvem guerras, paz, acordos, blocos de poder etc. É possível “ver” a teoria do Fiori ao lermos e vermos os jornais diariamente.

Ao relatar a intervenção da Rússia na Geórgia (país da ex-União Soviética), Fiori afirmou, com base na teoria de Hans Morgenthau: “Por isso, a atual [agosto de 2008] guerra da Geórgia não é uma ‘guerra antiga’; pelo contrário, é um anúncio do futuro.” (Fiori, 2014, p. 175). Em 24 de fevereiro de 2022 (aproximadamente sete anos após Fiori ter escrito isso), teve início a guerra na Ucrânia (também um país da ex-União Soviética), que possui fundamentos similares, apesar de suas especificidades: tentativa de expansão da OTAN num país que pertence à área de influência da Rússia e, portanto, representava e representa uma ameaça a esse país.

É comum Fiori se citar em artigos mais recentes, de 2020 a 2024, com frases de suas obras de 2008, 2014 etc., porque seu arsenal teórico é baseado em história e conjuntura, o que lhe permite antever a movimentação nas peças do tabuleiro de xadrez do poder global e detectar os padrões da guerra, da paz e do poder.

Assim, a obra de Fiori é fundamental para quem aprecia (e muitas vezes lamenta) acompanhar as movimentações das peças no tabuleiro do poder mundial, juntamente com um bom embasamento teórico-histórico-conjuntural.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. *O jogo das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.
- BRAUDEL, Fernand. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FIORI, José Luís. *Uma teoria do poder global*. Vozes, 2024.
- FIORI, José Luís. *A síndrome de Babel e a disputa do poder global*. Petrópolis: Vozes, 2020a.
- FIORI, José Luís. *Sobre a paz*. Petrópolis: Vozes, 2020b.
- FIORI, José Luís. *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FIORI, José Luís. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FIORI, José Luís. *O poder e o dinheiro: uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999a.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). *O poder e o dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro I: O processo de produção do capital.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations: The struggle for power and peace*. Nova York: McGraw-Hill, 1993.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1999.

DOSSIÊ

50 ANOS DE MODERNO SISTEMA MUNDIAL/30 ANOS DE LONGO SÉCULO XX

ENTREVISTA

Nuestra América en tiempos de crisis global, riesgos y oportunidades

Francisco López Segrera

ARTIGOS: DOSSIÊ

Dossiê 50 anos de Moderno Sistema Mundial/30 anos de Longo Século XX

Sistemas-Mundo aos 50: um balanço provisório

Ravi Palat

*Guerra permanente no fim da natureza barata: crise no sistema
capitalista mundial desde o início da modernidade até o presente*

Peter Antonacci

Sergio Bagú e as matrizes intelectuais da análise de sistemas mundiais

Miguel Angel Solano Ramos e Fabiola Jesavel Flores Nava

A aliança China- Rússia: reconfiguração do sistema-mundo

Wander Catarina dos Santos e Rodrigo Cantu de Souza

*O conflito entre EUA e China: uma análise das contradições
que aceleram o movimento autodestrutivo do capital*

Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões e Gabriel Palliari Zanoni

América Latina e o Caribe na encruzilhada: entre os Estados Unidos e a China

Giuseppe Lo Brutto e Eduardo Crivelli Minutti

TEMAS LIVRES

Estado y política social en América Latina:

El capitalismo dependiente y los patrones de reproducción

Mariangel Sanchez Alvarado e Mariana Badilla Mata

As origens coloniais das ciências econômicas

Ingrid Harvold Kvangraven, Surbhi Kesar e Devika Dutt

RESENHAS

*Economia política dos sistemas-mundo: Origem,
fundamentos teóricos-metodológicos e aplicações*

Wagner Leal Arienti

A teoria do poder global

Leonardo de Amorim Thury